

Economia Mundial:
crescimento
em trajetórias
divergentes em
meio à elevada
incerteza política

Pág 79

Governo Romeu Zema:
dívida pública de
Minas cresceu 51% nos
últimos 5 anos –
aumento de R\$ 64,1
bilhões no período

Pág 106

Brasil se mantém como o segundo país com maior patamar de juros reais de todo o mundo

Elevação de 1% da Selic que passou de 12,25% para 13,25% custará aos cofres públicos R\$ 90 bilhões adicionais ao ano. Brasil pagou, em 2024, R\$ 950,4 bilhões a título de juros nominais sobre a dívida pública – 8,05% do PIB

Pág 56

CERTIFICADO DIGITAL É NA ACMINAS!

A PARTIR DE:

R\$99,00 e-CPF A1 e
R\$170,00 e-CNPJ A1

* condições especiais para
associados ACMinas

**Adquira
já o seu!**

**Evite fraudes e garanta segurança e validade
jurídica para as informações da sua empresa com a
Certificação Digital!**

- Fácil de usar
- Seguro para assinar
- Acesse onde quiser

ACMinas

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
FEVEREIRO DE 2025
32 ANOS - EDIÇÃO 341

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

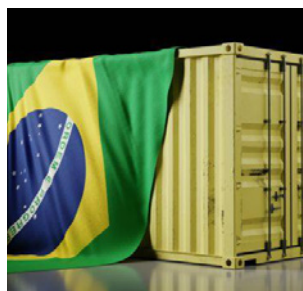
Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*



25

*Mundo
Empresarial*



56

*Debate
Econômico*

67

Especial

99

Destaques

125

Opinião

*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

117

Turismo

Brasil bateu recorde de exportações para os EUA em 2024

A publicação Monitor do Comércio 2024 da Amcham Brasil indica que exportações brasileiras para os EUA atingiram US\$ 40,3 bilhões, um número histórico

O mais recente Monitor do Comércio Brasil-EUA, publicação trimestral da Amcham Brasil, revela um marco histórico: pela primeira vez, as exportações brasileiras para os EUA superaram a marca de US\$ 40 bilhões, atingindo US\$ 40,3 bilhões em 2024. O volume exportado também alcançou níveis inéditos, com 40,7 milhões de toneladas, representando um aumento de 9,9% sobre 2023.

O desempenho das vendas brasileiras para os EUA foi expressivo, especialmente em comparação com as exportações para outros mercados. Enquanto as vendas globais do Brasil caíram 0,8%, as exportações para os EUA cresceram 9,2%, superando parceiros importantes como UE (+4,2%), China (-9,5%) e Mercosul (-14,1%).

“O comércio com os EUA produziu ganhos significativos para a economia brasileira em 2024, movimentando um conjunto amplo de setores produtivos, com destaque para a indústria. As exportações brasileiras de produtos industriais tiveram recorde de US\$ 31,6 bilhões, reafirmando a posição dos EUA como o principal destino para bens brasileiros com maior agregação de valor”, destaca Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil.

A corrente de comércio entre os dois países também atingiu um patamar relevante: US\$ 80,9 bilhões, um aumento de 8,2% em relação a 2023, marcando o segundo maior valor da série histórica.

INDÚSTRIA BRASILEIRA EM EVIDÊNCIA

Um dos destaques do comércio bilateral em 2024 foi o desempenho da indústria brasileira, que registrou um recorde de US\$ 31,6 bilhões em suas vendas aos EUA, um incremento de 5,8% em relação a 2023.

A indústria da transformação representou 78,3% de todas as exportações



brasileiras para os EUA, consolidando o país como o principal destino das vendas da indústria brasileira pelo nono ano consecutivo, à frente de mercados tradicionais como União Europeia (US\$ 22,4 bilhões) e Mercosul (US\$ 18,8 bilhões).

Os principais produtos exportados que registraram crescimento em 2024 incluem petróleo bruto, aeronaves, café, celulose e carne bovina. Entre os 10 itens mais vendidos para os EUA, oito apresentaram expansão em valor em comparação com o ano anterior.

Além disso, o crescimento das exportações para os EUA foi mais expressivo do que as vendas brasileiras para o mundo em todos os setores:

Agropecuária: +36,9%

(vs. queda de 11,0% para o mundo);

Indústria extrativa: +21,1%

(vs. +2,4% para o mundo);

Indústria de transformação: +5,8%

(vs. +2,7% para o mundo).

IMPORTAÇÕES: ENERGIA EM DESTAQUE

As importações brasileiras de produtos norte-americanos cresceram 6,9%, atingindo US\$ 40,6 bilhões. Setores como motores, máquinas não elétricas e aeronaves tiveram resultados significativos, contribuindo para o segundo maior valor histórico de importações, atrás apenas de 2022 (US\$ 51,3 bilhões). Entre os dez principais produtos importados, sete deles

apresentaram crescimento.

Chama atenção o aumento das compras de gás natural, que responderam por 55% do crescimento total das importações. Esse aumento foi impulsionado pela estiagem em algumas regiões do Brasil, que afetou a geração de energia hidrelétrica, elevando a demanda das termelétricas.

PROJEÇÕES PARA 2025: FLUXO COMERCIAL ROBUSTO

As perspectivas para 2025 apontam para a manutenção de altos níveis de comércio entre Brasil e EUA, na esteira do crescimento de ambas as economias.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o comércio internacional de bens deve crescer 3% este ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o PIB dos EUA crescerá 2,8%, enquanto o do Brasil avançará 2%.

“Com a demanda em expansão nos dois países, esperamos que o fluxo comercial em 2025 se mantenha robusto, próximo dos valores mais altos da série histórica recente. No entanto, é crucial monitorar as elevadas incertezas internacionais”, alerta Abrão Neto.

O Monitor do Comércio Brasil-EUA é uma publicação da Amcham Brasil, referência para empresas e formuladores de políticas públicas. A análise detalha os dados e tendências do comércio bilateral, fortalecendo o planejamento estratégico empresarial.

Arrecadação tributária de Minas Gerais atingiu R\$ 105 bilhões em 2024 - expansão de 12,7% em relação ao ano anterior



O estado de Minas Gerais encerrou o ano passado registrando uma expansão de 12,7% na arrecadação total de tributos na comparação com 2023. No exercício de 2024 foram destinados aos cofres públicos estaduais R\$ 105 bilhões em tributos, taxas e outras tarifas e apenas em dezembro, as cifras chegaram a R\$ 8,9 bilhões, um crescimento de 13,5% em relação a dezembro do exercício anterior.

O aumento foi puxado principalmente pelo recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que alcançou o maior volume do ano em novembro (R\$ 7,24 bilhões), e alta em todos os meses sempre em relação aos mesmos períodos de 2023.

Conforme dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), somente em dezembro foram

arrecadados R\$ 7,1 bilhões em ICMS, montante, porém, 1% menor que o apurado no mês anterior – período que mais arrecadou no ano.

No acumulado de 2024, foram arrecadados R\$ 79,7 bilhões em ICMS, volume 12,7% maior que o apurado um ano antes (R\$ 70 bilhões). O imposto respondeu pela maior parte dos recursos arrecadados em Minas Gerais, representando 75% do montante total.

IPVA GARANTE MAIS DE R\$ 10 BILHÕES AO ESTADO

Já a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em 2024, garantiu aos cofres estaduais o montante de R\$ 10,8 bilhões, expansão de 2,9% na comparação ano a ano. A taxa é a segunda maior em arrecadação em Minas. Só

em dezembro, de acordo com os dados da SEF, foram R\$ 129 milhões, queda de 3,7% em relação a 2023, quando foram arrecadados R\$ 134 milhões.

Quanto ao IPVA, a arrecadação é proporcional ao número de veículos circulando no Estado. Mas o IPVA é proporcional ao preço do veículo. Assim, toda revisão de tabela Fipe, assim como qualquer valorização ou desvalorização dos veículos, interfere na arrecadação do tributo.

Além disso, durante o ano, Minas Gerais somou ainda R\$ 1,9 bilhão com o recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD). O valor cresceu 14,8% no período. No último mês de 2024, quando a movimentação chegou a R\$ 285 milhões, houve alta de 44% frente a dezembro de 2023.

(Fontes: SEF-MG - Diário do Comércio)

Venda de carros elétricos no Brasil bateu recorde em 2024

Mais de 400 mil carros circulam no país. Devido ao alto investimento, consórcio se torna uma opção para compra

As vendas de veículos eletrificados (híbridos e 100% elétricos) leves aumentaram aproximadamente 88% em 2024, na comparação com o mesmo período de 2023. Só ano passado, o mercado contabilizou mais de 177 mil unidades comercializadas. O levantamento foi divulgado pela Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). Além disso, o número de carros eletrificados no país já representa 7% de toda a frota nacional. Isso equivale a mais de 400 mil veículos em circulação.

Para especialistas, um fator que provocou o crescimento da procura por este tipo de automóvel é o forte aumento dos preços dos combustíveis no país. Outro aspecto motivador, e não só no Brasil, é a preocupação mundial pelo avanço da crise climática. As notícias gerais têm gerado na população uma maior consciência da importância dos cuidados ao meio ambiente e uma procura por incorporar hábitos de responsabilidade socioambiental. Baixo custo de abastecimento e manutenção, sustentabilidade e maior eficiência do motor são algumas das vantagens desses modelos de automóveis.

Com o valor inicial a partir de R\$ 99 mil, o investimento em um carro eletrificado é alto e pode descapitalizar o cliente que sonha em adquirir o seu primeiro carro elétrico. E o consórcio de veículos é uma alternativa de realizar a aquisição de forma econômica e segura. “A modalidade permite que os interessados escolham cartas de crédito, de acordo com o seu poder de compra, passando a concorrer a sorteios mensais pela loteria federal ou ainda pode utilizar parte desse recurso total que seria gasto para aquisição do veículo para oferta



Michael Marais

de lance, e assim antecipar a sua contemplação e aquisição do veículo, sem prejudicar o orçamento”, afirma José Climério Silva Souza, Diretor Executivo do Consórcio Nacional Bancorbrás.

O consórcio permite a aquisição de veículos em território nacional e, também, a quitação do saldo devedor do automóvel adquirido anteriormente por meio de financiamento tradicional. “O consorciado pode ser contemplado por meio de sorteios mensais e também por meio de lances livres e fixos, podendo, ainda, abater da carta de crédito parte do valor do lance ofertado, conhecido como lance embutido”, aponta.

DADOS DO MERCADO

Os brasileiros têm enxergado a modalidade cada vez mais como uma opção prática para se adquirir um automóvel. No último boletim divulgado pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (ABAC), o consórcio de veículos leves, entre os meses de janeiro e novembro de 2024, registrou um crescimento de 5,1% nas vendas de novas cotas, em comparação com o mesmo período de 2023. “Por permitir o acesso a crédito com mais vantagens e menos

burocracia, os consumidores têm optado por esse investimento, evitando compras por impulso”, finaliza.

COMO FUNCIONA?

No consórcio os participantes são organizados em grupos, nos quais todos os integrantes contribuem mensalmente com uma quantia definida, durante certo período, criando uma poupança conjunta. A cada mês, os consorciados podem ser contemplados por sorteio e, também, de oferecer lances, podendo embutir parte do valor ofertado utilizando a carta de crédito. O sorteio define apenas a ordem dos participantes a serem premiados, pois ao final do tempo estipulado todos serão contemplados.

A prestação no consórcio é constituída pelo fundo comum (valor pago pelo consorciado para formar a poupança que será destinada à compra do bem), pela taxa de administração e por um fundo de reserva, além de seguro, quando contratado. O reajuste do consórcio de veículos ocorre anualmente, de acordo com a variação do índice de preço estabelecido no contrato, de forma a preservar o poder de compra dos consorciados a serem contemplados com o crédito.

Vendas de cimento no Brasil fecharam 2024 em alta de 3,9%



As vendas de cimento em dezembro somaram 4,7 milhões de toneladas, um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo mês de 2023, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC). Com esse resultado, o setor termina o ano de 2024, com um total de 64,7 milhões de toneladas de cimento vendidas, um aumento de 3,9%, ou seja, 2,4 milhões de toneladas a mais sobre o ano anterior.

A atividade voltou a crescer após registrar quedas anuais consecutivas, -2,8% em 2022 e -0,89%, em 2023. O resultado recupera as perdas dos últimos dois anos, mas ainda longe do consumo recorde de 2014, de 73 milhões de toneladas.

O desempenho positivo é atribuído à melhora contínua do mercado de trabalho e renda da população, com a massa salarial atingindo o recorde da série histórica¹. Além disso, o aquecimento do mercado imobiliário, importante indutor no consumo de cimento, seguiu em expansão a partir do segundo trimestre, puxado pela retomada das obras do Minha Casa, Minha Vida. No acumulado até setembro, as unidades enquadradas no programa cresceram 58,7% nos lançamentos e 43,6% nas vendas de imóveis no País.

No entanto, apesar da demanda aquecida da construção civil, o setor enfrentou desafios significativos, com aumento nos custos com mão de obra aliado às taxas de juros, endividamento e inadimplência em níveis elevados.

A escassez de mão de obra e o alto custo de contratação já tem elevado salários, pressionando a inflação, com reflexos nos preços dos imóveis e na alta do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC.

Já o ciclo de alta da Selic iniciado em setembro acirrou a competição entre os ativos financeiros e os imobiliários, além de tornar o financiamento mais oneroso para o tomador de empréstimo, impactando diretamente o mercado.

As mudanças de financiamento habitacional ocorridas dificultaram também os novos empréstimos. Os recursos disponíveis para financiamento pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo cada vez mais restritos, acenderam a necessidade de ampliar outras formas de funding para o crédito imobiliário, que possam atender à crescente demanda por habitação.

Apesar da recuperação do mercado de trabalho com a redução do de-

semprego e a alta nos salários, o endividamento da população permaneceu alto durante o ano, que em setembro atingiu 47,98%. A inadimplência chegou no recorde³ da série histórica em outubro, com 73,1 milhões de indivíduos inadimplentes. A nova mudança no perfil de consumo da população, com a incorporação das apostas on-line impactaram o orçamento das famílias e o consumo de cimento.

As condições climáticas extremas enfrentadas ao longo do ano, com temperaturas e chuvas acima da média, como a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul e seca em algumas regiões do país, refletiram na comercialização do cimento e comprometeram os cronogramas das obras.

Os baixos investimentos em infraestrutura também impactaram o setor: O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) até o momento não tomou a velocidade necessária e já sofreu cortes.

Para reverter esse cenário é imprescindível ampliar os investimentos na construção civil e incluir o pavimento de concreto como opção nas licitações de ruas e rodovias, por ser um método construtivo de maior durabilidade, mais econômico, ter mais conforto e segurança para os usuários e ainda exercer menor impacto ambiental.

No cenário externo, a escalada do dólar gera incertezas para os próximos meses, provocando inflação e colocando pressão nos juros. No setor de cimento, o câmbio elevado traz uma preocupação com relação ao aumento dos custos de produção, principalmente do coque de petróleo, matéria-prima essencial na geração de energia no processo produtivo.

Para minimizar os impactos am-

bientais e a pressão nos preços do insumo, o uso de combustíveis alternativos nunca foi tão necessário. A atividade responsável pela transição energética, substitui o combustível fóssil por resíduo industrial, comercial, doméstico e biomassas.

Dados do relatório “Panorama do Coprocessamento 2024”, recém publicado pela ABCP, mostram que a cadeia cimenteira brasileira coprocessou cerca de 3,25 milhões de toneladas de resíduos em 2023, a maior marca da série histórica. Segundo o documento, nesse mesmo ano a tecnologia evitou a emissão de aproximadamente 3,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera em relação aos métodos mais tradicionais de produção, que envolvem o uso do coque de petróleo como combustível.

Atualmente 32% da matriz energética do setor é composta por fontes renováveis e mais limpas. Resíduos domésticos pós-triagem continuam sendo a principal alavanca de crescimento e deverá representar quase 55% da energia do setor até 2050.

A matriz energética atual está dividida em 68% de fósseis, 18% biomassas (cavaco, licuri, babaçu, caroço do açaí, carvão vegetal, entre outros) e 14% resíduos (pneus inservíveis, perigosos e urbano).

Diante desse cenário, a produção de CDRU (Combustível Derivado de Resíduos Urbanos), com destinação para o uso em fornos das cimenteiras, representa uma grande oportunidade para o setor e para a sociedade como um todo. Com a substituição do coque de petróleo pelo CDRU, é possível reduzir significativamente as emissões de carbono, contribuindo para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Além disso, o coprocessamento de novas fontes energéticas e renováveis nas fábricas de cimento ajuda a diminuir a quantidade de resíduos dispostos em aterros sanitários, evitando passivos ambientais e

problemas de saúde pública além de alongar a vida útil dessas estruturas.

A partir de uma forte atuação regional, a indústria do cimento está acelerando cada vez mais o desenvolvimento de CDRU no Brasil para fins de coprocessamento, seguindo como diretriz o Roadmap Tecnológico, buscando o aumento de recicláveis, encerramento dos lixões e redução da disposição em aterros.

Ainda na agenda ambiental, a indústria brasileira do cimento esteve à frente dos debates do Plano Clima, como uma das referências globais pela baixa emissão no seu processo produtivo, fruto de investimentos, majoritariamente ao longo das últimas duas décadas, em matérias-primas (adições) e combustíveis alternativos, bem como na melhoria da sua eficiência energética. Vale destacar que o setor que é carbono intensivo e o primeiro no país a ter um Roadmap de Descarbonização, e está atualizando suas bases para um Roadmap Net Zero 2050.

O setor está trabalhando junto com o governo na elaboração de metas setoriais (Plano Clima) contemplando tanto a descarbonização industrial quanto o crescimento econômico do setor para atender a demanda de infraestrutura e habitação, essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país. O Plano Clima será concluído e divulgado pelo Governo em 2025, ano da COP30 no Brasil.

Outro avanço do ano foi a aprovação no Congresso Nacional da legislação que cria o mercado de carbono no Brasil. O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), contou com ativa participação da indústria brasileira do cimento. Pontos fundamentais para o setor produtivo foram incorporados, como: o modelo cap and trade, seguindo as melhores práticas internacionais e os princípios de proporcionalidade, gradualidade, medição, compatibilidade, compensações e reciclagem de receitas.

Prevaecem, entretanto, dois pontos de melhoria defendidos pelo setor industrial e que não foram plenamente atendidos. O primeiro deles é o de governança com os setores regulados integrando instância apenas consultiva (Comitê Consultivo) e concentrando todas as deliberações no Governo (Comitê Deliberativo). Além disso, as multas e penalidades atreladas ao faturamento da empresa (limitado a até 3%), pode gerar distorções preocupantes, uma vez que não há, tecnicamente falando, correlação entre emissões de GEE e faturamento.

A Nova Indústria Brasil (NIB) foi lançada em 2024 pelo governo, com missões específicas voltadas à neoindustrialização do país. Uma delas, a Missão 5, contempla Descarbonização, Transição Energética e Bioeconomia. Nesse sentido, a inclusão do setor de cimento com destaque na Missão 5 representa marco fundamental para o fortalecimento da integração entre o desenvolvimento socioeconômico e a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

No entanto, o êxito da descarbonização, como acontece nas principais economias do mundo, se dará a partir da conjugação de esforços entre o setor industrial, o governo, a academia e a sociedade.

De acordo com o presidente do SNIC – Paulo Camillo Penna, “O desempenho da indústria brasileira do cimento em 2024 veio em linha com as projeções do SNIC, que apontavam o aquecimento do mercado imobiliário, principalmente pela retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida e obras de infraestrutura de transporte com a expansão do uso do pavimento de concreto na malha urbana e rodoviária. O setor teve um consumo de cimento de 64,7 milhões de toneladas, mesmo patamar de 2021. É imprescindível termos um ambiente de negócios favorável para estimular o desenvolvimento da habitação e infraestrutura, assegurando o crescimento do setor da construção”

Inflação brasileira medida pelo IPCA encerrou 2024 em 4,83%



De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em dezembro de 2024, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,52%, ficando acima da taxa de novembro (0,39%), embora tenha permanecido abaixo da taxa registrada em dezembro de 2023 (0,56%). Com isso, o índice oficial de inflação do país fechou o ano acumulando alta de 4,83%, superando em 0,21 ponto percentual (p.p.) o IPCA de 2023 (4,62%) e ficando 0,33 p.p. acima do teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os maiores impactos sobre a inflação de 2024 vieram do grupo Alimentação e Bebidas, que acumulou alta de 7,69% em 12 meses e contribuiu com 1,63 pontos percentuais

para o IPCA do ano. Além disso, as elevações acumuladas nos preços dos grupos Saúde e cuidados pessoais (6,09%) e Transportes (3,30%) também tiveram impactos significativos (de 0,81 p.p. e 0,69 p.p., respectivamente) sobre o IPCA do ano. Juntos, esses três grupos responderam por cerca de 65% da inflação de 2024.

GASOLINA EXERCEU O MAIOR IMPACTO INDIVIDUAL SOBRE A INFLAÇÃO DE 2024

Entre os 377 subitens que têm seus preços considerados no cálculo do IPCA, a gasolina exerceu o maior impacto (0,48 p.p.) individual sobre a inflação de 2024, acumulando alta de 9,71% no ano. Em segundo lugar, veio o subitem Plano de Saúde, que su-

biu 7,87% em 12 meses e contribuiu com 0,31 p.p. para o IPCA de 2024. A seguir, veio o subitem Refeição fora do domicílio, que acumulou alta de 5,70% em 12 meses, com impacto de 0,20 p.p. no IPCA do ano.

Outro subitem em destaque foi o Café moído, que exerceu o quarto maior impacto individual sobre a inflação do ano passado (0,15 p.p.) e acumulou alta de 39,60% em 2024.

Por outro lado, subitens com preços mais voláteis, como as Passagens aéreas, ajudaram a puxar o IPCA do ano para baixo, com queda acumulada de 22,20% em 2024 e impacto de -0,21 p.p. no IPCA de 2024. Da mesma forma, o Tomate e a Cebola fecharam o ano acumulando queda de preços

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	Mês			Acumulado	
	out/24	nov/24	dez/24	Ano	12 meses
IPCA total	0,56	0,39	0,52	4,83	4,83
1. Alimentação e bebidas	1,06	1,55	1,18	7,70	7,70
2. Habitação	1,49	-1,53	-0,56	3,08	3,08
3. Artigos de residência	0,43	-0,31	0,65	1,31	1,31
4. Vestuário	0,37	-0,12	1,14	2,57	2,57
5. Transportes	-0,38	0,89	0,67	3,29	3,29
6. Saúde e cuidados pessoais	0,38	-0,06	0,38	6,09	6,09
7. Despesas pessoais	0,70	1,43	0,62	5,13	5,13
8. Educação	0,04	-0,04	0,11	6,71	6,71
9. Comunicação	0,52	-0,10	0,37	2,94	2,94

Fonte: IBGE. Elaboração: LCA

(-25,86% e -35,31%, respectivamente) e ambos tiveram o mesmo impacto (-0,07 p.p.) sobre a inflação de 2024.

Para Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, “o índice foi puxado pela alta dos itens alimentícios, que sofreram influência de condições climáticas adversas, em vários períodos do ano e em diferentes localidades do país. Além disso, assim como em 2023, a gasolina foi responsável pela maior contribuição no indicador em 2024”.

SÃO LUIZ TEVE A MAIOR INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES

Entre as 16 localidades onde o IBGE faz o acompanhamento semanal dos preços, São Luís (6,51%) teve a maior inflação acumulada em 2024, principalmente por causa das altas da gasolina (14,24%) e das carnes (16,01%). Belo Horizonte (5,96%) e Goiânia (5,56%) vieram a seguir.

Na região metropolitana de São Paulo, que representa 32,28% do IPCA do país, a inflação de 2024 fechou em 5,01%. No Rio de Janeiro, terceiro maior peso no IPCA nacional entre as localidades, a inflação de 2024 ficou em 4,69%.

O menor resultado foi em Porto Alegre (3,57%), sob influência das quedas locais nos preços da cebola

(-42,47%), do tomate (-38,58%) e das passagens aéreas (-16,94%).

PRINCIPAIS RESULTADOS

O IPCA de dezembro registrou +0,52%, acima do registrado em novembro (+0,39%).

Seis dos nove grupos desaceleraram: Habitação, Artigos de residência, Vestuário, Transportes, Saúde e cuidados pessoais e Comunicação.

A LCA Consultores projeta -0,03% para o IPCA em janeiro, destacadamente (i) pelo desconto de Itaipu em energia elétrica residencial, bem como (ii) pelos desdobramentos da recente descompressão no campo em Alimentação e bebidas - com taxas mais brandas em Carnes, Aves e ovos, Óleos e gorduras e Alimentação fora.

RESULTADOS

Ainda que algo abaixo de novembro (+1,55%), foi registrada nova alta significa para o grupo Alimentação e bebidas em dezembro (+1,18%), com destaque para as altas de Farinhas, féculas e massas, Açúcares e derivados, Hortaliças e verduras, Frutas, Carnes, Pescados, Carnes e peixes industrializados, Aves e ovos, Panificados, Bebidas e infusões, Enlatados e conservas, Sal e condimentos e do subgrupo Ali-

mentação fora do domicílio.

Habitação passou de -1,53% em novembro para -0,56% em dezembro, em boa medida pela queda menos intensa em energia elétrica residencial - já que a passagem da bandeira vermelha 2 em outubro para amarela em novembro teve mais ímpeto deflacionário do que a atual migração de amarela para verde em dezembro -, bem como pelas altas de aluguel residencial e de artigos de limpeza.

Artigos de residência passou de -0,31% em novembro para +0,65% em dezembro, pelas altas de aparelhos eletroeletrônicos.

Por conta de fatores sazonais, **Vestuário** acelerou entre novembro (-0,12%) e dezembro (+1,14%).

Saúde e cuidados pessoais acelerou entre novembro (-0,06%) e dezembro (+0,38%), com destaque para a alta em Higiene pessoal.

Educação passou de -0,04% em novembro para +0,11% em dezembro, pelas altas de Leitura, Papelaria e Cursos diversos.

Por fim, **Comunicação** passou de -0,10% em novembro para +0,37% em dezembro, pela alta de plano de telefonia fixa.

Embrapii bate recorde de projetos e financia R\$ 1 bilhão em 2024

Ao todo, 610 inovações industriais receberam recursos



A Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) financiou 610 projetos em 2024, somando R\$ 1 bilhão em investimentos em inovação e pesquisa. É um recorde para a organização, criada em 2013. Os recursos próprios responderam por 34% do total financiado. A entidade é uma Organização Social vinculada ao governo federal e apoia instituições de pesquisa tecnológica fomentando a inovação na indústria brasileira.

"Uma série de ações está sendo desenvolvida para ampliar o número de projetos contratados. A Embrapii tem investido na promoção do modelo, na capacitação das suas Unidades para captar mais projetos, assim como na mobilização de novas empresas clientes por meio de reuniões, eventos e Embrapii Days [workshop para negociação de projetos entre empresas e Unidades]", explica Alvaro Prata, diretor-presidente da Embrapii.

A agroindústria e as indústrias de alimentos e bebidas, contabilizadas como uma única categoria, foram as campeãs em número de projetos contratados, com 94 iniciativas. Entre os financiados, está o nanossatélite VCUB1, o primeiro de alto desempenho com tecnologia 100% nacional. O equipamento foi desenvolvido pela Unidade Embrapii

de Sistemas Embarcados (ISI-Embarcados), do Senai, em Florianópolis (SC). Em 2024, a Visiona, joint-venture da Embraer e da Telebras, que está à frente do projeto, mostrou as primeiras imagens coletadas pelo VCUB1. Os dados coletados pelo nanossatélite têm grande aplicação para monitoramento agrícola e georreferenciamento de plantações e rebanhos. A Embrapii entrou com R\$ 2,9 milhões em recursos.

A área de tecnologias transversais com aplicações em educação, serviços e financeiro ficou em segundo lugar, com 74 projetos. Nessa categoria, destacam-se iniciativas de inteligência artificial, internet das coisas (IoT) e realidade aumentada. O ramo da Saúde ficou em terceiro lugar, com 54 projetos financiados.

COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO SUSTENTÁVEL

Petróleo e gás lidera o ranking em valores contratados, com R\$ 185 milhões aplicados nos 21 projetos do setor. Destaca-se o apoio da Embrapii ao desenvolvimento de biocombustíveis inovadores. Desde 2023, uma parceria entre a Unidade Embrapii Coppe/UFRJ e a Petrogal investe R\$ 21,3 milhões para produzir combustível de aviação sustentável, uma alternativa ao querosene de aviação. De

acordo com a Associação Internacional do Transporte Aéreo (Iata), a aviação civil é responsável por 2% de todo o carbono emitido no planeta. Além do aspecto sustentável, o novo combustível poderá ser mais barato, reduzindo os custos de operação das companhias aéreas e, consequentemente, das viagens.

MAIS DE MIL PROJETOS DE PD&I EM CURSO

Atualmente, a Embrapii possui uma carteira ativa de 1.059 projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), totalizando R\$ 2,4 bilhões em investimentos. As iniciativas são realizadas graças a parcerias entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) credenciadas como Unidades Embrapii, empresas e a Embrapii.

Neste modelo de parceria, a empresa interessada negocia o projeto diretamente com uma das 96 Unidades Embrapii credenciadas. Esta negociação pode ser feita a qualquer momento, sem precisar esperar a abertura de edital, por exemplo. Os recursos necessários para o projeto também são compartilhados. Do R\$ 1 bilhão em financiamentos em 2024, 34% vieram diretamente da Embrapii; 50% das empresas; e os 16% restantes são das próprias Unidades Embrapii. Os recursos investidos pela Embrapii são não-reembolsáveis.

Em 11 anos, houve colaborações com mais de 2 mil empresas, superando a marca de 3 mil projetos contratados. A Embrapii é uma organização social sem fins lucrativos, com contratos de gestão com os Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Saúde, da Educação (MEC) e da Fazenda.

Avanço dos “pagamentos invisíveis” irá impulsionar as tendências para 2025

Com avanços tecnológicos, o setor de meios de pagamentos no Brasil avança para um futuro de soluções mais rápidas, integradas e acessíveis

A adoção crescente de novas soluções e mudanças no comportamento do consumidor continua a redefinir tendências no mercado de meios de pagamentos. Em 2025, o fortalecimento do Pix, o pagamento por aproximação (NFC) e a chegada do Drex, moeda digital brasileira, prometem trazer um ambiente ainda mais inovador para o setor.

O Pix, já estabelecido como uma das principais ferramentas financeiras no Brasil, alcançou a marca de 250 milhões de transações em um único dia em dezembro de 2024, segundo o Banco Central. Com o Pix cada vez mais presente no dia a dia das pessoas, surge uma nova funcionalidade que promete ampliar ainda mais sua usabilidade: o Pix por aproximação. Previsto para ser lançado amplamente ao mercado em 2025, a nova funcionalidade simplifica a experiência do consumidor e elimina a necessidade de dispositivos adicionais. Esse movimento reflete uma tendência global de facilitar interações monetárias.

Além disso, no universo digital também há uma transição para jornadas de pagamento cada vez mais fluidas e intuitivas. “Uma das principais vantagens é a eliminação de autenticações subsequentes após a validação inicial. O mercado de pagamentos está se ajustando para atender a um público que valoriza a praticidade”, explica Ricardo Marson, Superintendente de Produtos da Getnet, empresa de tecnologia para soluções de pagamento do grupo global PagoNxt, do Santander.

Os pagamentos por aproximação



(NFC), também conhecidos como pagamentos “invisíveis” e sem fricção, continuam ganhando espaço no varejo. De acordo com a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), somente no primeiro trimestre de 2024, essa modalidade movimentou R\$ 305,3 bilhões, um crescimento de 56,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os pagamentos invisíveis, incluindo tecnologias como Tap on phone, que transforma smartphones em maquininhas de cartão e automação de sistemas estão transformando a maneira como as transações financeiras são realizadas. Além disso, a integração dessas soluções com inteligência artificial e tokenização está contribuindo para uma experiência mais personalizada e segura.

Por outro lado, uma das novidades mais aguardadas para 2025 é a chegada do Drex, a moeda digital idealizada pelo Banco Central. Con-

cebida como uma extensão do real, o Drex será utilizado exclusivamente em transações online e tem o potencial de transformar o sistema financeiro nacional. Reduzindo custos, ampliando a eficiência e viabilizando operações mais sofisticadas, como contratos inteligentes e tokenização de ativos, essa inovação se apresenta como um recurso estratégico para modernizar a economia do país, facilitando o acesso a serviços financeiros e impulsionando novas oportunidades de negócios.

“Nesse cenário de inovação, o mercado de meios de pagamento caminha para um futuro cada vez mais integrado, onde tecnologia e conveniência se encontram para criar experiências mais acessíveis e seguras. A convergência de soluções como o Pix Sem Contato, os pagamentos instantâneos e invisíveis, e a moeda digital reflete um movimento de adaptação às demandas de consumidores que esperam mais praticidade e confiança nas transações”, finaliza Marson.

Minas Gerais registra superávit de US\$ 24,9 bilhões na balança comercial em 2024

Exportações somaram US\$ 41,9 bilhões e importações, US\$ 17 bilhões; minério e seus concentrados responderam por 30%, mas café torrado foi destaque do ano

Minas Gerais registrou um saldo positivo de US\$ 24,9 bilhões na balança comercial em 2024, com US\$ 41,9 bilhões em exportações e US\$ 17 bilhões em importações.

As importações e o superávit alcançaram o segundo maior patamar desde 1997, marco temporal da plataforma Comex Stat, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Já as exportações e a corrente de comércio – que chegou a US\$ 58,9 bilhões – bateram recordes. Em comparação a 2023, o saldo do comércio exterior cresceu 0,6%; as exportações aumentaram 4,1%; as importações avançaram 9,7% e a corrente comercial subiu 5,7%.

Os chineses e os estadunidenses seguiram como os principais parceiros comerciais dos mineiros. As exportações para a China chegaram a US\$ 15,3 bilhões (36,6% do total), enquanto as importações atingiram US\$ 4,4 bilhões (25,8%). Para os Estados Unidos, as vendas somaram US\$ 4,6 bilhões (11%) e as compras, US\$ 2 bilhões (11,8%).

Quanto aos tipos de produtos mais exportados, o minério de ferro e seus concentrados responderam por 30% da pauta, mas o destaque do ano foi o café não torrado – que elevou a participação de 14% para 19%. Soja (7%), ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-liga (8,2%) e açúcares e melados (5,7%) completaram o top cinco.

A analista de Negócios Internacionais do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais



(Fiemg), Verônica Winter, explica que o resultado do café foi devido à escassez da oferta, que ocasionou um aumento no preço.

No ranking de mais importados, a liderança ficou com adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos, com 6,3% de participação. Na sequência, ficaram: veículos de passageiros (5,8%); demais produtos da indústria de transformação (4,7%); veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (3,7%) e medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (3,7%) – que saltou seis posições de um exercício para o outro.

DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA E CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO FAVORECEM O ESTADO

Na avaliação de Verônica Winter, 2024 foi positivo para o comércio exterior de Minas Gerais. Entre os

fatores que impulsionaram o desempenho do Estado, ela pontua a diversificação da pauta exportadora e o contexto político-econômico internacional.

“Temos tentado sempre diversificar a pauta exportadora. A própria Fiemg desempenha esse papel de fomentar essa diversificação. Os produtos que já eram exportados mantiveram as exportações e tivemos um impulso em relação a outros produtos”, pondera.

“Acredito que o contexto político-econômico internacional também tem sido favorável para Minas Gerais. Os produtos mineiros têm sido demandados pelos nossos principais parceiros. A China, os Estados Unidos e a Argentina têm sempre aumentado o percentual de produtos que importam do Estado e que exportam para a gente”, completa.

Brasil fica em 5º lugar na produção de colchões no mundo

- Com receita líquida de 7,2 bilhões de reais, a estimativa é fechar o ano com um crescimento de 5,11% nesse indicador
- O Brasil já responde por 40% do consumo de colchões na América Latina
- Para 2025, a previsão é crescer mais de 6,5% e gerar R\$ 7,67 bilhões em receita líquida, segundo relatório anual da Associação Brasileira da Indústria de Colchões (ABICOL).



A Associação Brasileira da Indústria de Colchões (ABICOL), entidade que representa o setor colchoeiro no país, divulga o balanço anual do segmento. A associação estima que o setor deve fechar 2024 com uma receita líquida na ordem de R\$ 7,2 bilhões, o que representa alta de

5,11% em comparação ao ano anterior, quando registrou R\$ 6,85 bilhões. Na quantidade produzida, a elevação deve ser de 3,52% em relação a 2023, de 21,17 milhões para 21,91 milhões de unidades. Já as vendas de colchões devem superar 21,88 milhões de unidades, aumento

de 3,89%, comparado com o mesmo período do ano passado, em que registrou 21,06 milhões de unidades.

Para o próximo ano, a ABICOL prevê um crescimento superior a 6,5%, atingindo R\$ 7,67 bilhões em receita líquida. O levantamento reve-

la ainda que o Brasil é o quinto maior produtor de colchões do mundo e lidera o consumo de colchões na América Latina, representando 40% do volume total.

De acordo com Adriana Perini, diretora executiva da ABICOL, a alta nos custos de operação e a deflação nos preços no varejo, indicada pelo IPCA de novembro, chamam a atenção. “O setor enfrenta um período desafiador, principalmente, com a alta no preço dos insumos e nos custos da cadeia logística. Se ainda assim ocorre deflação, a vigilância de mercado assume um papel estratégico. Precisamos garantir que os produtos estão atendendo aos padrões obrigatórios de qualidade e conformidade para justificar o fechamento dessa conta. Nesse contexto, é fundamental que o consumidor se atente à procedência do colchão, que pode ser conferida pelo Selo de Identificação de Conformidade do Inmetro, entre outras pesquisas, como no site do Observatório do Colchão, por exemplo.”

Ainda segundo Adriana, embora o mercado demonstre um cenário desafiador, a ABICOL acredita na capacidade do setor de se reinventar por meio da inovação e de regulamentação justa, que fortaleça as marcas nacionais e, dessa forma, permita o desenvolvimento sustentável do mercado. “Para isso, a ABICOL está empenhada em ampliar a visibilidade do setor, promovendo estudos sobre desempenho, suporte e a vida útil do colchão. Aliás, o Brasil é o único país no mundo a contar com regulamento compulsório que exige que os colchões sejam submetidos a testes em laboratório acreditado. Esses testes e outras análises obrigatórias verificam a conformidade em cerca de uma dezena de critérios antes que o produto possa ser comercializado no território nacional. Nosso compromisso é com a qualidade, a inovação, a sustentabilidade e, dessa forma, fortalecer todo o ecossistema colchoeiro”, pontua Adriana.



COLCHÕES DE MOLAS, DE ESPUMA, MISTOS E DE OUTROS TIPOS				
ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (em mil unidades)	QUANTIDADE VENDIDA (em mil unidades)	VALOR DE PRODUÇÃO (em mil Reais)	RECEITA LÍQUIDA (em mil Reais)
2019	19.221	18.916	5.557.274	5.384.165
2020	24.659	24.786	6.166.620	6.187.488
2021	23.956	23.218	6.910.482	6.817.509
2022	20.671	20.537	7.227.011	6.591.591
2023	21.171	21.062	7.500.000	6.850.000
2024*	21.917	21.880	8.300.000	7.200.000

* O dado de 2024 é uma estimativa baseada nos resultados até novembro.

Segundo o levantamento da ABICOL, de 2022 para 2024, o Brasil passou de 297 para 339 fábricas. **O Sudeste concentra a maior parte delas (35,9%), seguido pela região Sul (24,55%), e depois pelo Nordeste (19,16%), Centro-Oeste (13,17%) e Norte (7,19%).** O seg-

mento gera cerca de 39 mil empregos diretos. De acordo com a entidade, colchões de espuma e mistos representam cerca de 50% do volume dos colchões produzidos no Brasil, os colchões de mola detêm 35% da produção e os demais tipos somam 15%.

B3 e a nova carteira do Ibovespa

Bolsa divulgou também as novas carteiras dos demais índices, que vão vigorar até 2 de maio deste ano

A nova carteira do Ibovespa B3, principal indicador do desempenho das ações mais negociadas da Bolsa, que passou a vigorar de 6/1/2025 a 2/5/2025, conta com 87 papéis de 84 empresas brasileiras (ações ordinárias, ON, e preferenciais, PN, de uma mesma companhia também podem integrar o indicador). A nova composição do indicador, com base no fechamento do pregão de 03/01/2025, registra a entrada das empresas Marcopolo (POM04) e Porto Seguro (PSSA3) e a saída das companhias Alpargatas (ALPA4) e Eztec (EZTC3).

OS CINCO ATIVOS COM MAIOR PESO NA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE SÃO:

Vale ON (11,783%)
Petrobras PN (8,353%)
Itaú Unibanco PN (7,406%)
Petrobras ON (4,720%)
Banco do Brasil ON (3,497%)

PRÉVIA DAS CARTEIRAS DOS ÍNDICES B3

A composição das carteiras do Ibovespa B3 e dos demais índices de ações calculados pela bolsa do Brasil é revisada a cada quatro meses, em janeiro, maio e setembro, com a possibilidade de entrada e saída de empresas de acordo com a metodologia de cada índice.

Além da carteira oficial, a B3 divulgou três prévias das carteiras, antes da divulgação da carteira definitiva, para que investidores e gestores de fundos, por exemplo, tenham previsibilidade quanto à necessidade de fazer ajustes no peso de cada papel em suas alocações:

1ª prévia: no primeiro pregão do



último mês de vigência da carteira (2/12/2024);

2ª prévia: no pregão seguinte ao dia 15 do último mês de vigência da carteira (16/12/2024);

3ª prévia: no penúltimo pregão de vigência da carteira (2/1/2025); e

Carteira definitiva (6/1/2025).

O Ibovespa B3 reúne os ativos com maior volume negociado no pregão da bolsa do Brasil e serve de referência para investimentos como os ETFs (Exchange Traded Fund), fundos de investimentos listados em bolsa que

replicam o desempenho de um índice de referência, além dos futuros de Ibovespa e as opções sobre Ibovespa.

A porta de entrada, que vai definir se um papel será incluído ou não no índice, é a liquidez, ou seja, a capacidade que essa ação tem de ser comprada ou vendida rapidamente pelos investidores.

Com os índices, os investidores conseguem acompanhar o desempenho de carteiras formadas por ações de diferentes segmentos da economia, além de poderem diversificar seus investimentos por meio de produtos financeiros referenciados a esses índices.

Países com endividamento público elevado

O Japão liderou, em 2024, o ranking dos países detendo os maiores endividamentos públicos do mundo – 251,2% equivalentes a mais de duas vezes e meia o seu PIB-Produto Interno Bruto – sendo seguido por Itália – 136,9% e pelos Estados Unidos – com 121,0%. Confira a relação a seguir, extraída do estudo intitulado World Economic Outlook, do FMI-Fundo Monetário Internacional.

FMI – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO EM RELAÇÃO AO PIB Países Selecionados 2024*

País	%
<i>Japão</i>	<i>251,15</i>
<i>Itália</i>	<i>136,89</i>
<i>Estados Unidos</i>	<i>121,01</i>
<i>França</i>	<i>112,32</i>
<i>Canadá</i>	<i>106,08</i>
<i>Bélgica</i>	<i>104,99</i>
<i>Espanha</i>	<i>102,31</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>101,82</i>
<i>Portugal</i>	<i>94,39</i>
<i>Argentina</i>	<i>91,43</i>
<i>China</i>	<i>90,12</i>
<i>Brasil</i>	<i>87,58</i>
<i>Índia</i>	<i>83,06</i>
<i>África do Sul</i>	<i>74,98</i>
<i>Alemanha</i>	<i>62,68</i>

*Estimativas

OBS.: O critério/metodologia adotados pelo FMI são diferentes do Banco Central do Brasil para esse mesmo objetivo. Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2024



A geopolítica e os desafios para o agronegócio

As mudanças recentes na geopolítica trazem desafios para o agronegócio e é preciso estar preparado para agir estrategicamente nesse novo cenário



O agronegócio global está se transformando rapidamente, impulsionado por mudanças geopolíticas, demandas crescentes por sustentabilidade e a necessidade de adaptação a novos padrões comerciais. Para as empresas brasileiras do setor se destacarem nesse ambiente de alta competitividade é fundamental que haja uma combinação de inovação, flexibilidade e estratégias bem articuladas.

Nesse cenário, o Centro de Aprendizagem e Cultura Imaflora (Cacuf), e a Agroicone, em parceria com um dos coordenadores do Centro de Altos Estudos e Pesquisa Geopolítica da UFRRJ, Pablo Ibañez, lançam a formação executiva “Geopolítica para um Agronegócio Sustentável”. O programa combina conhecimento teórico e relatos práticos, oferecendo uma possibilidade de imersão nas dinâmicas geopolíticas do mundo contemporâneo e uma oportunidade de debater, diretamente com seus

negociadores, cases emblemáticos do mercado internacional.

Considere, a seguir, cinco estratégias essenciais para garantir que o agronegócio não apenas sobreviva, mas exerça protagonismo no mercado internacional. As soluções convergem para a adoção indispensável de práticas colaborativas e sustentáveis.

1. ADAPTAÇÃO ÀS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS

O cenário internacional está instável, com conflitos armados significativos e crescentes tensões entre grandes potências resultando em sanções econômicas e barreiras comerciais, que dificultam os negócios. A chamada Guerra Fria 2.0 está forçando países a se posicionarem em relação às tensões, muitas vezes levando a contingenciamentos de mercados, como é o caso das ameaças tarifárias alardeadas por Trump.

Essa instabilidade internacional exige que as empresas do agronegócio adotem uma postura flexível e estrategicamente neutra nos seus relacionamentos comerciais. Para garantir que o Brasil continue se relacionando com todos os países, é essencial desenvolver estratégias de contingência e diversificar os mercados de exportação. Isso pode ser feito acompanhando de perto as políticas internacionais e estabelecendo diálogos contínuos com o governo para uma abordagem diplomática que apoie o setor privado e não gere incertezas.

2. EXPANSÃO NO MERCADO ASIÁTICO

O mercado asiático tem um vasto potencial de consumo, concentrando 60% dos habitantes e cerca de 40% do PIB (Produto Interno Bruto) globais. Além disso, registrou a maior redução da pobreza dos últimos 30 anos, segundo o Banco Mundial. Nesse mercado em desenvolvimento, muitos países regionais ainda possuem restrições comerciais aos produtos agrícolas brasileiros. “Após anos de disputas na OMC, o Brasil só conseguiu abrir o mercado de frango na Indonésia em 2019”, exemplifica Ibañez.

Nesse cenário, empresas devem investir em melhorias de qualidade e certificações que atendam aos padrões desses mercados. Trabalhar em parceria com entidades governamentais, promover feiras e missões comerciais são medidas essenciais para abrir novos mercados e fortalecer a presença brasileira. Foco na construção de relacionamentos de longo prazo e adaptação às preferências

culturais locais facilitará a entrada de produtos brasileiros.

3. FORTALECIMENTO DA DIPLOMACIA COMERCIAL

A diplomacia brasileira possui uma expertise consolidada, especialmente no setor agrícola. Os diplomatas brasileiros têm excelente formação e profundo conhecimento dos mercados e das instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que podem facilitar a abertura de novos mercados e lutar contra barreiras ou favorecimentos indevidos. Além disso, eles participam ativamente de reuniões de blocos econômicos e possuem conhecimento detalhado das especificidades de importantes parceiros comerciais, como a União Europeia e a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

A expertise da diplomacia brasileira deve ser melhor aproveitada pelo setor privado. Empresas do agronegócio precisam estabelecer canais de comunicação e cooperação com diplomatas, utilizando seus conhecimentos para penetrar em mercados difíceis e resolver barreiras comerciais. A colaboração entre setor privado e governo é fundamental para complementar esforços, recursos e expertises. Pressionar por uma maior integração da agricultura nas determinações de política externa e comercial do Brasil também é crucial. "Um dos caminhos é aumentar o papel do Mercosul na agricultura, como foro de concertação e atuação internacional dos países da região, para determinar posições comuns e exercer influência no âmbito multilateral", afirma Ibañez.

4. ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS E INOVAÇÃO AMBIENTAL

A questão ambiental é um ponto de destaque nos mercados globais, especialmente na Europa e, cada

vez mais, na Ásia. O Brasil tem uma posição dúbia nessa área, apresentando dados favoráveis, como o uso de energia limpa, mas também taxas preocupantes de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. A inserção de produtos agrícolas em mercados externos depende, em grande parte, da capacidade de atender às exigências ambientais e de lidar com a visão que países e compradores têm do Brasil. Também há uma corrida por posicionamento na economia verde, que pode ditar uma nova era de industrialização e serviços no mundo. Nesse caso, eficiência no uso de recursos naturais, economia circular e bioeconomia são requisitos estratégicos.

Empresas do agronegócio devem alinhar-se com os padrões internacionais de sustentabilidade e investir em inovação. "É fundamental que as empresas do agronegócio não apenas melhorem sua imagem, mas validem cientificamente métodos de produção sustentável, contribuindo para a defesa da agricultura tropical em fóruns internacionais," afirma Patrícia Cota, diretora executiva adjunta do Imaflora, fundador do Cacuí. Além disso, é crucial pressionar por políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis e o combate ao desmatamento, garantindo que as práticas adotadas sejam reconhecidas e valorizadas internacionalmente. Na nova economia verde, há oportunidades de criar e expandir cadeias de bioprodutos, para mercados locais e internacionais, que requerem tecnologia aplicada e marketing assertivo.

5. DIVERSIFICAÇÃO DE MOEDAS E MERCADOS

As trocas comerciais estão cada vez mais diversificadas em termos de moedas, afastando-se da predominância do dólar. A instabilidade das moedas ocidentais, aliada ao aumento dos juros nos EUA, tem levado China e Rússia a utilizarem suas moedas

locais para o comércio. Esse fenômeno é particularmente notável na Ásia e representa uma tendência clara de médio e longo prazo.

É vital que as empresas do agronegócio desenvolvam competências em transações multimoedas. Realizar acordos comerciais que incluam moedas locais de mercados emergentes pode diminuir a exposição à volatilidade do dólar. Além disso, investir em sistemas financeiros que suportem essa diversidade cambial e buscar orientação sobre regulamentações financeiras globais são medidas favoráveis às novas dinâmicas econômicas. A diversificação de moedas mitiga riscos financeiros, abre novas oportunidades de negócios e fortalece a resiliência das empresas em um ambiente econômico global em constante mudança.

O Imaflora desde 1995, atua na promoção do uso sustentável e inclusivo dos recursos naturais. Suas ações conciliam conservação ambiental e desenvolvimento econômico, atendendo a demandas das cadeias florestais, agropecuárias, da sociobiodiversidade e da agenda climática. Realiza trabalho em campo, assistência técnica, serviços ESG e certificações, além de pesquisa e desenvolvimento de dados. (www.imaflora.org)

A Agroicone é uma organização que gera conhecimento e soluções para transformar a agropecuária brasileira diante dos desafios globais do desenvolvimento sustentável. Atua em cinco áreas estratégicas: i) comércio internacional e temas globais; ii) sustentabilidade e inteligência territorial; iii) políticas públicas; iv) negócios, mercados e financiamento; e v) tecnologias em cadeias agro. A Agroicone é formada por uma equipe multidisciplinar, com vasta competência nas áreas econômica, regulatória/jurídica, territorial, socioambiental e de comunicação. (www.agroicone.com.br)

A Balança Comercial brasileira de 2024 e as incertezas para 2025



Segundo o IBRE-Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a queda do superávit da balança comercial de US\$ 98,9 bilhões para US\$ 74,6 bilhões entre 2023 e 2024 foi resultado de um recuo no valor exportado em -0,8% e um aumento no valor importado de +9,0%. O crescimento do volume exportado em 2024/2023 (+2,8%) foi menor do que em 2023/2022 (+8,7%), mas os preços caíram menos em 2024/2023 (-3,4%) do que

em 2023/2022 (-6,4%). No entanto, a principal diferença foi o comportamento do volume importado, uma queda em 2023/2022 (-2,2%) e um aumento de +15,8%, em 2024/2023. Assim como nas exportações, o recuo nos preços das importações foi menor em 2024 do que em 2023.

Foi, portanto, o comportamento dos volumes dos fluxos comerciais mais do que os preços que determinaram a redução do superávit comercial.

Quando se divide as exportações em commodities e não commodities, observa-se que o volume exportado das commodities aumentou em +4,1%, mas os preços recuaram em -5,5%, entre 2023 e 2024. Já as não commodities registraram zero de crescimento e aumento de preços de +1,3%. Na comparação entre 2022 e 2023, no volume exportado das commodities foi +14,2% e os preços recuaram -9,3%. O desempenho das commodities foi, portanto, pior em 2024

em termos de volume.

A evolução do índice do volume exportado das commodities mostra uma trajetória ascendente com um único recuo em 2021 (-1,9%). Após um aumento de +14,0%, em 2023, o resultado de 2024 repete o de 2022, +4,1%.

Os preços de exportações das commodities mostram uma evolução mais volátil e, após o pico de 2022 (+13,9%), a taxa de crescimento desacelerou, sendo negativa em 2023 e 2024.

Os preços das importações de commodities e não commodities registram uma queda menor em 2024 comparada com a variação de 2023/2022. No caso das commodities, os preços recuaram -17,3% e -7,8%, em 2023 e 2024, respectivamente. A principal diferença está no comportamento do volume. Em 2023, a variação das commodities foi de -3,5% e das não commodities de -2,0%. Entre 2023/2024, a variação foi de +5,0% e +17,7% das não commodities. O aumento das importações foi, portanto, liderado, pelas não commodities.

QUAIS AS PERSPECTIVAS DAS COMMODITIES BRASILEIRAS PARA 2025 NO CENÁRIO TRUMP?

No caso das commodities, as principais commodities brasileiras exportadas para os Estados Unidos foram: petróleo bruto (participação de 14% no total das exportações brasileiras para o país); semimanufaturados de ferro ou aço (8,8%); café (4,7%); óleos combustíveis (4,3%); celulose (4,2%); ferro gusa (4,4%); sucos (3%) e carne (2,3%). Nesse cenário, além de produtos de siderurgia, lobbies protecionistas podem demandar restrições para sucos e carne. No caso de petróleo, não é claro se a promessa de aumentar a exploração do petróleo no território dos Estados Unidos seja acompanhada de restrições, pois o preço

aumentaria. A imprevisibilidade de Trump cria um cenário desfavorável para as transações comerciais.

A variação dos termos de troca entre 2023 e 2024 foi de +2,5%, menor do que entre 2022 e 2023, +3,7%. Nesses períodos, a variação dos preços exportados e importados foi negativa. A diferença é que em 2024, a diferença entre o preço exportado e o importado foi menor do que em 2023. Desde 2022, os termos de troca registraram uma trajetória ascendente bem suave.

Em 2023, a agropecuária liderou o aumento no volume exportado (+25,0%), seguida da extrativa (+16,5%) e queda na indústria de transformação (-0,4%). Em 2024, a extrativa liderou (+6,8%), seguida da transformação (+3,2%) e queda na agropecuária (-1,4%). As menores taxas de variação da agropecuária e da extrativa explicam a piora do desempenho das commodities em 2024 em comparação com o resultado de 2023/2022. Na comparação entre 2023 e 2024, apenas a indústria de transformação registrou uma melhora.

As exportações de óleo bruto de petróleo passaram a ocupar a primeira posição na lista das principais exportações brasileiras no lugar da soja, embora a diferença seja pequena em termos de participação: petróleo (13,3%) e a soja (12,7%).

Ressalte-se que a variação no volume exportado das commodities foi positivo (+4,1%) entre 2023 e 2024, mas, como o resultado da agropecuária foi negativo, foi a extrativa e as commodities que pertencem à indústria de transformação que contribuíram para esse aumento. A variação na extrativa já foi mencionada, +6,8%, e das commodities da transformação, o aumento foi de +7,5% com recuo de preços de -0,5%. Esses produtos representaram 49% do total das exportações da indústria de transformação e 27,5% do total das

exportações, enquanto o percentual da agropecuária foi de 20,1% e da extrativa de 24%. Logo, foram as commodities da indústria de transformação que explicaram o aumento no volume exportado desse setor e sua contribuição para o aumento das commodities totais supera o da extrativa e da agropecuária. A variação do volume exportado das não commodities foi -0,7%.

Nas importações, todos os setores registraram variação positiva em 2024/2023 e queda nos preços. Em 2023/2022, a variação do volume havia sido negativa para todos os setores. O aumento no volume importado da agropecuária (+31,6%), em 2024, não influenciou o resultado agregado, pois o setor explicou 2,1% das importações totais. A principal contribuição é da indústria de transformação (+16,3%) que explicou 92% do total das importações em 2024.

A concentração das importações na indústria de transformação nos leva a registrar as variações no setor por categoria de uso. As participações no total importado da indústria são: bens intermediários (65,3%); bens de capital (17,6%); bens duráveis de consumo (4,9%); bens não duráveis de consumo (9,1%); e, bens semi-duráveis (3,1%). Para todas as categorias foi registrado um avanço nas importações, na comparação das variações entre 2023/2022 e 2024/2023. O aumento das principais categorias, bens de capital e bens intermediários, está associado ao crescimento da indústria de transformação em 2024.

O aumento dos bens duráveis, desde 2023, é explicado principalmente pela importação de veículos elétricos que tinham suas tarifas de importações menores do que para veículos convencionais. O governo tem elevado as tarifas desses produtos, mas há uma demanda que chegue a 35%, para igualar os carros convencionais.

O setor de agropecuária apresenta uma trajetória ascendente com níveis superiores aos dos outros setores. A variação entre 2008 e 2024 foi de +309% para a agropecuária, +126% para a extrativa e +113% para a transformação. Essa última, apesar da melhora em 2024, continua a registrar o pior desempenho ao longo do período selecionado.

O desempenho dos setores se traduziu em mudanças na estrutura de participação nas exportações totais. Entre 1998 e 2023, a agropecuária aumentou sua participação de 9,9% para 23,1%. Em 2024, o recuo nas exportações levou a uma queda na participação para 20,0%. A participação da extrativa passou de 7,2% para 23,3% entre 1998 e 2023 e aumentou para 24,0% em 2024. A participação da transformação caiu de 82,9% para 53,4% entre 1998 e 2023 e aumentou para 55,9%, em 2024. Reverter essa mudança estrutural não parece ser factível nos próximos anos.

O aumento no volume importado de máquinas e equipamentos e de bens intermediários na indústria de transformação comparado com os resultados para a agropecuária atesta a melhora do desempenho da indústria, em 2024. Chama atenção que em 2023/2022, a variação nas compras de máquinas e equipamentos foi de +1,5% para a transformação e de +24,5% para a agropecuária. No ano de 2024, o resultado para a agropecuária foi negativo, -9,0%, e para a transformação foi positivo, +24,5%.

Destaque-se que a redução do superávit da balança comercial veio do aumento do déficit da indústria de transformação de US\$ 37,8 bilhões para US\$ 51,3 bilhões (diferença de US\$ 13,5 bilhões), seguido da queda do superávit da agropecuária de US\$ 74,3 bilhões para US\$ 62 bilhões (diferença de US\$ 12,2 bilhões). O saldo positivo da indústria extrativa passou de US\$ 62,9 bilhões para US\$ 64,7 bilhões, um aumento de US\$ 1,8 bilhões.

Por mercados, a redução do superávit da balança comercial em 2024 em relação a 2023 é explicada principalmente pela queda no saldo da Ásia e da América do Sul, na análise dos saldos bilaterais. Essas quedas são associadas aos resultados dos saldos da China e da Argentina. O superávit da China caiu de US\$ 51,2 bilhões para US\$ 30,8 bilhões e da Argentina de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 200 milhões. Uma contribuição de US\$ 24,9 bilhões para a queda do saldo da balança. Para a América do Norte, o saldo melhorou com a redução do déficit com os Estados Unidos.

Se excluía a China da Ásia, o superávit passa para US\$ 17,9 bilhões em 2023 e US\$ 17,0 bilhões, em 2024. No caso da exclusão da Argentina da América do Sul, a queda é maior, de US\$ 9,9 bilhões para US\$ 6,0 bilhões. O que leva a supor que no caso da Ásia, é possível identificar outras regiões com resultados positivos. Um exemplo é a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), com superávit de US\$ 15,1 bilhões em 2023 e US\$ 15,5 bilhões, em 2024. A diferença não é grande, mas mostra que as exportações brasileiras registram desempenho favorável em outros mercados asiáticos, fora a China. A exclusão dos Estados Unidos da América do Norte eleva o superávit da América do Norte de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 5,6 bilhões, pois os saldos com o México e o Canadá são positivos.

Em relação às outras regiões, há melhora no saldo para o Oriente Médio (+US\$ 3,6 bilhões), África (+1,6 bilhões) e, com valores menores que um bilhão, para a União Europeia e a Oceania.

Os resultados dos volumes exportados mostram a redução para a China (-1,8%) e para a Argentina (-16,0%). Observa-se que para a Ásia, exclusive China, o volume exportado cresce, mas para a América do Sul, exclusive Argentina, as exportações caem. Esse resultado sugere que o

Brasil encontrou mais mercados para aumento das suas exportações na Ásia do que na América do Sul. No caso das importações, a China lidera o aumento do volume das compras externas brasileiras, seguida da Argentina e demais países da Ásia. Para todos os outros mercados é registrado aumento.

Até o momento, o governo Trump não anunciou qual será o seu pacote de tarifas de importações. Já determinou a abertura de investigações pelos órgãos competentes, como United States Trade Representative sobre práticas desleais, danos à indústria doméstica dos Estados Unidos, prejuízos às empresas estadunidenses em territórios estrangeiros, entre outros. Não se sabe, porém, se serão impostas tarifas de importações generalizadas que incidam sobre todos os produtos e países e/ou tarifas seletivas. Também não se sabe se as medidas protecionistas serão mais utilizadas como instrumento de pressão para obter concessões e, logo, serão utilizadas de forma seletiva e direcionada para alguns países. Um exemplo é o anúncio de uma possível tarifa de 25% sobre produtos mexicanos para garantir o controle do fluxo migratório na fronteira.

O fato é que a elevação das tarifas de importações, dependendo da extensão da medida, eleva a taxa de inflação e valoriza o dólar. Para o Brasil, pode trazer mais dificuldades para o controle da inflação e a desvalorização, para beneficiar os exportadores, precisa ser em termos reais o que irá depender da variação do câmbio nominal dividido entre o índice de paridade da moeda brasileira em relação ao dólar. Ademais, como já mencionado, a imprevisibilidade do Presidente Trump em relação à questão do pacote tarifário traz custos para o comércio internacional. Quanto à China, é preciso esperar para observar quais serão as medidas protecionistas que além de tarifas devem incluir restrições às empresas.

Donald Trump está de volta: o que isso significa para a economia brasileira?

Com a reeleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o mundo volta a se deparar com uma política econômica marcada pelo protecionismo e pela defesa da indústria americana. Para o Brasil, que tem nos EUA seu segundo maior parceiro comercial, a pergunta que ecoa entre analistas e empresários é: estamos prontos para enfrentar os desafios de um "Trump 2.0"?

As políticas protecionistas de Trump, que incluem o aumento de tarifas sobre importações, têm impacto direto em parceiros comerciais estratégicos. Setores como agronegócio, petróleo e indústria manufatureira podem sentir os reflexos de barreiras comerciais mais rígidas. No entanto, o professor universitário e pesquisador André Charone, mestre em negócios internacionais, pondera que o déficit comercial brasileiro com os EUA — o Brasil importa mais do que exporta para o país — pode servir como um amortecedor inicial.

"Os EUA têm mais a perder com barreiras contra produtos brasileiros em setores estratégicos, como o agronegócio", afirma Charone. Ele ainda destaca que a resposta a essas políticas exige estratégia diplomática e articulação comercial mais robusta.

EMPRESAS BRASILEIRAS NA LINHA DE FRENTE

Algumas companhias brasileiras já começaram a se adaptar a essa nova realidade. Empresas como Gerdau e Braskem, que possuem operações relevantes nos EUA, enxergam na reeleição de Trump tanto desafios quanto oportunidades. A Gerdau, por exemplo, opera 11 unidades de produção de aço na América do Norte, uma posição que pode favorecer a empresa em um cenário de estímulos à produção local.

"A presença de empresas brasileiras nos EUA será uma vantagem com-



petitiva neste momento, mas o Brasil precisa olhar além das grandes corporações", pontua Charone. "Pequenos e médios empresários que dependem da exportação precisam de apoio governamental e de estratégias claras para diversificação de mercados."

O PAPEL DA CHINA E A DIVERSIFICAÇÃO COMERCIAL

Um efeito colateral da postura protecionista dos EUA é o incentivo à diversificação dos parceiros comerciais. Nos últimos anos, a China se consolidou como o principal destino das exportações brasileiras. Com a continuidade de Trump na Casa Branca, a aproximação com o mercado asiático pode ser intensificada.

"Depender excessivamente de dois grandes mercados, como EUA e China, é arriscado", alerta André Charone. "O Brasil precisa explorar mercados emergentes e regionais, fortalecendo acordos comerciais e criando pontes que garantam maior estabilidade econômica no longo prazo."

REFORMAS INTERNAS: O VERDADEIRO DESAFIO

Além dos fatores externos, o Brasil enfrenta desafios internos significativos. A inflação, o déficit fiscal e a

necessidade de reformas estruturais continuam sendo entraves para o crescimento econômico. Para Charone, um Brasil economicamente forte internamente é a melhor resposta para cenários de incerteza no comércio global.

"Não há como mitigar os impactos de uma política protecionista sem resolver nossos próprios problemas", afirma. "O Brasil precisa investir em infraestrutura, educação e inovação para aumentar a competitividade dos nossos produtos no exterior."

PREPARAÇÃO É A CHAVE

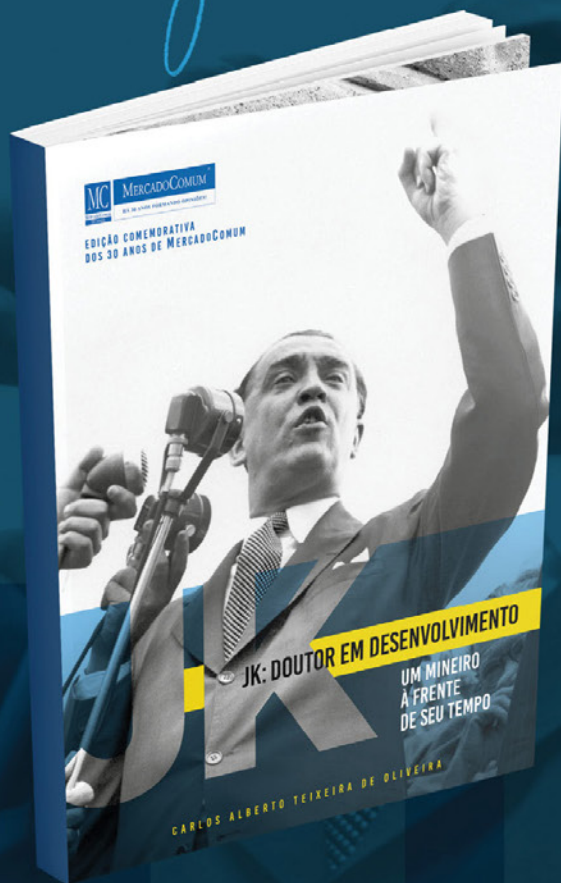
O cenário que se desenha com Trump 2.0 exige do Brasil uma postura pragmática e estratégica. O fortalecimento interno, aliado a uma política externa mais assertiva, será crucial para minimizar os impactos de uma possível guerra comercial.

"Os desafios são grandes, mas o Brasil tem potencial para se posicionar como um ator resiliente no comércio global", conclui André Charone. "A questão é se teremos a visão e a coragem de fazer o que precisa ser feito."

Assim, o jogo está em andamento, e o Brasil precisa decidir se será um mero espectador ou um protagonista no cenário econômico global.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro - União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Grupo Patrimar registra desempenho operacional sólido em 2024 e busca crescimento sustentável em 2025

Prévia Operacional destaca que a Companhia atingiu maior VGV lançado anual da sua história alcançando quase R\$ 2,0 bilhões, além de expansão de 22% no Landbank

O Grupo Patrimar, uma das maiores incorporadoras e construtoras do Brasil, celebra os resultados operacionais de 2024, ano marcado por recordes e avanços estratégicos. Com atuação diversificada nos segmentos econômico, médio e alto padrão, a companhia segue consolidando sua presença em grandes regiões do país.

A Companhia registrou recorde de lançamentos, atingindo R\$ 1,97 bilhão – o maior número de toda a sua história –, um crescimento de 4% em comparação a 2023. Este desempenho reflete a estratégia da companhia em manter um portfólio equilibrado e diversificado, mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador. As vendas contratadas atingiram R\$ 1,5 bilhão em 2024, em linha com o valor apresentado em 2023.

Outro destaque foi o aumento significativo do landbank, que alcançou R\$ 15,72 bilhões em dezembro de 2024 – um incremento de 22% em relação ao ano anterior. Esse resultado reforça a capacidade do Grupo Patrimar de planejar e sustentar sua expansão no longo prazo, com uma presença crescente no estado de São Paulo e uma maior exposição ao segmento Minha Casa Minha Vida, em linha com as demandas do mercado.

DESEMPENHO DO 4º TRIMESTRE DE 2024

Apesar de adotar uma postura mais cautelosa no último trimestre do ano, a companhia manteve seu compromisso com uma operação estratégica. A maior parte dos lançamentos



do trimestre concentrou-se em projetos de média renda e econômicos, alinhados às dinâmicas de mercado e à necessidade de preservar a sustentabilidade financeira do grupo.

PERSPECTIVAS PARA 2025

O Grupo Patrimar está bem-posicionado para continuar sua trajetória de crescimento em 2025, com iniciativas voltadas para fortalecer sua presença em novos mercados e atender às diversas faixas de renda. "Seguimos confiantes em nossa capacidade de entregar resultados consistentes, sustentados por um planejamento estratégico sólido e um portfólio diversificado", destaca Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

"Encerramos 2024 com resultados sólidos e uma operação que nos prepara para enfrentar os desafios de 2025 com confiança. Apesar de um quarto trimestre mais cauteloso, priorizamos a sustentabilidade financeira e a adequação às dinâmicas de mercado, o que reforça nossa resiliência e capacidade de adaptação às condições econômicas futuras." – Felipe Enck Gonçalves, Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

Com mais de 60 anos de história, o Grupo Patrimar é referência nacional no setor de construção e incorporação de imóveis. Presente em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a Companhia atua em segmentos diversificados: a Patrimar Engenharia foca em empreendimentos de alto padrão, enquanto a Construtora Novolar é atende aos segmentos econômico e média renda.

A inovação e a tecnologia são pilares fundamentais do Grupo, que busca continuamente aprimorar a eficiência, sustentabilidade e segurança em seus projetos e processos corporativos. Em 2024, o Grupo Patrimar conquistou a 8ª posição no Ranking Nacional de Construção Imobiliária da Revista O Empreiteiro e é reconhecido pelo selo Great Place to Work como uma das melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais.

Além desses reconhecimentos, a Companhia é premiada nacional e internacionalmente, com honrarias como o Prêmio Master Imobiliário e o Americas Property Awards, reforçando seu compromisso com a excelência no mercado imobiliário.

Tendências para o mercado de trabalho em 2025: navegando o futuro

De acordo com a A Deel - uma plataforma de recursos humanos tudo-em-um para equipes globais, avanços tecnológicos, mudanças de normas sociais e as necessidades dos profissionais, em constante mudança, são alguns dos fatores que impulsionam a evolução do mundo do trabalho. Conforme olhamos para 2025, várias tendências emergentes podem redefinir o panorama de gestão de pessoas. Desde novos arranjos de trabalho até técnicas inovadoras de produtividade, essas tendências estão destinadas a transformar tudo o que sabemos sobre o trabalho e a colaboração em equipe.

“MARIDO REMOTO”

Conheça os "maridos remotos", uma tendência que está mudando os papéis mais tradicionais de gênero. Funciona assim: homens que trabalham em tecnologia ou engenharia assumem posições remotas, permitindo assim que suas esposas possam aceitar propostas de trabalho que exijam uma mudança de cidade. Agora, elas não precisam recusar aquela sonhada promoção em outra cidade ou país, pois seu companheiro pode trabalhar de casa. Sucesso para ambos!

HÍBRIDO EM SEGREDO

Algumas empresas estão tentando fazer com que os funcionários voltem aos poucos ao escritório. Mas shh! não conte para ninguém! Alguns gestores ainda permitem, secretamente, que suas equipes continuem trabalhando de forma remota. Bem-vindo ao mundo do “híbrido em segredo”, onde as regras são dobradas e os sussurros sobre flexibilidade podem causar alvoroço. É como a versão laboral de um clube secreto, deixando



as empresas navegarem pelos novos desafios. Quem diria que a volta ao escritório poderia ser tão misteriosa?

BATENDO PONTO COM UM CAFEZINHO

Já ouviu falar de “bater ponto para o café”? É quando os funcionários entram no escritório apenas para tomar um café e registrar o ponto, mas depois vão trabalhar em outro lugar. É uma parada rápida para tomar uma dose de cafeína e marcar presença. Uma solução que deixa os empregadores sem jeito, perguntando-se como fazer para que o escritório seja

um lugar onde todos realmente queiram estar. A solução para esse desafio ainda está em desenvolvimento.

“ALONEMENT” OU ESPAÇOS INDIVIDUAIS

Ao voltar para o escritório, trocar os pijamas por calças é só o começo. O barulho dos escritórios pode parecer um choque cultural total depois de trabalhar tranquilamente em casa. Para oferecer uma alternativa que suavize o impacto, estão surgindo os “espaços individuais”, como cantos mais tranquilos no local de trabalho, para aqueles momentos em que for



necessário ficar sozinho, em silêncio, mas sem sair do escritório.

TAREFAS EM ESPERA

Apresentamos as “tarefas em espera”: a arte de cronometrar suas tarefas pendentes como um profissional. Faça uma lista de prioridades, espere o momento perfeito e aborde essas tarefas todas juntas de uma vez. É como uma maratona de produtividade que mantém o esgotamento à distância. É uma procrastinação estratégica que realmente funciona.

TRABALHADOR “NEW COLLAR”, OU “SEM COLARINHO”

Conheça o time sem colarinho. Essa geração, que já não usa camisas sociais, está revolucionando as regras de contratação, sem a exigência do ensino superior. Esses astros talentosos conseguem empregos de primeira linha, demonstrando que o talento supera os diplomas universitários. Bem-vindo à era em que as habilidades pagam as contas!

DEMISSÃO SEM PLANO B

Essa tendência está emergindo particularmente entre os jovens tra-

balhadores na China, mas se expandindo para o mundo todo. Refere-se aos profissionais que abandonam seus empregos sem uma outra posição garantida, sem um plano B. Cansados da pressão e da rigidez da vida laboral, buscam funções que priorizem o bem-estar e o equilíbrio entre trabalho e vida. Empresas, preparem-se para se adaptar, as expectativas estão mudando rapidamente.

POLÍTICAS PROGRESSISTAS DE TEMPO LIVRE

Conheça a nova onda de políticas de licença—por divórcio, menstruação, paternidade e até Tinder. Desde consertar corações partidos até dar as boas-vindas a amigos peludos, as empresas estão ficando criativas com as licenças. Diga adeus às licenças médicas e olá para um mundo onde seu chefe apoia sua vida amorosa. Esses benefícios tratam de impulsionar o bem-estar pessoal e manter os funcionários felizes. Quem diria que o trabalho poderia se acomodar tão facilmente à vida privada?

TRAGA SUA PRÓPRIA IA

Escritórios em todo o mundo estão sendo sacudidos pela IA! De acordo

com o Índice de Tendências de Trabalho realizado pela Microsoft e LinkedIn, 78% dos trabalhadores estão levando suas ferramentas pessoais de IA para o trabalho. Desde profissionais até novatos, todos têm um companheiro digital. O futuro está aqui e está se infiltrando no escritório.

A GERAÇÃO DAS LICENÇAS MÉDICAS

A Geração Z está mudando as tendências de bem-estar. Os profissionais dessa geração são mais propensos a tirar dias de folga por questões de saúde mental do que seus colegas da Geração X, com mais de um terço deles lidando com desafios habituais relacionados a essa causa. É um chamado de atenção para as perspectivas profissionais, diz a Resolution Foundation. É hora de priorizar o bem-estar mental.

A Deel é uma plataforma de recursos humanos tudo-em-um para equipes globais. Ela ajuda a simplificar cada aspecto da gestão de uma equipe internacional, desde o onboarding e a cultura, até a folha de pagamento e a conformidade regulatória local. A Deel funciona tanto para freelancers quanto para funcionários em tempo integral em mais de 150 países.

Usiminas fecha parceria com Embratel para instalação de rede privativa LTE e 5G com core dedicado e exclusivo em Ipatinga/MG

Inédita no país, solução projetada para a siderúrgica conta com arquitetura inovadora para garantir alta resiliência e disponibilidade de sinal indoor e outdoor em suas dependências, fatores fundamentais para habilitar aplicações autônomas e de IoT industriais



Entre os principais setores da economia brasileira, a indústria de transformação tem na alta precisão e na segurança de processos alguns dos fatores cruciais para seu sucesso em nível mundial. Neste cenário, a tecnologia desempenha papel fundamental para a evolução do mercado. A Usiminas se une a Embratel, marca da Claro para o mercado corporativo, para a instalação de uma rede privativa LTE e 5G com core (núcleo de rede) dedicado e exclusivo, que deverá cobrir toda a extensão de sua planta em Ipatinga, Minas Gerais.

Inédito no Brasil, o projeto foi desenvolvido sob medida para expandir

e habilitar a cobertura provida pelos sites atualmente existentes no Centro Industrial localizado na cidade de Ipatinga (MG). A Rede Privativa LTE e 5G da Usiminas consiste na implementação de novos sites e setores que permitirão prover cobertura outdoor e indoor em todo o complexo. A arquitetura de rede planejada pela Claro para o atendimento é full-edge, com a disponibilização de um core dedicado, instalado nas dependências da empresa e responsável por orquestrar o funcionamento de toda a solução. Por se tratar de uma operação com processos industriais complexos, foi planejado o uso de um core redundante, configurado para operar

em alta disponibilidade, oferecendo também alta resiliência

A cobertura da área, de aproximadamente 7km², prevê a reutilização de sites já existentes, que ganharão a inclusão de novos rádios e setores, além da implantação de novos sites e reforços pontuais. A rede foi preparada para conectar e suportar o tráfego de milhares de dispositivos que possibilitarão diversas soluções de IoT com o objetivo de aumentar a eficiência e segurança em áreas como logística, manutenção, segurança e operação. Com a tecnologia, a planta da Usiminas se torna uma unidade hiperconectada e 100% online, am-

parada em importantes pilares da chamada Indústria 4.0. No próximo ano, o projeto será expandido também para a planta da siderúrgica em Cubatão (SP).

A partir da alta confiabilidade e alta resiliência da rede privativa que será instalada, a empresa pretende implementar aplicações que contribuam para atender a importantes desafios de seu negócio, nas esferas de: indústria conectada, apoiando a automação industrial, com aplicação de IA (Inteligência Artificial); logística integrada, automatizando os processos operacionais e conectando todos os agentes; e segurança 4.0, oferecendo respostas rápidas e eficazes a possíveis ameaças, contribuindo para que os colaboradores tenham ambiente ainda mais seguro e ergonômico.

“Estamos muito contentes por participar desse importante movimento da Usiminas para a evolução de sua planta. A empresa já conta com um bom nível de amadurecimento tecnológico e nosso projeto tem o objetivo de realmente levar a transformação industrial ao próximo nível, provendo uma estrutura de rede capaz de habilitar a implementação de aplicações de elevada precisão, só possíveis a partir de uma rede 5G com baixíssima latência e alta confiabilidade”, conta Gustavo Silbert, diretor-executivo da Embratel.

“Estamos, cada vez mais, fortalecendo a transformação digital na Usiminas, colocando a tecnologia e todas as suas ferramentas à serviço da nossa indústria, desde a Mineração ao beneficiamento do aço. Nesse sentido, a solução contratada junto à Embratel é impulsionador significativo dos projetos de mobilidade, imagens, IoT e IA, potencializando a eficiência operacional da empresa”, destaca Fernando Carrizo, CIO Usiminas.

O projeto traz uma série de particularidades, que envolvem não só a



natureza do negócio, como também o ambiente em que está inserido. “No planejamento, houve o cuidado de planejar a cobertura de rádio frequência através do uso de ERBs (estações rádio base) estrategicamente posicionadas para prover cobertura em áreas como Aciaria e Laminações. Além disso, novas conexões ópticas para interligação entre as ERBs serão providas com tecnologia avançada para garantir a resiliência e alta disponibilidade da solução. Trabalhamos em conjunto com o time da Usiminas para que a solução fosse o mais customizada possível e se adequasse às complexidades da operação de forma sinérgica”, conclui Silbert.

A Embratel é um dos principais fornecedores de soluções digitais do Brasil. É uma habEmbratellilitadora da transformação digital de empresas de todos os segmentos e líder em telecomunicações com sua infraestrutura de alto nível. A Embratel fornece soluções como Cloud Computing, Data Center, Segurança, Internet das Coisas, Professional Services, Conectividade e Colaboração, Omnichannel, Automação Robótica de Processos, transmissão de dados, vídeo, Internet, telefonia celular e fixa corporativa, longa distância nacional e internacional, além de uma série de outras soluções para apoiar o mercado empresarial na sua jornada de crescimento na nova economia digital. Atuando no desenvolvimento, implementação e gestão de soluções convergentes, a Embratel é ampla-

mente reconhecida pela entrega de serviços de excelência com foco na experiência dos clientes. A Embratel faz parte da Claro.

A Usiminas conta com unidades industriais e logísticas localizadas em seis estados do país e está presente em toda a cadeia do aço – da extração do minério, passando pela produção de aço até sua transformação em produtos e bens de capital customizados. Possui o maior e mais inovador Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em siderurgia da América Latina. O avanço registrado pela siderúrgica nos últimos anos garante inovação, tecnologia e qualidade em todas as linhas de produção, e permite à empresa oferecer ao mercado um portfólio diversificado, com destaque para produtos e serviços de alto valor agregado. Por sua gestão ambiental, a Usiminas foi a segunda siderúrgica do mundo certificada com a ISO14001. A companhia contribui ainda para o desenvolvimento das comunidades onde atua por meio do Instituto Usiminas e da Fundação São Francisco Xavier, oferecendo projetos nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e desenvolvimento social. É signatária de compromissos como o Pacto Global da ONU, a Plataforma WEPS e o Fórum Empresas e Direitos LGBTQ+ e ainda da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. As ações da Usiminas são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque (ADR nível I) e Madri.

Stellantis lidera o mercado sul-americano pelo quarto ano consecutivo e bate diferentes recordes em 2024

- *Empresa emplacou mais de 916 mil veículos e alcançou 22,9% de market share na região no período*
- *No Brasil, foram mais de 734 mil veículos vendidos no acumulado do ano, representando um aumento de 47.394 unidades em comparação com 2023*
- *Em 2024, Stellantis também anunciou R\$ 32 bilhões em investimentos, o maior da história na América do Sul*
- *Fiat emplacou mais de 521 mil unidades em 2024, com 20,9% de participação, 118 mil carros à frente da segunda colocada*
- *Jeep Compass conquista pelo oitavo ano consecutivo a primeira colocação entre os SUVs médios, com 27,8% de participação*
- *Em mais um ano histórico para a marca, Ram comercializou aproximadamente 30 mil unidades em 2024, aumento de 74% em relação ao período anterior*

A Stellantis encerra mais um ano consolidando sua posição de destaque no mercado sul-americano, liderando as vendas e a transição para uma mobilidade segura, sustentável e acessível. A empresa, que completa quatro anos de atuação neste mês, celebra inúmeras conquistas, incluindo a liderança absoluta entre automóveis e comerciais leves nos principais mercados da América do Sul desde que iniciou as operações.

De janeiro a dezembro de 2024, a Stellantis alcançou 22,9% de participação no mercado sul-americano, superando a marca de 916 mil veículos comercializados, um aumento de 37.502 unidades em relação ao mesmo período de 2023. Apenas em dezembro, a empresa registrou mais de 77 mil veículos, conquistando 21% de market share na região.

No Brasil, os resultados também foram impressionantes. A Stellantis manteve a liderança do mercado nacional com mais de 734 mil veículos



emplacados no acumulado do ano, representando um aumento de 47.394 unidades em comparação a 2023 e garantindo 29,4% de participação nas vendas totais do período. Em dezembro, foram comercializados 68,7 mil veículos, correspondendo a 28,1% de market share no país.

No mercado argentino, a Stellantis registrou mais de 116 mil unidades vendidas ao longo de 2024, com participação de mercado de 29,7%, posicionando a empresa como o maior fabricante de veículos da Argentina.

Em 2024, além da liderança no mercado, a Stellantis também celebrou diferentes recordes na região. No final do ano, a empresa alcançou o maior número de produção de sua história, com mais de 90 mil veículos

produzidos. Além disso, durante o período, todas as plantas da Stellantis na região alcançaram números expressivos no volume de produção.

Outro recorde registrado foram os investimentos anunciados pela Stellantis, que apontam para um futuro ainda mais promissor. Durante o ano passado, a companhia confirmou um aporte de R\$ 32 bilhões para América do Sul entre 2025 e 2030, o maior investimento na história da indústria automotiva brasileira e sul-americana. Os valores anunciados impulsionarão o lançamento de 40 novos produtos e 8 powertrains, bem como o desenvolvimento das novas tecnologias Bio-Hybrid, tecnologias inovadoras de descarbonização em toda a cadeia de suprimentos automotivos e novas oportunidades estratégicas de negócios.

Fiat conquista liderança do mercado pelo 4º ano consecutivo em 2024

Durante o último ano, a marca alcançou 20,9% de participação do mercado e 521.289 unidades emplacadas, o que representa um crescimento de 45 mil unidades em relação ao ano anterior, com vantagem superior a 118 mil carros à frente da segunda colocada.

A Strada encerrou o ano com 144.690 unidades vendidas e 5,8% de participação, um avanço de 0,3 p.p em relação a 2023. Entre os 10 veículos mais vendidos do País em 2024, o Argo ganhou três posições e encerrou o período na quinta colocação, com 91.144 unidades e 3,7% de market share. Para fechar, o Mobi ocupou a nona colocação, com 67.390 veículos vendidos e 2,7% do mercado.

Em dezembro, a Fiat também garantiu o primeiro lugar, com 20,5% de market share e mais de 50.160 unidades emplacadas. Entre os modelos, a Strada liderou o mercado com 16.235 unidades e 6,6% de participação, assim como o Argo alcançou a oitava colocação com 7.057 unidades e 2,9% de share.



JEEP® SE MANTÉM COMO REFERÊNCIA ENTRE OS SUVs EM 2024

A Jeep® segue como referência entre os SUVs e comemora, durante mais um ano, a liderança do Compass entre os médios. Assim, o modelo celebra oito anos consecutivos na primeira colocação desta categoria, com mais de 50 mil unidades vendidas e 27,8% de participação do mercado em 2024.

O Compass e o Commander, com

a quantidade de emplacamentos somadas, garantem também a liderança para a Jeep nos segmentos de SUVs médios e grandes com 66.986 unidades e 21,4% de segment share em 2024. Já o Renegade garantiu um aumento de 14% nas vendas em comparação ao ano anterior, completando mais de 53 mil unidades emplacadas no acumulado.

RAM ENCERRA 2024 COM DESEMPENHO HISTÓRICO

No acumulado de 2024, foram comercializadas aproximadamente 30 mil unidades, aumento de 74% em relação a 2023, até então o ano de maior sucesso da Ram no País. Além disso, o encerramento do ano foi de alta para a marca, com dezembro apresentando performance 12,6% superior nas vendas em comparação com o mês de novembro.

A Rampage superou no ano passado a marca de 30 mil unidades vendidas desde o lançamento no Brasil. Somente em 2024, foram vendidas mais de 23,6 mil unidades, um crescimento de 174% em relação ao total comercializado em 2023.

FIAT STRADA BATE RECORDES EM 2024 E LIDERA O MERCADO NACIONAL PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO

- Líder absoluta no Brasil, a Strada garantiu mais de 144 mil unidades vendidas no ano e ampliou para 5,8% o seu market share

- Em 2024, a Strada atingiu 2 milhões de unidades vendidas desde 1998, em uma história de sucesso, protagonismo e inovação



- A nova geração da picape, lançada em 2020 já tem mais 600 mil veículos produzidos e mais de meio milhão de unidades vendidas

- Em agosto de 2024, a Strada ultrapassou pela primeira vez a barreira das 16 mil unidades vendidas em um único mês, estabelecendo um novo recorde desde seu lançamento

O ano de 2024 foi histórico para a Fiat Strada. Líder absoluta do mercado nacional de automóveis pelo quarto ano consecutivo, a picape fechou o ano comemorando, além da liderança, diversos marcos importantes e batendo vários recordes ao longo do ano.

Com mais de 144 mil unidades vendidas, a Strada garantiu e ampliou para 5,8% a participação de mercado no acumulado do ano, aumento de 0,3 p.p se comparado ao período anterior. O modelo também contribuiu para os resultados da Fiat no mercado de picapes que, juntamente com Toro e Titano, atingiu 43,1% de participação neste segmento.

Ao longo do ano, a picape quebrou diferentes recordes de vendas e produção. O mais significativo foi o de 2 milhões de unidades vendidas desde seu lançamento, em 1998. Para se ter uma ideia, considerando apenas a segunda geração, que chegou ao mercado em 2020, a Nova Strada totalizou mais de 600 mil unidades produzidas e comercializou mais de meio milhão de unidades, demonstrando todo o sucesso do novo modelo.

As vendas da Strada durante 2024 merecem um destaque especial: em agosto, a picape bateu todos os seus recordes, ultrapassando pela primeira vez a barreira das 16 mil unidades vendidas, o maior número de sua história.

A preferência pela Strada também foi enaltecida pela opinião do consumidor e das premiações especializadas. No ano passado, o mode-



lo conquistou o Melhor Compra, da Quatro Rodas, entre as picapes leves e intermediárias até R\$ 150 mil, assim como o Qual Comprar, da Autoesporte, entre as Picapes Compactas, e o Selo Maior Valor de Revenda, da Autoinforme, na melhor colocação entre as picapes pequenas. Prêmios que ressaltam o sucesso da picape mais desejada do Brasil.

FIAT STRADA: PERFORMANCE, DESIGN, TECNOLOGIA E CONFORTO

Primeira picape compacta turbo flex do mundo, a Strada se destaca por sua performance nas versões equipadas com o motor Turbo 200 Flex de até 130 cv de potência e 200 Nm de torque, combinado com o câmbio automático CVT com opção de 7 marchas e três modos de condução: automático, manual e sport.

A Strada é reconhecida por sua impressionante capacidade de carga, ideal tanto para quem utiliza o veículo para trabalho quanto para lazer. As opções de cabine plus carregam até 720 kg e 1.354 litros e as versões de cabine dupla oferecem 650 kg e 844 litros, ambas com capacidade de reboque de 400 kg. Versátil, a caçamba da picape pode ser modulada através de quatro ganchos inferiores e seis superiores, proporcionando mais segurança e praticidade.

O visual robusto e agressivo é formado pela grade frontal, para-choque integrado, e faróis de neblina em LED. Na parte interna, as versões no topo de linha oferecem uma dose extra de conforto, com bancos de couro sintético e painéis de porta com detalhes em couro, além do sistema multimídia UCONNECT de 7", que UCONNECT de 7", que possui conexão wireless para Android Auto e Apple Car Play, ar-condicionado digital automático e carregador por indução.

A Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis do mundo com o objetivo de fornecer liberdade de mobilidade limpa, segura e acessível a todos. É reconhecida por seu portfólio único de marcas icônicas e inovadoras, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. A Stellantis está executando o Dare Forward 2030, um plano estratégico ousado que abre caminho para alcançar a ambiciosa meta de se tornar uma empresa de tecnologia de mobilidade carbono Net Zero até 2038, com compensação de até um dígito percentual das emissões restantes, ao mesmo tempo em que cria valor agregado para todas as partes interessadas.

As principais tendências de 2025 para a gestão financeira no varejo

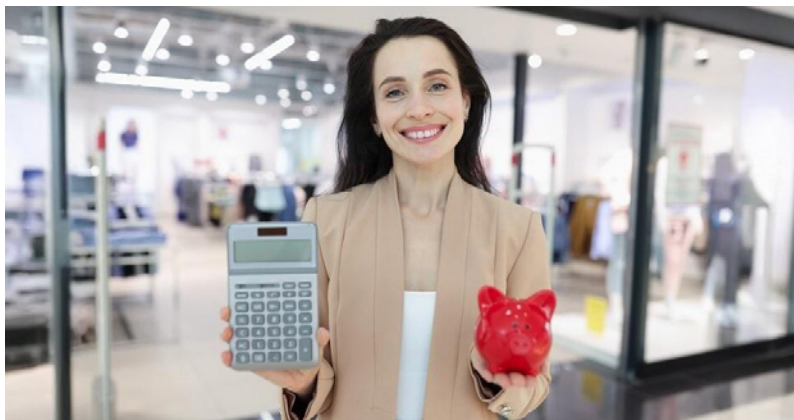
Pagamentos digitais e inteligência artificial estarão ainda mais presentes no cotidiano dos comerciantes

Em 2025, o varejo enfrentará um novo capítulo; as tecnologias emergentes, os consumidores cada vez mais exigentes e a busca incessante por eficiência continuarão redefinindo o mercado, enquanto a Reforma Tributária exigirá adaptações. Essas tendências e mudanças têm impacto direto sobre a operação e gestão de recursos, mas também são especialmente importantes para reinventar as estratégias de conexão entre empresas, clientes e parceiros.

“O setor continuará desafiado a equilibrar inovação tecnológica e gestão eficiente. As empresas que melhor se adaptarem estarão assegurando seu lugar no mercado e redefinindo o sucesso”, comenta Zoltan Schwab, executivo da vhsys, empresa de tecnologia especializada em soluções de gestão empresarial online.

Uma das principais tendências será a consolidação dos pagamentos digitais. Com o avanço da tecnologia, carteiras digitais, pagamentos por aproximação (NFC) e criptomoedas estarão ainda mais presentes no dia a dia do consumidor. A integração dessas ferramentas com superapps — plataformas que reúnem diversos serviços, como compras, soluções financeiras e troca de mensagens — permitirá aos varejistas oferecer uma experiência de compra mais fluida, centralizando transações, programas de fidelidade e opções de crédito em uma única plataforma.

Paralelamente, a inteligência artificial (IA) terá um papel estratégico na gestão financeira do varejo, ajudando a prever demandas, otimizar estoques e ajustar preços dinamicamente. “Por



ser capaz de analisar o comportamento do consumidor e identificar padrões de compra, a IA aumenta lucros, reduz desperdícios e fornece insights para decisões estratégicas. Enquanto isso, algoritmos avançados aprimoram a segurança ao prevenir fraudes em tempo real”, destaca Zoltan.

Com a chegada da Reforma Tributária, que entrará em vigor a partir de 2026, as empresas varejistas têm em 2025 uma janela estratégica para se preparar. Ferramentas tecnológicas como sistemas de ERPs e o uso da IA ajudarão na complexidade das mudanças, facilitando as transições ao automatizar cálculos, integrar dados fiscais em tempo real e aprimorar processos operacionais. Como resultado, as organizações poderão reduzir custos, minimizar erros, além de melhorar a tomada de decisões estratégicas.

Com a expansão do varejo omnichannel, também será necessária uma revisão completa da gestão de fluxo de caixa e alocação de recursos dos negócios. A integração entre canais online e offline exigirá que as empresas acompanhem de forma mais precisa a movimen-

tação financeira, ajustando rapidamente suas estratégias conforme a demanda. Ferramentas que unifiquem essas operações e automatizem processos serão essenciais para manter a competitividade e garantir uma operação eficiente.

Por fim, uma tendência emergente será a educação financeira voltada ao consumidor. Com o aumento das opções de crédito online e financiamento, facilitados pela análise das IAs, os varejistas terão a oportunidade de se posicionar como aliados na gestão financeira dos clientes. “Oferecer conteúdos educativos, dicas de planejamento e ferramentas que auxiliem no controle de gastos será uma forma de agregar valor à experiência de compra e construir uma base de clientes mais fiel e consciente”, finaliza Zoltan.

A vhsys é uma empresa de tecnologia especializada em soluções de gestão empresarial online, direcionadas para micro e pequenos negócios. No mercado desde 2011, a vhsys já ajudou a simplificar a gestão de milhares de empresas, com mais de 22 milhões de notas fiscais emitidas e R\$ 60 bilhões movimentados, tudo por meio do sistema.

Empresas familiares no Brasil ainda enfrentam o grande desafio da sucessão

Superar a transição entre gerações é uma missão complexa e exige planejamento



A sucessão familiar é um dos maiores desafios enfrentados pelas empresas no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 90% das empresas brasileiras são familiares, mas apenas 30% delas conseguem sobreviver à segunda geração, e menos de 10% chegam à terceira. Este cenário revela a complexidade e as dificuldades envolvidas no processo de transição de liderança dentro de um negócio familiar. Ainda segundo a pesquisa, as empresas familiares são responsáveis por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A sucessão familiar, para muitas empresas, é marcada por conflitos de geração, falta de preparo dos sucessores e a ausência de um plano de transição estruturado. Segundo pesquisa do Sebrae, a resistência à mudança e o apego emocional dos fundadores ao

negócio estão entre os principais entraves para uma sucessão tranquila.

Para superar os obstáculos, as empresas familiares costumam apostar em planejamento, profissionalização e um alinhamento claro de valores entre as gerações. Porém, a pesquisa do Instituto Brasileiro Governança Corporativa (IBGC), por exemplo, aponta que 72% das empresas familiares no Brasil não têm um plano de continuidade para os cargos-chave voltado aos descendentes.

Um exemplo bem-sucedido neste processo de sucessão é a Alko do Brasil, indústria farmacêutica referência em soluções para diagnósticos por imagem. Fundada em 1988 pelo empreendedor Dr. João Augusto, a Alko passou por uma transição para a segunda geração e hoje é liderada por seus filhos, Augusto Oliveira e Juliana

Komel, que ocupam os cargos de CEO e co-CEO, respectivamente.

INOVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Fundada com o objetivo de atender às demandas do setor de diagnósticos por imagem, a segunda geração deu continuidade às atividades com um olhar atento às necessidades do mercado e uma forte aposta na inovação, como por exemplo estabelecendo parcerias estratégicas com importantes centros de diagnóstico e hospitais do país.

A transição de comando, no entanto, não foi um processo automático. Como destaca Augusto Oliveira, "a sucessão familiar não pode ser vista apenas como uma passagem de bastão. É preciso alinhar propósitos, desenvolver lideranças e garantir que o legado seja respeitado". O processo



envolveu capacitação técnica e gestão profissionalizada, com a inclusão de princípios de governança corporativa para garantir uma gestão eficiente e transparente.

No caso da Alko, o processo foi conduzido com um planejamento robusto, focado na formação dos novos líderes. "Não bastava sermos herdeiros, precisávamos ser merecedores do cargo que iríamos ocupar", afirma Juliana Komel. Ela destaca que, antes de assumirem posições de liderança, os sucessores passaram por capacitações em gestão de negócios, planejamento estratégico e formação de equipes.

Com uma gestão dividida entre os co-CEOs, a empresa conseguiu manter o crescimento sustentável e ampliar sua presença no mercado nacional.

"Nosso maior objetivo é deixar um legado. Sabemos que a segunda geração precisa pavimentar o caminho para a terceira, e para isso, é necessário pensar no longo prazo, e não apenas no resultado imediato", afirma Augusto Oliveira.

FILHO DO FUNDADOR DA REDE DA SALÕES DE BELEZA CARIOCA ASSUME A GESTÃO DA MARCA FAMILIAR E GERA EXPANSÃO E INOVAÇÃO NA EMPRESA

A rede foi fundada em 1965, pelo cabelereiro Walter Cabral, que abriu seu primeiro salão 'Walter's Cabeleireiros' em Copacabana. Com muita disciplina e economia, somadas a renda do salão e de suas habilidades com as vendas, Walter juntou capital para comprar um apartamento e abrir seu segundo salão, também em Copacabana.

Em 2005, Walter Filho aceitou o desafio de gerir a empresa familiar fundada pelo seu pai, Walter Cabral "A rede de salão de beleza Walter's Coiffeur é um sonho que virou realidade através de muito trabalho e esforço do meu pai. E posso dar continuidade a esse sonho com tudo o que aprendi na minha trajetória profissional e pessoal."

Entre suas realizações no mercado da beleza, Walter Filho participou e colaborou com a construção e aplicabilidade da Lei do Salão Parceiro no

Rio de Janeiro, que trouxe regulamentação e segurança jurídica para profissionais de beleza do Brasil. "A lei, que entrou em vigor em 2017, foi um passo muito importante para assegurar os direitos e responsabilidades do mercado para aqueles que atuam no segmento da beleza."

Além disso, na rede Walter's Coiffeur, o executivo foi responsável por implementar inovação e tecnologia para a empresa de 60 anos, buscando longevidade. "Costumo falar que a rede Walter's Coiffeur é uma empresa jovem de 60 anos.". Dentre as mudanças, estão a inauguração da Barbearia Walter's Coiffeur, escola de beleza Walter's Academy, criação da marca própria da rede como produtos capilares Walter's Professional e Barbearia Walter's, cerveja Walter's Barber Beer, Walters Premium Coffe, loja conceito, dentre outros. "Trabalhamos constantemente pensando em trazer novidades para o mercado e consumidores. Estamos atentos para nos manter sempre atualizados e direcionarmos nossos investimentos para ferramentas de inovação e capacitação", conclui Walter Filho.

Startups: dicas para as que desejam captar o primeiro investimento

Com o mercado de venture capital mais exigente, fundadores precisam ter propostas assertivas com um bom modelo de negócio

Luciano Alves



Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um grande potencial para startups que desejam captar recursos para expandir seus negócios. Para ilustrar, em 2023, segundo dados do Distrito, no Brasil, o setor angariou US\$1,9 bilhão, já na América Latina os valores chegaram a US\$3 bilhões - captações mais baixas do que anos anteriores, mas que representaram grandes montantes. Agora, com uma expectativa favorável de mercado, as previsões são de aumento cauteloso dos investimentos. Porém, com as novas oportunidades, também é importante que os fundadores apresentem

projetos assertivos e com bom um modelo de negócio.

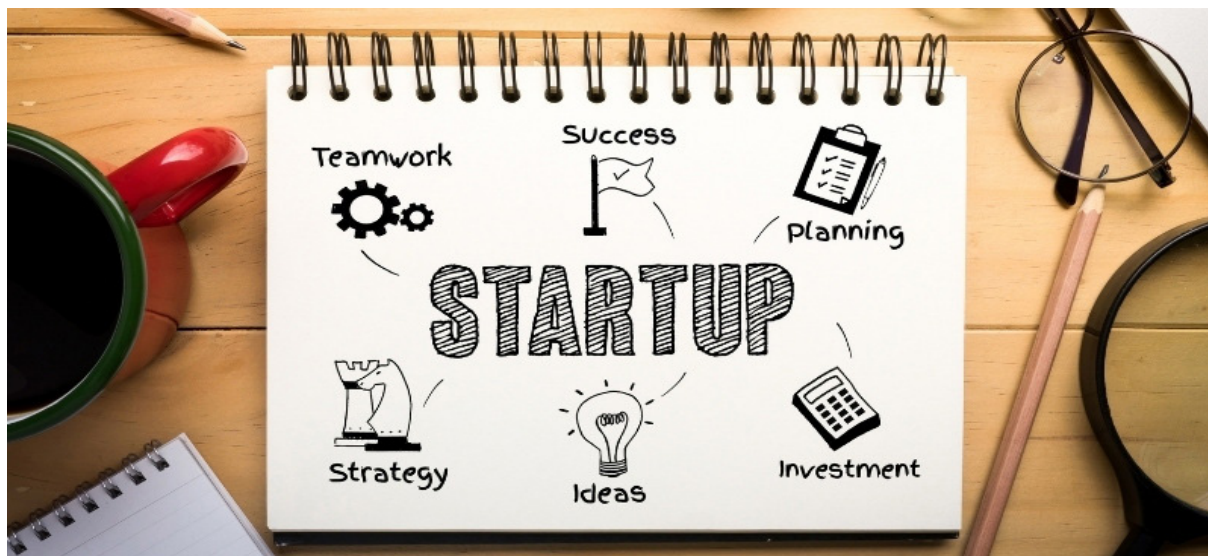
Para Erica Fridman, investidora e co-fundadora do Sororitê Ventures, responsável pelo Sororitê Fund 1, fundo de Venture Capital de R\$ 25 milhões para startups early stage fundadas por mulheres, “para empresas early-stage em busca de capital, a capacidade dos fundadores de explicar o negócio de maneira clara e demonstrar seu potencial de escalabilidade é fundamental para garantir uma segunda conversa. Saber a ‘língua’ que o investidor está acostumado a falar

também dá a impressão que o fundador estudou o mercado e adiciona pontos na avaliação”, completa.

Pensando nisso, Erica apresenta algumas dicas que fundadores devem ter em mente ao procurar um investidor. Confira!

ESTUDE O MERCADO DE VENTURE CAPITAL

Antes de se apresentar a um investidor, é crucial entender o universo do Venture Capital. Dominar a linguagem utilizada neste mercado e



compreender os termos específicos são aspectos fundamentais para uma comunicação eficaz durante o pitch. Além disso, é essencial conhecer o perfil do investidor em questão, entendendo suas preferências, a origem do capital e as motivações para investir. Cada investidor tem objetivos e estratégias distintas - e alinhar sua proposta com esses interesses pode ser determinante para conquistar apoio.

ELABORE UM DECK COM TODOS OS PONTOS RELEVANTES

Em um pitch deck, além de destacar os principais aspectos de uma startup de forma clara e convincente, também é necessário abordar as estratégias de crescimento e expansão para o futuro. Assim, descrições sobre o projeto de escalada, aquisição de mais clientes e aumento da participação no mercado, são essenciais. Ainda, ele deve apresentar claramente a dor ou o problema que a solução pretende resolver. Isso porque é essencial mostrar a relevância e o tamanho do mercado que o empreendimento pretende atingir. Tudo isso, destacando o produto oferecido de maneira inovadora, a partir dos diferenciais de mercado.

Entretanto, só a inovação não garante investimento e, por isso, é

necessário que a apresentação reconheça a viabilidade do modelo de negócio, entendendo a possibilidade de geração de receita, aquisição de clientes e alcance da lucratividade a longo prazo. Também é importante destacar a experiência, as habilidades e as conquistas da equipe fundadora, demonstrando o potencial do time para levar o produto ao sucesso. As habilidades complementares e a coesão da equipe são um diferencial competitivo importante.

PRIORIZE A ESCALABILIDADE E A BASE TECNOLÓGICA

Investidores de Venture Capital buscam oportunidades de investimento em negócios escaláveis e com base tecnológica sólida. Nesse sentido, é importante compreender se a proposta de valor está alinhada com esses critérios. Para isso, vale destacar como o uso da tecnologia impulsiona o crescimento e ajuda a alcançar um mercado mais amplo, apresentando a solução como inovadora e capaz de gerar um impacto significativo no setor em que atua.

MANTENHA UMA ABORDAGEM DEMOCRÁTICA NA APRESENTAÇÃO

Por fim, é importante garantir uma apresentação acessível e com-

preensível para diferentes públicos. Mesmo que os investidores sejam especialistas no campo, é fundamental que qualquer pessoa possa entender o problema que a startup pretende resolver e a solução que oferece.

Para Erica, “conquistar o primeiro investimento pode ser um desafio, mas seguindo essas dicas essenciais, gestores estarão mais bem preparados para atrair o interesse dos stakeholders e impulsionar o crescimento do seu negócio. Lembre-se sempre de estar alinhado com as expectativas do mercado de venture capital e de apresentar uma proposta convincente e impactante”, completa.

Comandado por Erica Fridman e Jaana Goeggel, o Sororitê Fund 1 é um fundo de Venture Capital Early Stage de R\$ 25 milhões com foco em startups com diversidade de gênero. Assim, o fundo é um dos poucos no Brasil liderados por mulheres que buscam investir em mulheres. Para os próximos 12 meses, a meta é investir em seis startups. A tese é agnóstica e busca investir em startups que tenham pelo menos uma mulher no time de fundadoras. Os negócios devem ter base tecnológica e um grande potencial de escalabilidade.

Capital de giro: conheça os tipos e como eles são importantes para sua empresa

Marcello Marin

Contador, administrador, Mestre em Governança Corporativa e especialista em Recuperação Judicial

O capital de giro é o principal indicador da saúde financeira de qualquer negócio. Simplificando, ele representa o dinheiro necessário para cobrir as despesas diárias, mesmo com as oscilações que acontecem no caixa.

A importância do capital de giro se revela na capacidade da empresa de pagar suas contas a curto prazo, como fornecedores, salários e outras despesas. Uma boa gestão desse capital ajuda a evitar problemas financeiros, como atrasos nos pagamentos, perda de credibilidade e até falência.

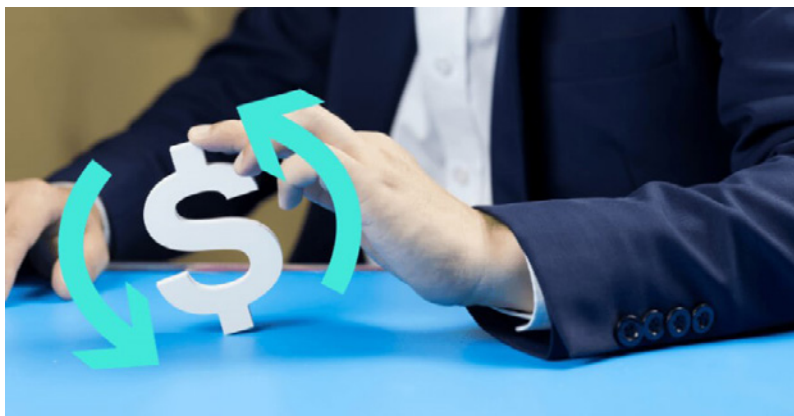
Um estudo recente da Suno Research, de 2023, destaca que manter o capital de giro em níveis adequados determina a sobrevivência de qualquer empresa. Isso é especialmente verdadeiro para micro e pequenas empresas no Brasil, que muitas vezes não têm acesso fácil a crédito.

ENTENDENDO OS TIPOS DE CAPITAL DE GIRO

Saber como os diferentes tipos de capital de giro funcionam é importante para garantir o crescimento e a sustentabilidade do seu negócio. Um resumo feito pela Deloitte, em 2023, mostra como o capital de giro variou em vários setores e quais fatores influenciaram essas mudanças, como alterações nas margens de lucro e prazos de pagamento.

Existem quatro tipos principais de capital de giro:

- **Líquido:** diferença entre o que a empresa tem a receber (ativo circulante) e o que precisa pagar (passivo circulante). Um saldo positivo indica que a empresa tem dinheiro disponível após quitar suas contas.



- **Negativo:** ocorre quando as dívidas de curto prazo superam o que a empresa tem a receber, o que pode indicar dificuldades para pagar suas contas.

- **Próprio:** dinheiro que a empresa usa sem recorrer a empréstimos, utilizando apenas seus próprios recursos.

- **Associado a investimento:** necessário quando a empresa quer crescer ou fazer investimentos específicos, podendo buscar recursos adicionais para isso.

GESTÃO BEM-FEITA, EMPRESA ECONOMICAMENTE SAUDÁVEL

Uma boa gestão do capital de giro pode ser medida por vários indicadores. O principal deles é a sobre de caixa: quanto mais dinheiro a empresa tiver disponível, melhor será sua gestão - outras métricas importantes incluem o ciclo de conversão de caixa e a rotatividade de estoques.

Para evitar problemas financeiros na companhia e otimizar o capital de giro, algumas práticas são recomendadas:

- **Planejamento:** elaborar um planejamento financeiro e de vendas permite que a empresa defina metas e alcance seus objetivos de forma eficaz.

- **Disciplina:** seguir o planejamento estabelecido garante que a empresa permaneça no caminho certo em termos financeiros.

- **Corte de custos:** mesmo quando a empresa está lucrando, a melhoria de custos deve ser uma prática constante; de acordo com uma análise da Boston Consulting Group, a eficiência na redução de custos pode aumentar a margem de lucro em até 20%.

- **Renegociação:** manter uma comunicação aberta com clientes e fornecedores para renegociar prazos e condições de pagamento pode aliviar a pressão sobre o capital de giro.

É ideal que todas as empresas priorizem um capital de giro líquido positivo; se houver a chance de conseguir financiamentos com juros baixos, essa opção deve ser considerada. Por fim, ao utilizar recursos próprios, é importante planejar bem como esse dinheiro será usado para maximizar o potencial da companhia.

Lei de duplicatas escriturais é tão importante quanto a reforma tributária

Izaías Miguel

Co-CEO da fintech V360

As discussões sobre a reforma tributária seguem avançando e as mudanças significativas que a regulamentação trará estão movimentando diversos setores da sociedade civil. Nas áreas fiscais de empresas de todo o país, a simplificação do recolhimento dos tributos é aguardada com apreensão, assim como os impactos que devem ser notados ao longo da transição, quando dois modelos tributários estarão em vigor.

É importante ressaltar, no entanto, que essas não são as únicas preocupações dos executivos responsáveis pelo pagamento a fornecedores das empresas brasileiras.

Aprovada em 2018 e perto de ser implementada, a lei de duplicatas escriturais (lei 13.775/2018) irá mudar bastante a forma como as empresas pagam seus fornecedores. Criada com o objetivo de “destravar” as duplicatas dos fornecedores para dar a eles uma forma mais simples e barata de se financiarem, a lei cria o framework jurídico e habilita a criação da infraestrutura tecnológica que irá proporcionar maior transparência e liquidez para esses títulos.

Na reta final de aprovação pelo Banco Central, a convenção com as escrituradoras irá disparar o início da contagem dos prazos previstos na resolução 339/2023 do BACEN, fazendo com que a infraestrutura de escrituração esteja pronta já em 2025. Com isso, os fornecedores poderão começar a escriturar e negociar suas duplicatas, gerando impacto significativo nos processos de Contas a Pagar de seus clientes.

As duplicatas escriturais são títulos eletrônicos de crédito usados para



formalizar relações comerciais entre credores e devedores. Esses documentos caíram em relativo desuso no Brasil, dado que os pagadores geralmente incluem cláusulas nos contratos com seus fornecedores, impedindo a cessão de duplicatas a terceiros, dificultando seu uso como alternativa de financiamento no mercado. Porém, a lei 13.775/2018 torna nulas essas cláusulas, fazendo com que os fornecedores possam negociar livremente suas duplicatas.

O objetivo dos pagadores ao impedir a cessão de títulos é evitar os riscos de fraudes e trabalho operacional interno, que a cessão de duplicatas de seus fornecedores a terceiros implica. Por isso mesmo, a lei de duplicatas escriturais causa preocupação nas empresas, por conta dos riscos e custos associados. Empresas que não se adaptarem estarão mais sujeitas a fraudes, protestos, pagamentos incorretos, aumento do risco de não conformidade legal e crescimento de custos operacionais.

Outro ponto que também gera apreensão está relacionado aos prazos associados. Quando as novas normas estiverem em vigor, além de não poder impedir que os fornecedores registrem e negociem suas duplicatas, as empresas terão um prazo de apenas dez dias para se manifestarem em relação a essas duplicatas. Com isso, o tempo de reação a registros incorretos de duplicatas escriturais, de boa

ou má-fé, será muito baixo, considerando que grandes empresas tratam volumes significativos de pagamentos mensais e, muitas vezes, levam mais de 30 dias apenas para processar e registrar no Contas a Pagar suas obrigações. Dessa forma, empresas que não conseguirem cumprir este prazo estarão sujeitas a protestos por bancos, FIDCs, factorings e outras instituições que negociarem essas duplicatas junto a seus fornecedores.

Além disso, pagamentos incorretos também poderão gerar protestos e custos. Ao negociar uma duplicata junto ao fornecedor, o financiador automaticamente passa a ser seu novo titular, informando na escrituradora o novo domicílio bancário onde a duplicata deve ser liquidada. Caso a empresa pague direto ao fornecedor um título que foi negociado, ela pode ser protestada pelo novo titular e obrigada a pagar duas vezes. Por mais que boa parte desses pagamentos sejam ressarcidos pelo fornecedor posteriormente, a gestão dos protestos e ressarcimentos será um processo complexo de se instaurar.

Nas áreas financeiras das grandes companhias, a avaliação feita por executivos aponta que a lei de duplicatas escriturais é tão importante para as empresas quanto a reforma tributária. Uma das formas mais eficientes para evitar os riscos mencionados e os custos adicionais será utilizar a tecnologia como aliada, automatizando os processos de gestão, manifestação, liquidação e conciliação de duplicatas. Com isso, as empresas poderão cumprir os prazos com o objetivo de administrar grandes volumes de títulos sem que haja um aumento no número de protestos e pagamentos

As perspectivas para o mercado de varejo supermercadista em 2025

As estratégias para transformar desafios em oportunidades



Com o início de um novo ano, cresce também a expectativa para vários setores da economia, em especial, o setor supermercadista, que se depara com a análise dos cenários mercadológicos em todas as esferas que envolvam o segmento.

Do ponto de vista jurídico não é diferente, uma vez que o varejo supermercadista precisará navegar por um ambiente em transformação, em que a inovação tecnológica e a sustentabilidade estarão no centro das mudanças regulatórias, a preparação estratégica será a chave para trans-

formar desafios em oportunidades.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária está prevista para avançar em 2025, com o objetivo de unificar os impostos, tais como ICMS, ISS, PIS e Cofins em um modelo de IVA dual. Para a advogada e especialista em varejo, Daniela Correa, o setor supermercadista terá um impacto positivo: “a simplificação das obrigações acessórias trará uma maior previsibilidade tributária. Contudo, a transição para esse novo regime representa um desafio opera-

cional”, explica Daniela.

Empresas do varejo supermercadista precisarão investir em sistemas de gestão tributária para garantir o cumprimento das obrigações acessórias e evitar passivos fiscais. “Isso fará com que haja uma maior previsibilidade financeira, facilitando o planejamento de longo prazo”, diz a advogada.

TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES DIGITAIS

O aumento das vendas online

no setor supermercadista demanda maior atenção em relação à tributação de transações digitais. Segundo Daniela, a fiscalização do ICMS sobre e-commerce deve ser intensificada e com a reforma e a consequente unificação dos tributos – “para isso, o planejamento tributário será essencial”, ressalta.

Daniela ainda explica, que, para enfrentar este desafio, os supermercados precisarão adotar o compliance digital e sistemas automatizados de emissão de notas fiscais, inclusive para lidar com a harmonização de legislações estaduais que podem gerar maior complexidade tributária.

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO E IMPACTO SOCIAL

A respeito da tributação sobre o consumo, Daniela alerta: “a possível desoneração de produtos essenciais pode estimular o consumo e aliviar a carga tributária sobre itens da cesta básica. Para o varejo, o impacto consiste em estar preparado para ajustes rápidos na precificação e no controle de margens. O alívio tributário pode melhorar a percepção dos consumidores sobre o setor, portanto, trata-se de uma oportunidade para o varejo supermercadista”.

SUSTENTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO VERDE

“Esta é uma tendência real e mundial”, alerta Daniela. “Com a crescente pressão por práticas empresariais sustentáveis, a tributação verde ganha espaço. Novos incentivos fiscais podem beneficiar empresas que adotem práticas de ESG (ambiental, social e governança), como redução de desperdícios e uso de energia renovável”, complementa a especialista.

“O varejo supermercadista pode ser incentivado a investir em infraestrutura ecoeficiente e com a pressão mundial por medidas sustentáveis, haverá possibilidade de sanções ou

tributação adicional para empresas que não cumprirem metas de sustentabilidade”, acrescenta.

RELAÇÕES TRABALHISTAS E NOVAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Com o avanço de tecnologias e mudanças no comportamento do consumidor, como o crescimento do delivery, por exemplo, o setor precisará adaptar suas relações trabalhistas.

Contratações mais flexíveis, especialmente em plataformas de gig economy, podem ser regulamentadas e haverá a necessidade de revisão de contratos e adequação às normas trabalhistas emergentes.

REGULAMENTAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Com a intensificação da fiscalização pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), o cumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) será ainda mais crítico. Supermercados que operam com grandes volumes de dados sensíveis precisarão reforçar suas políticas de privacidade.

“Caso isso não ocorra, o impacto será grande, tendo em vista as penalidades financeiras e reputacionais para empresas que não se adequarem à legislação”, alerta Daniela.

RELAÇÕES DE CONSUMO

Daniela ainda explica que o setor supermercadista passa por transformações significativas nas relações de consumo, impulsionadas pela tecnologia e mudanças nos hábitos dos consumidores. Uma das principais inovações é a adoção do comércio eletrônico, permitindo compras online e entrega em casa ou retirada em loja. Isso não apenas amplia a acessibilidade, mas também oferece experiências personalizadas através de recomendações baseadas em compras anteriores.

Outra inovação é a implementação de tecnologias móveis, como aplicativos de fidelidade e pagamentos digitais, que facilitam a interação entre consumidores e supermercados. Além disso, a inteligência artificial é utilizada para otimizar estoques, prever demanda e melhorar a cadeia de suprimentos. “Essas inovações melhoram a eficiência, reduzem custos e proporcionam uma experiência de compra mais conveniente e personalizada”, explica Daniela.

A sustentabilidade também é um foco crescente, com supermercados adotando práticas eco-friendly, como embalagens biodegradáveis, redução de resíduos e promoção de produtos orgânicos. Além disso, a transparência nutricional e a oferta de opções saudáveis são cada vez mais valorizadas. Essas inovações não apenas melhoram a experiência do consumidor, mas também contribuem para um futuro mais sustentável.

Desta forma, o investimento em compliance nas relações de consumo, somado à sistemas que garantam a segurança nas relações consumeristas é essencial para que o segmento acompanhe a mudança comportamental de seu público consumidor e as tendências do setor.

Para 2025, Daniela projeta algumas expectativas: “o ano de 2025 promete transformações significativas para o varejo supermercadista, com impacto direto nas áreas jurídicas envolvidas. Empresas do setor devem investir em compliance, tecnologia e adaptação a novos modelos regulatórios para se manterem competitivas em um mercado em constante evolução”, finaliza.

Daniela Correa é advogada especialista com mais de 20 anos de experiência em Direito Empresarial, com ênfase em Tributário, Trabalhista, Societário e Compliance, com atuação no consultivo e contencioso estratégicos.



Um negócio bom pra cachorro

E para o bolso das empresas também. Os americanos gastaram US\$ 186 bilhões com seus pets em 2023, segundo o Bureau of Economic Analysis.

Como assim? Parece que as pessoas perceberam na pandemia que as suas casas estavam vazias, e decidiram resolver o problema com animais de estimação.

Os gastos com pets aumentaram mais de 10% nos EUA de 2019 a

2023. Isso deu lucro para empresas que você jamais imaginou: a Nestlé e a Colgate, por exemplo, tiveram cerca de 20% da sua receita com seus negócios para animais de estimação.

Esses dados mostram uma tendência que cresce cada vez mais entre a GenZ: não ter filhos, mas ter animais de estimação. Para se ter uma ideia, quase metade da Geração Z afirma que os pets são a coisa mais importante em suas vidas.

Essa tendência faz com que a indústria tenha um dos maiores crescimentos esperados na década. A expectativa é que os americanos gastem aproximadamente US\$ 260 bilhões por ano com os pets até 2030.

Essa tendência chegou até no mercado de luxo. A Louis Vuitton lançou uma casinha para cachorros que custa US\$ 60 mil — para no final das contas, o pet dormir no pé da cama. risos.

Fonte: The News

Cooxupé registra maior produção de café preparado da história

Recorde de 5,9 milhões de sacas em 2024 reflete a excelência no processo de preparo, a adoção da metodologia de Indústria 4.0 e melhoria contínua nas unidades da cooperativa



A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé atingiu um marco histórico em 2024. Consolidando-se como um pilar de excelência no setor cafeeiro, a Cooxupé alcançou recorde de produção de café preparado em suas usinas industriais, com 5,9 milhões de sacas processadas.

O processo de preparo de café é uma etapa essencial para garantir a qualidade do grão, em que são removidos defeitos como pedras, gravetos, palhas, grãos quebrados, ardidos, mal formados, entre outros.

Isso porque, dentro do processo de preparo, o café transita basicamente por três subprocessos: rebenefício, ventilação e seleção eletrônica. No rebenefício, o café é separado conforme sua granulometria, passando por dez diferentes tamanhos de peneiras para atender aos padrões oficiais de classificação. Já a ventilação elimina impurezas de acordo com a densidade dos grãos. Na seleção eletrônica, os grãos

são separados conforme sua coloração, sendo possível a identificação e seleção de até 13 tonalidades de cores distintas, garantindo a qualidade final do café e atendimento aos mais diversos padrões de qualidade exigidos pelos clientes da cooperativa, que exporta a commodity para 50 países em cinco continentes.

“Alcançar essa marca é fundamental, pois conseguimos atender a alta demanda de embarque, exigência do mercado por qualidade e, ao mesmo tempo, reduzir os custos com a terceirização. Isso é reflexo de um trabalho contínuo de melhoria e inovação”, afirma o gerente de operações da Cooxupé, Tales Silva Costa.

O alto volume de café preparado pela cooperativa ainda é fruto de uma estratégia focada em progresso e na adoção de tecnologias de Indústria 4.0 nas unidades industriais da Cooxupé, localizadas no Complexo Japy e na Matriz, ambos em Guaxupé – Sul

de Minas Gerais, e em Monte Carmelo, no Cerrado mineiro. Entre as principais iniciativas estão mudanças de layouts, investimentos em soluções tecnológicas e treinamentos constantes para as equipes.

Ainda de acordo com o gerente de operações, a integração entre todas as áreas da cooperativa foi essencial para alcançar este resultado, especialmente as equipes de Logística e Operações, que envolvem Indústria, Armazém, Planejamento e Controle de Produção, Transporte, Infraestrutura e Administração Santos.

Deivison Ricciardi, superintendente de Logística e Operações da Cooxupé, atribui este recorde à dedicação e ao esforço conjunto de toda uma equipe. “2024 foi o ano em que mais processamos café para embarque em nossas três indústrias. Só conseguimos alcançar esse resultado graças à colaboração de todos e à confiança da diretoria e superintendência da cooperativa”, conclui.

Uso indevido de benefícios corporativos: um alerta para empresas e funcionários

Vanessa Fernandes Pereira

Head de Jurídico, Riscos e Compliance da Up Brasil, empresa que oferece soluções focadas no bem-estar dos trabalhadores



O que são benefícios corporativos?

Os recentes casos de uso inadequado de recursos corporativos, como a demissão do Chief Marketing Officer do Itaú por despesas pessoais no cartão corporativo e a dispensa de um funcionário da Meta por uso indevido de benefícios de alimentação, destacam um problema crítico: o desvio de finalidade nos benefícios corporativos. Isso ocorre quando recursos fornecidos pela empresa, como vale-refeição, vale-alimentação e cartões corporativos, são utilizados para finalidades não autorizadas.

Alguns exemplos incluem compras fora das categorias permitidas ou até a comercialização desses benefícios. Além de violar políticas internas, essas práticas acarretam sérias consequências, como demissões por justa causa, prejuízos financeiros, desigualdades entre colaboradores e danos à reputação da empresa. Há ainda os danos causados ao ambiente corporativo e a confiança entre empregador e empregado, e diversas implicações legais severas. Na esfera trabalhista, essas práticas podem configurar fraude, sujeitando-se a penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No âmbito corporativo, tais atos podem infringir a Lei Anticorrupção, expondo as empresas a multas milionárias e da-

nos reputacionais. Organizações que não controlam adequadamente o uso desses benefícios enfrentam também sanções administrativas e impactos negativos na produtividade e no clima organizacional.

Empresas de benefícios corporativos desempenham um papel importante na proteção desses recursos. Por meio de sistemas modernos e personalizados, é possível limitar o uso de cartões às categorias e estabelecimentos previamente autorizados, garantindo o cumprimento das políticas internas e promovendo o uso adequado e ético dos benefícios.

Essas tecnologias ajudam a prevenir desvios de finalidade, aumentar a eficiência no uso dos recursos e fortalecer as práticas éticas nas organizações. Ao implementar soluções robustas, as empresas podem alinhar compliance e produtividade, reduzindo riscos operacionais.

Promover o uso ético dos benefícios corporativos também passa por ouvir os colaboradores. Um estudo da consultoria Robert Half revelou que 77% dos trabalhadores desejam mudanças, como maior flexibilidade de horários, bônus e previdência privada, enquanto 80% valorizam a possibilidade de escolher os benefícios que melhor atendam às suas

necessidades. Apesar dessa demanda, apenas 15% das empresas oferecem personalização nos benefícios. Essa lacuna representa uma oportunidade para organizações que desejam aumentar o engajamento e reduzir o uso inadequado de recursos, ajustando os benefícios às preferências dos seus times.

Mais do que implementar ferramentas de controle, é fundamental criar um ecossistema corporativo que valorize a ética e o bem-estar dos colaboradores. Empresas de benefícios corporativos, além de oferecer soluções assertivas, têm o compromisso de promover boas práticas, construir ambientes corporativos sustentáveis e fortalecer a relação de confiança entre empregador e empregado.

O controle adequado dos benefícios corporativos vai além de uma questão de compliance: é uma oportunidade de reforçar a reputação, otimizar recursos e manter a competitividade no mercado. Casos como os do Itaú e da Meta devem servir de alerta para empresas que desejam crescer de forma sustentável e confiável. Investir em soluções preventivas, como os sistemas e serviços oferecidos por parceiros estratégicos, é essencial para construir um ambiente corporativo mais produtivo, ético e sustentável.

BDMG concedeu R\$ 3,5 bilhões em créditos durante 2024, maior volume da história

Balanco destgaca crescimento em todos os segmentos de negócio; para os municípios, alta foi de 48%



De acordo com a instituição, a maior procura por financiamentos fez com que o volume de créditos liberados alcançasse o patamar histórico de R\$ 3,5 bilhões no último ano, resultado 20% nominais superior aos R\$ 2,98 bilhões realizados no ano anterior, que também já havia sido recorde.

"Além de contar com um ambiente de negócios mais desburocratizado, o empreendedor sabe que hoje em Minas existem oportunidades reais de crescimento. Esse é o trabalho do Governo de Minas que, não à toa, desde 2019, possibilita que o BDMG desembolse valor recorde em crédito em relação às últimas décadas", declarou o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), Fernando Passalio.

O balanço revela, ainda, os impactos da atuação do Banco na população e na economia: geração e apoio

a 87 mil empregos, além de R\$ 6,25 bilhões em faturamento estimulado e R\$ 110 milhões em arrecadação de Imposto sobre o Comércio de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme a matriz insumo-produto do BDMG.

"O BDMG avança, ano a ano, nos impactos que gera para a sociedade. Mais do que recursos, estamos falando de melhorias na qualidade de vida da população em todas as regiões do estado, mesmo aquelas que nunca contrataram um único crédito conosco. Ao impulsionar o crescimento das empresas, o Banco estimula a geração de oportunidades e transforma realidades", afirma o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto.

EMPRESAS E PREFEITURAS DE TODOS OS PORTES E REGIÕES

Considerando os setores público e privado, o Banco ultrapassou 5,5 mil clientes localizados em 561 cidades

mineiras, ou seja, mais da metade do estado, em todas as regiões, para promover o desenvolvimento regional.

Entre as micro e pequenas empresas, foram R\$ 505 milhões em crédito, volume 10% superior ao do ano anterior. Já os financiamentos para médias e grandes empresas somou R\$ 2,6 bilhões, evolução de 18% em relação a 2023.

Considerando as prefeituras, ao longo de 2024, o total de créditos liberados cresceu 48% e chegou a R\$ 486 milhões.

A partir desses financiamentos, os municípios implementaram projetos de infraestrutura, principalmente de mobilidade e sustentabilidade, incluindo obras de contenção de enchentes, novas praças, construção de unidades de saúde e escolas, além de intervenções de eficiência energética e saneamento.

Nubank supera o Itaú e se torna o 3º maior banco do Brasil



Com 100,8 milhões de clientes, o Nubank ultrapassou o Itaú Unibanco e se tornou o 3º maior banco do país, segundo dados do Banco Central. Para se ter ideia, isso representa quase 60% da população adulta brasileira.

Agora, o Nubank fica atrás apenas da Caixa Econômica Federal e do Bradesco, que têm 154,2 milhões e 109,1 milhões de clientes, respectivamente. O Itaú terminou 2024 com 98,5 milhões.

O Itaú realmente ficou para trás... Além do número de clientes, em maio do ano passado, o Nubank também já havia ultrapassado o Itaú em valor de

mercado, tornando-se o banco mais valioso da América Latina.

Atualmente, o Nubank é avaliado em nada menos que US\$ 59 bilhões, contra US\$ 50 bi do Itaú. Isso coloca o Nu entre os 40 maiores bancos do mundo.

Os números do Nubank realmente impressionam. Somente em 2024, o banco adicionou 14,7 milhões de clientes — mais que qualquer outro banco no país.

Pegando o exemplo do Bradesco, agora a distância é de 8,3 milhões de clientes. No entanto, no 3º trimestre de 2024 (ou seja, há poucos meses),

era de quase 20 milhões.

O banco também está se expandindo no México e, nesta semana, anunciou que chegou aos 10 milhões de clientes por lá.

Em um país onde o uso de dinheiro físico ainda é muito grande, o Nubank tem feito acordos com varejistas para facilitar saques e depósitos e já tem uma rede com mais de 30 mil pontos.

Recentemente, o Nu também lançou um serviço para compra de passagens aéreas e reservas em hotéis, além de uma operadora de telefonia celular.

Fonte: Daily Fin

Sebrae viabilizou cerca de R\$ 3 bilhões em crédito para pequenos negócios no último ano

Fundo de Aval concedeu garantia para cerca de 46 mil empreendimentos no ano passado



A retomada da economia brasileira tem se refletido também no acesso dos empreendedores a crédito. No último ano, o Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa (Fampe), gerenciado pelo Sebrae, viabilizou R\$ 3 bilhões em crédito para cerca de 46 mil empreendimentos. O valor é 73% maior se comparado com o ano de 2023.

“O acesso a crédito é um dos maiores desafios para os pequenos negócios e a grande barreira é a falta de garantia”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima. “O programa oportuniza soluções significativas, com o crédito assistido e orientado. Os fundos de aval como o Fampe são essenciais para ampliar as chances

de obtenção de crédito, uma vez que a comprovação de garantias reais é uma das principais barreiras que inviabilizam a contratação do crédito. Com o Acredita, os empreendedores e empreendedoras poderão sair com uma estratégia de crescimento e de expansão da empresa, para gerar mais empregos e melhorar seu faturamento”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

O Sebrae tem atuado junto ao governo federal por meio do programa Acredita para ampliar o acesso das micro e pequenas empresas a financiamento. Apenas via Fampe, 29 instituições bancárias estão aptas a ofertar os recursos que foram possibilitados com o aporte de R\$ 2 bi-

lhões do Sebrae e que vão viabilizar R\$ 30 bilhões em crédito nos próximos três anos.

“A nossa carteira é diversificada. Em um ano, o Sebrae atendeu 200 mil empreendedores interessados em crédito, foram realizadas 68 mil horas de consultoria e 431 mil horas de capacitação para que esses empreendedores conseguissem crédito”, ressalta Décio Lima. O volume de crédito do Fampe foi distribuído para 49,3% das empresas de pequeno porte, 25,1% microempresas e 25,6% de microempreendedores individuais (MEI). Entre as atividades, os financiamentos foram endereçados a Comércio (52,6%), Serviço (28,7%) e Indústria (18,5%).

As cooperativas foram as que mais concederam crédito: 67% das transações com aval do Fampe vieram dessas instituições. A Caixa ficou em segundo lugar com 22%, BDMG com 5% e BNB, 2%.

COMO ACESSAR?

No site sebrae.com.br/acredita estão disponíveis todas as informações iniciais para a tomada de crédito, incluindo uma calculadora financeira. Com ela, o empreendedor pode planejar sua necessidade e capacidade de pagamento, verificando se o crédito que deseja tomar está dentro de suas condições. Além disso, o site oferece materiais de orientação, como cartilhas, vídeos e cursos. Após essa preparação, o empreendedor encontra a lista de instituições bancárias parceiras e pode procurar o banco com o qual já tenha relacionamento ou uma cooperativa de crédito próxima.

Minas Gerais registra mais de 430 mil pequenos negócios abertos em 2024

Estado é o segundo no registro de novos CNPJs, sendo mais de 70% de microempreendedores individuais

Minas Gerais é o segundo estado com o maior número de abertura de pequenos negócios no país, atrás apenas de São Paulo. Segundo levantamento do Sebrae Minas, com dados da Receita Federal, em 2024, foram registrados 436.794 novos pequenos negócios, variação de 8,41% em relação ao ano anterior. Os Pequenos Negócios, grupo formado pelos microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), foram responsáveis por 96,55% das novas empresas criadas no estado (436.794 novos negócios).

A maioria dos novos negócios foi registrado como MEI (76,59%), seguido de ME (20,34%) e EPP (3,07%). O setor de Serviços teve destaque: 245.553 empresas abertas em todo o estado. Comércio registrou 99.366 e a Indústria teve 86.096 empresas abertas, enquanto a Agropecuária 5.779 contabilizou novos CNPJs.

A atividade econômica com maior abertura em 2024 foi “promoção de vendas” (21.445), seguido de “comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios” (17.183); “cabeleireiros, manicure e pedicure” (15.380); “obras de alvenaria” (15.088); e “preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados” (14.458). Belo Horizonte foi o município mineiro que mais abriu pequenos negócios, somando 80.635.

“Os dados evidenciam o papel fundamental dos pequenos negócios no desenvolvimento econômico de Minas Gerais. O Sebrae tem como propósito apoiar esses empreendedores, seja por meio do fortalecimento do ambiente de negócios nos municípios, seja pelo



Freepik

Maioria dos novos negócios foi registrado como MEI (76,59%), seguido de ME (20,34%) e EPP (3,07%)

incentivo contínuo ao crescimento e à inovação das empresas”, destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

SALDO ABERTURA E FECHAMENTO

Entre janeiro e dezembro de 2024, o saldo de abertura e fechamento de pequenos negócios em Minas Gerais foi de 170.276, uma variação de 5,50% em relação à 2023. O saldo é resultado do número de abertura (436.794) e de fechamento (266.518) de empresas.

O setor de Serviços teve saldo de 111.336 em todo o estado, seguido por Comércio (24.466), Indústria (31.888) e agro (3.086). A atividade econômica destaque em 2024 foi “promoção de vendas”, com saldo de 8.165 empresas.

BRASIL

Em todo o país, foram abertos 4.141.455 pequenos negócios, sendo 73% de microempreendedores individuais. O saldo foi de 1.754.785. O setor de Serviços também teve desta-

que nacional, registrando 2.343.297 de novos CNPJs, e saldo de 1.121.409.

A atividade econômica “promoção de vendas” contou com a abertura de 206.355 empresas, seguido de “comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios” (159.026); “preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados” (158.226); e “cabeleireiros, manicure e pedicure” (138.376)

O Inteligência Sebrae é um observatório de dados, estudos e pesquisas sobre pequenos negócios. Reúne diversos conteúdos socioeconômicos, setoriais e territoriais, que podem ampliar os conhecimentos e embasar a tomada de decisões. É destinado a gestores públicos, lideranças locais, entidades empresariais e todos que necessitam de informações relevantes referentes a desenvolvimento econômico e social dos territórios e dinâmica dos pequenos negócios. O site reúne conhecimentos em nível nacional, estadual, regional e municipal, sendo possível comparar, analisar e entender melhor o território.

Banco Sicoob alcança o Segmento S2, entre as maiores IFs do Brasil

Instituição financeira cooperativa alcança novo patamar e se consolida como uma das mais importantes IFs do país



O Banco Sicoob, integrante do Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), que reúne mais de 8,5 milhões de cooperados, atingiu um marco significativo ao ser enquadrado no segmento S2, em consonância com a norma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essa mudança posiciona o Sicoob entre os maiores grupos financeiros do país, destacando sua importância e solidez no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A classificação, que varia de S5 a S1, organiza as instituições financeiras de acordo com seu porte e relevância sistêmica, aplicando regras regulatórias proporcionais. Para alcançar o S2 é necessário que a instituição tenha porte igual ou superior a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e que atenda aos requisitos exigidos por três semestres consecutivos.

De acordo com Rubens Rodrigues Filho, diretor de Riscos e Controles do Sicoob, o novo enquadramento reflete o avanço do cooperativismo financeiro no Brasil e a força do modelo de negócios do Sicoob. “Alcançar a clas-

sificação S2 é um marco importante para o Sicoob e para o cooperativismo financeiro no Brasil. Isso demonstra a solidez do nosso modelo de negócios, o crescimento contínuo da nossa base de cooperados e o reconhecimento da nossa contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país”, comenta o executivo.

Com mais de 4,6 mil pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional, o Sicoob tem a maior presença física entre as instituições financeiras do Brasil. Essa ampla rede assegura que os cooperados possam acessar os serviços do Sicoob, independentemente de sua localização, valorizando o relacionamento próximo e personalizado. Além disso, a instituição oferece um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, destacando-se pela eficiência operacional, segurança e condições que promovem o melhor custo-benefício.

A inovação tecnológica é outro pilar estratégico do Sicoob. A instituição investe em soluções modernas como a

concessão de crédito automático diretamente pelos canais digitais, a assinatura eletrônica de contratos via aplicativo e o uso de inteligência artificial (IA) para personalizar ofertas e otimizar o atendimento. No agronegócio, a tecnologia digital tem permitido a concessão de crédito de forma ágil e especializada, contribuindo diretamente para o fortalecimento do setor. Reconhecido como uma das melhores soluções do mercado, o Super App Sicoob é um exemplo de como a inovação pode aliar eficiência e acessibilidade aos valores do cooperativismo.

“Essa conquista marca um ponto de inflexão na trajetória do Sicoob, impulsionando nosso compromisso de investir continuamente em soluções inovadoras que aprimorem a experiência dos cooperados. Ela reafirma nosso papel no fortalecimento do cooperativismo financeiro, consolidando-o como um modelo essencial para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Nosso foco permanece em promover a prosperidade dos cooperados, gerar valor econômico e social, e ampliar nossa relevância no cenário financeiro nacional”, acrescenta o executivo.

Supermercados e restaurantes encerraram 2024 com resultados positivos nas vendas e faturamento

Gastos em supermercados e restaurantes cresceram 21% e 15,5%, respectivamente, no comparativo entre dezembro de 2023 e 2024



A pesquisa Índices de Consumo em Supermercados (ICS) e Índices de Consumo em Restaurantes (ICR) apurados pela Alelo, empresa de benefícios, incentivos e gestão de despesas corporativas, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), aponta crescimento dos gastos em supermercados e restaurantes de 21% e 15,5%, respectivamente, se comparados dezembro de 2023 e dezembro de 2024.

No caso dos supermercados, o acumulado do ICS, contrapondo-se ao desempenho acumulado de janeiro a dezembro de 2023 e de 2024, mostra que as transações em supermercados cresceram 12,6%, em volume (número real de transações), e 21,0% em valor (ou faturamento dos estabelecimentos). O valor médio por transação, por sua vez, encerrou o ano com um crescimento de 7,4% em relação à média do último mês de 2023. Em re-

lação aos restaurantes, o ICR mostrou que esses locais registraram uma elevação acumulada de 5,8% no número de transações de janeiro a dezembro de 2024, além de uma alta de 15,5% no valor transacionado em dezembro de 2023 e no mesmo mês de 2024. O valor médio por transação cresceu 9,2% no ano.

ÍNDICE DE CONSUMO EM SUPERMERCADOS (ICS)

Entre novembro e dezembro de 2024*, os supermercados registraram queda de 2,5% no número de transações, em paralelo ao discreto aumento de 0,3% no valor transacionado. O valor médio por transação cresceu 2,9%.

Já em comparação ao mesmo período de 2023, os resultados de dezembro apresentaram um crescimento de 5,8% no número de transações

efetivadas no segmento, em paralelo ao aumento de 12,4% no valor transacionado. O valor médio por transação exibiu uma elevação de 6,3% entre os períodos mencionados.

Comparando-se o desempenho acumulado de 2023 e de 2024, as transações em supermercados cresceram 12,6%, em volume (número de transações), e 21,0%, em valor (ou faturamento dos estabelecimentos). O valor médio por transação, por sua vez, encerrou o ano com alta de 7,4% em relação à média de 2023.

De acordo com os resultados mais recentes do IPCA/IBGE, os preços da alimentação no domicílio registraram inflação de 1,2% em dezembro/2024. Em relação ao mesmo mês de 2023 (isto é, em 12 meses), o subgrupo alimentação em domicílio acumulou um aumento médio de 8,2% nos preços ao consumidor.

ÍNDICE DE CONSUMO EM RESTAURANTES (ICR)

Na comparação entre novembro e dezembro de 2024, houve uma retração de 3,9% no número de transações efetivadas em restaurantes*. Em paralelo, o valor transacionado nesses estabelecimentos apresentou queda similar (-3,2%), contrastando com o valor médio por transação, que cresceu 0,7% no contexto mensal.

Ao se comparar o desempenho em dezembro de 2023 e o último mês de 2024, por outro lado, o segmento ainda sustenta um crescimento de 4,3% no número de transações efetivadas, além de uma alta de 14,9% no valor das vendas. Esse resultado se deveu, em larga medida, ao incremento de 10,1% no valor médio por transação.

Com referência ao balanço de 2024, os restaurantes registraram uma elevação acumulada de 5,8% no número de transações, além de uma alta de 15,5% no valor transacionado. O valor médio por transação cresceu 9,2% no ano.

Segundo o IPCA/IBGE, os itens de alimentação fora de domicílio

ÍNDICES DE CONSUMO EM SUPERMERCADOS (ICS)

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES POR PERÍODO	ÚLTIMO MÊS X MÊS ANTERIOR* DEZ/24 X NOV/24	X MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR DEZ/24 X DEZ/23	ACUMULADO NO ANO** JAN/24-DEZ/24	ACUMULADO EM 12 MESES** JAN/24-DEZ/24
VOLUME DE TRANSAÇÕES	-2,5%	+5,8%	+12,6%	+12,6%
VALOR DAS TRANSAÇÕES (NOMINAL)	+0,3%	+12,4%	+21,0%	+21,0%
VALOR MÉDIO POR TRANSAÇÃO (NOMINAL)	+2,9%	+6,3%	+7,4%	+7,4%
INFLAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO (IPCA/IBGE)	+1,2%	+8,2%	+4,5%	+4,5%

(que incluem refeições em restaurantes) apresentaram inflação de 1,2% em dezembro. Em 12 meses, os preços do subgrupo avançaram, em média, 4,9%.

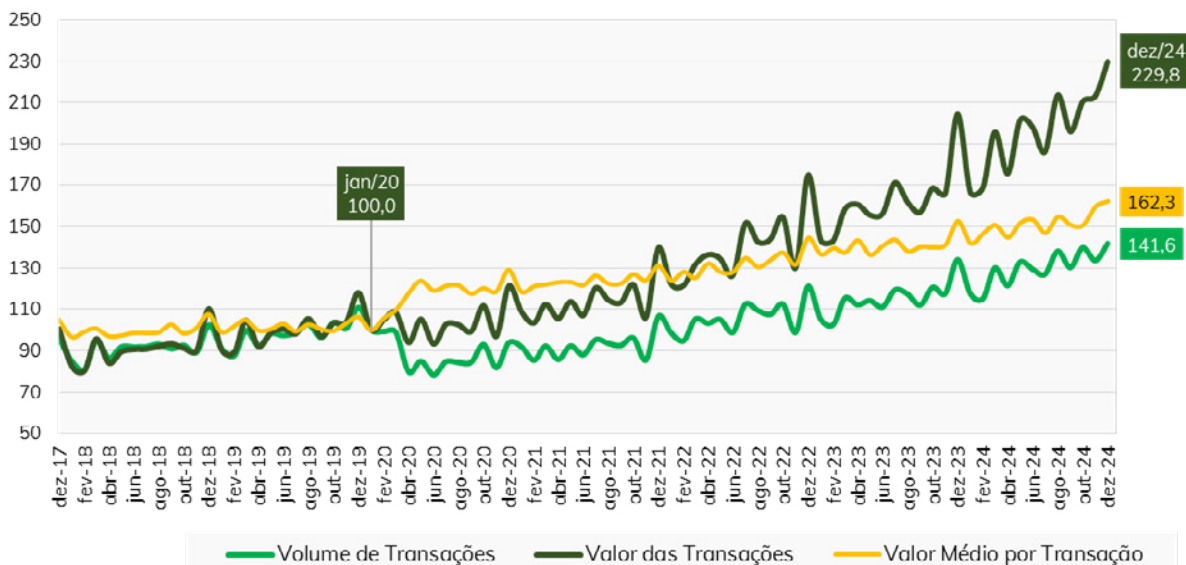
CONSUMO COM CARTÕES DE BENEFÍCIOS DE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

Após dois meses de alta consecutiva, o número de transações com benefício alimentação em supermercados, medido pelo Índice de Consumo em Supermercados (ICS) registrou queda de 2,5% no comparativo de consumo entre novembro e dezembro de 2024. Porém, se aferirmos de-

zembro de 2024 e 2023, observa-se alta de 5,8% e, no acumulado entre janeiro e dezembro de 2024, crescimento de 12,6% nessa modalidade de consumo.

O Índice de Consumo em Restaurantes (ICR) também registrou queda de 3,9% entre novembro e dezembro de 2024. Porém, houve crescimento de 4,3% no comparativo entre dezembro deste ano e do ano passado, além de alta de 5,8% no acumulado entre janeiro e dezembro de 2024.

Embora os resultados mensais tenham exibido retração do consumo entre novembro e dezembro de 2024,



ÍNDICES DE CONSUMO EM RESTAURANTES (ICR)

PRINCIPAIS VARIÁVEIS POR PERÍODO	ÚLTIMO MÊS X MÊS ANTERIOR* DEZ/24 X NOV/24	X MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR DEZ/24 X DEZ/23	ACUMULADO NO ANO** JAN/24-DEZ/24	ACUMULADO EM 12 MESES** JAN/24-DEZ/24
VOLUME DE TRANSAÇÕES	-3,9%	+4,3%	+5,8%	+5,8%
VALOR DAS TRANSAÇÕES (NOMINAL)	-3,2%	+14,9%	+15,5%	+15,5%
VALOR MÉDIO POR TRANSAÇÃO (NOMINAL)	+0,7%	+10,1%	+9,2%	+9,2%
INFLAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO FORA DE DOMICÍLIO (ÍPCA/IBGE)	+1,2%	+6,3%	+4,9%	+4,9%

cessando a sequência de crescimento iniciada em outubro, é provável que o efeito do calendário de dezembro (Natal e Reveillon) tenha contribuído negativamente para o movimento no varejo alimentício e também em bares e restaurantes, uma vez que isso implica uma redução importante no número de dias úteis, especialmente na última quinzena do mês (muitos estabelecimentos em regiões que concentram postos de trabalho e elevado fluxo de trabalhadores, inclusive, entram em recesso durante esse período). Tal redução, aliada aos deslocamentos comuns das famílias no período, tendem a reduzir os gastos em categorias mais rotineiras, entre

as quais justamente os supermercados, bares e restaurantes.

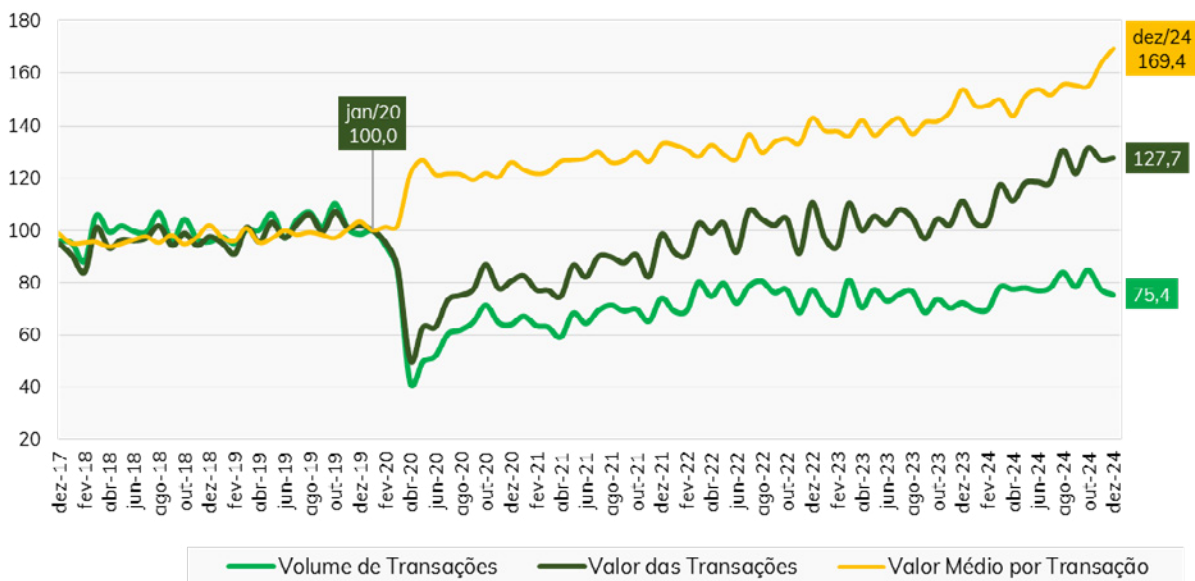
Por outro lado, analisando-se os resultados entre dezembro de 2023 e 2024, assim como o acumulado anual entre os dois anos, é inegável reconhecer que os dois segmentos encerraram 2024 com uma situação econômica muito mais favorável, que pode ser atribuída ao crescimento econômico e indicadores favoráveis no mercado de trabalho, ainda considerando-se o patamar historicamente baixo da taxa de desocupação, de 6,1%, de acordo com a medição da Pnad Contínua e tido como o menor da história, e a melhora na remuneração do trabalho, também

mensurado pela Pnad e com valor médio de R\$ 3.279,00, atingidos em outubro de 2024.

*Levantamento desenvolvidos para acompanhar, respectivamente, o comportamento das transações em estabelecimentos como; e os gastos com refeições prontas em restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, serviços de entrega (delivery), retirada em balcão e para viagem.

A Alelo possui 21 anos de história, são especialistas em benefícios, gestão de despesas corporativas e incentivos – tudo isso dentro dos segmentos de alimentação, cultura, transporte e saúde. Produtos e serviços: Alelo Tudo, Alelo Refeição, Alelo Alimentação, Alelo Natal, Alelo Multibenefícios, Alelo Mobilidade, Veloe Go, Alelo Gestão de VT, Alelo Cultura e Pede Pronto. Soluções para estabelecimentos comerciais: Painel Meu Negócio, Alelo Desenvolve, Antecipação de Recebíveis e Mais Clientes, além de parcerias com foco em gestão de resíduos e sistema ERP. Cartões pré-pagos: Alelo Despesas, Alelo Pagamentos, Alelo Premiação e agora o Alelo Pod.

Elaboração: Fipe, com base em dados da Alelo e IBGE. Notas: (*) variações dos índices de consumo com ajuste sazonal. (**) Variações calculadas em relação o mesmo período do ano anterior.



Carnaval 2025: bares e restaurantes esperam faturar até 20% a mais do que no ano passado

Empresários do setor apostam em um crescimento impulsionado pelo cenário econômico favorável e pela alta do turismo no país

O Carnaval de 2025 traz otimismo para bares e restaurantes em todo o Brasil. De acordo com uma pesquisa realizada pela Abrasel, 74% dos empresários planejam abrir durante os dias de folia, e 69% desses esperam um aumento no faturamento em relação ao ano passado. Para 59% dos entrevistados, o crescimento deve chegar a 20%, enquanto 10% apostam em resultados ainda mais expressivos, acima desse percentual.

A data tardia do Carnaval, que será realizado em março, também pode beneficiar especialmente regiões turísticas, prolongando a temporada de alta movimentação em alguns estados. Essa perspectiva surge após um dezembro marcado por uma recuperação parcial no setor, quando 44% dos estabelecimentos operaram com lucro, 37% tiveram equilíbrio e apenas 18% registraram prejuízo, o menor índice em 12 meses. Naquele mês, 1% das empresas ainda não existiam.

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA AINDA EM ANDAMENTO

Apesar das boas expectativas para o Carnaval, muitos empresários ainda enfrentam dificuldades financeiras. A pesquisa mostrou que 38% das empresas possuem pagamentos em atraso, sendo os impostos federais, encargos trabalhistas e contas de serviços públicos os mais citados. Essa realidade reflete desafios acumulados ao longo dos últimos anos, especialmente com a pandemia e o aumento no preço dos insumos.



Tomaz Silva/Agência Brasil

Diante da alta na inflação, a estratégia de reajuste de preços tornou-se criteriosa para os estabelecimentos do setor. No último mês, 74% dos empresários conseguiram reajustar os valores do cardápio, sendo que 40% acompanharam o índice inflacionário, 23% ficaram abaixo dele e 11% optaram por aumentos superiores. Outros 26% não conseguiram implementar qualquer reajuste.

CONSUMO NA FOLIA PROMETE MOVIMENTAR OS NEGÓCIOS

Para o presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, o otimismo do setor está alinhado ao cenário econômico mais favorável, marcado pelo aumento no número de empregos e alta do turismo no país.

“No ano passado, tivemos um dos melhores carnavais para o setor de

alimentação fora do lar, com alta de 15% no faturamento. A expectativa é de que em 2025 os resultados sejam ainda melhores, impulsionados pelo maior poder de compra da população, pela redução do desemprego e pelo aumento do turismo, tanto doméstico quanto internacional”, destaca.

Apesar do otimismo, Solmucci ressalta que o Carnaval, apesar de importante, é apenas o começo de um ano com diversas oportunidades para o setor. “Embora a festa seja um bom ponto de partida, é essencial que os empresários vejam o Carnaval como uma preparação para um ano de crescimento contínuo. Aproveitar este momento para ajustar as finanças, atrair novos clientes e fortalecer os laços com os habituais é crucial para garantir um desempenho consistente nos meses seguintes”, concluiu.

As diferenças entre o simples nacional, lucro presumido e lucro real

Entenda as principais distinções entre os regimes fiscais, que ainda geram muitas dúvidas

Escolher o regime tributário mais adequado é um desafio que exige atenção e planejamento dos empresários brasileiros. Entre as opções disponíveis – Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real – cada uma possui características específicas que influenciam diretamente na gestão financeira e no cumprimento das obrigações fiscais. O advogado Jorge Coutinho, especializado em Direito Tributário e membro do escritório Jorge Ponsoni e Advogados Associados, destaca os principais aspectos de cada regime, esclarecendo dúvidas e reforçando a importância do planejamento tributário.

Simples Nacional: é voltado para micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Esse regime unifica até oito tributos em um único documento, simplificando o recolhimento e reduzindo a carga administrativa. “O Simples Nacional foi pensado para descomplicar a vida do empresário. Ele reduz as obrigações acessórias e consolida tributos como IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e ISS em um único pagamento. No entanto, é preciso atenção às restrições, como faturamento e tipo de atividade permitida”, explica Dr. Jorge. Ele ressalta que, mesmo sendo atrativo pela simplicidade, esse modelo pode não ser o mais econômico para empresas que ultrapassam o limite de faturamento ou que possuem margens de lucro mais baixas.

Lucro Presumido: utiliza a Receita Bruta como base de cálculo para determinar o lucro tributável, considerando margens pré-definidas pela legislação. “Esse regime parte de uma presunção de despesas para calcular a base de tributação. Por exemplo,



para atividades de prestação de serviços, presume-se que 32% da receita bruta é lucro. É uma opção interessante para empresas com poucas despesas, e, por outro lado, que pode ser desfavorável para aquelas com custos elevados, pois as deduções não são consideradas”, detalha o advogado. Empresas com faturamento anual de até R\$ 78 milhões podem optar por esse modelo, desde que não obrigadas ao Lucro Real.

Lucro Real: é baseado no lucro líquido efetivo da empresa, conforme apurado na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur). “Esse regime reflete de forma mais precisa a realidade financeira da empresa, considerando todas as despesas e receitas no cálculo do IRPJ e da CSLL. Ele é indicado para empresas que possuem altas despesas

dedutíveis para apuração do lucro tributável. Além disso, é obrigatório para negócios com faturamento superior a R\$ 78 milhões e para determinadas atividades regulamentadas, como instituições financeiras”, afirma Dr. Jorge. Apesar de exigir um maior controle contábil, o Lucro Real é ideal para empresas que possuem margem de contribuição reduzida.

Para completar, o especialista explica que a escolha do regime tributário deve ser estratégica, considerando não apenas o faturamento, mas também o perfil financeiro e operacional da empresa. “Optar pelo regime tributário adequado pode fazer toda a diferença na saúde financeira do negócio. Por isso, é essencial contar com especialistas que auxiliem nesse processo e garantam uma gestão eficiente das obrigações fiscais”, finaliza Coutinho.

Estresse e infarto: amigos inseparáveis do mundo dos negócios

Em um ambiente corporativo competitivo e dinâmico, a pressão para alcançar metas, lidar com prazos apertados e manter um alto desempenho e rendimento pode levar a níveis elevados de estresse, com consequências sérias para a saúde e a produtividade.

A pressão constante pode gerar uma preocupação permanente e uma sensação de inadequação, de ineficácia, impactando negativamente na saúde do coração. Um ambiente competitivo e de conflitos pode levar a um clima de tensão e rivalidade, aumentando o estresse e o risco de problemas de saúde; e criando um ambiente propício ao infarto por várias razões interligadas.

O AVC é a principal causa de morte no Brasil, com uma média de 12 óbitos por hora, ou 307 por dia. O infarto é a segunda maior causa de morte, sendo que em 40% dos casos o paciente vem a óbito antes de chegar ao hospital. Em 2021, segundo a Sociedade Brasileira de Arritmias Cardíacas, no Brasil tivemos 300.000 mortes súbitas, sem nenhuma possibilidade de intervenção.

Esses dados assustam muito, mas a boa notícia é que assim como o infarto, quando o AVC surge, na verdade já se iniciou há pelo menos 2 anos, sendo totalmente possíveis de serem evitados.

COMO PREVENIR?

Atuando nessa área, a Clinlife há mais de 40 anos vem desenvolvendo um trabalho de prevenção ativa e criou um checkup completo com mais de 40 indicadores que podem mostrar os riscos para essas e outras doenças sérias e invalidantes como AVC, infarto, trombose, diabetes, câncer e outras.

O geriatra Dr. Eduardo Pinho Tavares, fundador da Clinlife e com mais



de 40 anos de experiência na área de emagrecimento, prevenção dos fatores de risco e reequilíbrio do organismo, ensina que os exames de sangue são a melhor forma de identificar riscos para as principais doenças, analisando indicadores diversos relacionados aos fatores de risco importantes.

Segundo Tavares, “com uma equipe multidisciplinar integrada é possível tratar todos esses indicadores, eliminando os riscos dessas doenças tão graves e invalidantes”.

Em virtude dos enormes riscos enfrentados pela população, e na ausência de um programa voltado para essa finalidade, a Clinlife criou a campanha – Life Guard – de Erradicação do Infarto e AVC para conscientização sobre a necessidade de se realizar ao menos um checkup por ano, evitando dessa forma totalmente a possibilidade da chegada dessas doenças.

Tudo isso tem um sentido nobre e humanitário de auxiliar a evitar que 300.000 famílias sofram por ano a angústia da perda de um ente querido ou líder da família, levando a desorganização, desestruturação da mesma.

Assim, a Clinlife convida todas as pessoas a participarem dessa causa, já que essa atitude depende da ação de cada um, da iniciativa de tomar essa decisão e realizar seu checkup antes que surjam sintomas.

Saúde não se deixa para depois, pode ser tarde. O infarto não escolhe hora, mas você pode escolher prevenir.

DIRETOR MÉDICO/TÉCNICO:

Dr. Eduardo Pinho Tavares
CRM-MG 5599
Especialista em Geriatria (reg.080)

Com o aumento da taxa Selic de 12,25% para 13,25%, no dia 29 de janeiro, o Brasil se manteve como o país com o segundo maior patamar de juros reais de todo o mundo

Elevação em 1% da Selic custará aos cofres públicos R\$ 91 bilhões adicionais ao ano

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Editor Geral de MercadoComum

Em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada no dia 29 de janeiro, o Banco Central decidiu elevar a taxa básica Selic novamente em 100 pontos-base, para 13,25% ao ano. A decisão foi unânime - e veio em linha com a expectativa que passou a preponderar nos mercados após a reunião de 11 de dezembro, quando o Copom passou a sinalizar que promoveria aumentos de 100 pontos-base nas duas reuniões subsequentes.

O comunicado de política monetária não sofreu mudanças de conteúdo. A autoridade continua a avaliar que o ambiente externo segue desafiador e que a atividade e o mercado de trabalho domésticos permanecem dinâmicos. A inflação continua acima da meta; as medidas de tendência inflacionária aceleraram novamente; e as expectativas inflacionárias seguiram desancoradas e em deterioração. O balanço de riscos para a inflação segue com assimetria altista, num contexto em que o hia-



do do produto se encontra em campo positivo. As projeções oficiais de inflação, assim como as de mercado, sofreram elevações moderadas; e se encontram um ponto percentual acima da meta de 3% no acumulado em 12 meses até o horizonte relevante para a política monetária, que passou a ser o 3º trimestre de 2026. A recomendação é de uma política monetária mais restritiva.

No trecho prospectivo do comunicado, o Copom

manteve a sinalização de ajuste da mesma magnitude (ou seja, elevação de 100 pontos-base) para a próxima reunião, agendada para 19 de março. Em linha com a nossa expectativa, o Copom não sinalizou suas intenções para as reuniões subsequentes, apenas reiterando "que a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes

mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos".

A decisão do Copom e o conteúdo do comunicado, ao terem vindo em linha com a maioria quase absoluta das expectativas do mercado financeiro, tende a reafirmar a projeção para a taxa básica de juros, que contempla elevação da Selic para 15% ao ano até a reunião de 18 de junho.



RANKING MUDIAL DOS JUROS REAIS AO ANO

Posição	País	Taxa de juro real
01	Argentina:	9,36%
02	Brasil:	9,18%
03	Rússia:	8,91%
04	México:	5,52%
05	Indonésia:	5,13%
06	Colômbia:	5,01%
07	República Checa:	3,30%
08	África do Sul:	2,95%
09	Filipinas:	2,57%
10	Hong Kong:	1,99%
11	Reino Unido:	1,46%
12	Malásia:	1,39%
13	Chile:	1,29%
14	Índia:	1,29%
15	Hungria:	1,28%
16	Cingapura:	1,25%
17	Itália:	1,19%
18	Israel:	1,17%
19	Tailândia:	1,16%
20	China:	1,14%

Fonte: MoneYou

RANKING MUDIAL DOS JUROS NOMINAIS AO ANO

Posição	País	Taxa de juro Nominal
01	Turquia:	45,00%
02	Argentina:	32,00%
03	Rússia:	21,00%
04	Brasil:	13,25%
05	México:	10,00%
06	Colômbia:	9,50%
07	África do Sul:	7,75%
08	Hungria:	6,50%
09	Índia:	6,50%
10	Filipinas:	5,75%
11	Indonésia:	5,75%
12	Polônia:	5,75%
13	Chile:	5,00%
14	Hong Kong:	4,75%
15	Reino Unido:	4,75%
16	Estados Unidos:	4,50%
17	Israel:	4,50%
18	Austrália:	4,35%
19	Nova Zelândia:	4,25%
20	República Checa:	4,00%

Fonte: MoneYou

BRASIL: 2º LUGAR ENTRE AS TAXAS REAIS MAIS ELEVADAS DO MUNDO

O Brasil continua a ter o segundo maior juro real do mundo após o Comitê de Política Monetária (Co-

pom) elevar, mais uma vez, a taxa básica de juros do país. O Banco Central (BC) decidiu aumentar a Selic em 1 ponto percentual (p.p.), para 13,25% ao ano.

O juro real é formado, entre outros pontos, pela

taxa de juros nominal do país subtraída a inflação prevista para os próximos 12 meses.

De acordo com levantamento realizado por MoneYou, os juros reais do país subiram de patamar e

estão em 9,18%. A primeira colocação do ranking, ocupada em dezembro pela Turquia, agora ficou com a Argentina, com taxa real de 9,36%.

Na última divulgação, em dezembro, o Brasil já ocupava a segunda posição da lista. Fatores como o risco fiscal, o câmbio, a inflação e a frustração com o pacote de corte de gastos anunciado pelo governo pressionaram o fechamento da taxa real de juros, informou o MoneYou.

Nesta edição do ranking o destaque é para a Argentina, que saltou da 28ª para a 1ª colocação. O movimento é resultado das quedas na taxa de juros e na inflação do país.

MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS NO MUNDO

Para definir o ranking, a MoneYou considera os países mais relevantes do mercado de renda fixa mundial nos últimos 25 anos.

A taxa de juro real do Brasil, que é o resultado do juro nominal descontada a inflação, está em 9,18% ao ano. Atrás do Brasil e Argentina, aparecem Rússia, México e Indonésia.

JUROS NOMINAIS

Em relação aos juros nominais, o Brasil é o 4º país no ranking. O país que lidera é a Turquia, com uma taxa de 45%. Em seguida, aparecem, respectivamente, Argentina e Rússia, com 32% e 21%.

Decisão do Bacen em aumentar a Selic em mais 1% custará aos cofres públicos brasileiros R\$ 91 bilhões adicionais ao ano

As despesas no pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada brasileira consomem mais de 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional e, durante os últimos doze meses até novembro de 2024 já custaram, aos cofres públicos nacionais, a impressionante cifra de R\$ 918,16 bilhões (7,85% do PIB).

De acordo com o Relatório "Estatísticas Fiscais" divulgado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2024, o PIB brasileiro fechou o mês de novembro, do ano passado, estimado em R\$ 11.693,35 bilhões. Já o estoque da Dívida Bruta Consolidada atingiu R\$ 9,086 trilhões - 77,7% do PIB-Produto Interno Bruto, o que corresponde a um dos maiores patamares desde outubro de 2021, quando



atingiu 79,1%.

Assim, qualquer aumento de 1% na taxa Selic, essa decisão implicará, inevitavelmente, em um custo adicional de despesas de ju-

ros nominais aos cofres públicos nacionais, da ordem de R\$ 90,86 bilhões ao ano.

A persistência da taxa básica, a Selic, em nível elevado encarece o financia-

mento da dívida e expande o seu estoque. Os principais fatores responsáveis pelo aumento da dívida bruta brasileira foram os juros nominais incorridos no período.

FED: Powell justifica a pausa no movimento de queda da Fed Fund rate

Segundo o presidente do Federal Reserve, após três reuniões consecutivas nas quais os juros foram reduzidos em 100 pontos-base, para o intervalo de 4,25%-4,50%, a política monetária permanece suficientemente restritiva. Powell destacou que esse patamar de juros está acima da taxa neutra, mesmo se considerarmos que o nível atual supera a estimativa mais alta dos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), que é de 3,875%.

Powell também comentou sobre a estabilidade no mercado de trabalho, ao observar que as taxas de desemprego se mantêm estáveis por seis meses e que as condições estão amplamente equilibradas. Para ele, o mercado de trabalho parece estar em equilíbrio, sem sinais de superaquecimento. No que se refere à inflação, Powell mencionou que os índices mais recentes apresentaram leituras mais positivas. No entanto, enfatizou que o FOMC evita

reações exageradas a dados pontuais, embora essas leituras sinalizem progresso. Diante disso, o cenário atual da economia indica que a política monetária está bem calibrada e não há necessidade de haver pressa para novos ajustes.

Futuras alterações nos juros dependerão de evidências claras de avanço no combate à inflação ou de sinais consistentes de fraqueza no mercado de trabalho.

Quanto ao novo governo, Powell foi cauteloso e evitou comentar as declarações do presidente Trump que pressionavam por cortes nos juros. Segundo o presidente do Federal Reserve, o FOMC está em modo de observação, aguardando os impactos das políticas tarifárias, de imigração, fiscais e regulatórias. "Precisamos esperar que essas políticas sejam articuladas para avaliarmos suas implicações na economia", afirmou Powell.

O equívoco dos juros altos praticados nos Brasil



Tive o privilégio de ser um dos coautores do livro “Lanterna na Proa – Roberto Campos Ano 100”, organizado por Ives Gandra da Silva Martins e Paulo Rabello de Castro, lançado pela Editora Resistência Cultural, em 2017.

O texto que contribuí para essa obra, intitulado “O país do juro alto – o absurdo custo da dívida brasileira”, iniciou-se com as seguintes ponderações:

“Íntegro, nos últimos 20 anos, um grupo escasso de economistas que vem discordando da dosimetria da política que condena o

país a elevadas taxas reais de juros para se combater a inflação. Provavelmente o Brasil seria, hoje, uma das raras economias do mundo que tenha conseguido sobreviver por um período de tempo tão amplo, contabilizando taxas reais de juros exorbitantes e ostentando o título de campeão mundial disparado neste perverso indicador. Será que só o Brasil está certo ao utilizar essa política monetária de taxa de juros real elevadíssima?

De outro lado, é interessante observar que outros instrumentos usuais de política monetária não foram suficientemente utilizados, rei-

nando o medicamento das taxas reais de juros como um dos únicos instrumentos no combate à inflação. Não se trata de uma discussão em relação ao diagnóstico ou ao remédio indicado, mas quanto à dosagem aplicada. Tivesse sido acertada, a política monetária adotada, provavelmente não teríamos colhido os resultados alcançados quando, em várias oportunidades, superou-se o limite do teto da meta de inflação estabelecida.”

Mais à frente, ainda acrescentei:

“A taxa de juros real elevada tornou-se um repelen-

te ao crescimento econômico brasileiro. Cabe destacar, mais uma vez, que a política monetária não fica restrita a um único instrumento, o que vem ocorrendo no Brasil ao longo das últimas décadas. Se antes o antídoto eram os juros, há muito este remédio já se transformou no veneno do nosso crescimento econômico. Os juros se convolveram na nova saúde: ou o Brasil acaba com o uso da taxa de juros real extorsiva para o combate à inflação ou ele acabará com o Brasil, resultando poucas alternativas ao crescimento – questão que deve ser resgatada e alçada à condição de prioridade nacional”.

VISITE O BRASIL, VOCÊ IRÁ SE SURPREENDER



Em artigo intitulado Política monetária causou a deterioração fiscal, de autoria do economista Demian Fiocca, ex-presidente do BDNES e publicada no Valor de 25 de janeiro, destaque, a seguir, alguns destaques e conclusões do autor:

“Ora, mas o que hoje chamamos de medidas macroprudenciais não são preferivelmente aplicadas visando apenas à estabilidade do sistema financeiro? Sim. Só que, mais uma vez, tal convenção é adequada a economias nas quais juros reais médios de 2% dão conta do controle da inflação. Para uma realidade muito diferente, cabem soluções pelo menos um pouco diferentes.

Dada a altíssima entropia a que chegou a Selic, é até provável que a intensidade necessária dos macroprudenciais seja pequena, quando a Selic for substancialmente reduzida.

A meta de inflação errada e a ineficiência da Selic não se corrigirão sozinhas. Insistir na trilha atual, como se não houvesse anomalia na política, resultará apenas em empresas fragilizadas, famílias endividadas, Estado em má condição fiscal e pior desempenho econômico.”

Para reflexão de nossos leitores destaque, a seguir, textos que considero relevantes para o debate do

tema, extraídos do artigo intitulado O equívoco dos juros altos, publicado pelo Valor de 09.08.2019, de autoria do renomado economista André Lara Resende.

“Curiosamente, a possibilidade de que a taxa de juros excessivamente alta possa estar por trás tanto do estrangulamento fiscal como da estagnação da produtividade e da queda do investimento nunca foi levada a sério pelos responsáveis pela condução da política monetária. Tratada como mera ignorância dos fundamentos macroeconômicos, ou mais comumente como pura demagogia, pelos especialistas que pontificam na mídia, nunca houve uma

preocupação de refutar racionalmente uma hipótese altamente plausível.

Altamente plausível porque, como é trivial constatar e não há quem discorde, os juros altos aumentam o serviço da dívida e desestimulam o investimento. A opinião dominante é que, como não há alternativa, pouco importa se os juros altos devem ou não ser responsabilizados pelo estrangulamento fiscal e pelo baixo crescimento. Os juros são o que são e nas condições prevaletentes, não haveria como baixá-los. Estão altos porque os investidores exigem taxas altas para refinarçar uma dívida alta de um governo altamente deficitário. São o desequilíbrio fiscal e o peso da dívida pública que impõem os altos juros para o financiamento do governo, não os juros altos que sobrecarregam o custo da dívida, reduzem o crescimento e aumentam a relação entre a dívida e o PIB.

O argumento seria perfeitamente válido se a dívida pública brasileira fosse, como já foi no passado, uma dívida externa, denominada em moeda estrangeira e carregada por investidores externos. Não é o caso, a dívida pública brasileira é hoje uma dívida quase que integralmente, mais de 95% dela interna, denominada em reais. A estrutura de custo do financiamento de uma dívida interna denominada na moeda nacional fiduciária é baseada na taxa básica de juros. Esta, a taxa fixada pelo Banco Central para as

reservas bancárias, é que determina a base de toda a estrutura a termo das taxas de juros da dívida.

Como os títulos públicos são negociados com reservas bancárias no Banco Central, no chamado Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), é o custo das reservas bancárias, a taxa básica de juros, também conhecida como a taxa Selic, que estabelece o custo de carregamento da dívida. No jargão financeiro, o custo de carregamento é o custo de financiamento de um ativo. No caso da dívida pública, o custo de financiamento para o sistema financeiro é dado pela taxa de juros nas reservas bancárias. Como essa é a taxa de referência, que se deve utilizar para calcular se vale ou não a pena comprar títulos do Tesouro, toda a estrutura de taxas para títulos de diferentes prazos de vencimento é função dessa taxa básica.

Um Estado que emite a sua própria moeda fiduciária só irá deixar de servir a sua dívida se essa for uma opção política, nunca por incapacidade financeira. Pela mesma razão, numa eventual crise de iliquidez, o Banco Central, como agente emissor do Estado, será sempre capaz de recomprar ou de refinarciar os títulos em poder do mercado. Não existem riscos de crédito nem de iliquidez associados a títulos da dívida pública de um Estado emissor de sua moeda fiduciária.

A dívida pública mobiliária brasileira é hoje quase



integralmente denominada em moeda nacional e carregada por investidores cuja referência é o custo de financiamento estabelecido pela taxa básica das reservas bancárias. Quase 25% da dívida é efetivamente financiada através de "operações compromissadas", que são reservas bancárias tomadas do mercado a curtíssimo prazo pelo Banco Central, com lastro em títulos do Tesouro que ele mantém em sua carteira.

Se o preço das reservas bancárias, a taxa básica de juros, é um instrumento incapaz de controlar a liquidez na economia, mas determina toda a estrutura de custos da dívida pública, a taxa de juros deve ser fixada com o objetivo de reduzir o custo da dívida pública. Outras medidas institucionais e regulatórias devem ser tomadas

para balizar as expectativas e evitar que a liquidez criada pelo sistema financeiro provoque bolhas especulativas. Ao usar taxa básica para o controle da liquidez e da inflação, os Bancos Centrais se equivocam sobre o papel da taxa de juros. Utilizam um instrumento poderoso com o objetivo errado. O efeito da taxa de juros no controle da liquidez e de inflação é altamente questionável, mas o seu efeito sobre o custo da dívida pública é inquestionavelmente perverso.

No mundo contemporâneo, os juros já estão muito próximos de zero, a moeda digital já permite taxas nominais negativas, mas a teoria econômica ainda não entendeu a distinção entre a taxa de juros e a taxa de retorno do capital, a EMK. Enquanto a EMK é função da tecnologia e de forças

econômicas que estão fora do alcance das autoridades monetárias, a taxa de juros está sob o controle direto do Banco Central. A EMK é o principal determinante da taxa de investimento e, portanto, da taxa de crescimento de longo prazo.

A responsabilidade primordial do Banco Central, num país onde a moeda é fiduciária, é garantir a oferta de liquidez a uma taxa de juros inferior à EMK. Ao longo da história, enquanto prevaleceu a moeda metálica, prevaleceu uma iliquidez crônica. Com o desenvolvimento do sistema financeiro e do crédito bancário, a liquidez crônica foi superada, mas os surtos de pânico e as corridas bancárias continuaram a provocar graves crises de iliquidez. Depois da Grande Depressão dos anos 30, com o fim do padrão-ouro,

os Bancos Centrais passaram a atuar como empreendedores de última instância e garantir a oferta de liquidez, também e sobretudo, em momentos de crise de confiança bancária.

O FED americano, ao manter a taxa básica de juros próxima de zero, mesmo depois que a economia deu sinais inequívocos de que estava em recuperação e que o desemprego havia caído, dá sinais de ter compreendido o que a teoria macroeconômica ainda não parece ter incorporado: a taxa básica tem pouca ou nenhuma influência sobre a inflação e muita sobre o custo da dívida e sobre o investimento.

Diferentemente da regra heurística, hoje adotada para tentar controlar a inflação, esse é um objetivo que tem sustentação intelectual clara e inquestionável. Mas, como Keynes observou, a dificuldade não está nas novas ideias, mas sim em escapar das velhas, das formas arraigadas de pensar e de expressão. A influência da teoria econômica moderna é comparável à das religiões, pois é bem mais difícil exorcizar o óbvio do que levar as pessoas a acreditar no recôndito e no irracional. Mais uma vez, o extraordinário feito da teoria econômica foi superar as crenças do homem comum e, ao mesmo tempo, estar errada.”

Já tivemos antes a oportunidade, juntamente com vários outros colegas economistas, de ressaltar a necessidade de compreendermos

a importância da retomada do crescimento econômico de forma vigorosa, consistente, contínua, sustentável e que o desenvolvimento precisa ser considerado a meta número um do País.

Entendo que alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento. Não basta apenas crescer. É necessário que o crescimento da nossa economia supere a média mundial e possa se compatibilizar com o nível de expansão das economias dos países emergentes. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade.

Um desses equívocos diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequenasse a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos.

O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas – como a previdenciária – também devem ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar – concomitantemente – a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores podem ser considerados altos – o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorre nos anos mais recentes – a produção nacional não cresce – os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas tributárias.

E, para concluir, deixo aqui uma mensagem do nosso saudoso estadista

Juscelino Kubitschek de Oliveira, proferida durante discurso de 25 de outubro de 1956, no Rio de Janeiro – no Automóvel Clube do Brasil, por ocasião de homenagem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e extraída do livro de minha autoria intitulado Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI:

“E qual é o caso do Brasil? Em resumo, é que logremos tirar as consequências do nosso patrimônio, de nossa herança. Que o que vale não o valha apenas simbolicamente, mas de maneira tangível. O problema do Brasil, que envolve tudo o mais, é ativar a riqueza nacional.

Precisamos produzir e produzir em boas condições econômicas, para salvar o Brasil. Precisamos produzir e bem, para que os preços baixem. Não se descobriu até agora melhor combate à carestia do que produzir. A revolução necessária entre nós é do progresso e da expansão. O resto é loquela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados.

Convoco-vos para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a reação contra a miséria, para o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isso sim”.

Saco sem fundo: O exorbitante valor dos juros nominais pagos em 2024, como despesas da dívida pública brasileira, totalizou R\$ 950,4 bilhões – equivalente 8,05% do PIB – o maior já registrado

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$998,0 bilhões (8,45% do PIB) em 2024

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 31 de janeiro, os resultados das contas públicas brasileiras, relativamente ao ano de 2024. O valor dos juros nominais pagos, durante o ano, totalizou R\$ 950,4 bilhões – correspondentes a 8,05% do PIB-Produto Interno Bruto e ficou 32,3% superior aos R\$718,3 bilhões (6,56% do PIB) verificados em 2023. E a conta neste ano de 2025 continuará subindo, indo em direção a Marte, por causa dos aumentos da taxa Selic que pode chegar a 16% no final do ano, conforme já é a expectativa de boa parte do mercado financeiro e dos analistas econômicos.

Os juros nominais sobre a dívida pública brasileira consolidada (União, Estados e Municípios) de 2024 foram equivalentes a 35,1% de toda arrecadação tributária da União no ano, que totalizou R\$ 2.709,3 bilhões.



A dívida bruta consolidada do setor público brasileiro totalizou R\$ 9,0 trilhões em 2024, representando 76,1% do PIB – Produto Interno Bruto. Assim, a cada majoração de 1% na taxa Selic cor-

responderá uma despesa adicional de R\$ 90 bilhões ao ano. Como já ocorreram duas elevações, de 1% cada, decididas pelo COPOM do Banco Central nos últimos 47 dias e haverá uma outra de 1%, previs-

ta para ocorrer em março, tais decisões representarão uma despesa adicional aos cofres públicos de R\$ 270 bilhões ao ano.

O setor público consolidado brasileiro registrou,

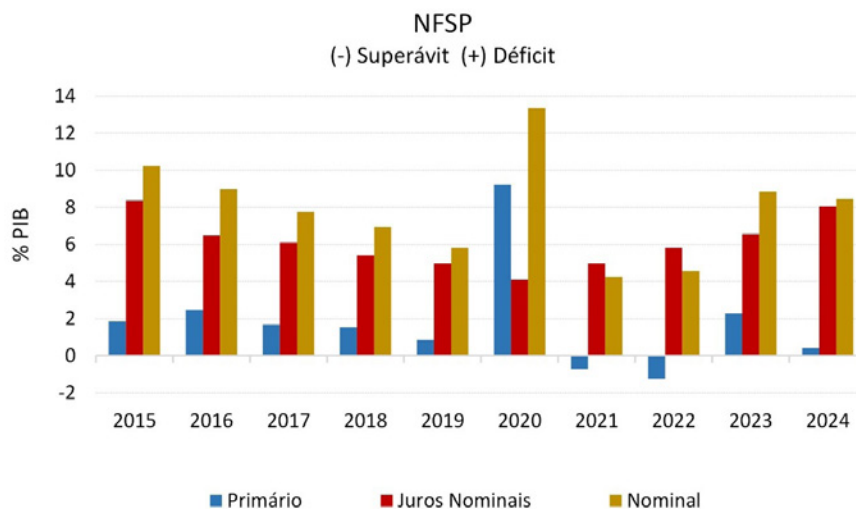
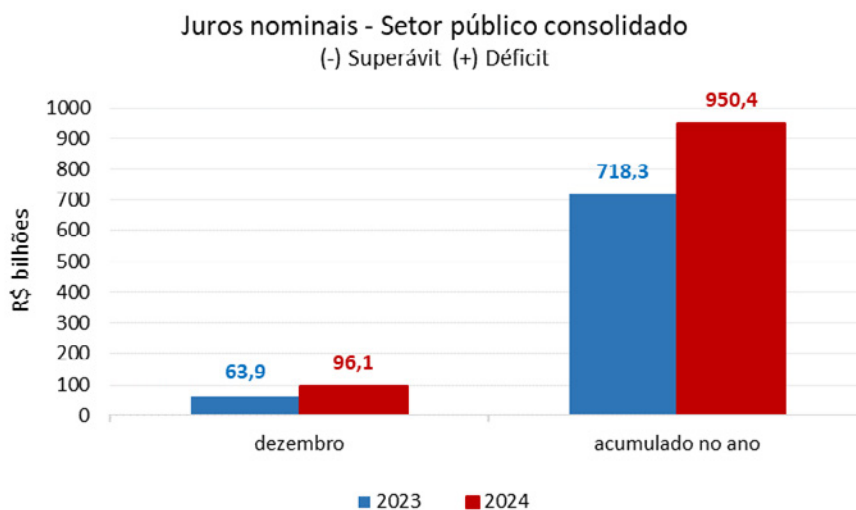
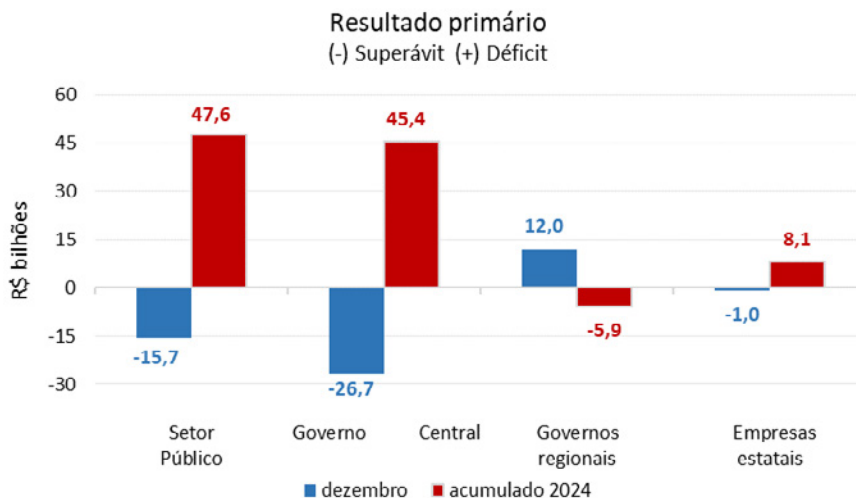
em 2024, déficit primário de R\$47,6 bilhões (0,40% do PIB), ante déficit de R\$249,1 bilhões (2,28% do PIB) em 2023.

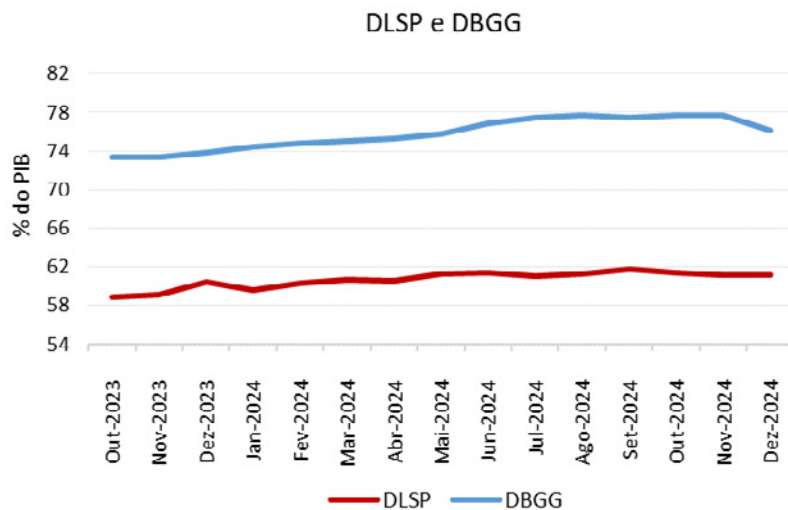
O resultado nominal do setor público brasileiro consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$998,0 bilhões (8,45% do PIB) em 2024, ante R\$967,4 bilhões (8,84% do PIB) em 2023.

1 - RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou em 2024 déficit primário de R\$47,6 bilhões (0,40% do PIB), ante déficit de R\$249,1 bilhões (2,28% do PIB) em 2023. No mês de dezembro, houve superávit primário de R\$15,7 bilhões no setor público consolidado, ante déficit de R\$129,6 bilhões em dezembro de 2023, ressaltando-se que naquele mês o impacto do pagamento de precatórios alcançou R\$92,4 bilhões. Em dezembro, o Governo Central e as empresas estatais foram superavitários, na ordem, em R\$26,7 bilhões e R\$1,0 bilhão, enquanto os governos regionais registraram déficit de R\$12,0 bilhões.

Em 2024, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R\$950,4 bilhões (8,05% do PIB), ante R\$718,3 bilhões (6,56% do PIB) em 2023. Em dezembro, os juros nominais atingiram R\$96,1 bilhões, ante R\$63,9 bilhões em dezembro de 2023. Con-





tribuiu para essa elevação o resultado das operações de swap cambial (ganho de R\$6,6 bilhões em dezembro de 2023 e perda de R\$19,9 bilhões em dezembro de 2024).

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$998,0 bilhões (8,45% do PIB) em 2024, ante R\$967,4 bilhões (8,84% do PIB) em 2023. Em dezembro, o déficit nominal atingiu R\$80,4 bilhões, comparativamente a R\$193,4 bilhões em de-

zembro do ano anterior.

A redução de 0,39 p.p. do PIB no resultado nominal em 2024 decorreu da melhora no resultado primário, uma vez que os juros nominais do setor público consolidado no ano, 8,05% do PIB, elevaram-se pelo quarto ano seguido, alcançando o maior percentual desde 2015 (8,37% do PIB).

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 61,1% do PIB (R\$7,2 trilhões)

em 2024, com elevação anual de 0,7 p.p. do PIB. Contribuíram para esse resultado, os juros nominais apropriados (+8,0 p.p.), o déficit primário (+0,4 p.p.), o reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), o efeito da desvalorização cambial de 27,9% no ano (-2,9 p.p.), os demais ajustes da dívida externa líquida (-0,3 p.p.), o efeito das privatizações (-0,3 p.p.) e o crescimento do PIB nominal (-4,4 p.p.).

Em dezembro, a relação DLSP/PIB diminuiu 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, refletindo os impactos do

superávit primário (-0,1 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), da desvalorização cambial de 2,3% no mês (-0,3 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (+0,1 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-0,6 p.p.).

A DBGG – que compreende o governo federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 76,1% do PIB (R\$9,0 trilhões) em 2024. No ano, a relação DBGG/PIB elevou-se 2,2 p.p., resultado decorrente da incorporação de juros nominais (+7,5 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada no ano (+1,0 p.p.), do reconhecimento de dívidas (+0,3 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (-0,9 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa (-0,2 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (-5,4 p.p.). Em dezembro, a relação DBGG/PIB reduziu-se 1,6 p.p. do PIB, refletindo os resgates líquidos de dívida (-1,7 p.p.), o crescimento do PIB nominal (-0,7 p.p.), o efeito da desvalorização cambial (+0,1 p.p.) e os juros nominais incorporados (+0,7 p.p.).

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."



Conheça o legado do político que transformou o País e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - O Profeta do Desenvolvimento

Volume II - O Desenvolvimento em 1º Lugar
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - Mensageiro da Esperança
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência da República

AUTOR:

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum - Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com

Brasil bate recorde em números de recuperação judicial em 2024

Expectativa é de que o número total de RJs ultrapasse os 2200 pedidos; aviação, varejo e agro estarão entre os setores mais impactados neste ano de 2025



O ano de 2024 bateu o recorde de 2016 como o ano com mais pedidos de recuperação judicial, pior da série histórica, que começou em 2005. Até outubro, foram 1.927 pedidos de RJ, enquanto o ano de 2016 foram 1.863. A expectativa é de que o número total ultrapasse os 2.200 pedidos. Os números ainda não foram divulgados pela Serasa, que deve divulgá-los nas próximas semanas.

De acordo com Filipe Denki, sócio do Lara Martins Advogados e especialista em Reestruturação Empresarial, as principais causas desse aumento incluem altas taxas de juros, inadimplência crescente, inflação persistente, problemas de infraestrutura e a disparada no número de pedidos de recuperação judicial no agronegócio destacadamente entre os produtores rurais pessoas físicas.

“As perspectivas econômicas para 2025 indicam um cenário de crescimento moderado, acompanhado de

desafios significativos. A combinação de fatores como a inflação persistente, nova presidência dos Estados Unidos com Trump a frente, a guerra na Ucrânia, desaceleração da economia da China, as incertezas geopolíticas e os desafios internos de cada país moldam um futuro repleto de incertezas, mas também de oportunidades”, destaca o advogado.

O Banco Central projeta um crescimento do PIB de 2,0% para 2025, as projeções indicam que a inflação pode permanecer acima da meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 3% ao ano, com variação de 1,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, a taxa Selic, atualmente em 12,25%, pode subir para 14,25% no primeiro trimestre de 2025, com previsão de atingir 15% ao longo do ano. “O desequilíbrio fiscal permanece uma preocupação, com gastos públicos crescendo em ritmo superior ao das receitas. A eficácia do novo arcabouço fiscal será crucial para a

sustentabilidade das contas públicas”, acrescenta Denki.

Diante do cenário econômico pouco promissor, a expectativa é de alta e continuidade no aumento dos pedidos de recuperação judicial no Brasil, mantendo a tendência observada em 2024. “Setores como aviação, sucroalcooleiro, agro e varejo são apontados como os mais suscetíveis a dificuldades financeiras, especialmente devido ao aumento do dólar, que eleva os custos e dificulta o repasse aos consumidores”, analisa o especialista.

A manutenção de um ambiente econômico desafiador, caracterizado por altas taxas de juros e restrições de crédito, sugere que o número de pedidos de recuperação judicial no Brasil continuará elevado em 2025. “Empresas de diversos setores precisarão adotar estratégias de reestruturação e buscar alternativas, como a recuperação extrajudicial, para enfrentar as adversidades econômicas previstas”, completa.

Defasagem média da tabela do Imposto de Renda foi de 154,49% em 2024

O resultado foi calculado pelo Sindifisco Nacional a partir do anúncio do IPCA divulgado pelo IBGE



A inflação oficial brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fechou em 4,83% relativa ao ano de 2024. Com o resultado, o Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal) calculou a defasagem média da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em 154,49% levando em consideração os resíduos acumulados desde 1996 (ano do fim do reajuste automático). O dado demonstra um aumento se comparado ao ano de 2023, quando a defasagem média era de 149,56%.

Após uma queda vertiginosa na

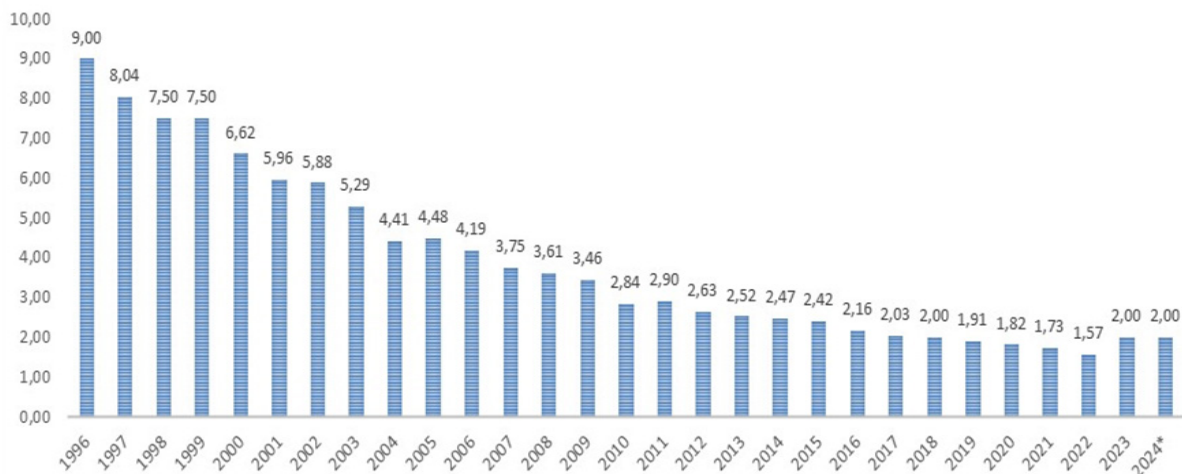
correção em salários-mínimos desde 1996, podemos observar, desde 2022, uma retomada da ascensão do indicador com o reajuste da faixa de isenção.

Caso a tabela fosse corrigida em sua totalidade, somente seriam tributados os contribuintes com renda mensal superior a R\$ 5.136,81. Neste cenário, apenas pessoas que têm rendimentos mensais acima de R\$ 12.764,13 contribuiriam com a alíquota máxima de 27,5%. De acordo com estimativas realizadas pelo Sindifisco Nacional, o reajuste integral da tabela progressiva traria, aproximadamente, 15,3 milhões de declarantes para a faixa de isenção, ou seja, mais que o

dobro do atual. Com base nos Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, no ano calendário de 2022, 14,6 milhões de declarantes situam-se na faixa de isenção. Ajustando as informações contidas à tabela corrigida, estariam isentos 29,96 milhões de declarantes.

No entanto, é importante ressaltar que a correção da defasagem total da tabela do IRPF, desde 1996, implicaria uma renúncia fiscal de R\$ 112,6 bilhões e, portanto, tal medida de justiça fiscal deve vir acompanhada, necessariamente, de medidas de compensação dessa perda, principalmente tributando os mais ricos, que

ISENÇÃO DO IRPF EM SALÁRIOS MÍNIMOS



possuem parcelas elevadas de rendimentos isentos.

“A solução encontrada pelo governo federal, de isentar as primeiras faixas sem escalonar a correção para os demais contribuintes auxilia na redução da regressividade histórica do Imposto de Renda de Pessoa Física no Brasil, mas não resolve totalmente o problema. Em estudo realizado pelo sindicato, observamos que é possível desonerar o IR de pessoas que possuem rendimentos até R\$ 5 mil sem diminuir a arrecadação federal, porém, para isso, é preciso que os contribuintes com maior capacidade financeira paguem alíquotas efetivas maiores do que as praticadas atualmente. Esperamos que a reforma do Imposto de Renda seja apresentada o quando antes e votada no Congresso Nacional”, afirma o presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real.

A defasagem na correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física é mais prejudicial para aqueles cuja renda tributável mensal é menor. Para contribuintes com rendimento de R\$ 7 mil, por exemplo, a não correção impõe um recolhimento mensal a mais de R\$ 900,30, um valor 644,27% maior do que deveria ser. Já o contribuinte com renda mensal tributável de R\$ 10 mil paga 243,59% a mais e

os com ganhos acima de R\$ 100 mil são impactados em termos relativos em apenas 5,87%.

NEUTRALIDADE

O sindicato trabalhou em uma hipótese de cálculo de compensação das perdas de arrecadação com a isenção de trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil por mês. Supondo que o Governo Federal proponha alíquotas afetivas de progressão linear que complementam as já atuais contribuições, começando com aqueles que ganham R\$ 600 mil anuais em 0% e terminando em 10% de alíquota efetiva para os que recebem, pelo menos, R\$ 1,2 milhão (conforme tabela abaixo), teríamos um incremento na arrecadação anual de R\$ 41,06 bilhões.

“O exercício que propomos deixa claro que não há perda de arrecadação. A opção pela utilização de mecanismos que deixam o sistema tributário mais progressivo é benéfica para toda a sociedade e impulsiona a economia. Não à toa o princípio da capacidade contributiva está na nossa Constituição Federal”, afirma o presidente do sindicato, Dão Real.

TAXAÇÃO DE RENDA MAIS ALTA

Alíquota será cobrada sobre soma de todas as rendas

Rendimento bruto ao ano Imposto mínimo

- R\$ 600.000 zero
- R\$ 720.000 2%
- R\$ 840.000 4%
- R\$ 960.000 6%
- R\$ 1.080.000 8%
- R\$ 1.200.000 10%

Ou seja, a combinação da isenção para quem ganha até R\$ 5 mil mensais com um instrumento que garanta um pagamento mínimo de alíquota efetiva para os extratos mais abastados da população garantiria a neutralidade na arrecadação.

Para o Sindifisco Nacional, os R\$ 5,5 bilhões a mais correriam o risco de não serem arrecadados por estratégias de planejamento tributário abusivo ou de elisão fiscal. A alteração na cobrança iria atingir, aproximadamente, 160 mil declarantes, que representam os mais altos níveis de renda do país. Atualmente, essa parcela da população paga percentuais que, em muitos casos, estão significativamente abaixo de 10%, mesmo em faixas de rendimentos extremamente elevadas. Para se ter uma ideia, uma pessoa com rendimentos de R\$ 24,5 milhões anuais contribui com Imposto de Renda referente a apenas 5,12%, menos da metade dos 11,34% que pagam contribuintes que ganham R\$ 280 mil por ano.



Donald Trump: o que esperar de seu novo mandato na Presidência dos EUA?

Gustavo Ferraz, especialista em investimentos da WIT Invest, responde:

P - Quais são as principais expectativas para a política econômica de Donald Trump neste novo mandato? Ele deve repetir as políticas protecionistas do passado?

R - Corte de impostos para empresas e indivíduos, redução das regulamentações governamentais, política de tarifas e acordos comerciais, foco na expansão da produção de energia doméstica, investimentos em Infraestrutura, reforma do Sistema de Saúde e enfoque em empregos e crescimento econômico, muito parecido com as políticas executadas no mandato passado.

P - Qual é o impacto esperado das políticas fiscais e tributárias de Trump no crescimento econômico dos Estados Unidos?

R - Incentivo ao consumo, tanto das empresas quanto das famílias, incentivo a investimento e incentivos à inovação, proporcionando um aumento do crescimento econômico no curto prazo. Entretanto, pode-se criar pressões fiscais no longo prazo, com uma possível elevação do déficit fiscal.

P - Como os mercados financeiros estão reagindo à posse de Trump? Há maior volatilidade ou otimismo?

R - Os mercados financeiros têm reagido com muita volatilidade, onde os emergentes, como o Brasil, têm sofrido bastante com um dólar mais forte e possíveis políticas mais regulatórias. A economia americana, apesar de todo o otimismo, passa por um ano

de queda até o presente momento.

P - Em que medida as políticas de Trump podem influenciar o dólar, os mercados emergentes e os fluxos de capital internacionais?

R - Com um dólar mais forte, economias emergentes tendem a sentir sua moeda bem mais fraca, além de proporcionar uma certa fuga de capital dos países emergentes em direção à economia americana. Estamos vivendo isso na pele aqui no Brasil.

P - Quais as perspectivas para as relações dos EUA com o Brasil durante o governo Trump?

A relação entre Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva será marcada por diferenças ideológicas significati-

vas, especialmente em áreas como meio ambiente, comércio internacional e política externa. No entanto, ambos os líderes têm uma postura pragmática em suas agendas econômicas, o que pode resultar em uma cooperação pragmática em áreas específicas, como comércio, segurança regional e investimentos.

P - O que esperar da relação de Trump com o Federal Reserve neste mandato? Poderemos ver pressão mais intensa para ajustes na política monetária?

R - A relação entre Donald Trump e o Federal Reserve será, provavelmente, caracterizada por tensões sobre política monetária, principalmente se o FED tomar decisões que não se alinhem com os interesses de crescimento econômico de Trump. O presidente pode pressionar por uma política monetária mais flexível, com taxas de juros mais baixas para estimular a economia, enquanto o FED, por sua vez, pode precisar agir com cautela em resposta a questões fiscais e inflacionárias.

P - Que tipo de oportunidade ou desafio o governo Trump pode trazer para o comércio com a América Latina?

O governo de Donald Trump pode oferecer oportunidades de fortalecimento do comércio bilateral, principalmente em áreas como energia, infraestruturas e exportações agrícolas, com ênfase em acordos comerciais personalizados e incentivos a investimentos. No entanto, a postura protecionista e as restrições comerciais podem representar desafios, assim como a continuidade da política de imigração e a concorrência comercial com a China.

P - Como o Brasil pode se posicionar estrategicamente em relação aos EUA, considerando os interesses da nova administração?

R - O Brasil pode se posicionar estrategicamente em relação aos EUA



no novo mandato de Donald Trump adotando uma abordagem pragmática, aproveitando oportunidades econômicas e comerciais, como no setor de energia, agricultura e infraestrutura, ao mesmo tempo em que tenta minimizar os desafios, como as questões ambientais e de imigração.

P - Como os investidores globais podem ajustar suas estratégias para se protegerem ou se beneficiarem de possíveis mudanças econômicas no governo Trump?

R - Os investidores globais devem estar preparados para ajustar suas estratégias diante de um governo de Donald Trump, com foco em monitorar políticas comerciais e fiscais, proteger-se contra volatilidades econômicas e explorar oportunidades em setores-chave, como energia, infraestrutura e tecnologia. A diversificação de portfólio, o uso de ativos refúgio e o monitoramento de mudanças nas taxas de juros serão essenciais para maximizar os ganhos e minimizar os riscos associados ao potencial impacto das políticas de Trump.

P - Como a possibilidade de Trump recorrer à força para tomar

o Canal do Panamá e a Groenlândia pode ser interpretada no cenário geopolítico atual?

R - Pode ser interpretada como ruim, afetando suas relações diplomáticas, alianças militares, e a credibilidade internacional. Além disso, um movimento desse tipo poderia desestabilizar a economia global, afetando gravemente o comércio internacional, a segurança regional e o equilíbrio de poder global. A resposta internacional seria uma forte rejeição diplomática e sanções econômicas, além de uma pressão crescente sobre a administração dos EUA para recuar dessa postura agressiva.

P - Por que o Canal do Panamá e a Groenlândia são considerados ativos estratégicos tão importantes para os Estados Unidos?

R - O Canal do Panamá e a Groenlândia são considerados ativos estratégicos vitais para os Estados Unidos devido à sua importância geopolítica, econômica e militar. Ambos representam rotas comerciais cruciais, acesso a recursos naturais e posições estratégicas que impactam a segurança nacional e a influência global dos EUA.



Trump e déficit fiscal impactarão investimentos na América Latina

Mario Aguilar, estrategista-sênior de portfólio da Janus Henderson, responde:

P - Que fatores devem ser considerados pelos investidores que veem a América Latina como uma opção em 2025?

R - Acredito que o mais importante é observar os déficits nas contas públicas, já que provavelmente eles terão um impacto significativo nas moedas locais e, portanto, nos retornos de investimentos nessas moedas. Isso deve ocorrer de forma direta ou indireta, principalmente se os investimentos dependem de itens importados cotados em dólar. Eles têm ligação direta com o dólar e as políticas implementadas pelos EUA, o que, considerando a forma como Trump faz as coisas, pode ser imprevisível. Dito isso, se Trump der prioridade ao aumento da produção dentro dos EUA,

os países que exportam matérias-primas poderiam ser beneficiados. A política também deverá ser importante e, se as políticas de Javier Milei continuarem a construir uma nova Argentina, é provável que outros países da região comecem a se inclinar ou seguir nessa direção, o que poderia ser um bom presságio para a região e criaria um mercado regional maior para matérias-primas e itens acabados, mas estamos a pelo menos cinco anos de isso acontecer. Por fim, diria que o setor energético poderá ser interessante. Com alguns países ainda sem conseguir explorar novas jazidas de petróleo e gás, serão necessários investimentos nesse setor e também em outras tecnologias como biogás, energia solar e até eólica, que podem se beneficiar no médio e longo prazos.

P - Quais mercados devem ser os mais estratégicos para investimentos e quais não? Por quê?

R - Considero que o pensamento [dos investidores] deve ser de longo prazo, considerando os desafios estruturais, mas, em linhas gerais, a situação demográfica é positiva para a América Latina, o que não ocorre em lugares como a Europa, a China e o Japão. A Argentina, se continuar neste caminho de transformações, pode ser um excelente destino, mas a maioria dos ativos já foi oferecida. Eu priorizaria países com instituições fortes e a evolução de seus governos e sociedades. Como falei antes, se as políticas fiscais começarem a fazer sentido e o capital privado for respeitado, o crescimento pode voltar. Nesse aspecto, eu

consideraria Chile e Brasil como destinos interessantes. O México, neste momento, é altamente dependente da política dos EUA, mas se houver maior ligação entre as cadeias de suprimentos e for mais beneficiado pelo re-shoring, pode se beneficiar no longo prazo. Outro país muito interessante, mas que passa por uma crescente influência da China, é o Peru, principalmente com grandes projetos de infraestrutura financiados pela China. Pode muito bem se tornar um hub regional de comércio mais importante, principalmente se são capazes de melhorar as ligações internas e a integração com os vizinhos.

P - Quais ativos vocês consideram mais atraentes para os investidores e por quê?

R - Os títulos das dívidas públicas continuam atraentes devido a seus altos rendimentos, mesmo com spreads mais comedidos. Considero que os mercados securitizados, principalmente aqueles dos EUA, parecem atraentes. Também penso em títulos lastrados em hipotecas (MBSs) e obrigações de empréstimos garantidos (CLOs). No que diz respeito ao mercado global de ações, vemos retornos promissores na ampliação dos lucros, com empresas de médio porte provavelmente se beneficiando disso. É provável que as small caps também tenham uma melhora, mas isso dependerá do apetite por fusões e aquisições. Outro destino que tem uma boa avaliação e rendimentos dependendo do ponto de vista é o Reino Unido. A Europa ainda passa por dificuldades, principalmente devido às questões estruturais enfrentadas pela Alemanha e à situação fiscal na França. Observaria de perto essa situação e atuaria se as coisas ficam mais claras, já que por lá [os investimentos] estão relativamente abaixo do valor. A China tem feito muito para acelerar a sua economia, e é provável que haja oportunidades táticas em curto prazo. A longo prazo, eles precisam organizar seu mercado imobili-

ário, que continuará a ser afetado por uma crise demográfica iminente. Em relação aos setores, saúde e tecnologia parecem interessantes. No que se refere à tecnologia, diria que precisamos observar empresas rentáveis e também começar a pensar sobre o ritmo da adoção da IA e como ela realmente poderá ajudar as empresas a se tornarem mais eficientes.

P - Como o retorno de Donald Trump à Casa Branca afetaria o investimento internacional na América Latina?

R - Acho que precisamos considerar duas situações diferentes: as empresas diretamente ligadas aos EUA e as que não são. As empresas com relações diretas com os EUA, que dependem de insumos americanos ou vendem seus produtos para lá, podem ficar em compasso de espera se Trump impulsiona o consumo de mercadorias fabricadas nos EUA e limita exportações ou impõe tarifas de importação. Para as empresas que fazem comércio dentro da América Latina ou com outras regiões (o que está crescendo, principalmente para a Ásia, China em sua maioria), oportunidades podem se abrir para diminuir a dependência dos EUA. Nós já estamos vendo carros feitos nos EUA ou de marcas americanas serem substituídos por veículos chineses em toda a região, e isso deve continuar. No entanto, há um risco de interrupção e, se houver redução das remessas dos EUA para a América Latina, certamente as economias poderiam sofrer, impactando os investimentos. Dito isso, as produções agrícola e mineral podem brilhar na região e eu estimo um crescimento nos investimentos em infraestrutura, principalmente se eles ajudam a diminuir a dependência das importações relacionadas com os EUA.

P - Como a força ou a debilidade das moedas locais influenciará o rumo dos investimentos na América Latina em 2025?

R - Considero que o dólar mais forte está tendo um grande impacto na maioria dos países. Os déficits comercial e fiscal vão complicar a gestão macroeconômica e, se os países são forçados a elevar as suas taxas de juros, isso deverá retrair as suas economias. Um dos primeiros setores a serem afetados pela mudança na moeda poderá ser o turismo, de modo que vejo um impacto nos investimentos na área. No curto prazo, o Brasil pode se beneficiar de um real mais fraco, enquanto a Argentina deverá sofrer com uma moeda mais forte, com a convergência da cotação paralela com a oficial.

P - Como as transações em dólar ou em outras moedas fortes terão impacto no investimento em 2025?

R - Se os desequilíbrios comerciais ou subsídios distorcem a economia, provavelmente veremos uma escassez de dólares no sistema bancário e nas economias regionais. Assim, podemos ter distorções como as existentes hoje na Argentina e na Bolívia, onde as cotações paralelas são de 50% a 100% mais que o preço oficial. Isso terá um impacto severo nas importações de mercadorias em moedas fortes, e mesmo nas regionais mais estáveis, já que elas têm o dólar como referência. Nesse cenário, poderão ser observados aumentos no volume de transações em moedas locais, impulsionando os produtores locais de forma nominal, com os mesmos produtores se beneficiando das exportações. O lado escuro disso é que é uma fórmula para florescer o contrabando, o que poderia enfraquecer a situação fiscal dos países ao longo do tempo. Com esse revés, acho que os investidores deveriam ser cautelosos e considerar se devem investir no curto prazo e se beneficiar com exportadores e empresas com acesso a moedas fortes ou optar por investimentos de longo prazo ligados à infraestrutura ou à possível recuperação econômica (que virá depois de muito sofrimento).



Vem aí o 30º Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2025

MercadoComum contratou novamente a Jumppi para a realização da pesquisa de opinião do 30º Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2025 e espera que os resultados finais possam ser divulgados, a seus leitores e às marcas vencedoras, até o início de março.

Esta iniciativa, já considerada uma das mais tradicionais do estado, tem como objetivo principal, premiar as principais marcas do Estado no ano de 2025. Para tanto, faz-se necessário realizar um minucioso estudo visando analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em segmentos distintos, junto à população mineira.

Para a realização deste estudo do Top of Mind, a pesquisa contará com 1.500 entrevistas - sendo 1.100 no interior do estado e 400 na capital.

Para o levantamento das cidades que compõem a amostra da pesquisa, a Jumppi-Instituto Olhar está utilizando o Índice de Potencial de Consumo -IPC Maps que apresenta o detalhamento, em valores absolutos, do potencial de consumo em 853 municípios do estado de Minas Gerais. A amostra para o presente estudo considera os cinquenta municípios com maior potencial de consumo a partir do IPC.

A amostra foi desenhada proporcionalmente à população residente nos municípios selecionados, considerando-se o sexo e a faixa etária, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A margem de erro máxima estimada é de 2,5 pontos percentuais considerando os resultados obtidos para o total da amostra. O intervalo de confiança é de 95%, o que significa que há probabilidade de 95% de os resultados dessa pesquisa retratarem, com fidedignidade, o momento atual, considerando a respectiva margem de erro.

A pergunta-chave e considerada como básica da pesquisa, junto aos entrevistados é: “Qual é a primeira marca que lhe vem à cabeça, quando se fala em (por exemplo biscoito, drogaria, supermercado, plano de saúde etc)?” Todas as respostas das entrevistas são espontâneas, isto é, não são apresentadas opções aos entrevistados.

O “Top of Mind” é uma das medidas mais tradicionais no âmbito do marketing e da propaganda. Sua tradução literal significa “topo da mente” e indica o percentual com que uma determinada população cita uma marca em primeiro lugar, quando solicitada a pensar em uma categoria específica de produtos ou

serviços. Considerando as experiências e o conhecimento de cada consumidor, essa métrica expressa as marcas preferidas, mais próximas e/ou mais associadas a uma determinada categoria e pode ser considerado um indicador de desempenho das estratégias de branding e do valor de marca (brand equity).

Para que o Top of Mind capture o índice de lembrança de modo fidedigno, todas as perguntas feitas pelos entrevistadores são abertas e espontâneas. Isto é, o entrevistado responde o que vem à mente, sem nenhum tipo de estímulo. Sendo assim, os pesquisadores são instruídos a não realizarem nenhum tipo de explicação e nem apresentarem exemplos sobre os segmentos ou categorias pesquisadas.

Assim, o Top of Mind de Minas Gerais, que neste ano completa 30 anos, reconhece as Marcas de Sucesso do Estado, escolhidas por critérios eminentemente técnicos através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum.



São tradicionais vencedores, como as marcas mais citadas desta premiação, a Unimed-BH e Federação Unimed, Biscoitos Aymoré, a Drogaria Araujo e o Supermercados BH

Contas externas brasileiras fecham 2024 apresentando déficit de US\$ 56 bilhões (2,55% do PIB) – o maior já verificado desde 2019

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Editor Geral de MercadoComum



O Banco Central do Brasil – que calcula mensalmente as transações correntes do país, divulgou, no dia 24 de janeiro, o relatório intitulado “Estatísticas do setor externo brasileiro”.

De acordo com o BC, o aumento no déficit é decorrente da redução de US\$ 26,1 bilhões no superávit da balança comercial e ao crescimento de US\$ 9,8 bilhões no déficit de serviços, cujo resultado foi parcialmente compensado pela redução no déficit de renda primária, de US\$ 4,1 bilhões, e pelo aumento no superávit de renda secundária, US\$ 367 milhões.

O déficit apresentado de US\$ 56 bilhões, representa mais que o dobro do que foi registrado em 2023, quando as contas externas do Brasil tiveram negativas em US\$24,5 bilhões (1,12% do PIB).

Nas análises da LCA Consultores Econômicos, “o ano de 2024, o déficit acumulado chegou a US\$ 56,0 bilhões, bem superior aos US\$ 24,5 bilhões de 2023. A tendência de crescimento do

déficit em porcentagem do PIB continua, para agora alcançar a marca de 2,6%. O valor em dólares do déficit em conta corrente acumulado em doze meses continuou a se aproximar do investimento estrangeiro direto, mas ainda há folga no financiamento do déficit em conta corrente pelo investimento direto, uma vez que o IDP acumulado em doze meses ainda é superior ao déficit em CC na mesma métrica.

Essa forte queda do saldo de 2024 em relação à 2023 tem relação com o alto nível de demanda, o que impactou substancialmente duas aberturas: i) a balança comercial, com queda do seu superávit de US\$ 92,3 bilhões no acumulado de 2023 para US\$ 66,2 bilhões em 2024, devido ao expressivo avanço das importações, e a conta de serviços, que apresentou retração no seu saldo de -US\$ 39,9 em 2023 para -US\$ 49,7 bilhões em 2024. A remessa líquida de renda primária, por outro lado, se reduziu de US\$ 79,5 bilhões em 2023 para US\$ 75,4 bilhões em 2024, enquanto renda secundária apresentou desem-

penho semelhante ao ano passado, com pequeno superávit de US\$ 2,9 bilhões.

1 – Em 2024, o Brasil exportou US\$ 337,1 bilhões e importou US\$ 262,5 bilhões, gerando um saldo na balança comercial positivo para o Brasil de US\$ 74,6 bilhões. Cabe lembrar que 41,29% do saldo positivo foram obtidos com a China.

2 – Em 2024, o Brasil exportou para a China US\$ 94,4 bilhões e importou US\$ 63,6 bilhões, gerando um saldo na balança comercial positivo para o Brasil de US\$ 30,8 bilhões.

3 – Em 2024, o Brasil exportou para os Estados Unidos US\$ 40,3 bilhões e importou US\$ 40,6 bilhões, gerando um saldo na balança comercial negativo para o Brasil de US\$ 0,8 bilhão.

4- Em 2024, o movimento corrente da balança comercial (exportações mais importações) cresceu 3,3% em relação ao ano de 2023. Com redução das exportações em -0,8% e aumento das importações em 9,0%, e redução do saldo comercial de -24,6%.

Na conta de serviços, o déficit acumulado de US\$ 49,7 bilhões corresponde ao maior desde 2014. Essa tendência de crescimento do déficit é vista desde 2020. Os principais destaques do ano nesta conta foram as atividades de demais serviços, com expressivo aumento em relação à 2023, puxado pela rápida ampliação das remessas de serviços de propriedade intelectual (que chegou a um déficit de US\$ 8,6 bilhões neste ano), de aluguel de equipamentos

(que registraram -US\$ 7,1 bilhões no em 2024), e serviços culturais, pessoais e recreativos (que registraram -US\$ 4,7 bilhões, com destaque para as remessas relacionadas às apostas eletrônicas). O déficit na atividade de Aluguel de equipamentos foi o segundo maior no ano, com clara tendência de avanço desde o início de 2024.”

De acordo com o Bacen, são as seguintes as principais estatísticas do setor externo brasileiro em 2024:

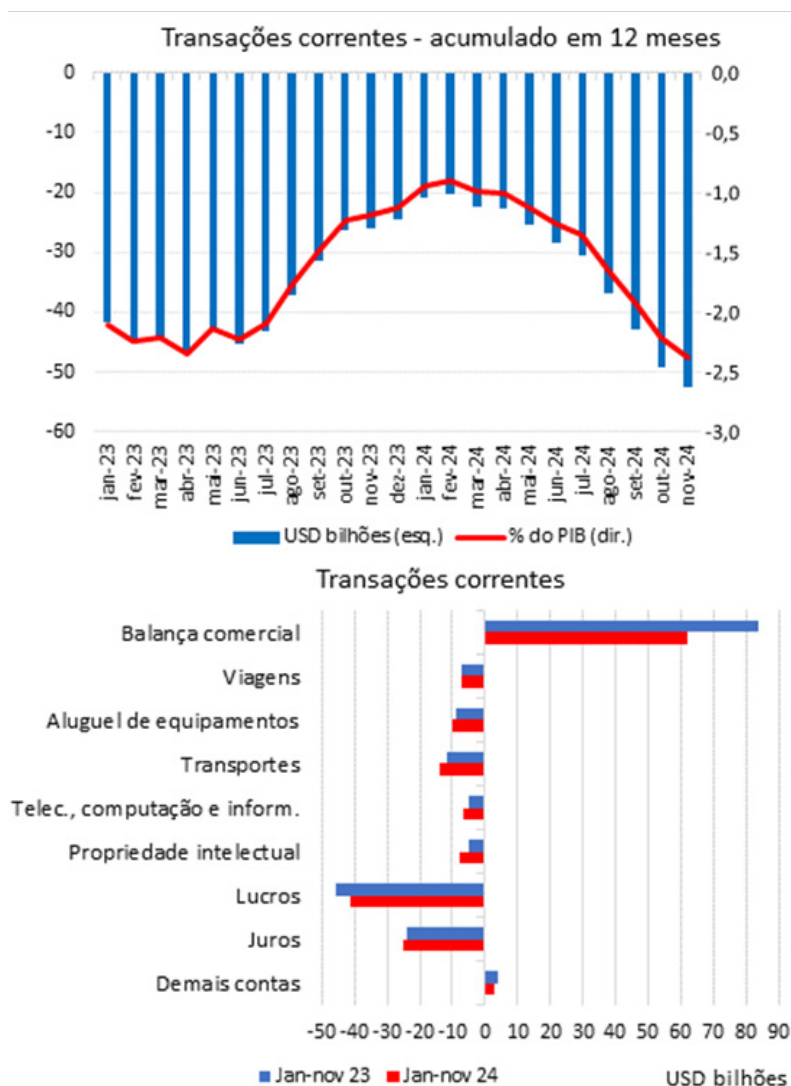
1. BALANÇO DE PAGAMENTOS

As transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US\$ 9,0 bilhões em dezembro de 2024, ante déficit de US\$ 5,6 bilhões em dezembro de 2023. Na comparação interanual, o superávit comercial diminuiu US\$ 4,3 bilhões; o déficit em serviços aumentou US\$ 1,0 bilhão; o déficit em renda primária diminuiu US\$ 1,5 bilhão; e o superávit em renda secundária aumentou US\$ 360,0 milhões.

No ano de 2024, o déficit em transações correntes somou US\$ 56,0 bilhões (2,55% do PIB), ante US\$ 24,5 bilhões (1,12% do PIB) em 2023. O aumento de US\$ 31,4 bilhões no déficit deveu-se à redução de US\$ 26,1 bilhões no superávit da balança comercial e ao crescimento de US\$ 9,8 bilhões no déficit de serviços, parcialmente compensados pela redução no déficit de renda primária, US\$ 4,1 bilhões, e pelo aumento no superávit de renda secundária, US\$ 367,0 milhões.

A balança comercial de bens foi superavitária em US\$ 4,3 bilhões em dezembro de 2024, ante saldo positivo de US\$ 8,6 bilhões em dezembro de 2023. As exportações de bens totalizaram US\$ 25,1 bilhões, redução de 13,2% na comparação interanual, enquanto as importações de bens aumentaram 2,3%, na mesma base de comparação, totalizando US\$ 20,8 bilhões.

No ano de 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 66,2 bilhões, redução de 28,2% em relação

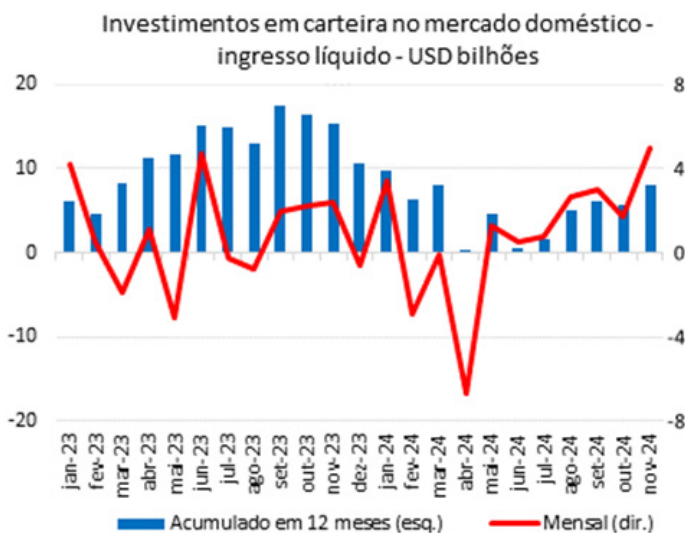
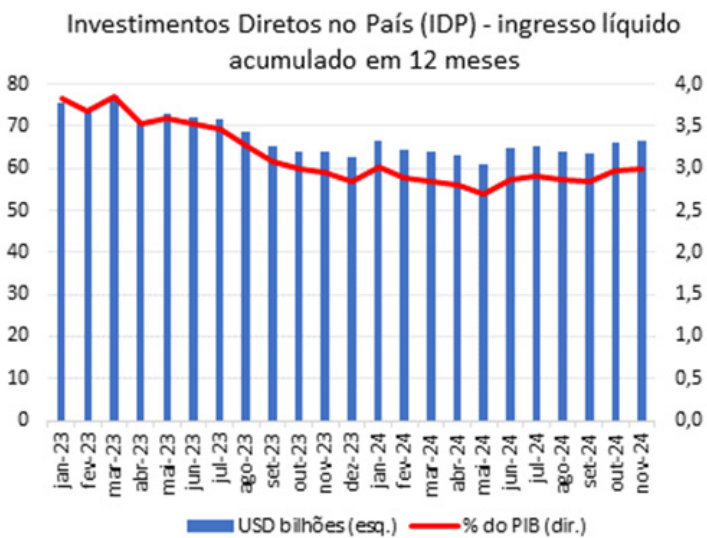


a 2023. As exportações de bens somaram US\$ 339,8 bilhões, redução de 1,2%, e as importações somaram US\$ 273,6 bilhões, aumento de 8,8%.

O déficit na conta de serviços totalizou US\$ 4,6 bilhões em dezembro de 2024, 27,3% superior ao déficit de US\$ 3,6 bilhões registrado em dezembro de 2023. A conta de transportes registrou despesas líquidas de US\$ 1,4 bilhão, aumento de 27,0% na comparação com dezembro de 2023, impulsionadas pelas elevações do volume importado e do custo de frete. Os serviços de propriedade intelectual registraram despesas líquidas de US\$ 841,0 milhões, aumen-

to de 14,6% ante US\$ 733,0 milhões em dezembro de 2023. As despesas líquidas com viagens internacionais alcançaram US\$ 568,0 milhões, aumento de 23,7% em relação a dezembro de 2023, com acréscimos de 16,0% nas receitas (para US\$ 721 milhões) e de 19,2% nas despesas (para US\$ 1,3 bilhão).

No ano de 2024, o déficit em serviços somou US\$ 49,7 bilhões, aumento de 24,7% comparativamente ao déficit em 2023, US\$ 39,9 bilhões. Destacaram-se os aumentos das despesas líquidas de serviços de propriedade intelectual, US\$ 3,2 bilhões; transportes, US\$ 2,4 bilhões; serviços de telecomunicação, computa-



ção e informações, US\$ 1,5 bilhão; e aluguel de equipamentos, US\$ 1,4 bilhão. A receita líquida de outros serviços de negócio recuou US\$ 1,7 bilhão.

O déficit em renda primária somou US\$ 9,1 bilhões em dezembro de 2024, redução de 13,8% comparativamente ao déficit de US\$ 10,6 bilhões em dezembro de 2023. As despesas líquidas com lucros e dividendos, associadas aos investimentos direto e em carteira, totalizaram US\$ 4,1 bilhões, inferiores aos US\$ 4,6 bilhões registrados em dezembro de 2023. Na comparação interanual, as despesas e as receitas brutas com lucros e dividendos aumentaram

3,3% e 34,7%, respectivamente. As despesas líquidas com juros somaram US\$ 5,1 bilhões em dezembro de 2024, US\$ 1,0 bilhão inferiores às registradas em dezembro de 2023.

Em 2024, o déficit em renda primária totalizou US\$ 75,4 bilhões, 5,1% inferior ao déficit de US\$ 79,5 bilhões registrado em 2023. As despesas líquidas de lucros e dividendos de investimento direto e em carteira somaram US\$ 45,6 bilhões em 2024, 8,9% abaixo dos US\$ 50,0 bilhões em 2023. As despesas brutas recuaram US\$ 1,5 bilhão, enquanto as receitas brutas aumentaram US\$ 3,0 bilhões, na mesma comparação. As despesas líqui-

das de juros somaram US\$ 30,3 bilhões em 2024, aumento de 1,9% em relação aos US\$ 29,7 bilhões em 2023. Em 2024 houve crescimentos de 4,6% nas receitas brutas de juros, para US\$ 10,5 bilhões, e de 2,6% nas despesas brutas de juros, para US\$ 40,8 bilhões.

Os investimentos diretos no país (IDP) somaram ingressos líquidos de US\$ 2,8 bilhões em dezembro de 2024, ante saídas líquidas de US\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2023. Os ingressos líquidos em participação no capital atingiram US\$ 4,8 bilhões, compostos por US\$ 4,5 bilhões em participação no capital exceto lucros reinvestidos, e US\$ 296,0 milhões em lucros reinvestidos. As operações intercompanhia totalizaram saídas líquidas de US\$ 2,0 bilhões.

No ano de 2024, o IDP totalizou US\$71,1 bilhões (3,24% do PIB), aumento de 13,8% em relação a 2023, em que totalizou US\$ 62,4 bilhões (2,85% do PIB). O ingresso líquido em participação no capital somou US\$60,1 bilhões, aumento de 13,7%, com incremento de 57,0% em reinvestimentos e recuo de 15,2% em ingressos de investimentos exceto lucros reinvestidos. O ingresso líquido em operações intercompanhia somou US\$ 11,0 bilhões, aumento de 14,6%.

Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram saídas líquidas de US\$ 12,6 bilhões em dezembro de 2024, compostos por saídas líquidas de US\$ 8,1 bilhões em ações e fundos de investimento e saídas líquidas de US\$ 4,5 bilhões em títulos de dívida.

No ano de 2024, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram saídas líquidas de US\$ 4,3 bilhões, resultado de saídas líquidas de US\$ 17,1 bilhões em ações e fundos de investimentos e ingressos líquidos de US\$ 12,8 bilhões em títulos de dívida. Em 2023, os ingressos líquidos somaram US\$ 10,6 bilhões, com ingressos de US\$ 803,0 milhões em ações e fundos de investimentos, e de US\$ 9,8 bilhões em títulos de dívida.

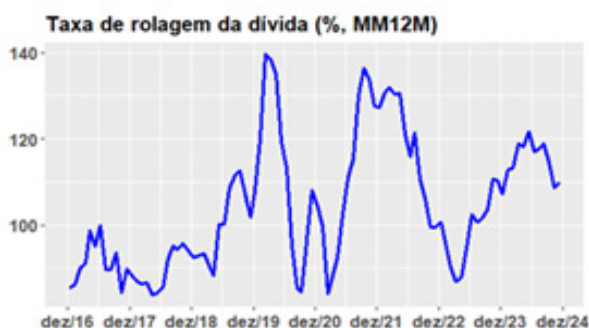
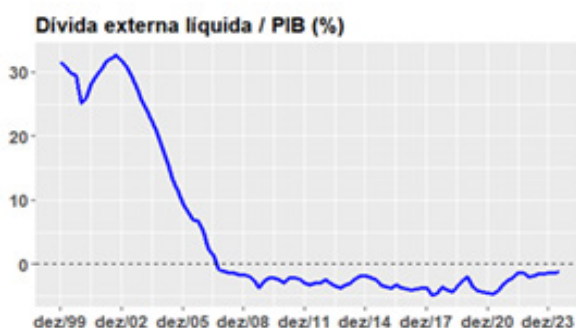
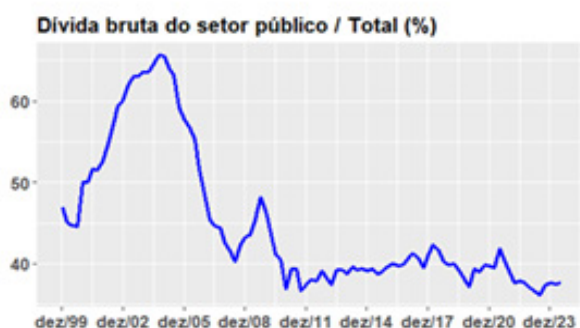
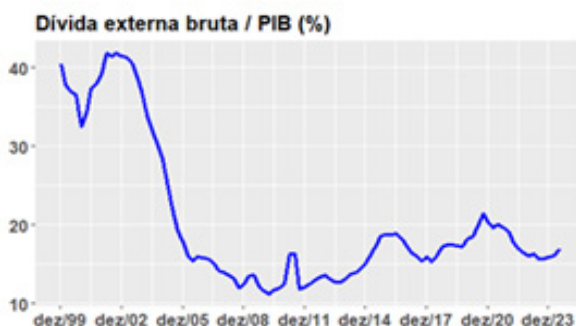
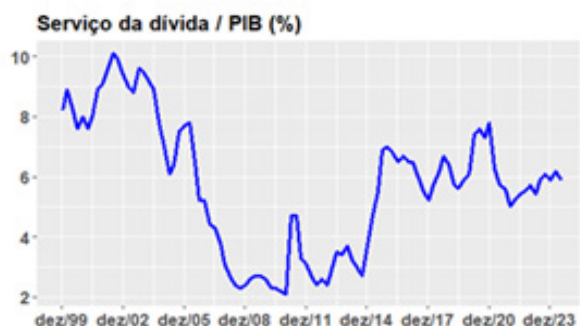
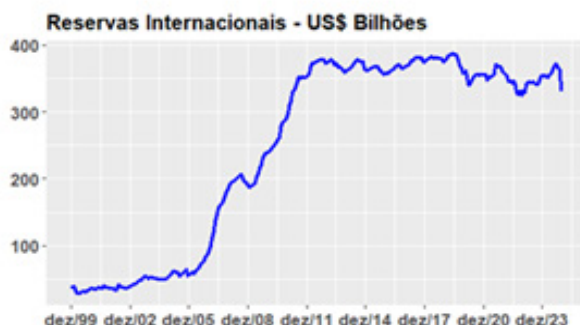
2. RESERVAS INTERNACIONAIS

As reservas internacionais somaram US\$ 329,7 bilhões em dezembro de 2024, redução de US\$ 33,3

bilhões em relação ao mês anterior. Contribuíram para reduzir o estoque de reservas a liquidação de vendas à vista, US\$ 19,8 bilhões; a concessão de linhas com recompra, US\$ 11,0

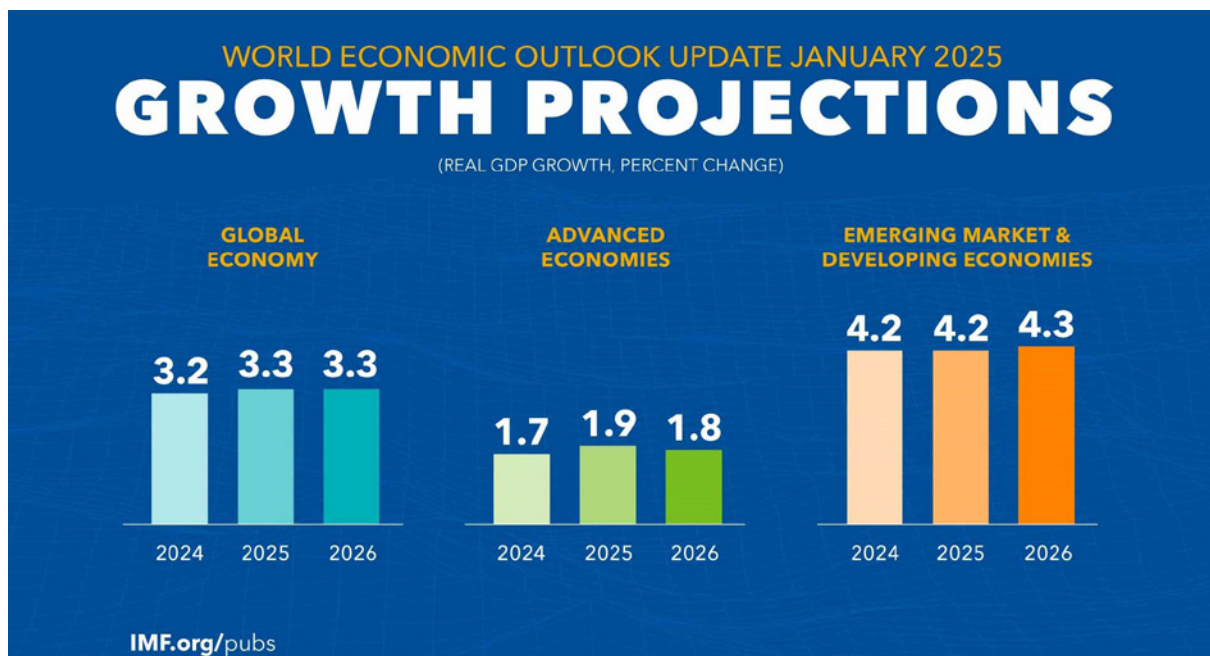
bilhões; e as variações por preços, US\$ 1,5 bilhão, e por paridades, US\$ 1,4 bilhão. As receitas de juros contribuíram para elevar o estoque em US\$ 754,0 milhões.

Indicadores de solvência externa



Economia Mundial: crescimento em trajetórias divergentes em meio à elevada incerteza política

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



O FMI – Fundo Monetário Internacional revisou as suas projeções para a economia global divulgadas em outubro de 2024 e apresentou, em 17 de janeiro, as suas novas estatísticas, considerando agora um crescimento global projetado em 3,3% tanto em 2025 quanto em 2026, abaixo da média histórica (2000–19) de 3,7%. A previsão para 2025 é praticamente inalterada em relação à do World Economic Outlook (WEO) de outubro de 2024, principalmente por conta de uma revisão para cima nos Estados Unidos compensando revisões para baixo em outras grandes economias. A inflação global deve cair para 4,2% em 2025 e para 3,5% em 2026, convergindo de volta à meta mais cedo em economias avançadas do que em mercados emergentes e economias em desenvolvimento. A economia

mundial deverá registrar uma expansão média de 3,2% em 2024 e os dados relativos à economia brasileira foram também revisados.

Os novos números, apresentados pelo FMI, estimam que a economia brasileira deverá registrar uma expansão de 3,7% em 2024 e, caso esse número se

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL X BRASIL - 2001/2024 – Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2013	3,45	3,01
2002	2,87	3,05	2014	3,56	0,50
2003	4,27	1,14	2015	3,46	-3,55
2004	5,44	5,76	2016	3,26	-3,28
2005	4,78	3,20	2017	3,84	1,32
2006	5,36	3,96	2018	3,63	1,78
2007	5,45	6,07	2019	2,91	1,22
2008	3,05	5,09	2020	-2,69	-3,28
2009	-0,14	-0,13	2021	6,57	4,76
2010	5,36	7,53	2022	3,55	3,02
2011	4,17	3,97	2023	3,33	2,91
2012	3,52	1,92	2024*	3,23	3,70

*2024: Projeção

Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2024
Elaboração: MercadoComum/Há 32 Anos Formando Opiniões!

BRASIL – PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA PER CAPITA

Valores Correntes - 2001/2024

Ano	PIB US\$ Milhões	Renda Per Capita US\$ 1,00	Ano	PIB US\$ Milhões	Renda Per Capita US\$ 1,00
2001	559.982	3.164	2013	2.471.718	12.307
2002	509.798	2.844	2014	2.456.055	12.231
2003	558.232	3.078	2015	1.800.046	8.893
2004	669.290	3.648	2016	1.796.622	8.813
2005	891.633	4.806	2017	2.063.519	10.056
2006	1.107.628	5.906	2018	1.916.934	9.282
2007	1.397.114	7.374	2019	1.873.286	9.011
2008	1.695.855	8.863	2020	1.476.092	7.057
2009	1.669.204	8.641	2021	1.670.650	7.952
2010	2.208.704	11.341	2022	1.951.849	9.257
2011	2.614.027	13.326	2023	2.173.671	10.268
2012	2.464.053	12.466	2024*	2.193.500	10.318

*2024: Projeção. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2024
Elaboração: MercadoComum/Há 32 Anos Formando Opiniões!

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	ESTIMATE		PROJECTIONS	
	2024	2025	2026	
World Output	3.2	3.3	3.3	
Advanced Economies	1.7	1.9	1.8	
United States	2.8	2.7	2.1	
Euro Area	0.8	1.0	1.4	
Germany	-0.2	0.3	1.1	
France	1.1	0.8	1.1	
Italy	0.6	0.7	0.9	
Spain	3.1	2.3	1.8	
Japan	-0.2	1.1	0.8	
United Kingdom	0.9	1.6	1.5	
Canada	1.3	2.0	2.0	
Other Advanced Economies	2.0	2.1	2.3	
Emerging Market and Developing Economies	4.2	4.2	4.3	
Emerging and Developing Asia	5.2	5.1	5.1	
China	4.8	4.6	4.5	
India	6.5	6.5	6.5	
Emerging and Developing Europe	3.2	2.2	2.4	
Russia	3.8	1.4	1.2	
Latin America and the Caribbean	2.4	2.5	2.7	
Brazil	3.7	2.2	2.2	
Mexico	1.8	1.4	2.0	
Middle East and Central Asia	2.4	3.6	3.9	
Saudi Arabia	1.4	3.3	4.1	
Sub-Saharan Africa	3.8	4.2	4.2	
Nigeria	3.1	3.2	3.0	
South Africa	0.8	1.5	1.6	
Memorandum				
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.2	4.2	4.2	
Low-Income Developing Countries	4.1	4.6	5.4	

confirme, será a primeira vez que o país alcançará, durante estes últimos catorze anos, um crescimento de sua economia superior à média de expansão da economia mundial. É uma boa notícia sim, mas sem muito para se comemorar, pois outros números evidenciam o quanto ainda está distante o Brasil de diversos números por ele alcançados já neste milênio. É o caso, por exemplo, do PIB – Produto Interno Bruto – que deve somar US\$ 2,194 trilhões em 2024 – bem inferior em dólares correntes ao valor apresentado em US\$ 2,614 trilhões de 2011. Merece também ser mencionada que a renda per capita em 2024, estimada em US\$ 10,318, encontra-se distante inferior aos níveis de 2010, quando somou US\$ 11.341 em valores correntes. A economia brasileira deverá cair uma posição no ranking das maiores economias em 2024, passando a ocupar o 11º lugar, atrás da Rússia, devido à forte desvalorização do real verificada durante o ano.

Voltando para a economia global, de acordo com o FMI “riscos de médio prazo para a linha de base são inclinados para o lado negativo, enquanto a perspectiva de curto prazo é caracterizada por riscos divergentes. Riscos de alta podem elevar o crescimento já robusto nos Estados Unidos no curto prazo, enquanto riscos em outros países estão no lado negativo em meio à elevada incerteza política. Interrupções geradas por políticas no processo de desinflação em andamento podem interromper o pivô para flexibilização da política monetária, com implicações para a sustentabilidade fiscal e estabilidade financeira. Gerenciar esses riscos requer um foco político aguçado no equilíbrio de compensações entre inflação e atividade real, reconstruindo amortecedores e elevando as perspectivas de crescimento de médio prazo por meio de reformas estruturais intensificadas, bem como regras multilaterais mais fortes e cooperação”.

Apresentamos na íntegra, a seguir, artigo do economista-chefe do FMI sobre as perspectivas da economia global para os próximos anos.

Crescimento Econômico: À medida que um ciclo termina, outro começa em meio à crescente divergência

Pierre-Olivier Gourinchas

Economista-Chefe do FMI

As divergências de crescimento persistem e podem aumentar, enquanto as mudanças de política podem reacender as pressões inflacionárias em alguns países



Projetamos que o crescimento global permanecerá estável em 3,3% neste ano e no próximo, amplamente alinhado com o crescimento potencial que enfraqueceu substancialmente desde antes da pandemia. A inflação está diminuindo, para 4,2% neste ano e 3,5% no ano que vem, em um retorno às metas do banco central que permitirão uma maior normalização da política monetária. Isso ajudará a encerrar as interrupções globais dos últimos anos, incluindo a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, que precipitou o maior aumento da inflação em quatro décadas.

Embora a perspectiva de crescimento global esteja praticamente

inalterada desde outubro do ano passado, as divergências entre os países estão aumentando. Entre as economias avançadas, os Estados Unidos estão mais fortes do que o projetado anteriormente, com a força contínua da demanda doméstica. Aumentamos nossa projeção de crescimento para os EUA neste ano em 0,5 ponto percentual, para 2,7%.

O crescimento na Zona do Euro, por outro lado, deve aumentar apenas modestamente, de 0,8% para 1% em 2024. Os ventos contrários incluem um fraco momento, especialmente na indústria, baixa confiança do consumidor e a persistência de um choque negativo no preço da energia. Os preços

do gás europeu permanecem cerca de cinco vezes mais altos do que nos Estados Unidos, contra o dobro verificado antes da pandemia da Covid-19.

Nas economias de mercado emergentes, as projeções de crescimento estão praticamente inalteradas, em 4,2% e 4,3% neste ano e no próximo. A elevada incerteza comercial e política está contribuindo para a demanda anêmica em muitos países, mas a atividade econômica provavelmente aumentará à medida que essa incerteza recuar. Isso inclui a China, onde agora projetamos um crescimento de 4,5% no próximo ano, um aumento de 0,4 ponto percentual em relação à nossa previsão anterior.

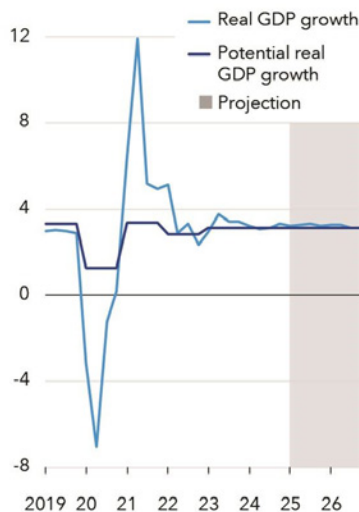
Algumas divergências entre grandes economias têm sido cíclicas, com a economia dos EUA operando acima de seu potencial, enquanto a Europa e a China estão abaixo. Sob as políticas atuais, essa divergência cíclica se dissipará. Mas a divergência entre os EUA e a Europa se deve mais a fatores estruturais, e a desconexão persistirá se estes não forem resolvidos. Ela reflete um crescimento persistentemente mais forte da produtividade dos EUA, particularmente, mas não exclusivamente, no setor de tecnologia, vinculado a um ambiente de negócios mais favorável e mercados de capital mais profundos. Com o tempo, isso se traduz em maiores retornos sobre o investimento dos EUA, maiores fluxos de capital de entrada, um dólar mais forte e padrões de vida dos EUA se afastando daqueles de outras economias avançadas. Para a China, é notável que o crescimento potencial agora seja mais parecido com o de outras economias de mercado emergentes.

A incerteza da política econômica é elevada, com muitos governos recém-eleitos em 2024. Nossas projeções incorporam desenvolvimentos recentes do mercado e o impacto da maior incerteza da política comercial, considerada temporária, mas evitam fazer suposições sobre possíveis mudanças de política que estão atualmente em debate público.

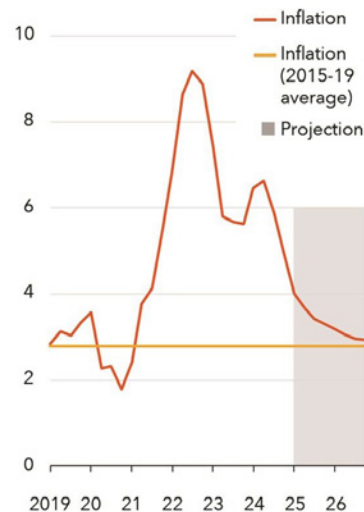
No curto prazo, uma constelação de riscos pode exacerbar ainda mais essas divergências. As economias europeias podem desacelerar mais do que o previsto, especialmente se os investidores ficarem mais preocupados com a sustentabilidade da dívida pública em países mais vulneráveis. O principal risco é que a política monetária e fiscal da área do euro possa ficar sem espaço simultaneamente se a atividade econômica mais fraca empurrar as taxas de juros de volta para o limite inferior efetivo, assim como a consolidação fiscal insuficiente aumenta os prêmios de risco, por sua vez restringindo ainda mais a po-

The post-pandemic economic cycle is ending

World output, annual percent change



World consumer prices, annual percent change



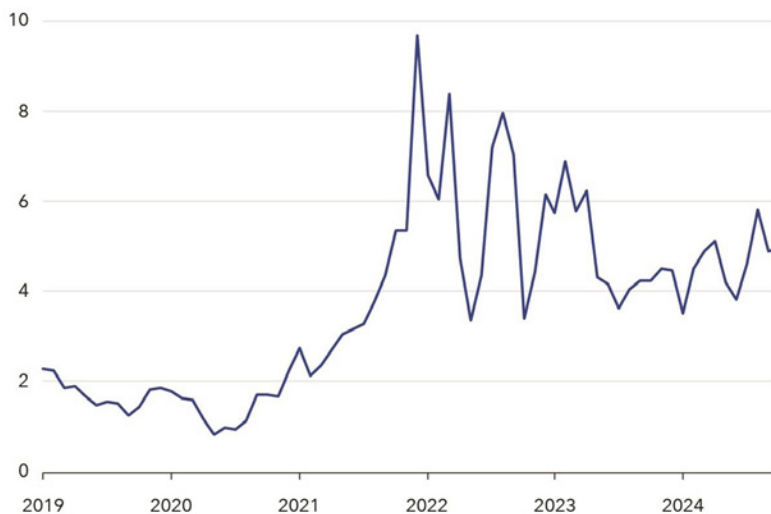
Sources: IMF, World Economic Outlook; and IMF staff calculations.

Note: Panels show data from countries with available quarterly data, which account for approximately 90 percent of world GDP measured at purchasing power parity weights.

IMF

Natural gas prices remain much higher in Europe than in the United States

Ratio of European benchmark to US counterpart



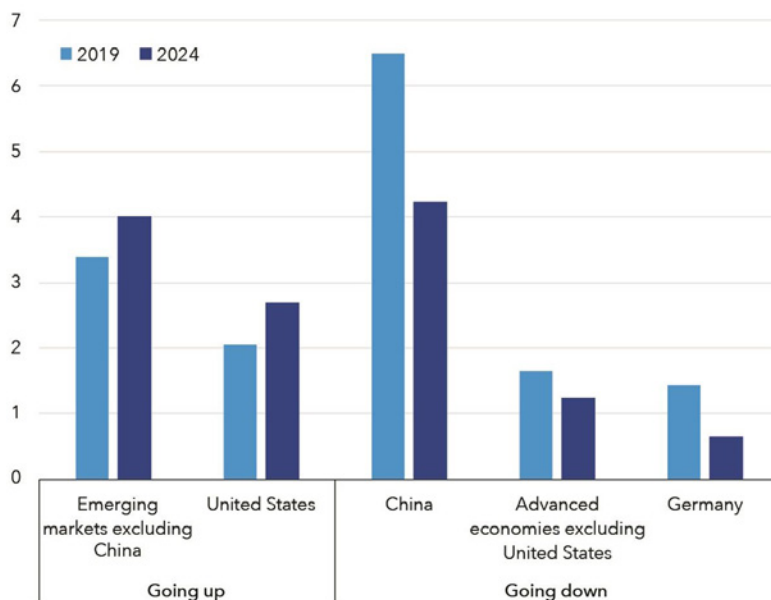
Sources: Bloomberg Financial, L.P.; Haver Analytics; and IMF staff calculations.

Note: US prices reflects spot market at Henry Hub terminal in Louisiana. Europe prices shown in Dutch TTF spot for day-ahead futures.

IMF

Potential growth is diverging across economies

Real potential GDP, annual percent change

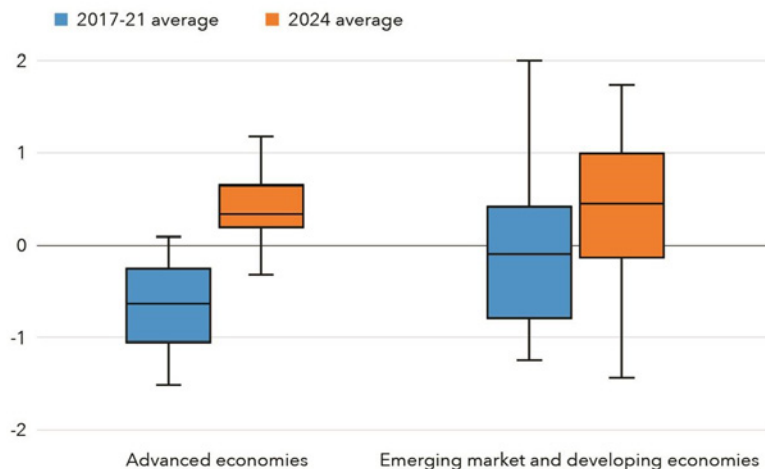


Sources: IMF, World Economic Outlook; and IMF staff calculations.



Inflation expectations drifting above central bank targets

One-year inflation expectations, deviation from target, percentage points



Sources: Central bank websites; Consensus Economics; Haver Analytics; and IMF staff calculations. Note: The horizontal lines in the middle of the boxes are medians, and the upper (lower) limits of the boxes are the third (first) quartiles. The whiskers show the maximum and minimum within a boundary of 1.5 times the interquartile range from the upper and lower quartiles respectively.



lítica fiscal. Na China, se as medidas fiscais e monetárias se mostrarem insuficientes para lidar com a fraqueza doméstica, a economia corre o risco de uma armadilha de estagnação da dívida-deflação, onde a queda dos preços aumenta o valor real da dívida, minando ainda mais a atividade. O declínio acentuado nos rendimentos dos títulos do governo chinês, vistos como refúgio para investidores locais, mostra uma preocupação crescente dos investidores. Tanto na China quanto na Europa, esses fatores podem reduzir a inflação e o crescimento econômico.

Em contraste, embora muitas das mudanças de política sob a nova administração dos EUA sejam difíceis de quantificar precisamente, elas provavelmente empurrarão a inflação para cima no curto prazo em relação à nossa linha básica. Algumas políticas indicadas, como política fiscal mais frouxa ou esforços de desregulamentação, estimulariam a demanda agregada e aumentariam a inflação no curto prazo, à medida que os gastos e investimentos aumentassem imediatamente. Outras políticas, como tarifas mais altas ou restrições à imigração, se manifestarão como choques negativos de oferta, reduzindo a produção e aumentando as pressões de preço.

Uma combinação de demanda crescente e oferta em contração, provavelmente, reacenderia as pressões de preços dos EUA, embora o efeito sobre a produção econômica no curto prazo fosse ambíguo. Uma inflação mais alta impediria o Federal Reserve de cortar as taxas de juros e poderia até exigir aumentos de taxas que, por sua vez, fortaleceriam o dólar e ampliariam os déficits externos dos EUA. A combinação de uma política monetária mais rígida dos EUA e um dólar mais forte restringiria as condições financeiras, especialmente para mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Os investidores já antecipam tal resultado, com o dólar americano ganhando cerca de 4% desde a eleição de novembro último.

No geral, esses riscos de curto prazo podem levar a uma divergência maior entre as economias. No médio prazo, cerca de cinco anos, os efeitos positivos do choque fiscal dos EUA podem se dissipar e até mesmo reverter se as vulnerabilidades fiscais aumentarem. Os esforços de desregulamentação podem impulsionar o crescimento potencial no médio prazo se removerem a burocracia e estimularem a inovação. No entanto, há um risco de que a desregulamentação excessiva também enfraqueça as salvaguardas financeiras e aumente as vulnerabilidades financeiras, colocando a economia dos EUA em um perigoso caminho de expansão e retração. Os riscos de médio prazo para a produção econômica seriam aumentados por políticas comerciais restritivas e limites de migração mais rígidos.

Pressões inflacionárias renovadas, caso surjam tão logo após o aumento recente, podem muito bem desancorar as expectativas de inflação desta vez, já que pessoas e empresas estão agora muito mais vigilantes sobre a proteção de sua renda real e lucratividade. As expectativas de inflação estão mais distantes das metas do banco central do que em 2017-21, o que sugere riscos aumentados de inflação mais alta. Nesse ambiente, a política monetária pode precisar ser mais ágil e proativa para evitar que as expectativas desancoram, enquanto as políticas macrofinanceiras precisarão permanecer vigilantes para evitar um acúmulo de riscos financeiros.

O problema provavelmente será exacerbado para economias de mercado emergentes, dada a transferência das taxas de câmbio do dólar para os preços domésticos e os efeitos do crescimento doméstico mais fraco na China. Na maioria dos casos, a resposta política apropriada em economias de mercado emergentes será deixar as moedas se depreciarem conforme necessário, enquanto ajusta a política monetária para atingir a estabilidade de preços. No entanto, em casos em que a dinâmica da inflação se tornou claramente desancorada ou onde há riscos de estabilidade financeira, a gestão do fluxo de capital e as intervenções cambiais podem ajudar, desde que não sejam um substituto para os ajustes macroeconômicos necessários, em linha com a Estrutura de Política Integrada do FMI.

Para vários países, os esforços de política fiscal foram adiados ou insuficientes para estabilizar a dinâmica da dívida. Agora é urgente restaurar a sustentabilidade fiscal antes que seja tarde demais e construir amortecedores suficientes para lidar com choques futuros que podem ser consideráveis e recorrentes. Atrasos adicionais podem desencadear uma espiral preocupante em que os custos dos empréstimos continuam aumentando à medida que os mercados perdem a confiança, aumentando ainda mais as necessidades de ajuste. Tensões recentes nos mercados financeiros do Brasil, como a reação ao mini-orçamento do Reino Unido de setembro de 2022, ressaltam como as condições de financiamento podem

se deteriorar repentinamente.

Embora qualquer consolidação fiscal considerável esteja fadada a pesar sobre a atividade econômica, os países devem tomar cuidado especial para preservar o crescimento tanto quanto possível ao longo do caminho da consolidação, por exemplo, concentrando o ajuste na redução de transferências ou subsídios não direcionados em vez de gastos com investimentos do governo. Para atingir isso — e ajudar a superar diferenças estruturais persistentes que impulsionam divergências de crescimento — deve haver foco renovado em reformas estruturais ambiciosas para impulsionar diretamente o crescimento. Isso inclui reformas direcionadas para melhor alocar recursos, aumentar as receitas do governo, atrair mais capital e promover inovação e competição.

Finalmente, esforços adicionais devem ser feitos para fortalecer e melhorar nossas instituições multilaterais para ajudar a desbloquear uma economia global mais rica, resiliente e sustentável. Políticas unilaterais que distorcem a concorrência — como tarifas, barreiras não tarifárias ou subsídios — raramente melhoram as perspectivas domésticas de forma duradoura. É improvável que elas melhorem os desequilíbrios externos e podem, em vez disso, prejudicar parceiros comerciais, estimular retaliações e deixar todos os países em pior situação.

***Divulgado em 17 de janeiro de 2025**

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa total personalização, transparência e confiança aos nossos clientes.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós. Acreditamos no seu potencial. E você, acredita?

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830
www.portogallofamilyoffice.com.br



Graduados em cursos superiores no Brasil: mais de 25% atuam fora de suas áreas de formação

Especialistas destacam a importância da resiliência para transformar desafios econômicos em oportunidades



Fazer uma graduação que leva 4 ou 5 anos para ser concluída e, ao final, não atuar na área para a qual se formou é uma experiência frustrante para muitos profissionais. Esse cenário tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, onde mais de 25% dos licenciados acabam por seguir carreiras fora das suas áreas de formação, como aponta a quarta edição da Pesquisa de Empregabilidade conduzida pelo Instituto Semesp e pela Workalove. O estudo revelou que 25,9% dos profissionais com diploma de ensino superior atuam fora de suas áreas de formação, enquanto 4,7% ocupam funções que sequer exigem graduação. Esses números ilustram um mercado de trabalho desafiador, moldado por crises econômicas e pela necessidade de estabilidade.

Essa realidade, longe de ser um fracasso profissional, reflete a busca

por adaptação e crescimento. “Atuar fora da área de formação não deve ser encarado como um retrocesso, mas como uma oportunidade de ampliação de repertório e desenvolvimento de novas competências”, afirma Sonia Ramos, professora de pós-graduação em Psicologia Positiva pela Human SA. Ela explica que a transição de carreira pode ser estratégica quando há um alinhamento entre as habilidades adquiridas na graduação e as demandas do mercado.

A pesquisa também aponta que muitos profissionais conciliam empregos fora de sua área com aspirações de carreira ou investem em cursos de pós-graduação e MBAs como forma de redirecionar sua trajetória. Esses programas ajudam na aquisição de novas competências e na expansão da rede de contatos. “A educação continuada é um dos pilares

para se destacar em um mercado tão competitivo. Além de atualizar conhecimentos, ela fortalece a confiança e a empregabilidade dos profissionais”, destaca Robério Andriolo, Sócio-Diretor da Human SA.

Segundo os especialistas, o momento de crise econômica reforça a necessidade de planejamento estratégico e resiliência. “Muitos fatores psicológicos, como o medo do desemprego ou a pressão por segurança financeira, influenciam na decisão de aceitar empregos fora da formação. Contudo, é possível transformar essas experiências em aprendizado e crescimento, ampliando horizontes profissionais”, completa a professora Sonia Ramos.

No cenário atual, a flexibilidade e o aprendizado contínuo são habilidades indispensáveis. A transição de carreira, embora desafiadora, pode ser o caminho para novos horizontes e realização pessoal. Como conclui Robério Andriolo, “o mais importante é entender que a carreira é uma construção dinâmica, onde cada escolha, mesmo fora da área inicial, pode agregar valor à jornada profissional”.

A Human é um grupo educacional que tem como propósito ser o maior ecossistema de educação em habilidades humanas orientadas à felicidade e bem-estar da América Latina até 2027. A instituição busca auxiliar líderes, gestores e profissionais a promoverem um ambiente de trabalho produtivo, saudável e feliz para todos os colaboradores.

Ficar doente nos Estados Unidos pode custar mais caro que uma passagem aérea

Um bom seguro de viagem pode ser a solução para se prevenir de inconvenientes com despesas médicas e hospitalares no exterior

Nos Estados Unidos, adoecer pode ser sinônimo de revés financeiro, dependendo da gravidade da doença e do tratamento necessário. Com um sistema de saúde privado, a maioria das pessoas necessita de um plano de saúde para custear despesas médicas, evitando que isso interfira no orçamento.

Sendo assim, o custo dos cuidados médicos e dos medicamentos pode ser muito elevado, especialmente para estrangeiros desprevenidos e sem cobertura adequada durante as viagens. O valor pode superar o das passagens aéreas, alerta a empresa Real Seguro Viagem. Enquanto a passagem mais barata de ida e volta para o país, no mês de novembro, foi de R\$ 2.139 (Skyscanner), o valor de uma simples consulta médica pode custar 300 dólares, dependendo da região e do profissional, e até ultrapassar 500 dólares quando o médico é especialista.

Segundo o especialista Hugo Reichenbach, diretor de operações da empresa, os custos podem aumentar consideravelmente caso o paciente precise de mais exames. Os mais básicos custam entre 100 e 1.000 dólares, conforme a complexidade. Nos atendimentos de emergência, uma única visita ao pronto-socorro pode custar entre 500 e 3.000 dólares, com valores ainda mais altos em hospitais de renome ou em áreas de alto custo. A ambulância também pode ser uma despesa cara, variando entre 400 e 2.500 dólares, de acordo com a distância percorrida.

Quando é necessária internação hospitalar, os custos sobem ainda mais. O valor médio de uma diária pode variar de 2.000 a 10.000 dólares, a partir da gravidade do caso, da especialidade necessária e do hospital. "Suponhamos que você precise engessar uma perna



ou braço, o custo varia de 2.000 a 8.000 dólares!", completa Hugo.

Além disso, cirurgias podem variar de 5.000 a 100.000 dólares ou mais, a depender da necessidade de cuidados pós-operatórios. Isso sem contar o custo de remédios, que pode ser uma das maiores despesas para aqueles que ficam doentes.

VAI VIAJAR? INVISTA EM UM BOM SEGURO-VIAGEM

Nesse cenário, o seguro-viagem é uma opção viável e que atende às necessidades de quem vai viajar ao exterior nas férias ou a trabalho. Planos dos mais simples aos mais completos são capazes de auxiliar o viajante nas despesas médicas e hospitalares no

exterior, cobrindo consultas, exames, internações, cirurgias e outros procedimentos médicos em caso de doença ou acidente durante a viagem. Há opções que também cobrem despesas farmacêuticas, como o reembolso de gastos com medicamentos prescritos pelo médico durante a viagem.

"Imagine que você está curtindo sua viagem e algo que come não cai bem. O seguro-viagem para os Estados Unidos pode salvar o dia. Com ele, você pode acionar a central de atendimento, que localiza rapidamente uma clínica próxima e cobre os custos do atendimento médico", diz Hugo Reichenbach.

Isso mesmo, basta ligar para a seguradora que todo o encaminhamento é dado rapidamente. No caso da Real Seguro Viagem, o atendimento funciona a qualquer hora, em qualquer lugar do mundo.

Mas, qual é o preço de um seguro? A partir de R\$ 20,00 por dia de viagem. "E o seguro cobre não só consultas, mas também internações, exames e até repatriações médicas em casos graves. Além das coberturas médicas, os seguros de viagem para os Estados Unidos contam ainda com coberturas para bagagem extraviada, cancelamento de voos, despesas farmacêuticas e até mesmo cobertura pet, se você for levar seu companheiro na viagem!", acrescenta Hugo.

"Comparado aos valores gastos com a eventualidade de um atendimento médico e à segurança extra que um seguro comporta, buscamos deixar nossos clientes preocupados apenas em aproveitar os bons momentos do destino — e dos inconvenientes, nós cuidamos", conclui a CEO da Real Seguro Viagem.

A Geração Coca-Cola sessentou

Martin Henkel

CEO da SeniorLab, Professor de marketing 60+ na FGV, sócio do Terra da Longevidade Produtos, criador e Coautor do livro A Trilha da Longevidade Brasileira e do livro SHOPPER60+

Os primeiros integrantes da Geração X, causadores de grandes transformações nos anos 1970 em diante chegaram aos 60 anos de idade. Até aí nada de novo pois esta geração é bem conhecida, porém a grande novidade é isso gera necessidade de ajustes nas ferramentas do marketing 60+ para relacionamento com esta nova turma.

A Geração X, também conhecida como Geração Coca-Cola, foi integrada por pessoas nascidas entre 1964 e 1980 que chegaram aos 60 anos. Tecnicamente e segundo a OMS são considerados Pessoas Idosas pois nos países em desenvolvimento esta marca é atingida aos 60 anos e em países desenvolvidos, aos 65. Até então os Boomers, geração nascida entre 1945 e 1963, eram os mais associados aos cabelos brancos e ao fato de terem cruzado a linha dos 60. Pois a mudança que começa exatamente este ano começa a integrar a Geração X ao grande e diverso grupo 60+.

O que isso causa além de permitir o embarque no grupo prioritário ou requerer o cartão para vaga especial no estacionamento? Nada, ou melhor, bem pouco no que se refere ao estilo de vida e comportamento. Se os Boomers já não eram os mesmos do grupo com 60 anos ou mais de 30 anos atrás, imaginem os Geração X atuais?

Para entendermos melhor os impactos que a chegada aos 60 anos trará para marcas, produtos e serviços que já se relacionam com este consumidor precisamos resgatar as bases do Aging in Market, conceito desenvolvido por Henkel e que mapeou e propõe ajustes nas ferramentas de co-



municação e design considerando as questões naturais do envelhecimento dos sentidos humanos. Mudanças na visão que vão além to tamanho da letra e entram em cores e contrastes que funcionam melhor e passam por tipos de fontes que devemos e não devemos usar. Nas alterações na audição o tipo de som que passa por uma campainha do micro-ondas ao padrão de voz de um atendente de call center ou locução de um vídeo. Acrescentando também os ajustes por conta das mudanças cognitivas. Este tema é tão crucial no estudo do marketing que se transformou em matéria na FGV na Formação Executiva em Mercado

da Longevidade que terá nova turma presencial em 2025.

Da internalização de conhecimento nas áreas criativas e de desenvolvimento e aplicação na comunicação, produtos e estratégia. Sempre de forma discreta, apropriada e natural. Vamos conhecer um pouco mais de quem estamos falando e leva a arte de se relacionar com os 60+ para outro nível de desafio:

Os integrantes da Geração X são conhecidos por serem autossuficientes, por priorizar o trabalho com criatividade, mais do que somente por dinheiro ou status, buscando através do



trabalho a realização dos desejos materiais, pessoais seus e de seus filhos;

Valorizam muito seu tempo livre e buscam atividades que a relaxem e a conectem com seus amigos e família;

Apreciam horários flexíveis para conciliar trabalho e vida pessoal;

Cresceram em um período de grandes mudanças tecnológicas e se adaptaram rapidamente às novas ferramentas, modelos de computadores, celulares e softwares;

São ágeis e proativos em buscar soluções inovadoras para os desafios do seu trabalho;

Buscam sua própria autonomia e tomam decisões de forma assertiva;

Valorizam a liberdade para escolher seus próprios caminhos e não se deixam influenciar facilmente pelas opiniões dos outros;

Desenvolveram uma forte ética de trabalho desde jovens e acreditam que o esforço e a dedicação são essenciais para o sucesso;

São responsáveis e comprometidos com seus projetos, realistas focam em resultados;

Buscam soluções práticas e eficientes para os problemas do dia a dia e não se perdem em idealismos que não tenham propósito e objetivos claros;

Com anos de experiência profissional, possuem um vasto conhecimento em suas áreas de atuação e nas que o cercam tornando-os bons generalistas;

Buscam compartilhar seus conhecimentos com os colegas mais jovens e valorizam a troca de experiências;

Gostam de analisar as situações por diferentes ângulos e não tem medo de questionar o status quo;

Ávidos por novas informações e perspectivas, estão em busca de aprimorar seus conhecimentos e projetar alternativas para sua vida profissional;

Sentem uma certa nostalgia pela época em que cresceram, com a música, os filmes e os hábitos daquela geração, no Brasil conhecida como a Geração Coca-Cola que viu o nascimento do rock nacional;

Começam a se preocupar com bastante inquietação sobre seu próprio envelhecimento sob os aspectos físicos, fisiológicos, estruturais e financeiros;

Enxergam o horizonte a aposentadoria do INSS como um sonho ainda distante do imaginado considerando 65 anos para homens e 62 para mulheres e mesmo quando alcançado, não suficiente para bancar o atual padrão de vida, sonhos e necessidades que sabem que terão ao observarem o envelhecimento dos seus pais.

Quando iniciei minha jornada profissional há 10 anos, esperava por este momento. Onde cruzamos um marco biológico e fisiológico, com o comportamento de uma nova geração que já chega bem diferente de quem alcançou os 60 anos há 10, 20 e principalmente 30 anos.

O desafio para marcas, produtos e serviços está em conseguirem manter a conexão com a Geração X que tem o mesmo espírito dos anos 80, mas fisiológica e biologicamente está diferente. O recado para as marcas é aperfeiçoar em suas ferramentas, canais e estratégias de forma discreta, natural e profissional, destaca Martin Henkel.

Barulho exagerado é crime: STJ decide que poluição sonora não precisa de perícia

Edgar Bull

CEO da SeniorLab, Professor de marketing 60+ na FGV, sócio do Terra da Longevidade Produtos, criador e Coautor do livro *A Trilha da Longevidade Brasileira* e do livro *SHOPPER60+*

STJ reforça que o crime de poluição sonora prescinde de prova pericial, bastando o descumprimento das normas de emissão sonora para sua caracterização



A poluição sonora é um dos problemas ambientais mais recorrentes em áreas urbanas, afetando diretamente a qualidade de vida da população. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou recentemente que o crime de poluição sonora é de perigo abstrato, ou seja, não exige a comprovação de danos concretos à saúde humana por meio de perícia técnica para sua configuração.

Essa decisão, proferida pela 5ª Turma do STJ, deu provimento ao recurso especial do Ministério Público de Minas Gerais, mantendo a imputação contra o proprietário de um bar acusado

de ultrapassar os limites de emissão sonora previstos em normas regulamentadoras.

O QUE DIZ A LEI?

O crime de poluição sonora está previsto no artigo 54 da Lei 9.605/1998, a Lei dos Crimes Ambientais, que dispõe:

"Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora."

A norma estabelece que a simples emissão de poluentes sonoros acima dos níveis permitidos já é suficiente para caracterizar o crime. Não é necessário provar que a saúde humana foi efetivamente prejudicada; o potencial para causar danos é o suficiente para configurar a infração.

O CONTEXTO DO CASO

O caso julgado pelo STJ teve origem em Minas Gerais, onde o proprietário de um bar foi acusado de poluição sonora por manter níveis de ruído acima do permitido pela legislação local. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais



(TJ-MG) havia desclassificado a conduta, alegando que seria necessária uma perícia médica para comprovar que os barulhos causaram riscos concretos à saúde humana.

No entanto, ao analisar o recurso, o STJ reafirmou que o crime é formal e de perigo abstrato. De acordo com o ministro relator Joel Ilan Paciornik, a jurisprudência do tribunal é clara: não é preciso apresentar provas periciais para demonstrar a capacidade do ruído de causar danos. O simples desrespeito às normas de emissão sonora já caracteriza o delito.

O CRIME DE PERIGO ABSTRATO

O entendimento do STJ segue a lógica do direito ambiental e penal, que privilegia a prevenção ao dano. No caso da poluição sonora, a lei presume que níveis excessivos de ruído têm o potencial de causar malefícios à saúde humana, dispensando a necessidade de comprovação individualizada.

Especialistas apontam que a tipificação como crime de perigo abstrato é essencial para garantir a proteção da coletividade. "O ruído excessivo, além de ser uma perturbação, pode gerar efeitos graves, como estresse, insônia

e até danos auditivos. Não se trata apenas de incomodar; é uma questão de saúde pública", explica Edgar Bull, especialista em segurança e saúde no trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA DECISÃO DO STJ

A decisão do STJ tem implicações importantes para a gestão ambiental e urbana. Ela fortalece o papel das normas regulamentadoras e das fiscalizações, uma vez que o foco está no cumprimento dos limites estabelecidos para emissões sonoras.

"Se fosse exigida uma perícia em todos os casos, muitos crimes ambientais passariam impunes, dada a dificuldade de comprovar danos concretos a cada indivíduo afetado", destaca Edgar. "A legislação ambiental não pode esperar que o dano se concretize; ela deve ser preventiva."

IMPLICAÇÕES PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Com a reafirmação de que o crime de poluição sonora é formal, estabelecimentos comerciais, como bares e restaurantes, precisam redobrar a atenção ao controle de ruídos. Isso inclui:

- *Monitorar os níveis sonoros regularmente;*
- *Investir em isolamento acústico;*
- *Adotar horários rigorosos para eventos e apresentações ao vivo;*
- *Seguir as regulamentações locais sobre emissão sonora.*

O descumprimento dessas normas pode levar a sanções administrativas, como multas e suspensão de atividades, além de implicações criminais, como no caso analisado pelo STJ.

A decisão da 5ª Turma do STJ reafirma o caráter preventivo e coletivo da legislação ambiental no Brasil. Ao dispensar a necessidade de perícia para configurar o crime de poluição sonora, o tribunal fortalece o combate a essa forma de poluição, garantindo que a saúde pública seja protegida sem burocracias desnecessárias.

"A poluição sonora não é um problema menor; ela afeta comunidades inteiras e pode ter impactos profundos na saúde mental e física. O entendimento do STJ é um passo para responsabilizar aqueles que desrespeitam as regras e proteger o direito ao silêncio e ao bem-estar de todos", conclui Edgar Bull.

Walther Moreira Salles Jr.: quem é o bilionário diretor de "Ainda Estou Aqui"

Nome renomado do cinema brasileiro, tem fortuna avaliada em torno de R\$ 25 bilhões e mais de 40 anos de carreira

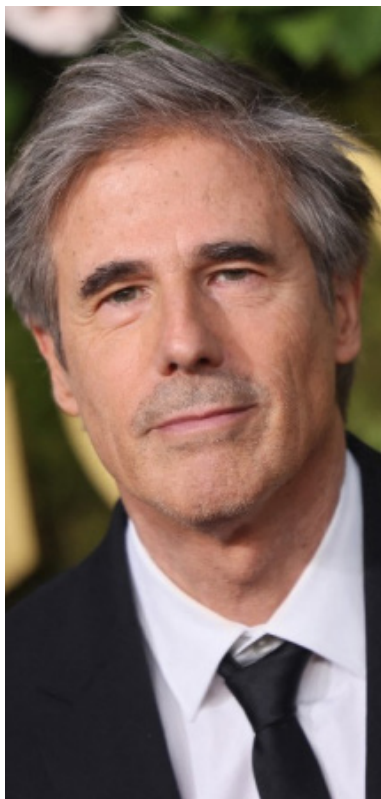
De acordo com a publicação Forbes Brasil, "o filme brasileiro 'Ainda Estou Aqui' entrou para a seleta lista final do Oscar. No dia 23 de janeiro, o longa entrou para a história do cinema brasileiro, tornando-se o primeiro a disputar a categoria de Melhor Filme. Além dela, "Ainda Estou Aqui" foi indicado como Melhor Filme Estrangeiro e viu Fernanda Torres — protagonista da obra — ser indicada ao prêmio de Melhor Atriz. A produção já garantiu diversas premiações, entre elas o Globo de Ouro, mais recentemente, e o Festival de Veneza. E um nome conhecido do público também fez história: o bilionário Walter Salles.

Ele é o renomado diretor do filme. Seus outros sucessos incluem o filme "Cidade de Deus" (2002/como produtor), "Central do Brasil" (1998) e "Diários de Motocicleta" (2004). Todos prestigiados no cinema internacional, sendo os dois primeiros indicados ao Oscar de Melhor Filme em Língua Estrangeira.

De acordo com a lista de bilionários da Forbes, Walter é o terceiro diretor mais rico do mundo, estando atrás apenas de George Lucas, com US\$ 5,2 bilhões (US\$ 30,7 bilhões) e Steven Spielberg, cuja fortuna é avaliada em US\$ 5,3 bilhões (R\$ 31,3 bilhões). No Brasil, ele está na 10ª colocação entre os bilionários. Porém, o dinheiro que acumula não vem da sua prestigiada carreira cinematográfica.

FAMÍLIA BILIONÁRIA

Walter Moreira Salles Júnior nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1956. Filho da embaixatriz Elisa Margarida



Gonçalves Moreira Salles e de Walther Moreira Salles, herdeiro do então futuro Itaú-Unibanco e investidor da principal exploradora de nióbio do mundo, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). O patriarca também era um advogado influente, foi embaixador brasileiro nos Estados Unidos, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e ministro da Fazenda durante a gestão de João Goulart.

O patrimônio do patriarca é dividido entre seus quatro filhos: Fernando (1947), Walter (1956), Pedro (1959) e João (1962). Todos estão na lista de bilionários da Forbes, ocu-

pando respectivamente as seguintes posições: 515ª, 781ª, 555ª e 779ª. Enquanto o mais novo também trabalha com cinema, como produtor e documentarista, o primogênito e Pedro são mais atuantes junto à administração do Itaú. Fernando já foi copresidente do Conselho de Administração, que hoje é ocupado por Pedro.

Segundo o site de Relações com Investidores da instituição financeira, a família Moreira Salles detém total participação em uma holding, a qual possui mais de 33% das ações do Itaú. Estima-se que a família tenha uma fortuna de mais de US\$ 20 bilhões (R\$ 118,4 bilhões).

REFERÊNCIA NO CINEMA

Apesar da influência da família, Salles ganhou notoriedade no universo cinematográfico. No entanto sua primeira formação foi em economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Somente depois, ele partiu para os Estados Unidos, onde estudou comunicação audiovisual na Universidade do Sul da Califórnia.

A carreira repleta de premiações o fez parar na lista dos 40 melhores diretores do mundo, feita pelo jornal britânico The Guardian. Com as indicações de "Ainda Estou Aqui", Salles pode expandir sua coleção.

Baseada no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, filho de Eunice Paiva e de Rubens Paiva, a obra narra a história da mãe, que luta para criar seus cinco filhos na década de 1970, após ter o marido assassinado pela Ditadura Militar no Brasil.

Al Gore e CEO Global da JBS defendem agricultura regenerativa para combate à pobreza e mudança do clima

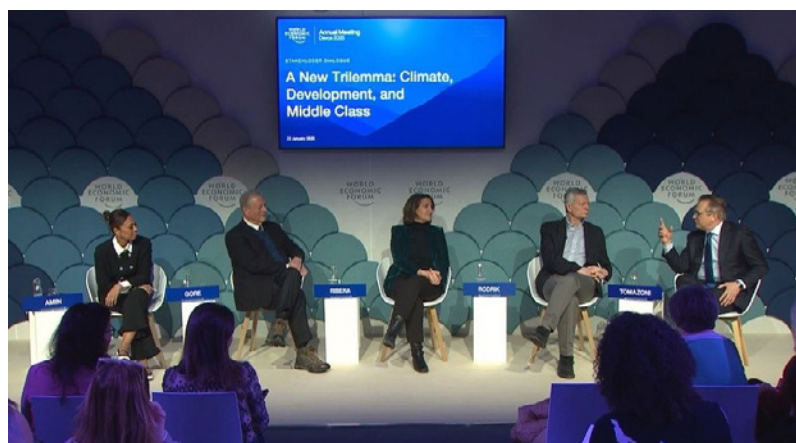
Painel no Fórum Econômico Mundial, em Davos, aponta a necessidade de uma abordagem simultânea entre questões climáticas, desenvolvimento e classe média

A agricultura tem o potencial de capturar de 10% a 20% das emissões globais de CO₂. “Se quisermos enfrentar as mudanças climáticas, precisamos investir na agricultura”, defendeu Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS, durante a sessão ‘Um novo trilema: clima, desenvolvimento e a classe média’, no Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial, realizada no dia 23 de janeiro, em Davos, na Suíça.

Na mesma sessão, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore disse concordar com Tomazoni sobre a necessidade de investir na agricultura. Gore afirmou que novos avanços na medição e teste do sequestro de carbono através da agricultura regenerativa permitem usar muitas abordagens para enfrentar as mudanças climáticas.

“Se compensássemos os agricultores com base nisso, isso os ajudaria a superar o período de transição de dois a três anos [necessário para um novo modelo de produção]. Os agricultores querem isso porque os eventos climáticos extremos estão tornando suas fazendas mais vulneráveis à erosão hídrica e eólica”, afirmou.

Tomazoni mencionou os dados do Ifad (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), da ONU, que apontam que somente 4% do investimento em mudanças climáticas vai para os sistemas alimentares, sendo que os pequenos agricultores recebem apenas 1%. Nesse cenário, 67% das pessoas em situação de pobreza



vivem em regiões rurais. “Se apoiarmos a agricultura, podemos tirar milhões de pessoas da pobreza e, ao mesmo tempo, impulsionar o desenvolvimento econômico e avançar no enfrentamento do desafio climático”, afirmou.

Na JBS, 60% dos fornecedores são pequenos agricultores. Nessa situação, Tomazoni relatou o foco da Companhia em atuar pelo apoio financeiro e tecnológico para a agricultura regenerativa. “Os pequenos produtores precisam de apoio, não apenas financeiro, mas também assistência técnica sobre como fazer isso. Precisamos fazer isso, porque eles são uma grande força para a transformação”, disse.

A sessão foi mediada pela âncora da Bloomberg em Cingapura Haslinda Amin e contou ainda com a participação de Dani Rodrik, professor na Harvard Kennedy School, e Teresa Ribera, vice-presidente da Comissão Europeia.

A JBS é uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Com uma plataforma diversificada por tipos de produtos (aves, suínos, bovinos e ovinos, além de plant-based), a Companhia conta com mais de 270 mil colaboradores, em unidades de produção e escritórios em países como Brasil, EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, China, entre outros. No Brasil, a JBS é uma das maiores empregadoras do país, com 158 mil colaboradores. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação: Friboi, Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre muitas outras, que chegam todos os dias às mesas de consumidores em 190 países. A empresa investe em negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, envoltórios naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transportes, com foco na economia circular.

Paulo Rabello de Castro é o novo colunista da Rádio Bandeirantes

O renomado economista terá participação semanal no "Jornal Gente"



Paulo Rabello de Castro vai fazer análises sobre o cenário econômico no "Jornal Gente"

Paulo Rabello de Castro é o novo colunista da Rádio Bandeirantes. O economista faz uma participação semanal no *Jornal Gente*, ao vivo, às quartas-feiras, às 8h20, com análises e reflexões relacionadas à gestão pública e ao setor econômico nacional e internacional. A estreia aconteceu no dia 22 de janeiro.

O profissional é escritor, pales-

trante, consultor e professor. PhD pela Universidade de Chicago, presidiu o IBGE e o BNDES, é fundador do Atlântico, que define como "Instituto de Ação Cidadã", coordenador do Movimento Brasil Eficiente, foi candidato a vice-presidente na chapa do senador Álvaro Dias (2018) e é autor do livro "O Mito do Governo Grátis", dentre outros sucessos editoriais.

O *Jornal Gente* vai ao ar na Rádio Bandeirantes e na BandNews TV de segunda a sábado, a partir das 8h, com apresentação de Thays Freitas, Pedro Campos, Sonia Blota e Cláudio Humberto.

Para acompanhar a programação, basta sintonizar em 90.9 FM ou 86.3 FM na Grande São Paulo ou acessar as plataformas digitais: site, canal oficial no YouTube e aplicativo Bandplay.

Andréia Tarelou



O aval brasileiro ao ditador Maduro

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifiteo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

O ditador Nicolás Maduro assumiu o terceiro mandato como presidente da Venezuela na Assembleia Nacional, em Caracas, em 10/1. Líder chavista tomou posse em meio a contestações sobre resultado eleitoral e tensão com a oposição.

A eleição venezuelana, realizada em julho do ano passado, teve o resultado contestado pela população, com repercussão internacional. Pela cópia das atas distribuídas, correspondentes a 80% das urnas apuradas, demonstraram uma esmagadora vitória do candidato opositor Gonzalez, com aproximadamente 2/3 dos votos do povo da Venezuela. Isto é fato inequívoco e comprovado.

Tais cópias das atas eram distribuídas aos que estavam fiscalizando as eleições pela oposição. Quando o ditador Maduro percebeu a inviabilidade de uma vitória sua, suspendeu as apurações, a entrega das cópias das atas e se autodeclarou vitorioso, sem exibir as atas de apuração final e sem, até hoje, ter tido a coragem de exibi-las.

Pelas cópias em mãos da oposição, mesmo que o referido tiranete tivesse todos os votos dos outros 20%, já teria perdido com os primeiros 80% dos votos apurados na eleição.

Apesar dos protestos da população que povoou as ruas de Caracas e outros Municípios, Maduro decidiu

persegui-los, prendê-los e conseguiu dos Poderes subordinados, a homologação da fraude, tomando posse para um novo mandato que não conquistou nas urnas, mas exclusivamente com o apoio de seus asseclas espalhados pelos diversos escalões da administração do país.

Todas as nações democráticas denunciaram a fraude, não reconhecendo sua inexistente vitória. O próprio presidente Lula declarou que sem a exibição das atas não poderia reconhecer a vitória, tendo sugerido uma nova eleição.

Ocorre que, curiosamente, o governo brasileiro enviou sua embaixadora à posse, o que, a meu ver, representou o reconhecimento da farsa venezuelana.

As nações democráticas, como por exemplo Argentina, Estados Unidos e Chile, não foram à posse do fraudulento auto outorgado presidente e somente as ditaduras tiveram expressiva presença na degradante solenidade.

Tenho a impressão que a esmagadora maioria da população brasileira considera Maduro um criminoso, como aliás assim o condenou o Tribunal Penal Internacional e, à evidência, não está de acordo com a presença da embaixadora brasileira, avalizando a posse do ditador.

O que mais me preocupa, todavia, é

que a imagem do Brasil no concerto internacional fica desfigurada. Já pagamos um preço elevado, por pretendermos encerrar a guerra da conquista da Rússia contra a Ucrânia, aceitando uma paz que representaria a cessão de 20% do território ucraniano às forças invasoras. Pior ainda, é o apoio indireto dado aos próprios terroristas do Hamas e Hezbollah, que pretendem eliminar o Estado de Israel, que teve na figura do brasileiro Oswaldo Aranha, em 1946, o seu artífice para a criação.

É, por outro lado, inequívoco o apoio à ditadura cubana cujos empréstimos feitos pelo Brasil, à época da direção de seu partido, continuam sem ser pagos, como aqueles também à Venezuela. E a busca do Brasil de optar, não pelo mundo democrático ocidental, mas pelo mundo oriental no “sul global” sob o comando da China é outra opção, a meu ver também equivocada.

Creio que nunca a diplomacia brasileira, que desde Rio Branco foi um exemplo para o mundo, foi tão desfigurada por conta das opções deste governo.

Com todo o respeito que sempre tive por todos os presidentes brasileiros e que tenho pelo presidente Lula, creio que estamos trilhando rotas incertas e inseguranças, que poderão prejudicar o desenvolvimento nacional e o futuro do país.

BR-381/MG: com ausência do governador de Minas e rebatizada de “Rodovia da Vida”, foi assinada a sua concessão que contará com investimentos de R\$ 10 bilhões

Depois de décadas de espera, a população mineira vê, finalmente, nascer um novo capítulo na história da popularmente chamada “rodovia da morte”



Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou no dia 22 de janeiro, o contrato de concessão da BR-381/MG. Cerca de R\$10 bilhões serão investidos na rodovia. O governador de Minas Gerais Romeu Zema não compareceu nem enviou representante à solenidade.

“Hoje a BR-381 foi rebatizada, deixa de ser a ‘rodovia da morte’. Vamos colocar toda ela em obras. Corrigimos o projeto, mitigamos riscos, estamos ampliando o investimento na rodovia”, garantiu Renan Filho.

A assinatura representa um divisor de águas para 3,7 milhões de pessoas que vivem na região e para os

quase 25 mil veículos que trafegam diariamente pela estrada.

“A minha primeira viagem pela BR-381 foi em 1979. Conheço bem a angústia do povo mineiro em relação a essa rota. No comício final da minha campanha em 2022, na cidade de Ipatinga, eu prometi que iríamos transformar essa rodovia, que ela se tornaria a ‘rodovia da vida’”, afirmou o presidente Lula.

O trecho que passa a ser administrado pela concessionária Nova 381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, compreende 303,4 quilômetros de extensão e abrange 21 cidades. O contrato, de 30 anos, vai transformar a BR-381/MG em um

modelo de segurança e eficiência, além de impulsionar a economia local, com a geração de cerca de 84 mil empregos, entre diretos, indiretos e efeito-renda.

“Em 2024 realizamos quatro leilões de rodovias mineiras, que representam um investimento direto de R\$20 bilhões em Minas Gerais. Este será o maior volume de investimentos em infraestrutura de transportes do estado, impulsionando significativamente o desenvolvimento da região”, comemorou o ministro dos Transportes.

PRÓXIMAS ETAPAS

Já no próximo mês, a Nova 381 inicia a execução do Plano de 100



dias, período em que será colocado em prática um pacote de melhorias prioritárias, como:

*Intervenções no pavimento;
Roçagem da faixa de domínio;
Reparos iniciais em pontes
e viadutos;
Limpeza das pistas;
Manutenção e reforço do
sistema de iluminação.]*

“O Brasil estava acostumado com concessões em que os governadores praticamente vendiam as rodovias para empresários e esses repassavam o valor pago para os pedágios. É por isso que se dizia que as estradas eram privatizadas. A novidade das nossas concessões é que elas não têm outorga. O objetivo principal é beneficiar o usuário, o foco é baratear o preço dos pedágios”, celebrou o presidente Lula.

Alinhada ao Novo PAC, a Nova Política de Outorga do Ministério dos

Transportes ajustou a modelagem dos contratos para promover uma maior disputa pelo sistema, menor impacto financeiro aos usuários e rentabilidade adequada aos concessionários, com garantia de investimentos na ampliação e manutenção das rodovias.

A concessão da BR-381/MG inclui um pacote de obras estruturais. Entre as principais estão:

*Duplicação de 106 quilômetros de rodovia;
Construção de 83 quilômetros de faixas adicionais;
Correção de 51 pontos críticos no traçado;
Instalação de 20 passarelas para pedestres e recuperação de outras 3*

Além disso, haverá a instalação de um Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros, com todo suporte a esses trabalhadores, além de bases operacionais que prestarão supor-

tes médico e mecânico emergenciais.

Importante destacar que o pedágio só passará a ser cobrado um ano após o início das obras.

RODOVIA DA VIDA

Após três tentativas frustradas de concessão, devido à complexidade e aos desafios da BR-381/MG, o Ministério dos Transportes reestruturou o projeto e conseguiu atrair o interesse de três empresas.

A Concessionária Nova 381 venceu o leilão, em agosto de 2024, com a proposta de menor tarifa básica de pedágio. Para os milhares de motoristas que transitam diariamente pela rodovia, a concessão simboliza a transformação da “rodovia da morte” em um corredor de segurança, qualidade e desenvolvimento.



Algum dia teremos saudade deste mundo que estamos em vias de perder

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

O isolamento geográfico sempre nos deu a falsa sensação de que o que ocorre no mundo não afeta decisivamente a nossa vida. Isto pode ter sido verdade no passado, mas há muito deixou de ser. Hoje, tanto na economia como na política, atingimos uma dimensão que forçosamente nos interconecta com tudo de relevante que ocorre no mundo.

Em grande parte do século XX tanto o Brasil como toda a América Latina viveram sob estrita dependência dos Estados Unidos, dependência que várias vezes assumiu a forma de pura submissão e de relativização das nossas próprias soberanias. Com o fim da Guerra Fria e com o nosso amadurecimento econômico e político já não se pode dizer que fazemos parte da esfera de influência americana, como costumava ser no passado. O Brasil é hoje um país plenamente soberano, age com total autonomia política e tem relações econômicas diversificadas. Nosso principal parceiro comercial é a China e não mais os Estados Unidos e nada indica que que isto possa mudar.

Apesar disto, a sucessão presidencial americana, que ocorreu com a posse de Donald Trump poderá ter mais influência em nossa vida do que qualquer outra em nossa história, agora, não porque somos um país subdesenvolvido da América Latina, mas porque somos um país relevante no mundo. Se o Presidente Trump confirmar mesmo uma pequena parte do que tem prometido, a ordem mundial, na economia e na política, será completamente alterada, e certamente não para melhor.

Desde o fim da Segunda Guerra as alternâncias de poder político nos Estados



Unidos transcorreram sem grandes surpresas ou ansiedades, porque não modificavam certos consensos fundamentais na política econômica e na política externa. Desta vez será diferente, pois as eleições deram o poder a um movimento anti-institucional, expressão de uma sociedade posta em situação defensiva e temerosa do futuro, diferente da América cheia de autoconfiança e de orgulho com que havíamos nos acostumados a lidar.

O novo governo recebeu um amplo mandato para tentar interromper o ritmo da evolução histórica que tem relativizado o poder político e econômico dos Estados Unidos e que encaminha o mundo para uma ordem global multipolarizada. Para este fim, o novo governo estará dispensado de obedecer a regras no plano internacional, mesmo que essas regras tenham sido constituídas sob a forte liderança da América e tenham servido até agora aos seus interesses. E estará também liberado para desafiar internamente às próprias instituições do Estado de Direito, para o que contará com uma maioria parlamentar domes-

ticada e uma Suprema Corte maleável e claramente politizada.

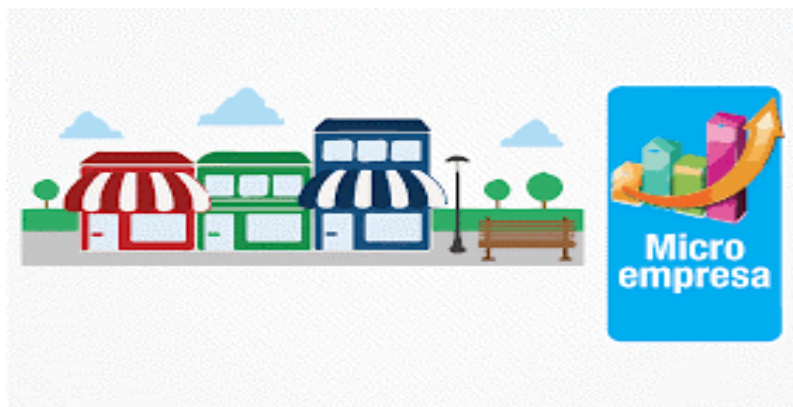
O que um povo decide livremente fazer com o seu país é um problema seu. No entanto, dado o peso e a força dos Estados Unidos, com seu exército, suas empresas, suas universidades, sua moeda, tudo que lá ocorre transborda para o mundo. No plano da geopolítica, a desmontagem das instituições internacionais pode transformar o mundo em um campo selvagem. Se os Estados Unidos podem invadir o Panamá e ocupar o canal, a Rússia tem todo o direito de invadir a Ucrânia e seguir adiante para defender seus interesses. Ocupar a Groelândia pela força será o fim da OTAN e da proteção da Europa diante das autocracias que a rodeiam. Tudo o que resultou da vitória da Segunda Guerra estará sepultado, e a paz de 1945 a 2025 parecerá um dia apenas uma pausa na eterna tragédia da história humana.

Na economia a imposição unilateral de tarifas para ressuscitar a indústria americana vai desencadear respostas retaliatórias e tornar o comércio internacional um campo de batalha, retrocedendo a um ambiente que no século passado gerou recessões e guerra. O comércio deixará de ser uma relação econômica entre empresas e consumidores para se transformar em uma questão de Estado e de hegemonia política.

A ordem internacional em que vivemos tem muitos defeitos e a muitos parecerá injusta. Mas basta imaginar um mundo sem a ONU, sem a Organização Mundial da Saúde, sem a Organização Mundial do Comércio, para se ter a certeza de que algum dia teremos saudade deste mundo que estamos em vias de perder.

Microempresas foram o segmento que mais cresceu entre pequenos negócios abertos em 2024

No total, mais de 874 mil microempresas foram abertas no ano passado (variação de 21%), ultrapassando índice de crescimento até do MEI



Entre os 4.158.122 pequenos negócios abertos em 2024 no Brasil, as microempresas (ME) – empreendimentos com faturamento igual ou inferior a R\$ 360 mil por ano — tiveram destaque. O crescimento, em comparação ao ano anterior, foi de 21%, atingindo o total de 874 mil novos negócios abertos deste porte e superando em mais de 152 mil o resultado de 2023.

Os dados fazem parte de um levantamento do Sebrae com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil (RFB), que mostrou um crescimento recorde no número de novos pequenos negócios abertos no ano passado (LINKAR MATÉRIA).

O resultado também foi positivo entre as empresas de pequeno porte (EPP). Em 2024, foram mais de 190 mil novos negócios desse segmento, que pode faturar até R\$ 4,8 milhões por ano, atingindo um crescimento de 16,5% em comparação a 2023. Já os microempreendedores individuais

(MEI) registraram aumento de 6,7% no ano passado, com 3,1 milhões novos MEI formalizados, ante 2,9 milhões que se formalizaram em 2023.

“No governo Lula, o empreendedorismo passou a ser uma política de Estado. Com isso, uma série de políticas públicas está sendo implementada, permitindo ampliar as oportunidades para os pequenos negócios. O Sebrae atua em conjunto com essas ações no apoio aos empreendedores de todo país. Além disso, esses resultados foram alcançados devido às políticas econômicas que protegem a economia dos pequenos negócios”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

SETORES

Em 2024, as atividades que registraram o maior volume de novos negócios estavam no setor de Serviços. Elas representaram cerca de seis em cada dez novas empresas abertas no ano (60%). Na sequência estão os empreendimentos ligados ao Co-

mércio, que superaram a marca de 1 milhão e atingiram 25% do total. Os setores da Indústria (321,3 mil), da Construção Civil (283,7 mil) e da Agropecuária (31,6 mil) completam a lista, correspondendo a 15% do total.

AS 10 ATIVIDADES ECONÔMICAS MAIS ABERTAS PELOS PEQUENOS NEGÓCIOS EM 2024:

1. *Promoção de vendas (206,3 mil)*
2. *Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (159,1 mil)*
3. *Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios (158,3 mil)*
4. *Cabeleireiros, manicure e pedicure (138,4 mil)*
5. *Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças (125,3 mil)*
6. *Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional (108,4 mil)*
7. *Obras de Alvenaria (107 mil)*
8. *Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres (106,4 mil mil)*
9. *Outras atividades de ensino (85,9 mil)*
10. *Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo (83,5 mil)*

Produção brasileira de automóveis fechou 2024 com alta de 9,7% e o país recupera 8ª posição no ranking global de fabricantes

Soma de vendas de novos e usados atinge 14,2 milhões de unidades, melhor resultado da história



A produção total de 2,550 milhões de autoveículos representou uma alta de 9,7% na comparação com 2023 e fez com que o Brasil retomasse da Espanha o posto de oitavo maior produtor de veículos em 2024, de acordo com levantamento da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Nos emplacamentos, o fechamento foi de 2,635 milhões de unidades, volume 14,1% mais alto que o do ano anterior, e bem superior à média global, que foi de +2%. Nenhum grande mercado do mundo cresceu tanto quanto o brasileiro em 2024. Esse, aliás, foi o maior aumento no ritmo de vendas internas desde 2007.

O fato mais representativo de 2024 foi que a soma de vendas de novos e usados chegou à marca de 14,4 milhões de veículos leves vendidos, maior resultado na história do país. “Claramente, há uma demanda reprimida por transporte individual que vem sendo atendida de forma crescente, graças às melhores condições de crédito. Se essas condições melhorarem e se houver uma política de renovação de frota, mais pessoas poderão optar por veículos 0km”, afirmou o Presidente Márcio de Lima Leite. No ano passado

houve um aumento de 36% das concessões de crédito para financiamento de veículos novos e usados.

As exportações de dezembro confirmaram o forte viés de alta do segundo semestre, que compensaram o fraco desempenho do primeiro e praticamente igualaram o resultado de 2023, indicando um 2025 de recuperação nos embarques. Ao todo, 398,5 mil autoveículos foram enviados para outros países. Argentina e Uruguai foram os destaques em termos de crescimento, a ponto de compensar as quedas de envios para todos os outros países da América Latina.

Já as importações tiveram o melhor período entre os últimos 10 anos, com 466,5 mil emplacamentos, alta de 33% impulsionada pela entrada maciça de eletrificados, em especial da China. “Neste ano é preciso reequilibrar os volumes de exportações e importações, de forma a evitar um novo déficit na balança comercial, como ocorreu em 2024. Temos um Imposto de Importação muito baixo para elétricos e híbridos, o menor entre países que fabricam veículos, o que nos torna um alvo preferencial de empresas importadoras, em prejuízo de nosso par-

que industrial e dos nossos empregos”, explicou o Presidente da ANFAVEA.

AGENDA PRIORITÁRIA ANFAVEA 2025

Além de consolidar os resultados da indústria em 2024, a ANFAVEA apresentou à imprensa seus principais focos de atuação junto ao governo, aos parceiros, à academia e à sociedade em 2025. São eles:

Ampliar o mercado interno e a produção, retomando o patamar de 3 milhões de unidades vendidas até o próximo ano

Reequilibrar a balança comercial, ampliando as exportações e contendo o excesso de importações

Qualificar compras públicas de máquinas e veículos sem prejuízo à indústria local, ao emprego e à inovação

Promover a descarbonização com foco na matriz energética e nos recursos brasileiros, com participação destacada do setor na COP 30, este ano em Belém (PA)

Reforçar o laço com os trabalhadores brasileiros em termos de capacitação e ambiente de trabalho

Criar uma política perene de renovação da frota com foco na sustentabilidade e na segurança

Priorizar o desenvolvimento e a produção de novas tecnologias no Brasil

Matriz elétrica brasileira registrou a maior expansão da história em 2024

Levantamento da Aneel aponta que eólicas e solares reúnem 91,13% do total de 10,9 GW de potência instalada no ano



Entre os estados com maior potência instalada em 2024, os destaques foram Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte

O Brasil encerrou 2024 com um acréscimo de 10.853,35 megawatts (MW) na matriz de geração de energia elétrica. É a maior expansão registrada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde o início da medição, em 1997. O crescimento verificado ultrapassou em 747,35 MW a meta definida pela Agência para 2024, que era de 10.106 MW.

O ano de 2024 também quebrou recorde quanto ao número de usinas instaladas: foram 301 novas plantas em 16 estados brasileiros. Desse total, 91,13% da potência instalada é proveniente das fontes solar fotovoltaica (51,87%) e eólica (39,26%), ambas renováveis. As novas usinas implantadas no ano dividem-se em 147 solares fotovoltaicas (5.629,69

MW), 121 eólicas (4.260,57 MW), 22 termelétricas (906,70 MW), nove pequenas centrais hidrelétricas (51,80 MW) e duas centrais geradoras hidrelétricas (4,60 MW).

Entre os estados com maior potência instalada em 2024, os destaques, em ordem decrescente, foram Minas Gerais (3.173,85 MW), Bahia (2.408,67 MW) e Rio Grande do Norte (1.816,38 MW). Piauí (1.168,03 MW) e Pernambuco (654,51 MW) completam a lista das cinco unidades federativas com maior expansão da matriz elétrica no ano passado.

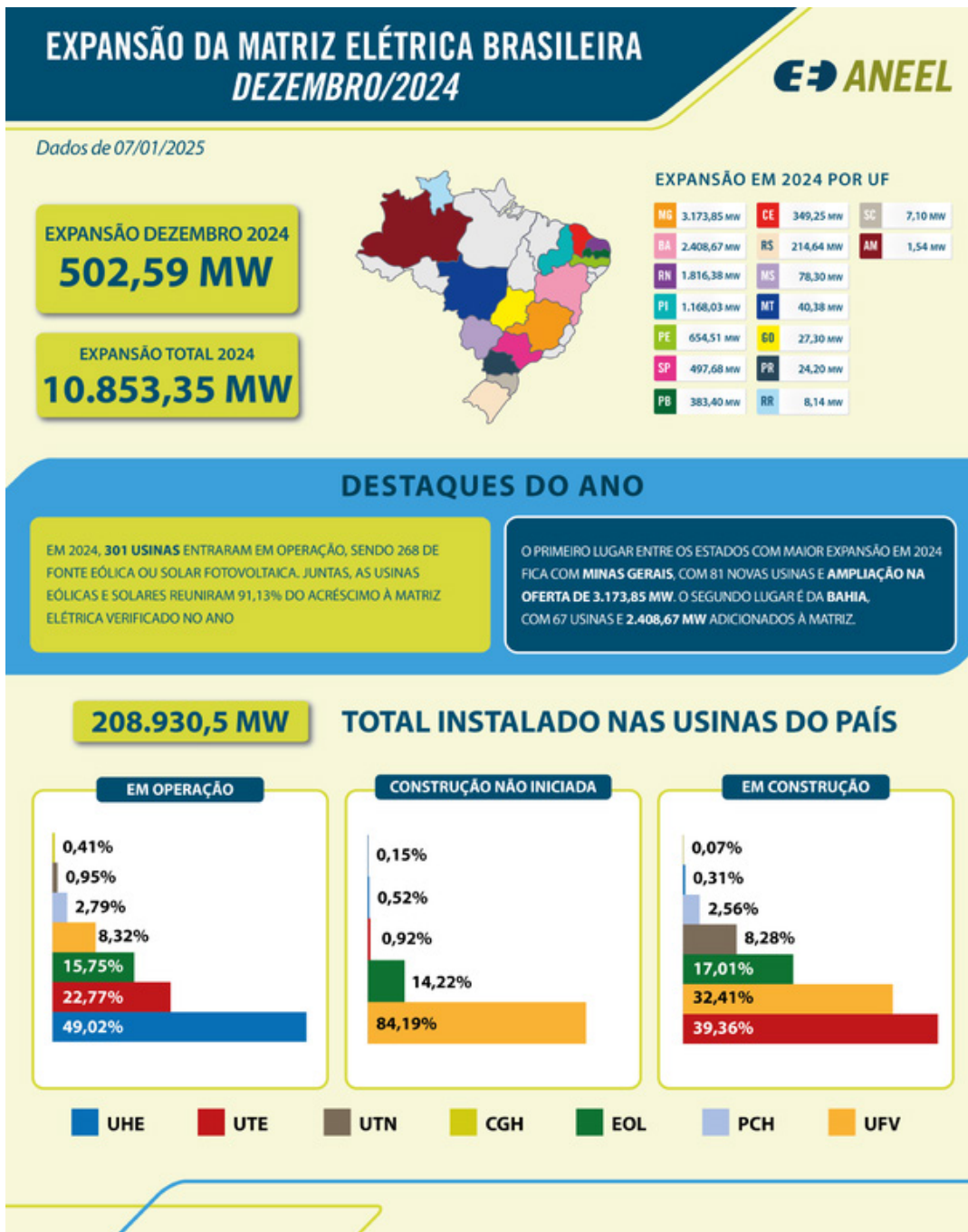
ÚLTIMO MÊS

Apenas em dezembro, o avanço na matriz elétrica nacional foi de

502,59 MW, distribuídos por 16 novas usinas: nove centrais solares fotovoltaicas (244,99 MW), cinco usinas eólicas (225,60 MW), uma termelétrica (30 MW) e uma pequena central hidrelétrica (2 MW). Minas Gerais obteve a maior expansão no mês, com oito novas usinas em operação e uma ampliação na oferta de 237,22 MW. A Bahia ficou em segundo lugar, com duas usinas e 99 MW adicionados à matriz elétrica.

CAPACIDADE TOTAL

Em 7 de janeiro, o Brasil somou 208.930,5 MW de potência fiscalizada de energia elétrica, de acordo com dados do Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga), atualizado diariamente com dados de usinas



em operação e de empreendimentos outorgados em fase de construção. Desse total em operação, 84,95% das usinas são consideradas renováveis.

MAIS DADOS

Para conferir mais detalhes sobre

o crescimento da oferta centralizada de energia elétrica no país, acesse o painel Ralie, que reúne informações sobre a expansão da matriz elétrica. Com formato intuitivo, a ferramenta amplia o acesso aos dados de fiscalização de novas usinas em implantação e facilita o acompanhamento

da expansão da oferta de geração de acordo com o ano, região, tipo de fonte de energia, entre outros filtros. Os objetivos são aprimorar a interatividade e fornecer mais informações sobre obras de geração.

Ouro: vale a pena investir no metal em 2025?



Com recordes de valor alcançados em 2024, o ouro segue sendo um dos ativos mais tradicionais e atrativos do mercado financeiro para 2025, ainda mais em um cenário conturbado no Brasil em que os investidores buscam segurança devido às preocupações com o cenário fiscal. O metal teve uma valorização de quase 50% nos últimos 12 meses, batendo recorde de US\$ 2.690 a onça-troy, medida que corresponde a 31,1 gramas.

Segundo Rodrigo Azevedo, economista, planejador financeiro e sócio-fundador da GT Capital, o contexto global para esse ano favorece o ouro. “Embora o metal tenha registrado recordes em 2024, a perspectiva de taxas de juros mais baixas ao redor do mundo e a manutenção de riscos geopolíticos mantêm o ouro como um ativo estratégico para investidores”, explica. Azevedo também destaca a busca por diversificação cambial como um fator relevante. “O interesse crescente dos bancos centrais em reduzir a dependência do dólar também está sustentando a demanda pelo metal”, acrescenta.

O QUE ANALISAR ANTES DE INVESTIR?

Para os investidores pessoa física, investir em ouro exige planejamento e conhecimento das diversas modalidades. O economista orienta que é essencial entender qual forma de investimento se alinha melhor ao perfil de risco e aos objetivos financeiros do investidor. Ele também alerta para a importância do horizonte de investimento. “O ouro é mais eficiente no longo prazo, funcionando como um ativo de proteção em momentos de alta volatilidade nos mercados”, afirma.

Apesar dos custos e da falta de rendimentos regulares como juros ou dividendos, o ouro se consolida como uma alternativa segura para diversificar o portfólio. “A relevância do ouro como proteção é indiscutível. Ele é um ativo que responde bem em cenários de crise ou aumento de tensão geopolítica”, conclui Azevedo.

Assim, para quem busca diversificação, proteção e estabilidade, o ouro

segue sendo um investimento interessante em 2025.

COMO INVESTIR EM OURO?

Há diversas formas de investir no metal, desde as mais acessíveis até aquelas voltadas para investidores mais experientes.

De acordo com Azevedo, a mais fácil e acessível é através de fundos de investimentos, ETFs e BDRs, o que pode ser feito por meio de bancos e escritórios de assessoria de investimento. “O custo é a taxa de administração no caso dos fundos e a corretagem na compra e venda dos ETFs ou BDRs”, diz. Azevedo explica que a compra de contratos futuros também está disponível nessas instituições. Neste caso, com cobrança de corretagem, emolumentos e custódia.

“Não é tão comum, mas também é possível comprar ouro físico através de bancos e empresas especializadas. Neste caso, é cobrado um spread do preço do ouro negociado no mercado”, explica.

Um bate-papo com Marianela Mirpuri – empresária portuguesa

Com absoluta exclusividade MercadoComum apresenta, a seguir, uma bate-papo com a empresária Marianela Mirpuri - uma empreendedora de sucesso, com carreira consolidada na filantropia e no empoderamento feminino.

Ela é fundadora do projeto “HERA-A Luz das Mulheres”, que tem por objetivo construir uma cidade com mulheres na liderança, a “HERA CITY”.

Preside a WICCI-uma organização que visa o empreendedorismo das mulheres em Portugal e membro do Conselho Presidente do G100 (Comunidade de Networking), também lidera iniciativas inovadoras, como o projeto “Game Changer” The Good Nottle, que tem por objetivo substituir o plástico em todo o mundo por uma solução biodegradável/compostável.

Marianela Mirpuri é portuguesa e mantém residências em Lisboa e em Marbella, na Espanha. Possui formação académica em Filologia Germânica e Honoris Causa doctorate in Philosophy. Atua como CEO de The Good Bottle Company e como partner da empresa Mirpuri Holding. É casada com o francês Paul William Delorme, da Air Liquide - uma empresa mundial que atua no segmento de gases industriais, prestando serviços para várias indústrias, incluindo fabricantes de produtos médicos, químicos e eletrônicos. Atualmente, o grupo Air Liquide está presente em 73 países, com cerca de 67.100 colaboradores e atende mais de 3,9 milhões de clientes e pacientes.



MC - Sabemos que além do projeto Hera você está envolvida em outros projetos de sustentabilidade. Pode nos contar sobre esse seu outro trabalho?

MM- Sou advisor de uma fundação familiar que é a Fundação Mirpuri, que tem atividade em todo o mundo e em várias áreas, mas talvez a área que que seja mais relevante é a defesa dos oceanos e trabalha-se muita coisa como os plásticos que andam

a ser uma praga em todo o mundo, não só em terra, como no mar.

E, ademais, tratamos das alterações climáticas, porque tudo isso também é decorrente do uso abusivo do plástico e daquilo que nós fazemos quando enchemos o plástico no mar. E, portanto, a Fundação Mirpuri decidiu financiar um estudo com uma universidade daqui de Portugal, que é a Universidade do Minho, para que se tentasse encontrar uma solução

para substituir o plástico. Após alguns anos e uma pandemia pelo meio em 2021, apresentamos o primeiro protótipo que foi um biopolímero biodegradável, compostável e com água mineral do nosso parceiro que é as águas de Monchique, uma água que tem 9.5 de PH, portanto, é uma água que tem preocupações de saúde.

Uma das causas pelas quais nós lutamos contra o plástico não é só como problema ambiental, mas tam-

bém as consequências do efeito do plástico na nossa saúde e que muita gente desconhece e que está cada vez mais grave e complicado de se resolver. Por isso, temos como compromisso dentro da Fundação Mirpuri a erradicação do plástico de uso único, claro que o plástico existirá sempre - é normal e natural que haja plástico, mas que seja aquele chamado plástico do uso único.

MC - Comente sobre a garrafa que a gente toma uma água e joga fora, ou um copinho de iogurte, por exemplo.

MM- Isso aí, tem que ser realmente eliminado e é uma das razões que eu vou falar agora na próxima semana em Bruxelas - na Bélgica, exatamente sobre a temática dos plásticos e o perigo do plástico pela sustentabilidade do planeta. Este é um tema que tem sido discutido em todo o mundo e, portanto, considero que já é uma preocupação geral e global e que exige soluções imediatas eis, também, que tem consequências graves para quem não respeita o uso de práticas mais sustentáveis.



MC - Mariana, você é uma mulher empresária, mas voltada totalmente agora para a natureza, para a sustentabilidade, para o projeto Hera. E a Mariana mulher, relate

alguma adversidade que você vivenciou durante toda essa trajetória profissional e pessoal também.

MM- Nós, como mulheres, eu digo, aquele eletrocardiograma que a gente vê que a linha está contínua, isso é a morte, portanto a vida é de altos e baixos e tem que haver sempre, porque, senão, se não houver adversidade, e se tudo correr de forma linear, não há desafio, e nós devemos ter sempre desafios para ultrapassar. Na minha vida, nunca tive período em que não houvesse um desafio, e daquilo que eu me conheço como adulta, provavelmente há gente que tem uma vida muito mais facilitada que a minha. Eu tive família, tenho filhos, tenho netos e sempre trabalhei muito.

Estou à frente de grandes projetos e, antes de ser filantropa, eu fui uma grande empresária reconhecida internacionalmente, e, portanto, se assim isso ocorreu, foi porque trabalhei muito, não apenas por ser mulher ou por outra coisa. Mas a vida é assim mesmo, eu acho que não tive medo de ter desafios, não devemos desanimar quando alguma coisa não corre bem.

Mirpuri Foundation:

“Our work is founded on science, our reach is international and our mission is to create a world where people live and prosper in harmony with nature.”

Vou dar um exemplo. Neste projeto da Hera, tem corrido nos últimos anos em que já houve a escolha do terreno e que agora é mais uma questão de logística, o que tem ocorrido de uma maneira suave, mas é óbvio, teve muitos altos e baixos. Tratando-se de um projeto de inovação, quantos altos e baixos tivemos e quantas formulações foram necessários fazer para chegar aonde chegamos, onde estamos agora. De maneira alguma é a linha final, porque a inovação é constante, tem de haver sempre continuidade, tem que haver aceitação e muita resiliência e, sobretudo continuar, porque se as pessoas pensarem que o caminho está

feito, isso pode ser falso, exige-se um passo de cada vez. E é isso que eu falo a todas as jovens: não pensem em dar grandes passos e chegar ao fim da linha rapidamente, porque o caminho se faz caminhando. Assim, se tiverem que fazer um caminho longo, façam passo a passo que chegarão ao fim desse caminho com respeito, dignidade, com resiliência e, sobretudo, acreditando naquilo que vocês querem fazer. Enfim, acreditar é a palavra-chave.

MC- Íamos lhe pedir um conselho final, mas você já o deu e falou nos atributos de uma jovem empresária, resiliência, acreditar, trabalhar

e continuar são coisas fundamentais. Aprendemos muito com você hoje e queremos lhe agradecer imensamente, porque mulheres como você são inspiradoras, não apenas para mulheres, mas principalmente para as jovens que estão iniciando aí sua trajetória como empreendedoras. E o mundo cada vez mais vai depender menos do emprego e mais da empresa, então nós acreditamos muito nesse seu projeto de empreendedorismo e lhe desejamos muito sucesso.

MAIORES INFORMAÇÕES:

www.heracity.org
www.mirpurifoundation.org
www.thegoodbottle.pt

Esta entrevista foi concedida a Magda Portugal, CEO da Portugallo Investimentos - Family Plan.

Governo Romeu Zema: dívida pública de Minas cresceu 51% nos últimos 5 anos – aumento de R\$ 64,1 bilhões no período



Considerando-se os débitos existentes com a União, a dívida pública do Estado de Minas Gerais contabilizou uma expansão de 51,4% no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, de acordo com o Boletim Mensal da Dívida Pública de Minas Gerais, divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda-MG. O período coincide com os últimos cinco anos do governo Romeu Zema, uma vez que ele fora reeleito para um novo mandato, em 2022.

Em janeiro de 2020 (início do 2º ano do seu 1º mandato), a dívida total do estado era de R\$ 124,7 bilhões e atingiu R\$ 188,7 bilhões no final do ano passado – e, portanto, equivalendo um aumento de R\$ 64,1 bilhões, correspondentes a 51,4% no período citado.

Do total apurado em dezembro do ano passado, R\$ 159,9 bilhões eram devidos à União e o restante são débitos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, INPS e outros.

As principais causas desse aumento vertiginoso no estoque da dívida pública estadual foram os elevados juros cobrados e a interrupção dos pagamentos da dívida vencida junto à União por força de uma liminar do Supremo Tribunal Federal, obtida no último mês do governo Fernando Pimentel, antecessor de Romeu Zema.

Os pagamentos só foram retomados a partir do 2º semestre de 2024, após a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que deverá ser substituído pelo PROPAG.



DÍVIDA PÚBLICA DE MINAS GERAIS EVOLUÇÃO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2024

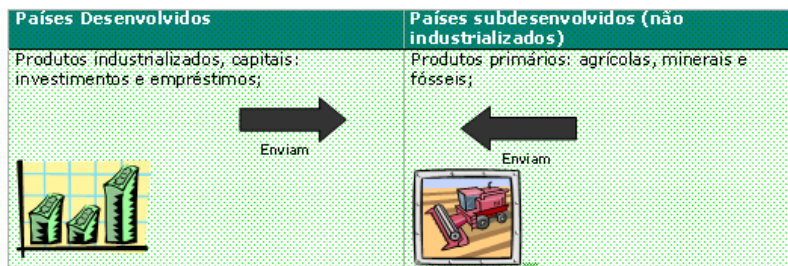
Período	Valor – R\$ bilhões
Janeiro/2020	124,7
Dezembro/2020	134,5
Dezembro/2021	150,8
Dezembro/2022	156,6
Dezembro/2023	170,8
Dezembro/2024	188,8

Fonte: Boletim Mensal da Dívida Pública – SEF/MG

Países retardados

Atualíssima, a frase seguinte é de autoria do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira:

“Os países retardados são geralmente exportadores de matérias-primas ou produtos primários e importadores de produtos industriais. Acontece normalmente que a procura de produtos primários pelos países desenvolvidos cresce com menor intensidade que a procura de produtos industriais pelos países subdesenvol-



vidos, quando em ambos aumenta a renda por habitante. Há uma tendência persistente de desequilíbrio do

balanço de pagamentos, contrária aos países subdesenvolvidos, que para ser corrigida exige a atuação do Estado”.



Cultura é Desenvolvimento

É também de autoria do ex-presidente Juscelino Kubitschek:

“Uma nação se afirma através de sua arte e de sua cultura. Impõe-se pelo desenvolvimento industrial, pelas conquistas da técnica, pelo progresso das instituições. Mas somente a arte retrata a sua alma e lhe configura a fisionomia moral. Só é realmente grande o povo que alcança a graça de dispor de notáveis intérpretes de sua inteligência e de sua sensibilidade, e é em seus artis-

tas e homens de pensamento que se prolonga a ressonância da civilização que constrói. Assim sucedeu às civilizações antigas, imortais porque vivas nos seus filósofos e poetas, nos seus pensadores e estetas. Assim sucederá sempre, porque se tudo é efêmero, permanece e sobrevive o sonho do homem, resistindo a todo aniquilamento.

A arte é, por conseguinte, uma bandeira de fé e certeza nos destinos supremos do ser humano. É ela que

contém a palpitação de suas esperanças mais fundadas e de aspirações mais eloquentes. É ela que o induz à meditação e à contemplação e lhe infunde a ação um sentido mais alto e menos contingente, orientando-o para aqueles horizontes amplos e para aquele infinito em que o espírito se sente dominado pela emoção do intraduzível, do inarticulado, do que apenas através dos símbolos ganha forma, esplende e se oferece sem permitir que se esgote nunca a sua riqueza comunicativa.”

Reforma tributária: IVA de 28% (o maior do mundo) e os impactos no Brasil

O setor de serviços é um dos mais afetados, com tendência de aumento da carga tributária, o que pode resultar em aumento para os consumidores

Com a sanção da reforma tributária, o Brasil está prestes a enfrentar mudanças profundas em seu sistema fiscal, incluindo a criação de novos impostos como o Imposto de Valor Agregado (IVA). Entre as estimativas mais discutidas, destaca-se uma alíquota média de 28%, colocando o Brasil entre os países com a maior carga tributária do mundo. A reforma visa a simplificação do sistema, mas também levanta questões sobre os efeitos dessa mudança na economia e no bolso dos consumidores.

De acordo com o advogado tributarista e mestre em Direito pela PUC-SP, Thulio Carvalho, as projeções que indicam a alíquota de 28% refletem a manutenção da carga tributária atual, com a substituição de tributos como ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins pelo novo imposto. Ele explica que, embora a reforma traga maior transparência sobre a tributação sobre o consumo, a carga continua elevada e pode ter efeitos na economia.

“A reforma tributária traz mais visibilidade à carga tributária sobre o consumo, que antes estava escondida em um sistema complexo. Isso pode gerar desafios para a competitividade do Brasil e para os consumidores, já que a alta carga tributária sobre o consumo continua existindo, só que de forma mais clara”, afirma Carvalho.

Eduardo Froehlich Zangerolami, sócio do Barcellos Tucunduva Advogados e especialista em Direito Tributário, explica que a reforma trará reduções significativas para produtos essenciais, como alimentos, medicamentos, saúde, educação e trans-



porte. “Produtos como itens da cesta básica, hortaliças, frutas, ovos, dispositivos médicos e medicamentos terão redução nas alíquotas, podendo chegar a zero”, diz Zangerolami.

Por outro lado, ele destaca que o setor de serviços é um dos mais afetados, com uma tendência de aumento da carga tributária, o que provavelmente resultará no encarecimento desses serviços para os consumidores.

“Com a unificação do sistema tributário e a implementação do IVA, a tendência é que serviços, que antes tinham uma carga tributária mais baixa, enfrentem um aumento considerável. Já os produtos industriais devem ver uma carga tributária mais estável ou, em alguns casos, ligeiramente reduzida”, complementa Zangerolami.

Além disso, um mecanismo de cashback será implementado, beneficiando famílias de baixa renda com a

devolução de tributos sobre itens essenciais. Zangerolami explica que as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) poderão receber de volta 100% da CBS e 20% do IBS nas compras desses itens, como energia elétrica, água, gás de cozinha e serviços de telecomunicação.

A reforma tributária começará a ser implementada de forma gradual a partir de 2025. Durante os próximos dois anos, setores deverão se adaptar à nova estrutura tributária, com a implementação financeira acontecendo em 2027. No início, o foco será testar os sistemas e calibrar as novas obrigações tributárias, com efeitos financeiros reais começando a ser sentidos a partir de 2028.

“O processo de transição será longo e gradual, com consumidores percebendo os efeitos a partir de 2028 e a implementação completa ocorrendo entre 2029 e 2033”, afirma Zangerolami.

Preço do lítio pode se estabilizar após dois anos em queda

*Desde o pico verificado em novembro de 2022, os preços do lítio caíram 86%
Fechamento de minas e aumento de vendas de VEs na China contribuem para manutenção*



Os preços do lítio devem se estabilizar em 2025, após as quedas registradas nos últimos dois anos, segundo analistas e traders. A expectativa é de que o fechamento de minas e o aumento das vendas de veículos elétricos na China sustentem o mineral.

Eles disseram, contudo, que o potencial para a reabertura das minas que tiveram que interromper suas operações devido à baixa nos valores do metal pode limitar os ganhos.

Desde o pico verificado em novembro de 2022, os preços do lítio caíram 86%. O mercado acredita que esses fechamentos podem significar uma demanda crescente pelo metal neste ano, que pode superar a oferta.

Espera-se ainda que a China traga políticas mais favoráveis para impul-

sionar as vendas de VEs no país.

A Antaike, provedora estatal de dados de commodities da China, prevê que o excesso global de lítio deve cair para cerca de 80 mil toneladas este ano.

O analista de mercados de baterias do CRU Group, Cameron Hughes, disse esperar ver uma recuperação do preço do lítio, já que as reduções observadas em 2024 e a possibilidade de novo recuo devem diminuir significativamente o excedente de mercado. Hughes também se referiu ao fechamento de minas ao redor do mundo.

Na China, o governo dobrou os subsídios para VEs em julho de 2023. Mais de 5 milhões de carros vendidos até meados de dezembro se benefi-

ciaram da medida, que apoiou uma alta nos preços do lítio no final de 2024 e deve continuar a impulsionar o metal neste ano.

"O aumento do comércio de lítio no quarto trimestre de 2024 pode ser inegavelmente atribuído à política de fornecimento de subsídios", disse um comprador de uma usina de materiais de cátodo de médio porte na China à Reuters.

O aumento nos preços do lítio ocorrerá no final de 2025, à medida que os investidores diminuam e a demanda do mercado spot aumenta, faz coro David Merriman, diretor de pesquisa da empresa de pesquisa de metais Project Blue. Para ela, os preços devem se estabilizar em torno de uma média de US\$ 11.092 por tonelada este ano.

Um corretor chinês, por sua vez, prevê que os preços oscilem entre US\$ 8.184 e US\$ 12.276 por tonelada em 2025.

Apesar disso, analistas alertam também que a alta nos preços do lítio pode ser frustrada por um aumento na produção, já que as minas podem aumentar a produção do metal reiniciando as operações.

Além disso, a chegada da presidência de Donald Trump nos Estados Unidos pode afetar a demanda por lítio, já que o governo pode impor novas tarifas sobre as importações de baterias de veículos elétricos da China e reduzir os incentivos domésticos para veículos elétricos (VEs). (Fonte: Invezz Reuters)

Reforma Tributária: como as empresas devem se preparar para o futuro do sistema fiscal brasileiro?

Taís Baruchi

CEO da SeniorLab, Professor de marketing 60+ na FGV, sócio do Terra da Longevidade Produtos, criador e Coautor do livro *A Trilha da Longevidade Brasileira* e do livro *SHOPPER60+*

A sanção presidencial da Lei Complementar nº 214/2025 trouxe a reforma tributária para o centro das atenções empresariais no Brasil. Apesar de ainda estar sujeita a deliberações no Congresso Nacional sobre vetos presidenciais, o início da transição em 2026 exige que as empresas se preparem para mudanças que afetarão profundamente sua estrutura operacional e financeira. O impacto será direto em áreas como logística, compliance, precificação e gestão de contratos, demandando um plano estratégico robusto para garantir a adaptação às novas regras.

A reforma propõe a substituição de tributos como PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS por dois novos impostos: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Além disso, o Imposto Seletivo (IS), destinado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, também será implementado. Essa transformação promete simplificar o sistema tributário, mas também traz desafios imediatos e estruturais para empresas de todos os setores.

Um dos pontos cruciais da reforma é o impacto sobre a logística empresarial. Com a nova tributação baseada no destino, as empresas precisarão rever a formação de preços que, agora, devem levar em consideração as alíquotas aplicáveis no local de consumo, e não mais na origem. Essa mudança implica na necessidade de análises detalhadas das regiões de distribuição, revisões na estratégia logística e maior atenção ao impacto tributário sobre margens de lucro e competitividade.

Outro ponto crucial é a gestão da relação com fornecedores, considerando os impactos que a Reforma Tributária trará para o fluxo de caixa e a recuperação de créditos. Fornecedores enquadrados no Simples Nacional e MEI, por exemplo, não geram créditos

de IBS e CBS, o que exige das empresas uma análise estratégica dessas parcerias para mitigar possíveis perdas financeiras.

Além disso, a nova regra que condiciona o aproveitamento de créditos ao efetivo pagamento do tributo pelo fornecedor requer monitoramento rigoroso da conformidade fiscal de toda a cadeia de suprimentos. Independentemente do regime tributário, é essencial assegurar que os fornecedores estejam em dia com suas obrigações fiscais, garantindo a integridade das operações e o pleno aproveitamento dos créditos tributários previstos na nova legislação.

Outro desafio é a revisão de contratos. A nova regra de tributação “por fora”, associada à não cumulatividade, muda a forma como tributos são repassados e creditados. Isso exige que as empresas revisem cláusulas contratuais com clientes e fornecedores, ajustando valores e condições para refletir as novas alíquotas e a possibilidade de aproveitamento de créditos tributários. Renegociar contratos de longo prazo pode parecer trabalhoso, mas é uma medida essencial para evitar perdas financeiras e fortalecer as relações comerciais.

A transição também demanda adequações tecnológicas significativas. O governo já anunciou alterações nos leiautes da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica para incluir o IBS e CBS, com início em 2026. Assim, a atualização de sistemas de ERP é urgente, bem como o treinamento das equipes para operar os novos processos de cálculo tributário, conciliação financeira e emissão de notas fiscais.

O planejamento financeiro das empresas deve ser reestruturado para absorver o impacto do aumento de desembolsos nas aquisições, esperado já para o início de 2027. Esse ajuste exige atenção redob-

rada ao capital de giro, com a adoção de estratégias para assegurar recursos suficientes, como a obtenção de linhas de crédito mais acessíveis e a revisão das reservas financeiras. Além disso, é indispensável realizar simulações dos impactos tributários pós-reforma, contemplando cenários com diferentes alíquotas e variáveis operacionais. Embora o governo estime uma alíquota média de 28%, especialistas alertam para a possibilidade de esse índice chegar a 30%, reforçando a importância de projeções financeiras precisas para sustentar as operações e proteger a rentabilidade das empresas.

A fase de transição, que será escalonada até 2033, traz um desafio adicional: a convivência dos modelos antigo e novo. As empresas precisarão de um plano de ação detalhado para cada ano da transição, garantindo que processos operacionais, sistemas e estratégias tributárias estejam alinhados às exigências de cada etapa.

Por fim, é imprescindível acompanhar de perto as regulamentações complementares ainda em desenvolvimento. A criação do Comitê Gestor do IBS e a definição de alíquotas do Imposto Seletivo são apenas algumas das questões pendentes. Empresas que se mantiverem informadas e ágeis na adaptação às novas regras estarão mais bem posicionadas para aproveitar os benefícios da reforma, como a redução da burocracia e a simplificação tributária.

A Reforma Tributária é uma realidade que exige preparação imediata e estratégica. Apesar dos desafios, ela representa uma oportunidade para modernizar processos, otimizar custos e melhorar a competitividade no mercado. Ao agir agora, as empresas não apenas minimizam riscos, mas também garantem sua resiliência em um cenário fiscal transformador.



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Chegado o verão, branco, rosado e espumante

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

Está é a orientação para vinhos, quando chega o Verão com suas temperaturas elevadas: branco, rosado ou rosé e espumante; e essa ordem nos vinhos não altera o prazer que cada um proporciona ao bebê-lo; graças, principalmente, à refrescância resultante de sua encantadora acidez, que, tanto maior, mais refrescante o vinho.

Nesse quesito, entre os brancos, o Sauvignon Blanc é uma estrela com sua acidez pungente, intensidade aromática sugerindo frutas verdes e ácidas, como, maçã verde, abacaxi, pêssago, toques de ervas finas e flores brancas. Exatamente para preservar-lhe essas características, raramente o Sauvignon Blanc passa por barrica.

Destacado nas mais diversas regiões vinícolas, o Sauvignon Blanc, tem na Nova Zelândia, no Loire e em Bordeaux, linhagens consideradas pelos críticos como as mais icônicas do mundo. Do lado de cá, Brasil, Argentina e Chile, produzem exemplares de apreciação internacional; e, ainda, por aqui, há quase uma unanimidade sobre o Sauvignon Blanc: tem a cara do verão.

A refrescância, como condição no verão, alinha outros brancos. Entre os tantos, Chardonnay - esse mundialmente festejado vinho - cuja acidez, exuberante como nos exemplares de Chablis, ou um pouco mais frutado por estas bandas, é recorrente quando a estação Verão está aí.

Também, Riesling - um pouco menos popular por aqui -, cujo aroma de fru-



tas cítricas e sabores de laranja e limão, e logo com grande acidez e refrescância; condições estas que colocam o Vinho Verde (Verde é o nome do vinho), o mais tradicional vinho de Portugal -, com a sua alta acidez, entre as preferências do Verão.

O vinho rosado ou rosé, igualmente, é vinho para o verão - nem todos, é verdade -. Por suas características, situa-se entre o branco e o tinto e, assim, muitos trazem a acidez e frescor de um vinho branco; especialmente, os originados de climas mais frios. A França é, reconhecidamente, o paraíso do rosé, mas, outras regiões, o produzem, com ótima qualidade.

O espumante é imbatível quanto a acidez e frescor; que, pode-se afirmar, são da sua essência, qualquer que seja a sua origem ou nome: mousseux, na França - Champagne é Champagne -, cava, na Espanha, spumante, na Itália, sekt, na Alemanha, sparkling wine,

nos Estados Unidos; ou simplesmente espumante, em outras latitudes.

A apreciada leveza do espumante - que é presente na maioria -, em geral, não lhe diminui o frescor, assim como o método adotado na sua produção, seja o tradicional - a segunda fermentação ocorre na garrafa - ou o charmat - a tomada de espuma acontece em cubas de aço inox -.

No tocante à leveza, uma observação cabe em relação ao espumante rosado: é comum encontrá-lo com mais corpo e estrutura que o espumante branco. Nada, porém, que o afaste do elenco de vinhos para o verão.

Sendo esses vinhos, companheiros na praia, na piscina e nas tardes ensolaradas, à mesa, todos são insuperáveis parceiros para as tradicionais comidas do Verão: leves e refrescantes. Tal e qual.

Tim, tim.

Com saúde pública precária e planos com reajustes de até 25%, cresce procura por clínicas de preços acessíveis

Cia do Médico trabalha com valor de R\$ 90,00 por mês, com direito a consultas ilimitadas em seis especialidades

Diante da precariedade do sistema público de saúde e dos constantes reajustes, muitas vezes abusivos, nos planos de saúde, cada vez mais brasileiros estão buscando alternativas para ter acesso a um atendimento médico de qualidade. De acordo com uma análise do Citi, os aumentos dos planos individuais podem ter alta de 6,5% neste ano. Já os planos coletivos ou empresariais, que não são regulamentados pela ANS, podem chegar a 25% de aumento. Esses altos valores têm levado a população a procurar por clínicas mais acessíveis.

Atualmente, segundo os dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em novembro do ano passado, apenas 51.508,727 milhões de brasileiros contavam com plano de saúde. Apesar de ter registrado um crescimento em comparação com 2023, a maioria dos brasileiros dependem da saúde pública.

Essa tendência de busca por opções que cabem no bolso do brasileiro, também, tem impulsionado o surgimento de novos modelos de negócio, como o da Cia do Médico, que oferece consultas ilimitadas em seis especialidades por apenas R\$ 90,00 mensais. Entre elas estão a de cardiologia, clínico geral, pediatria, urologia, ortopedia e ginecologia. “Na maioria das vezes, o paciente só procura o médico quando já está doente. Nosso modelo propõe justamente o contrário. Queremos que o paciente use cada vez mais o programa a seu favor, de forma preventiva ou para acompanhamento de alguma doença



crônica. Com isso, ele terá mais saúde e menos custo com complicações no longo prazo”, diz o médico Antônio Carlos Júnior, idealizador do projeto.

A rede também oferece consultas e exames de forma avulsa, e o cliente pode escolher aquilo que fizer mais sentido para ele, de acordo com sua vontade, necessidade, histórico de saúde, orçamento ou orientação médica. Antônio ressalta que o cliente pode consultar outras especialidades ou fazer exames, dentro do programa, com desconto de 20% a 80%, tudo através de um encaminhamento dentro do ecossistema criado pela rede Cia do Médico.

No ano passado a marca iniciou sua expansão através do franchising, com o objetivo de conquistar novas cidades e oferecer um serviço de alto nível em saúde, com preço acessível,

para a população brasileira. Atualmente a Cia do Médico conta com unidades localizadas nos bairros: Bangu, Realengo e Campo Grande.

Fundada em 2020, a Cia do Médico é uma rede de clínicas médicas que tem em seu core business um modelo de programa de acompanhamento médico acessível, além de consultas e exames avulsos. A marca conta com um programa de acompanhamento anual por (R\$ 90,00/mês), com uma junta de médicos de referência com 5 especialidades sem custo adicional, além de mais de 30 especialidades disponíveis na rede. Com quatro unidades no Rio de Janeiro, a marca acaba de estreiar no sistema de franchising oferecendo dois modelos de franquia: a light, para espaços com até 600 m² e a full ou unidades medical center, com até 2 mil m².

Preço dos medicamentos tem alta de até 359% em 2024

Os produtos farmacêuticos com maiores variações no ano e reforçam a importância de comparar valores para economizar



A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) autorizou, a partir de 31 de março de 2024, um reajuste de até 4,5% nos valores praticados no Brasil. Contudo, dados da CliqueFarma | Afya, ferramenta que compara preços de remédios e outros itens farmacêuticos, mostram aumentos superiores a 300% no último ano. Princípios ativos como Rivaroxabana, Prednisolona e Tadalafila estão entre os destaques.

Abaixo, os 10 com as maiores variações de preço e suas respectivas utilizações:

Rivaroxabana: anticoagulante utilizado para prevenir e tratar trombozes (+359%).

Prednisolona: corticosteroide indicado para tratar inflamações e do-

enças autoimunes, aliviando inchaços e alergias (+340%).

Tadalafila: usada no tratamento da disfunção erétil, hiperplasia prostática benigna e hipertensão arterial pulmonar (+328%).

Ácido Fólico: essencial para formação do DNA e prevenção de anemias e defeitos do tubo neural (+311%).

Paracetamol + Fosfato de Codeína: indicado para dores moderadas a intensas (+272%).

Citrato de Tamoxifeno: usado no tratamento de câncer de mama sensível a hormônios (+271%).

Hidroclorotiazida + Olmesartana Medoxomila: indicado para tratar hipertensão arterial, reduzindo a pressão e

eliminando excesso de líquidos (+268%).

Cloridrato de Clomipramina: antidepressivo para transtornos depressivos e obsessivo-compulsivos (+251%).

Cloranfenicol + Fibrinolisina + Desoxirribonuclease: indicado para infecções cutâneas, auxiliando na cicatrização (+249%).

Letrozol: usado no tratamento de câncer de mama em mulheres pós-menopausa (+248%).

A plataforma CliqueFarma | Afya tem, atualmente, mais de 80 redes de farmácias parceiras em todo o país, com mais de 70 mil produtos cadastrados. Para fazer o levantamento, foi considerado sempre o menor preço para o medicamento em cada mês dentre as farmácias parceiras.

Dormir bem: por que é fundamental para a saúde?

Andrea Petrillo

Sócia e mentora da Santé. Engenheira formada pela Escola de Engenharia Mauá, tem MBA em Logística e Supply Chain pela FGV e pós-graduada em Neurociência pelo Einstein. É Practitioner pela Sociedade Brasileira de PNL



O sono tem uma função biológica essencial para o cérebro e o corpo. Ele atua na consolidação da memória, no equilíbrio emocional e na regulação hormonal. Dormir bem é uma das principais estratégias para o desenvolvimento cognitivo, a tomada de decisões eficaz e o controle emocional.

Durante o sono, principalmente no estágio REM, o cérebro organiza as informações adquiridas durante o dia, consolidando memórias de longo prazo. Estudos mostram que a privação de sono reduz em 40% a capacidade do cérebro de reter novas informações, segundo o neurocientista Matthew Walker (autor de *Por que Nós Dormimos*).

O sono também regula as emoções ao equilibrar o funcionamento da amígdala (área ligada ao processamento emocional) e o córtex pré-frontal (sistema cognitivo, responsável pelas funções executivas, como controle inibitório por exemplo). Com sono inadequado, a amígdala fica hiperativa, aumentando a reatividade emocional. Já o córtex pré-frontal perde eficiência, reduzindo o controle emocional e a tomada de decisões.

É também durante o sono profundo que o sistema glifático remove resíduos metabólicos tóxicos do cére-

bro, como a beta-amiloide, associada ao Alzheimer. Sem o sono adequado, essa “limpeza” é prejudicada.

Para quem ainda não está convencido da importância de uma noite bem dormida, vale entender os riscos de uma vida sem sono adequado no curto, médio e longo prazo:

Curto Prazo (1 a 7 dias):

- * *Redução da atenção e foco: a memória de trabalho é comprometida, impactando tarefas simples e complexas.*
- * *Maior irritabilidade e impulsividade: a regulação emocional é prejudicada.*
- * *Dificuldade na tomada de decisões: a capacidade analítica diminui.*
- * *Queda de produtividade: o cansaço gera procrastinação e erros.*

Médio Prazo (Semanas a Meses):

- * *Aumento do estresse crônico: a falta de sono aumenta o cortisol, que gera tensão e prejudica o cérebro e a sua performance.*
- * *Problemas de saúde mental: maior risco de ansiedade e depressão.*
- * *Déficit cognitivo acumulado: prejuízo à memória e aprendizado contínuo.*
- * *Imunidade enfraquecida: maior*

suscetibilidade a doenças virais e inflamatórias.

Longo Prazo (Anos):

- * *Risco cardiovascular: a privação crônica de sono aumenta em até 200% o risco de infarto e AVC.*
- * *Declínio cognitivo e demência: o acúmulo de toxinas aumenta as chances de Alzheimer e outras demências.*
- * *Obesidade e diabetes: a falta de sono desregula os hormônios grelina (fome) e leptina (saciedade), além de alterar a sensibilidade à insulina.*
- * *Redução da expectativa de vida: estudos mostram que dormir menos de 6 horas por noite aumenta a mortalidade em 12%.*

Por outro lado, noites de sono adequado propiciam diversos benefícios:

- * *Maior foco e criatividade: a capacidade de solução de problemas aumenta com um cérebro bem descansado.*
- * *Tomada de decisões mais assertiva: o córtex pré-frontal funciona com eficiência máxima.*
- * *Regulação emocional equilibrada: redução da reatividade emocional e aumento da empatia.*
- * *Energia e disposição: melhor desempenho físico e mental ao longo do dia.*
- * *Saúde mental fortalecida: redução do risco de burnout, ansiedade e depressão.*

Já se convenceu da importância de boas noites de sono?

Que tal mudar seus hábitos e incorporar uma rotina que favoreça um sono reparador? Uma noite bem dormida hoje transforma seu amanhã!

Galo: SAF apresenta análise financeira de 2024



Em encontro realizado no início do mês de janeiro, no auditório da Sede do Atlético, o CEO Bruno Muzzi apresentou uma análise financeira do Galo nos últimos cinco anos, destacando três pilares: operacional, investimento em atletas e resultado financeiro.

Mantendo o compromisso de transparência e prestação de contas da administração, o diretor-executivo demonstrou os números do Clube e esclareceu dúvidas apresentadas. O Galo fechou o ano passado com R\$ 8 milhões de superávit operacional.

Os dados referentes a 2024 ainda passarão pelo processo de auditoria, seguindo a prática usual de mercado. Dessa forma, alguns dados podem ter

pequenos ajustes.

OS TEMAS ABORDADOS FORAM:

SUPERÁVIT OPERACIONAL

A linha operacional envolve todos os custos e receitas recorrentes da atividade no qual a SAF do Atlético está inserida. Exemplos: transmissão e premiação, bilheteria, patrocínios, Galo Na Veia, Arena MRV. Ao fim de 2024, ela teve um superávit de R\$ 8 milhões, algo extremamente raro nos 106 anos de história do Galo.

A receita operacional do Atlético foi de R\$ 502 milhões, sendo R\$ 53 milhões (pouco mais de 10%) de receitas inéditas oriundas da chegada da Arena MRV. As despesas ficaram

em R\$ 494 milhões, sendo R\$ 379 milhões com o futebol profissional.

A folha salarial mensal do Galo foi de R\$ 25 milhões, considerando atletas e comissão técnica do elenco profissional masculino, e também as premiações por performance esportiva.

"Eu preciso que o Atlético seja superavitário na operação. É o que nos dá sustentabilidade. Deixo isso como uma mensagem-chave da nossa administração", disse Bruno Muzzi.

INVESTIMENTOS EM ATLETAS

Essa rubrica envolve a compra e venda de direitos econômicos no mercado da bola. No ano passado, o Atlético obteve R\$ 155 milhões em



CEO do Galo Bruno Muzzi

vendas de jogadores, já incluindo nesse montante a operação que envolveu a saída do atacante Paulinho ao Palmeiras - 18 milhões de euros por 100% dos direitos, sendo que o Galo teve direito a 80%. É a maior transação da história do futebol brasileiro envolvendo apenas clubes do país.

Com isso, a receita total do Atlético em 2024 foi de R\$ 657 milhões, número recorde para o Clube. Em termos de compras de atletas, foram R\$ 211 milhões investidos em 2024, maior número desde 2020. Nessas últimas cinco temporadas, quase R\$ 900 milhões foram gastos na formação do elenco, seja na compra de jogadores como na renovação de contratos, luvas e comissões de agentes. Importante ressaltar que nessa conta não está o valor gasto com salários dos atletas.

"Houve um investimento maior em 2020, mas eles continuaram acontecendo ao longo dessas temporadas recentes. São números relevantes. O dinheiro do Paulinho será todo reinvestido em atletas. Vamos manter o número da folha salarial elevada no futebol", pontuou o CEO.

DÍVIDA DO GALO

O endividamento líquido do Atlético em 2024 está na casa de R\$ 1,4 bilhão, em valores que ainda serão auditados. Ela é dividida da seguinte forma: endividamento bancário (R\$ 507MM), Arena MRV (R\$ 410MM), questões tributárias (R\$ 354MM) e o capital de giro (contas a pagar menos contas a receber - R\$ 129MM).

O Clube também recebeu incrementos, como o valor de elenco do Atlético - R\$ 838 milhões - e a chegada da Arena MRV, avaliada em mais de R\$ 1 bilhão.

Arena MRV - inaugurada em agosto de 2023, a casa do Galo gerou R\$ 97 milhões de receita de bilheteria e outros R\$ 11 milhões de receitas diversas em 42 jogos. Uma margem líquida de 70%, bem acima do que era contabilizado no Mineirão (41%) e Independência (32%). A média de público na Arena MRV é de 34.781 torcedores, com o Galo tendo conquistado 69% dos pontos disputados.

DIAMOND MALL

Bruno Muzzi explicou como foi a operação de venda do shopping center no qual o Atlético era proprietário. O restante da participação do Galo (49,9%) foi vendido em 2022 por R\$ 335 milhões, dinheiro usado para abater a dívida do Clube. A primeira metade foi negociada em 2017 para viabilizar a Arena MRV.

Em cinco anos, o Diamond Mall significou R\$ 26 milhões de receita total para o Galo (2019-2023). A Arena MRV já rendeu R\$ 100 milhões líquidos ao Atlético com um ano e quatro meses de operação.

AUMENTO DE RECEITAS

O Galo fechou o maior patrocínio máster da história do futebol mineiro, com a H2bet estampando sua marca no espaço mais nobre da camisa, inicialmente, por três anos, por um valor contratual fixo de R\$ 60 milhões anuais. Além disso, há um novo contrato de direitos de transmissão dos jogos do Brasileirão com a Libra e um acordo de exploração de placas de publicidade da Arena MRV durante cinco anos.

Brasil encerrou 2024 com mais de 6,65 milhões de turistas estrangeiros, alta de 12,6%

Somente em dezembro, o país recebeu mais de 690,2 mil visitantes de fora, número 11,1% maior do que o registrado em 2023

André Zimmerer/MTur



O ano de 2024 se consagrou como o melhor da história para o turismo internacional no Brasil. Prova disso é que o país alcançou a marca recorde de 6.657.377 turistas estrangeiros no ano, um crescimento de 12,6% em comparação ao ano anterior. Os dados consolidados foram divulgados nesta terça-feira (07.01) pelo Ministério do Turismo, Embratur e Polícia Federal (PF). Somente em dezembro, 690.236 estrangeiros visitaram o Brasil, número 11,1% maior que o registrado no mesmo mês de 2023 e o terceiro melhor dezembro da série histórica.

“É uma alegria poder divulgar números tão positivos para o nosso país. Esse aumento reflete o nosso trabalho de promover a imagem do Brasil no exterior. Campanhas publicitárias estratégicas, estruturação dos destinos, participação em feiras internacionais, nosso escritório da ONU Turismo no Rio de Janeiro e o fortalecimento de parcerias dentro e fora do país impulsionaram nossa visibilidade, evidenciando a diversidade de experiências que o Brasil tem a oferecer, como paisagens naturais e nossa herança cultural”, destacou o

ministro do Turismo, Celso Sabino.

Os estados de São Paulo (2.207.015), Rio de Janeiro (1.513.235), Paraná (894.536) e Rio Grande do Sul (879.412) despontaram como as principais portas de entrada desses visitantes em 2024. Proporcionalmente, estados como Roraima (97%), Santa Catarina (71,7%), Bahia (52,8%) e o Pará (47,4%), que receberá a COP30 no final do ano, registraram aumentos expressivos no número de estrangeiros em seus territórios.

Os “hermanos” continuam liderando o volume de visitantes internacionais que chegam ao Brasil. Mais de 1.953.548 argentinos desembarcaram no país este ano. Os Estados Unidos ocupam a segunda posição, tendo enviado 696.512 turistas. Os chilenos vêm logo atrás, com 651.776 chegadas aos destinos brasileiros. Já os vizinhos Paraguai e Uruguai, juntos, somaram mais de 833.412 visitantes.

Dois em cada três turistas internacionais que chegam ao país vêm de avião. Esse meio de transporte segue como o principal acesso para esses visitantes, enquanto o transporte terrestre corresponde a 28,7% do total.

“O crescimento no número de visitantes internacionais é uma das principais metas do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, que tem como objetivo consolidar o Brasil como o principal destino turístico da América do Sul. Nossa expectativa é superar a marca de 8,1 milhões de turistas estrangeiros por ano, gerando mais de US\$ 8,1 bilhões em receitas e fortalecendo ainda mais a economia nacional”, concluiu o ministro do Turismo, Celso Sabino.

Até novembro de 2024, o valor gasto pelos turistas estrangeiros no país somou US\$ 6,62 bilhões, a maior cifra registrada nos 11 primeiros meses do ano desde 1995. O número é 5,3% superior ao verificado no mesmo período de 2023 (US\$ 6,29 bilhões) e ultrapassa, inclusive, o valor de igual período em 2014 (US\$ 6,30 bilhões), quando o país sediou a Copa do Mundo de Futebol.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, atribuiu os resultados ao acerto do trabalho de promoção internacional realizado pela Agência nos últimos dois anos. “Na Embratur, conseguimos estruturar a promoção do Brasil no exterior com programas e projetos inovadores, e que estão sendo copiados mundo afora. É uma política eficiente e o resultado quem



sente é o povo brasileiro em cada região do país. Esse crescimento expressivo que tivemos em 2023 e 2024 vai se manter nos próximos anos, e o turismo brasileiro começa a virar uma página importante de deixar de ser um potencial para se tornar uma realidade, um segmento da economia protagonista na geração de emprego e renda, de atração de receitas internacionais, e modelo de um desenvolvimento econômico que pode ser aliado do meio ambiente”, explicou.

AÇÕES

Na atração de turistas internacionais, o Ministério do Turismo, em parceria com a Embratur, tem trabalhado em diferentes frentes. Em dezembro de 2023, foi inaugurado no Rio de Janeiro (RJ) o primeiro Escritório da Organização Mundial do Turismo (OMT) nas Américas e no Caribe. Fruto de uma intensa articulação do governo brasileiro, a unidade colocará o país definitivamente no cenário dos grandes players globais do setor, com o planejamento e a adoção de ações em prol do desenvolvimento sustentável de toda a região.

Além disso, para reforçar a vinda desses turistas, o MTur, em parceria com a Embratur, voltou a marcar presença em grandes e estratégicos eventos internacionais de promoção dos destinos brasileiros. A ação envolve a divulgação da “Marca Brasil”, importante iniciativa para reconstruir a imagem do país no exterior —

agora devidamente comprometido com a sustentabilidade, a diversidade e a inclusão no setor turístico.

O Brasil também lançou a marca “Visit South America: um lugar, vários mundos”. A estratégia é uma parceria do governo brasileiro com Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile para, de forma integrada, promover e posicionar internacionalmente os destinos desses países, com foco em atrativos naturais, gastronômicos e de hospitalidade.

FUTURO

Para 2025, o Governo Federal anunciou que os novos editais regionalizados do Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI) têm previsão de R\$ 63,6 milhões em investimentos para a atração de novos voos em rotas nacionais. A expectativa é de que sejam ofertados ao menos 500 mil novos assentos no período de um ano. Esse número já impacta o recorde de assentos de voos internacionais para a temporada de verão 2024/2025: serão 7,48 milhões, um crescimento de 19% em comparação ao verão de 2023/2024.

Além disso, no próximo ano, o Brasil receberá importantes eventos, como a Conferência do Clima da ONU, a COP30, que será realizada em Belém, no Pará, e a reunião do BRICS, em Brasília, que devem atrair milhares de visitantes internacionais para o país.

Brasil precisa de investimentos e planejamento para atrair mais turistas internacionais

País recebeu o recorde histórico de 6,65 milhões de estrangeiros em 2024, mas há potencial para crescer muito mais



Nos últimos momentos de 2024, o turismo brasileiro celebrou a marca histórica de 6,65 milhões de visitantes internacionais que estiveram no País ao longo do ano, segundo dados oficiais. Até então, o recorde tinha sido registrado em 2018, quando foram 6,62 milhões de chegadas. Na leitura da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), esse é, de fato, um dado a ser comemorado. Contudo, uma análise mais aprofundada revela que ainda há muito o que se fazer para elevar o status do setor do Brasil perante o mundo.

Em primeiro lugar, porque a marca de 6 milhões de turistas internacionais tem se mantido constante desde, pelo menos, 2015 — exceto nos anos

da pandemia de covid-19. Assim, se esse é um número relevante, também demarca a necessidade de ajustes nas políticas públicas no campo do turismo para ir além desse dado já consolidado há pelo menos uma década. Sem considerar que, desses 6,65 milhões, pelo menos 10% são de brasileiros e brasileiras com cidadanias de países do exterior que voltaram ao País.

Em segundo lugar, o turismo brasileiro ainda é fortemente dependente de uma sazonalidade típica de países como o nosso, além de ser extremamente concentrado. É assim que as informações da Embratur revelam que o grosso das visitas internacionais aconteceram entre dezembro de 2023 e março de 2024, no verão do Hemisfério Sul, e que 8 em

cada 10 dessas visitas (80%) foram registradas em aeroportos de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

Segundo a FecomercioSP, debruçar-se sobre essas variantes é perceber que os números estão abaixo do potencial do Brasil no campo turístico. O País não apenas tem estrutura em várias regiões, como as capitais do Nordeste ou as cidades do interior que se dedicam ao turismo rural, como pode oferecer atividades em todas as épocas do ano — desde que sejam devidamente atendidas por iniciativas públicas e por medidas que ajudem o empresariado do setor a investir nos negócios.

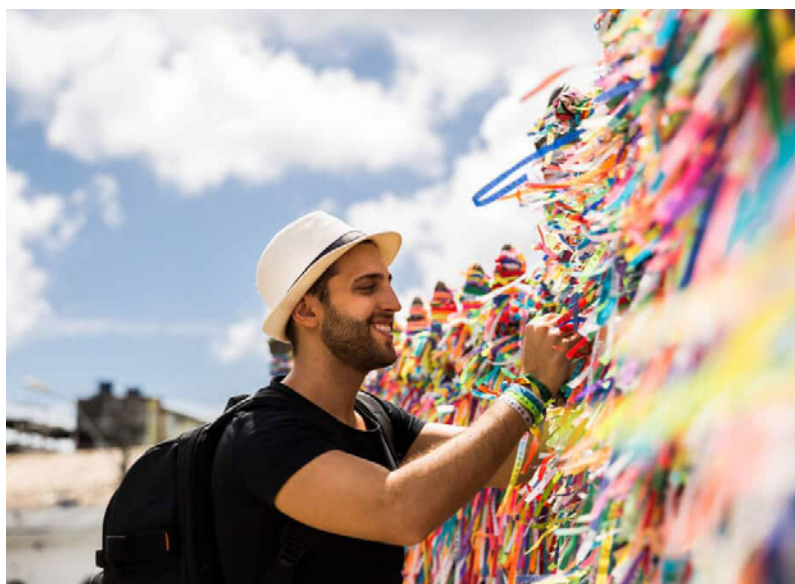
Há ainda a barreira estrutural, que se liga, justamente, à análise

anterior. Muitos locais ainda não oferecem acesso constante à internet, enquanto algumas cidades que atraem mais turistas no exterior têm sido cada vez mais ligadas à violência, como o caso do Rio de Janeiro. É por isso que, mesmo com o real em desvalorização desde o fim do ano passado, que favorece a presença de visitantes que usam o dólar ou o euro, o fluxo de turistas não aumentou muito até agora.

Tudo isso sem contar a própria falta de estratégia do governo, que restabeleceu a exigência de vistos para pessoas que chegam de países relevantes para diversificar os fluxos do nosso Turismo — e com moedas mais valorizadas —, como Estados Unidos, Canadá e Austrália. A medida vai na contramão do que deveria ser feito: estimulá-los a vir mais ao Brasil. Nesse caso, a FecomercioSP está trabalhando ativamente com as autoridades para impedir que a decisão, marcada para entrar em vigor em abril, prospere até lá.

É essa mesma visão limitada que impediu a redução de alíquotas para o setor na Reforma Tributária recém-aprovada e regulamentada no Congresso, uma prática comum em muitos países. Cálculos da Federação já sugerem que os preços dos produtos turísticos vão, ao contrário, ficar mais caros daqui para a frente, impactando negativamente a competitividade das empresas.

Ainda de acordo com a FecomercioSP, a solução para todos esses problemas passa, fundamentalmente, por boas políticas públicas. Isso significa medidas integradas que gerem efeitos tanto sobre os investimentos das empresas do setor como nas áreas onde o Poder Público pode oferecer melhores condições, caso da infraestrutura. De um lado, isso significaria mais hotéis, agências turísticas e serviços de transporte e alimentação; de outro, melhores aeroportos, rodovias e sistemas de conexão.



Sem investimentos sólidos e planejamento estratégico, o Brasil permanecerá na casa dos 6 milhões de turistas, muito atrás de potências mundiais do setor, como o México (45 milhões de visitantes em 2024) ou mesmo países que não figuram nessa lista, como os Emirados Árabes Unidos (8 milhões, segundo o Banco Mundial) ou a Romênia (5 milhões).

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e con-

sultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Grupo hoteleiro mineiro Tauá levanta R\$ 150 milhões através de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) para investimento em expansão

O montante captado será utilizado para financiar o crescimento da empresa e alavancar o Turismo no país

Como parte de sua estratégia de crescimento, o Grupo Tauá de Hotéis e Resorts - um dos principais players da hotelaria no Brasil - realizou a captação de R\$ 150 milhões de reais em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), em parceria com o Banco Itaú.

Este valor vai alavancar a expansão imobiliária da rede hoteleira nos próximos meses e faz parte de um ambicioso plano de expansão com investimentos totais de 1,5 Bi até 2030.

Com empreendimentos em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, o Tauá está construindo sua sexta unidade em João Pessoa, na Paraíba, com previsão de inauguração em meados de 2026. De olho no mercado, o Grupo planeja a sua próxima empreitada, tendo já garantidos R\$ 150 milhões que vieram do CRI recentemente lançado.

Para o CFO do grupo Tauá de Hotéis e Resorts, Frederico Gondim, essa foi uma estratégia acertada para alavancar recursos que serão investidos no negócio e que só é possível quando se tem maturidade e saúde financeira. “Os números têm que estar saudáveis, e os nossos comprovam isso. Estamos crescendo de forma saudável, com eficiência, e baixo endividamento. Desde 2019, a rede triplicou o seu faturamento. Apenas em 2024, faturou R\$ 650 milhões, e o resultado operacional cresceu 41% em relação a 2023”, pontuou o executivo. Para 2025, a ex-



pectativa do Grupo é faturar R\$ 780 milhões, uma previsão de 21% de crescimento em relação a 2024, com ganhos de eficiência que proporcionarão um aumento no resultado operacional em adicionais 28%.

O Certificado de Recebíveis Imobiliários é uma alternativa de captação interessante que tem ganhado força e está sendo cada vez mais explorada por empresas em suas operações de crédito. É tida como mais vantajosa do que o empréstimo bancário, por exemplo, e amplia as possibilidades de investimentos e créditos na área imobiliária. A ideia é estimular o investimento nesses títulos, tendo em vista que o setor tem grande importância para o desenvolvimento nacional, e com a ausência de IPOs no Brasil nos últimos anos, os CRIs tem se mostrado como uma alternativa

para financiar o crescimento de empresas em expansão.

Segundo o economista e gestor da Cimo Family Office, uma consultoria financeira de investimentos, Juan Schiavo, ao longo de 2024, a emissão de CRIs ganhou muito espaço dentro do mercado. “Foi um ano muito ativo para a emissão de títulos de renda fixa, para títulos de crédito privado, dado o nível elevado de taxas de juros. Também houve mudanças legislativas que impactaram a dinâmica do mercado de crédito que impulsionou muito a oferta de CRIs. Celebrar a captação de R\$ 150 milhões através de CRIs faz muito sentido no atual cenário do país, ainda mais considerando que o valor será reinvestido nos setores imobiliários e de turismo, impulsionando empregos e alavancando a economia”, comentou o especialista.

Minas Gerais mantém o ritmo e lidera crescimento do turismo no Brasil



Análise realizada pelo Núcleo de Estudos Econômicos da Fecomércio MG, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, mostra que a atividade turística no estado ficou estável no mês de novembro, (dados mais recentes divulgados pelo IBGE) em relação a outubro com estabilidade (0,0%) no período. No contexto nacional, houve recuo de -1,8% na atividade turística.

Na comparação entre novembro de 2024 e novembro de 2023, o indicador de atividade turística no estado registrou incremento de 4,6%, indicando queda em relação a igual período de 2023, quando houve crescimento de 10,6%. Nesta frente de análise, o indicador evoluiu positivamente no estado desde 2021. No mesmo período no país, o incremento foi de 10,3%.

De acordo com Fernanda Gonçalves, economista da Fecomércio MG, Minas Gerais apresenta crescimento

acima da média nacional desempenhando em quinto lugar no acumulado dos 12 meses com 4,4%.

“De acordo com Gonçalves, o turismo em Minas Gerais continua a apresentar um desempenho notável, performando entre os cinco melhores do Brasil. Um dos principais fatores que garantem essa estabilidade, é o mercado de trabalho aquecido, além das promoções oferecidas pelas agências de turismo no período do chamado “fora de temporada”.

Essas iniciativas têm possibilitado viagens a outros estados a preços mais acessíveis, juntamente com a promoção de destinos internos. Além disso, as ofertas de roteiros gastronômicos e de ecoturismo têm gerado um impacto positivo, incentivando o crescimento dos setores de turismo, serviços e comércio.” Explica Gonçalves.

Entre janeiro e novembro de 2024, o indicador da atividade turís-

tica aponta para crescimento de 4,4% em Minas Gerais e de 2,9%. Ainda conforme a análise, nos últimos 12 meses, o incremento da atividade turística no estado chega a 4,4% e no país a 2,9%.

A Fecomércio MG - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais integra o Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac em Minas que tem como presidente o empresário Nadim Donato. A Fecomércio MG é a maior representante do setor terciário no estado, atuando em prol de mais de 740 mil empresas mineiras. Em conjunto com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Fecomércio MG atua junto às esferas pública e privada para defender os interesses do setor de Bens, Serviços e Turismo a fim de requisitar melhores condições tributárias, celebrar convenções coletivas de trabalho, disponibilizar benefícios visando o desenvolvimento do comércio no estado e muito mais.



Alberobello - o pitoresco da Puglia

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



A Púglia ou Apúlia, em português, é a região no sul da Itália localizada no calcanhar da “bota” que simboliza o mapa do país.

A região, que tem o privilégio de ser banhada ao mesmo tempo pelo Mar Jônico e Mar Adriático, é uma grande produtora de vinho, azeite, queijos, além de ostentar uma das arquiteturas mais pitorescas da Itália.

A Comuna de Alberobello, no centro da Puglia, é o melhor exemplo desta singularidade. Alguns descrevem a cidade, como conto de fadas, casas de duendes ou um cenário cinematográfico. Fato é que se trata de um registro histórico autêntico do modo de vida de uma população ligada à agricultura, que remonta ao século 14 e traz ao lugar uma atmosfera particular. Mas, o que tem de tão espetacular numa cidadezinha tão pequena?

A principal característica a chamar nossa atenção são os 1500 Trulli (plural de trullo, em italiano), reunidos na parte alta da cidade. São pequenas casas em forma circular, com telhados cônicos, construídas com sobreposições de pedras calcárias encaixadas e equilibradas entre si sem argamassa. Este padrão chamado de arquitetura vernacular, que ali se tornaram ícones, usa materiais regionais e técnicas tradicionais.

Hoje, em razão disso, Alberobello é Patrimônio Mundial da UNESCO.

A história ou, sabe-se lá, a lenda, diz da origem das curiosas construções. As casas eram erguidas pelos servos ligados à agricultura, sem acabamentos, para evitar o pagamento das altas taxas cobradas pela nobreza do feudo para a construção de casas. Construídas desta forma, os telhados das casas poderiam ser removidos quando das visitas das caravanas de funcionários do governo. E assim seriam caracterizadas apenas como armazéns rurais, livrando os moradores dos impostos. Quando os funcionários saíam, os moradores recompuham os telhados.

Atualmente, Alberobello, com cerca de 10 mil habitantes, é dos destinos mais visitados da Itália, com cerca de 3 milhões de turistas por ano. Para se comparar, o Brasil inteiro recebe pouco mais de 6.5 milhões de visitantes por ano.

Com esta densidade de turistas, principalmente no verão, o volume de casais, famílias e caravanas, acaba por comprometer a naturalidade histórica do lugar: O melhor período para visita é de abril a maio, e setembro a outubro, quando não tem um enxame de visitantes, o que faz parecer estamos num domingo no parque de diversões.

No centro histórico concentram os trulli alinhados sobre ruas estreitas, becos e labirintos, alguns já estilizados e cobertos com argamassa branca, mas todos impecavelmente conservados. Em sua maioria, são hoje restaurantes, lojas de souvenirs, hospedagens, cafés e tem até igreja e hospital construídos no mesmo padrão.

A Igreja de Santa Maria dell'Assunzione, no estilo barroco, no coração do Rione Monti, também é visita obrigatória, principalmente pela vista panorâmica, que se assemelha a cena de filme de conto de fadas.

Igualmente atraentes são os restaurantes que servem a autêntica culinária pugliana à base massas, frutos do mar frescos, azeite, o excelente vinho regional, o pão de Altamura e a nossa conhecida Burrata, feita com queijo fresco e cremoso.

Para conhecer a história da região e melhor sorver a alma deste lugar, o Museu do Território “Casa Pezzolla”, instalado num trullo restaurado, expõe a cultura rural local.

Na área rural, no entorno da cidade, fazendas produtoras de azeite recebem visitantes e promovem degustações do precioso líquido.

Em um roteiro pela Púglia, principalmente para aproveitar a beleza do litoral, que é indescritivelmente lindo, um bate-e-volta de um dia ao interior Alberobello é suficiente e vale a pena. Embora, à noite circule menos pessoas nas ruas e a iluminação noturna apresente um ambiente ainda mais mágico ao lugar.

Chega-se à Alberobello de trem ou de carro saindo de Bari, capital da Puglia.

Uma visita a este lugar pitoresco ficará para sempre em sua memória.

JUMPPPI HÁ MAIS DE 20 ANOS DIRECIONANDO PARA OS MELHORES CAMINHOS!

A Jumppi une inteligência à pesquisa de mercado que apoia as organizações em uma tomada de decisão mais fundamentada e orientada ao mercado.

JUMPPPI
INTELIGÊNCIA & PESQUISA

O direcionamento correto da sua
empresa depende de dados
confiáveis

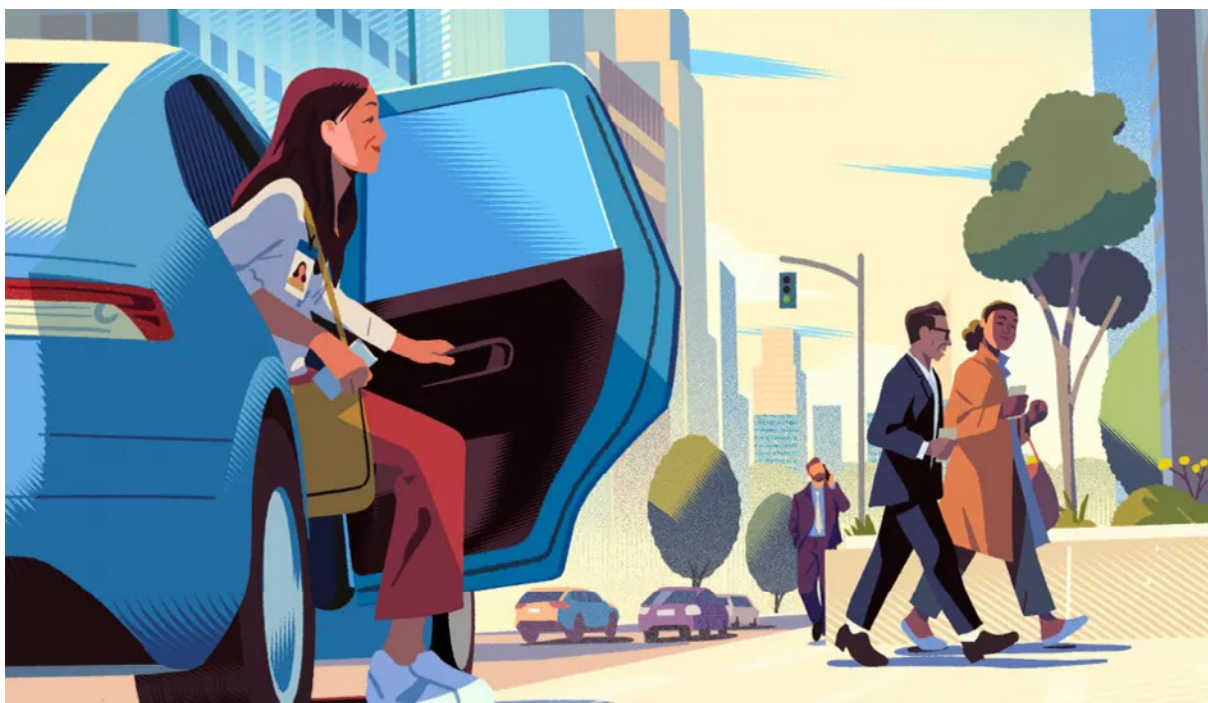
jumppi.com.br



Uber e imobiliárias digitais: setores diferentes, decepção igual para os consumidores e locadores

Kênio de Souza Pereira

*Diretor Regional em MG da ABAMI - Associação Brasileira dos Advogados do Mercado Imobiliário -
Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG
kenio@keniopereiraadvogados.com.br*



A ideia que motivou a UBER foi o desejo de dominar o mercado de aplicativos de serviços de transporte. Assim, foi criado um mecanismo para oferecer corridas com motoristas bem-vestidos, com uma frota de alto padrão denominada “black” que contava com carros como BMW e Mercedes, oferecendo água mineral e balas, a um preço chamativo. No início, o motorista pagava para a plataforma a taxa fixa de 20% sobre o valor pago pelo passageiro.

Passado algum tempo, foram criadas novas categorias de automóveis, sen-

do comum vermos carros no UBER X em mal estado e motoristas de camiseta, chinelo e bermuda. Essa situação se deu pois, a UBER, ao aumentar sua comissão para até 40% sobre o preço da corrida, diminuiu os ganhos do motorista, tornando inviável os benefícios anteriormente oferecidos, a manutenção de carros melhores e a redução de motoristas nas ruas.

Diante disso, há falta de atendimento e cobrança de valores mais altos em momento de maior demanda em decorrência da Tarifa Dinâmica, podendo chegar a 200% do preço nor-

mal da corrida.

Ainda assim, há notícia de que a operação da UBER é deficitária.

ELEVADA CARGA HORÁRIO PARA TER BOM RENDIMENTO

Diante deste elevado e anormal desconto de até 40% realizado pela plataforma, para viabilizar o seu sustento, a maioria dos motoristas trabalha em torno de 12 horas, o que implica em um desgaste expressivo do veículo em decorrência da elevada quilometragem. Por sua vez, consiste em

um verdadeiro desafio equilibrar a obtenção de um bom rendimento e a manutenção de um carro ou mesmo a possibilidade de sua troca que não tem a isenção do IPI, ICMS e IPVA como acontece com os taxistas.

CENÁRIO MUDOU NA MESMA FORMA QUE ACONTECEU COM A IMOBILIÁRIA DIGITAIS

Embora tenha causado receio quando surgiu, a UBER não inviabilizou os táxis. Ao contrário, temos constatado que em diversos momentos o preço cobrando pelos táxis está mais baixo que a UBER.

Dessa forma, a UBER está tendo dificuldade em aumentar os preços a seu bel prazer e assim – caso seja verdade suas informações – continuará operando com o caixa negativo, podendo a situação se agravar se o Governo Federal aprovar a incidência de impostos e do INSS sobre a operação.

AGRAVAMENTO DOS CUSTOS PIORARÁ SERVIÇO DA UBER

Os prejuízos da UBER se agravam com o ajuizamento de ações trabalhistas buscando o vínculo entre motorista e o aplicativo de transporte, a desistência de milhares de motoristas que se sentiram explorados com os altos custos para manter e trocar os automóveis ante o valor da remuneração mínima, bem como a piora do serviço por aqueles motoristas que permanecem na plataforma. Muitos motoristas passaram a escolher quais seriam as melhores corridas recusando aquelas não lucrativas, o que ensina na demora para a prestação do serviço, que pode demorar mais de uma hora, mesmo com a Tarifa Dinâmica.

IMOBILIÁRIA DIGITAL - CUSTO PARA O LOCADOR E COBRANÇA DE TAXA ILEGAL DOS INQUILINOS

A situação da UBER se assemelha à das imobiliárias digitais. Estas iniciaram com a inovação do atendimento

robotizado e cobrando dos locadores o percentual de 8% a título de taxa de administração. Com o passar dos anos, aumentaram para mais de 9%, além de cobrarem o dobro a título de taxa de contrato, pois exigem o 1º mês do aluguel. Já as imobiliárias tradicionais cobram 40% menos, sendo 60% do 1º mês de aluguel pela confecção do cadastro e contrato, contando, ainda, com atendimento presencial e personalizado.

Além disso, ficou comprovado que a Quinto Andar contraria a Lei do Inquilinato (art. 22, VIII e 43) ao cobrar dos inquilinos, taxa de serviço de 2,2% do aluguel, todo mês, além de taxa de reserva. Tais cobranças são ilegais, conforme Ação Civil Pública contra a Quinto Andar (processo nº 0843862-14.2022.8.19.0001 movido pelo MPRJ - Ministério Público do Rio de Janeiro), que tem abrangência nacional. Diante da evidente ilegalidade dessas cobranças, ocorreu sua condenação em devolver essas taxas aos inquilinos, com multa. O processo está em 2ª instância aguardando julgamento do recurso da Quinto Andar.

Outra situação que decepciona os locadores é que não há exigência, pelas imobiliárias virtuais, do inquilino pintar o imóvel quando da devolução do locador. Assim, acaba o locador ficando prejudicado ao ter que arcar com essa obrigação para recolocar a moradia em condições de nova locação. Tampouco há exigência dos inquilinos do acerto final dos valores devidos judicialmente, pois após tentarem amigavelmente por meio dos robôs e não conseguirem, deixam o locador a ver navios, pois ao insistir nas reclamações seu acesso a plataforma é cortado, conforme se verifica no Reclame Aqui.

É notória a decepção dos locadores que passaram a se manifestar no site Reclame Aqui contra as imobiliárias digitais que, por não possuírem sede fixa, força os locadores a procurar pessoalmente o inquilino, inexistin-

do fiadores para receber o que tem direito.

QUINTO ANDAR NEGA EM JUÍZO QUE GARANTE O ALUGUEL NO CASO DE INADIMPLÊNCIA

Outra situação comum às imobiliárias digitais diz respeito à inverídica propaganda de que garantem ao locador o recebimento de todos os valores em dia, ainda que o inquilino não pague suas obrigações, sendo este dispensado de oferecer fiadores ou seguro fiança. Para não deixar dúvidas vemos a realidade na ação proposta pelo locador contra a Quinto Andar, eis que houve recusa ao cumprimento da garantia do aluguel:

“O requerido, na condição de mero administrador e intermediador da locação, não pode ser demandado judicialmente quanto ao pleito em questão, tendo em vista que inexistente obrigação legal ou contratual por parte do Requerido (Quinto Andar) quanto ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual ocasionado pelo locatário”. ... “No contrato objeto da presente demanda, não há qualquer cláusula prevendo a responsabilidade do Requerido pelos danos que possivelmente venham a sofrer o imóvel, sobretudo em relação ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação”. ... “O Requerido não assumiu qualquer responsabilidade pelos atos praticados por terceiros, devido a sua condição de mero administrador, intermediador e facilitadora do contrato de locação em tela”. (Proc. 0002680-46.2019.8.26.0016; Vara do Juizado Especial Cível - Foro Central de São Paulo)

Diante dessa realidade, estamos vendo a população voltando a valorizar os táxis, bem como as imobiliárias tradicionais, pois a tecnologia, em alguns casos, tem deixado a desejar diante a robotização e da busca de lucro a qualquer preço, não tendo os clientes a quem recorrer no momento que surge o problema ou a insatisfação.

Mark Zuckerberg está certo

Gabriel Wilhelms

Graduado em Música e Economia, atua como articulista político nas horas vagas. Atuou como colunista do Jornal em Foco de 2017 a meados de 2019. Colunista do Instituto Liberal desde agosto de 2019



Em artigo sobre o escândalo do Twitter Files — Brazil, publicado em abril no ano passado, chamei atenção para o fato de que, embora estivéssemos tomando conhecimento da pressão judicial sobre o Twitter, com fins de promover a censura, por uma iniciativa de Elon Musk em dar transparência ao modus operandi autoritário protagonizado por Alexandre de Moraes, que o mesmo certamente ocorreu e ocorria com outras plataformas, que, no entanto, não quiseram enfrentar a briga que Musk encarou após comprar o Twitter, depois rebatizado como X. Pois, agora, com o recente pronunciamento de Mark Zuckerberg, em que anunciou mudanças na política de combate às fake news da Meta, não pode haver sombra de

dúvidas sobre o alcance daquilo que podemos muito bem chamar de assédio, que, no caso do Brasil, tem partido principalmente do STF e do TSE.

O advogado-geral da União, Jorge Messias (o famoso “Bessias”), logo demonstrou sua indignação; o MPF anunciou que irá oficiar a plataforma sobre a mudança na sua política interna; a banda podre da imprensa segue em sua patética e descredibilizada sanha para nos convencer de que isso é o fim do mundo; os “especialistas” de quinta repetem, sem considerar que têm o ônus da prova, que as fake news destruirão a democracia, enquanto Moraes acena com ameaça de bloqueio: “No Brasil, só continuarão a operar se respeitarem a legisla-

ção brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes das big techs”.

Em seu pronunciamento, Zuckerberg foi taxativo em dizer que a experiência com a supressão de conteúdos baseada em agências de checagem de fatos demonstrou que essas agências são, no contexto americano, muito politicamente enviesadas e que a censura foi longe demais. Isso não significa, como sugerem os tendenciosos e mentirosos de plantão, que a Meta não irá endereçar a questão das notícias falsas de nenhuma forma. Em vez da política de remoção de conteúdos com base na checagem de fatos, as plataformas da empresa passarão a usar as notas da comunidade, tal como hoje faz o X, com a supressão

de conteúdos focando principalmente no que é flagrantemente ilegal, e agindo, diante de violações menores, somente quando provocadas pelo usuário. Zuckerberg deixa claro que a mudança começará nos EUA, dando a entender que será replicada no restante dos países onde a Meta atua.

Ora, pode-se muito bem questionar a sinceridade de Zuckerberg e seu real comprometimento com a liberdade — como aliás, se faz com Musk —, pode-se ver o movimento como oportunista, uma tentativa de se aproximar do próximo governo americano, como esteve próximo do atual, pode-se até mesmo questionar as próprias inclinações de Trump nessa seara. Nada disso importa. Seja a mudança de posição sincera ou não, oportunista ou não, fato é que isso é uma notícia positiva. Aumenta-se o custo da censura, ao mesmo tempo em que se rebate a tese furada de que a ausência da regulação do discurso é danosa para a democracia.

Prestem muita atenção nessa frase: “Vamos voltar às nossas raízes e nos concentrar em reduzir erros, simplificar nossas políticas e restaurar a liberdade de expressão em nossas plataformas”. A que raízes ele se refere? No vídeo, Zuckerberg estabelece 2016, ano da primeira vitória de Trump, como a inflexão da plataforma no sentido de maior controle do discurso e supressão de conteúdo. Contudo, o Facebook foi fundado em 2004, chegando ao Brasil em 2008. Ora, por doze anos a plataforma funcionou nos EUA com uma política interna muito mais permissiva do que a que existe hoje sem que destruísse a democracia. Já no Brasil, se pensarmos no inquérito das fake news como um marco zero da pressão judicial sobre as plataformas, temos também um período superior a uma década sem que a democracia tenha ruído diante da ainda não existência do reinado dos checadores de fatos. Mas qual é o grande “risco à democracia” de que tanto falam? Respectivamente,

as vitórias de Trump em 2016 e Bolsonaro em 2018 teriam representado esse risco. A possibilidade de “outsiders”, hábeis no uso das redes sociais, vencerem democraticamente as eleições é o que marca a grande inflexão da proteção à liberdade de expressão. Não foi até a ascensão política de perfis da direita que o mainstream midiático e intelectual, formado, em grande parte, por pessoas de esquerda, começou a ver problema nas redes sociais, o que comprova o interesse e uso politiquero do suposto combate à desinformação.

O retorno às raízes, se for levado mesmo à cabo, restaurará uma regularidade de debate, cerceada cada vez por meio de políticas internas ridículas, com o adendo de que contará com uma ferramenta muito mais efetiva para o combate democrático às fake news, que são as notas da comunidade, ferramenta por meio da qual os próprios usuários poderão colaborar, como hoje fazem no X, para desmentir informações inverídicas ou prover o contexto adequado para aquilo que é tendencioso, prescindindo da censura prévia. Por fim, não é verdade agora, como nunca foi, que a internet no Brasil é terra sem lei. Pessoas continuarão a poder ser responsabilizadas por conteúdos realmente criminosos (lembrando que fake news não é crime em nosso ordenamento jurídico).

Resta saber, e só o tempo dirá, se, com a adoção dessa nova política também no Brasil, a Meta irá se tornar alvo de um potencial bloqueio, como ocorreu com o X. Banir uma única rede social já é temerário e impactou 21 milhões de usuários na ocasião. A Meta, no entanto, é dona de Facebook, Instagram, WhatsApp e Threads. Estamos falando, no caso dos três primeiros, de uma adesão que varia entre 86,8% a 93,4% entre usuários ativos da internet no Brasil, os quais usam as redes sociais muitas vezes não só como fonte de entretenimento, mas também para trabalhar. O STF estaria

disposto a basicamente banir as redes sociais do país?

O banimento do X foi um exercício de força e uma clara intimidação às demais plataformas. A Meta, ao que tudo indica, colaborava passivamente com os desmandos do STF e TSE. Parte do sucesso da censura, ilegal e feita ao arrepio da lei, no Brasil contemporâneo, depende dessa colaboração amedrontada das plataformas. No entanto, se as principais plataformas resolverem mesmo dar um basta a isso e tiverem disposição de ir até as últimas consequências, o custo da censura poderia se tornar alto demais para os censores. Sim, é verdade que Musk acabou cedendo e o X retornou eventualmente ao país, mas vale lembrar que ele era uma figura isolada. Não devemos nos “emocionar” ou ser excessivamente otimistas, afinal, o dinheiro pode acabar falando mais alto, e a Meta pode não estar disposta a perder um mercado com uma das maiores populações do mundo, ainda que ao preço de baixar a cabeça para o tribunal de exceção no qual se converteu o STF. Por outro lado, a corte está cada vez mais desgastada, e as pessoas estão cada vez mais cansadas da lenga-lenga sobre discursos de ódio. Meu palpite é: cheguem ao extremo de banir as plataformas da Meta, e até mesmo o séquito mais fervoroso que ainda defende as ações autoritárias de Moraes e sua turma, vendo a si mesmo afetado, já que muitos dependem das redes sociais para seu ganha pão, saltará do barco. Pode até mesmo ser o incentivo que as pessoas necessitam para retornar às ruas, dessa vez contra a censura.

O Instituto Liberal foi criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro, em 1983. Sua missão é difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade. Atualmente o IL atua na publicação e tradução de grandes obras sobre o liberalismo, desenvolvimento de eventos memoráveis e cursos imperdíveis.



Gueto, liberdade e a verdadeira democracia, em questão

Jayme Vita Roso

Advogado, escritor e ambientalista



Viver no gueto

1 - As cidades, contemporaneamente, levam os homens a viver num gueto, mais sofisticado que os construídos pelos nazistas na Polônia.

2 - Então, pensando bem, não há mais poesia? Sim, há a da mineira Adélia Prado, que “com ousadia e grandeza ela perscruta a condição humana, ciente de que o poema é também um produto social”

(Adélia Prado, Terra de Santa Cruz, 2ª ed., 1986, da contracapa).

E Guimarães Rosa assim a apreciou, como “poesia metafísica e universal” um verdadeiro desafio permanente.

Assim é o homem que se conforma em viver e conviver em apartamentos de quarenta andares ou em comunidades ou em favelas.

3 - Isso ocorrendo, o homem deixa de ser o “homem que pensa” para ser o “homem que é conduzido a modelos estereotipados” capaz até de “produzir efeitos na edição genética de humanos podem ser desastrosas”

(Christiane N.M. Barbosa et Lino, Rampazzo, Novas Técnicas de Manipulação Genética, Edições Loyola, pág. 212, 2023).

Então como se apresenta a liberdade?

4 – A liberdade é uma palavra mágica, “meta de atingir é um fardo para carregar. Desafio cotidiano e golpe sério contínuo”.

(Fizzoti e Punzi, Costretti, Liberi p.5, ed., Paulinas).

5 – Se é difícil ser livre, seja porque temos dificuldade em nos comunicar, seja porque o nosso corpo é imperfeito, seja porque a nossa personalidade é posta em discussão (caráter, alguns, herdados dos pais, acontecimentos da infância), finalmente, a sociedade em que vivemos, nos condiciona com aspectos sociais e econômicos, até culturais. E assim por diante.

Então, o nosso agir não se apresenta livre e, por óbvio, a nossa liberdade é precária!

A liberdade não é um projeto incompleto para o homem, e nele, porque pelo fato de ser homem, tem “raízes inalienáveis de sua dignidade”

(op.cit.,p.8)

6 – Agora, “além da liberdade, ter a consciência de reponsabilidade ... na intimidade da consciência, reluz a sua existência “autentica, no confronto direto com ele mesmo”

(op.cit.p.24).

“Liberdade é comprometer-se, é dizer: “Importa-se”

(op.p.28)

7 – Até, enfatizando os autores citados, é ousar ter na paz um coração inquieto com a injustiça, ou para garantir a dignidade, o crescimento, e, como diz a canção, We shall overcome.

Como vai a democracia como garantidora da liberdade?

8 – A democracia na França vai mal, escusando-me de apreciar a tupiniquim. No canal 7 (“I Panorama G

FR”), encontro o dia-a-dia da pátria de De Gaule. Difunde um programa que tem por título: “A verdadeira democracia”.

9 – Aproveito para listar “alguns defeitos” da democracia galesa, como narrados no Canal 7, independente, sem qualquer dúvida.

No dia 06/01/2025, “jamais foi vista uma tal repressão, diante da cólera dos agricultores, que desejavam ser ouvidos pelas autoridades, diante dos políticos que julgavam desfavoráveis, com o acordo com o Mercosul, que os prejudicava.

No dia 09/01/2025 “a indecência”.

Que consiste essa reprimenda?

O Presidente do Senado encomendou uma cadeira para sentar e presidir as sessões que custou 40.000 eur, (ou 270.000,00 reais aproximadamente), ou um luxo face à austeridade exigida dos cidadãos.

No dia 10/01/2025, os jovens de 18 a 25 anos, com as restrições impostas no mundo de trabalho, procuraram se impor, ou em busca da liberdade, não em capricho, mas uma busca de um equilíbrio de vida. Não é, pois, uma geração, para ganhar mais, mas preservar sua saúde mental, vivendo cada instante plenamente de sua vida.

No dia 11/01/2025, a informação de que o político François Rebsann, antigo prefeito de Dijon (onde se produz a melhor mostarda do país), foi guindado ser o Ministro da Organização do Território, se auto promoveu a receber mais 25.000 euros, acumulando duas funções, porque, ainda, recebe pelo cargo que não mais exerce na Metrôpole de Dijon.

No dia 12/01/2025, o tema é mais amplo. Diz: “O século XXI inaugurou uma revolução tecnológica sem precedentes

com a chegada da Internet e, nos anos 2000, a explosão dos smartphones.”

Com muita razão e gravidade, ainda diz: “o impacto mais visível desta revolução é, sem dúvida, o desaparecimento progressivo dos jogos e atividades ao ar livre. Lá, onde antes, um dia de neve convidava as crianças a se divertir ao ar livre, as ruas hoje são desertas, mesmo em caso de eventos excepcionais”, porque “a juventude é conectada, mas isolada”, pelos efeitos nefastos das telas sobre os jovens”.

No dia 13/01/2025, nos centros de saúde “sua política é criminosa, eles morrem, aguardando horas para serem atendidos, em casos de urgência. “Os serviços de urgências franceses atravessam mais uma crise”. Tudo saturado de gente e pouco atendimento, pois “é uma responsabilidade política evidente”. Aumento que isso ocorre porque não há mais investimentos que são dirigidos para outras finalidades políticas.

QUE LIÇÃO NOS APARECE COMO NECESSÁRIA?

Se não estamos contentes, se não sorrimos com os impulsos do coração, se mexemos com a essência da vida, então, voltando a Adélia Prado, encerro: “Estremecerei de susto até dormir. E, no entanto, é tudo tão pequeno. Para o desejo do meu coração, o mar é uma gota”

(O coração desesperado, Solari. Ed.1984).



La nave va

Nestor de Oliveira

Jornalista e escritor



“A nau dos insensatos”, de Sebastian Brant (1.494), “Nau sem rumo”, o vinho de Andradas (melhor safra em 1.959), “Barco sem rumo” de Cora Coralina, (inspirado na grande guerra terminada em 1.945) qualquer destes nomes seria um bom título para as reflexões que me proponho a fazer com o prezado leitor: Preferi “La nave va”, do filme de Federico Fellini, (1.983) pelo fio de esperança, quando espelhado, no que ainda existe para a nossa terra de Santa Cruz. O filme, como se fosse um documentário fictício, mostra eventos ocorridos a bordo de um navio luxuoso, onde o funeral, de uma cantora de ópera, os amigos se reúnem para sua despedida. Há, ao longo da projeção, ocorrências de fatos que mais parecem saídas do livro “A nau dos insensatos” de Brant. Este, uma paródia da Arca de Noé, a nau do bem, e como tratado literário e fictício, passageiros loucos são todos candidatos a ser o capitão desta embarcação de degenerados. Ninguém se entende e excêntricas são comuns durante esta viagem em alto e perigoso mar. Mesmo no “Barco sem rumo”, de Cora Coralina, uma belíssima poesia, vemos o quanto é complicado o barco encontrar um porto

seguro, estando desgovernado: “Incerto e sem destino, todos os portos se negam a recebê-lo”. Resta o nome do vinho de Andradas, “Nau sem rumo” o bom e reconfortante tinto, sempre a nos revelar os segredos da vida e a verdade.

Como o leitor já percebeu falo dos des-caminhos percorridos pelo nosso Brasil, que continua na busca de seu melhor destino, no entanto, tropeçando e levando solavancos elementares seja na economia, equilíbrio social, desenvolvimento e progresso. Estamos à deriva num oceano de oportunidades que passam e não conseguimos agarrar. Somos uma nação muito nova, menos de 10% de nossa vida independente respiramos ares democráticos, sendo que as ditaduras dos anos 30 e 60, do século passado, foram predominantes. Mas, nem por isto teríamos que estar embarcados sem destino, numa viagem não programada, não planejada, sujeitos às fúrias de ondas e acidentes perfeitamente contornáveis, sem um porto onde ancorássemos e tivéssemos segurança. Estamos entregues aos improvisos de capitães que não conhecem os tenebrosos mares que percorremos, despreparados e só enxergam

seus horizontes pessoais, ou eleitorais.

Dados médios, cruzados entre 2019 e 2023, pelo IBGE, dão bem a dimensão de nosso status como país, onde entre os mais de 210 milhões de passageiros/habitantes, 43 milhões são trabalhadores, empreendedores e empresários, 12 milhões são servidores públicos, 39 milhões são aposentados e pensionistas, 53 milhões são crianças e adolescentes até 18 anos e 56 milhões são dependentes do bolsa família e benefícios previdenciários. Os índios e imigrantes completam nosso barco. Uma rápida vista dá para perceber que nossa nau está em desequilíbrio, muitos passageiros e poucos remadores, correndo sérios riscos de acidentes ou até mesmo naufrágio. Pior, com um capitão sem entusiasmo e enfrentando diversos tipos de tempestades climáticas ou provocadas.

As mais recentes medidas do governo federal, a falta de âncoras fiscais e a desconfiança do mercado de investidores dão bem a noção do quanto estamos à deriva, seguindo uma viagem sem destino ou bússola que nos guie com firmeza e segurança. E assim, La nave Va.

Trump (re)apresenta o Bitcoin ao mundo

Rodrigo Miranda

Treinador comportamental e especialista em mindset financeiro, em trading de criptomoedas e criador da Universidade do Bitcoin, a UniBtc, com mais de 15 mil alunos

Donald Trump tomou posse como presidente dos Estados Unidos pela segunda vez, prometendo transformar a economia americana e abraçar inovações tecnológicas que incluem uma legislação mais favorável ao mercado de criptomoedas. Em seus discursos, sempre destaca a importância de posicionar os Estados Unidos como líder global no setor financeiro digital.

Durante sua campanha, Trump sinalizou uma mudança significativa em sua postura em relação às criptomoedas. Em contraste com o tom cauteloso – e até oposto – adotado durante seu primeiro mandato, o presidente agora busca ativamente criar um ambiente regulatório que favoreça o crescimento do Bitcoin e de outros ativos digitais. Uma vez autointitulado criptopresidente, o novo mandatário da Casa Branca, além de especular com suas declarações em favor ao ouro digital, de quebra, boa parte do planeta copiará essa ideologia.

Para seu novo mandato, Trump reuniu uma equipe estratégica para o futuro financeiro composta por especialistas em finanças e tecnologia, incluindo nomes proeminentes do setor criptográfico. Entre eles, estão empresários que defendem uma regulamentação desse mercado. Por falar neles, o bilionário Elon Musk, nomeado para liderar o Departamento de Eficiência Governamental, é um apoiador declarado. Ano passado, ele permitiu que a criptomoeda Dogecoin – a meme DOGE – fosse utilizada como forma de pagamento de um Tesla, elevando significativamente o valor da moeda.

A postura pró-cripto de Donald Trump reflete uma visão estratégica



de reposicionar os Estados Unidos como líder global no mercado de ativos digitais. Durante seu discurso de posse, o presidente destacou que o país não pode perder o protagonismo para nações como a China, que tem investido fortemente em moedas digitais soberanas, como o Yuan Digital. Trump enfatizou que o fortalecimento do Bitcoin e das criptomoedas é essencial para preservar a inflação. O argumento principal consiste em garantir que o dólar e as criptomoedas coexistam de forma que o mundo continue olhando para os EUA como o principal polo de inovação financeira.

A nova gestão financeira do republicano gira em torno de uma regulamentação mais flexível e clara para exchanges, stablecoins e ativos digitais em geral. O objetivo principal dessa equipe será formular políticas que incentivem a adoção em massa das criptomoedas, reduzam burocracias e ampliem a competitividade dos Estados Unidos no mercado.

As perspectivas futuras com a posse de Trump podem marcar um novo capítulo para o mercado criptográfico nos EUA. Com uma legislação mais flexível, o Bitcoin e outras criptomoedas

podem se beneficiar de um ambiente mais favorável. No entanto, muito mais que especulações, é importante observar como a equipe de Trump irá implementar essas mudanças.

No entanto, uma breve memória sobre o anúncio de vitória de Trump já causou um impacto significativo para o mercado cripto. Após seu triunfo nas urnas, o Bitcoin já rompeu sua máxima histórica – a última no último dia 17, atingindo US\$ 108 mil. Isso é fruto das expectativas de que Trump criará um ambiente mais favorável para esse mercado. Durante sua campanha, Trump fez várias promessas pró-cripto, como criar uma reserva de Bitcoin e interromper as tentativas de vender as reservas do governo dos EUA. Além disso, ele também se posicionou contra a ideia de um "dólar digital".

A partir de 20 de janeiro de 2025, o mundo deverá olhar para o mercado de criptomoedas de outra maneira. Um mercado que divide opiniões devido sua volatilidade, provou ser tão consolidado quanto os tradicionais. Um mercado alternativo que ganhará (ou já ganhou) holofotes do mundo. Trump (re)apresenta o Bitcoin ao mundo. É caminho sem volta, amém.



Exposição “Quimera” explora a fauna e os desafios ambientais em um universo onírico

Rachel Capucio
Advogada especialista em Cultura

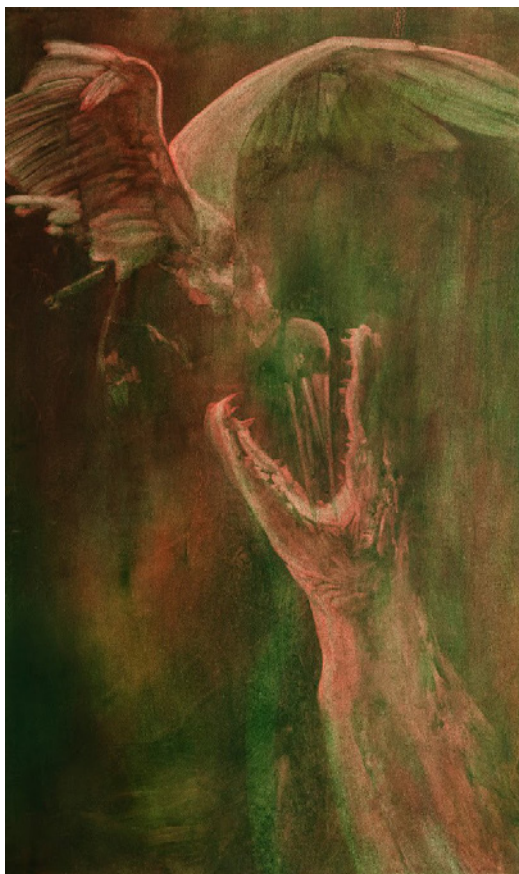
Até 16 de março de 2025, a exposição Quimera marca a estreia individual de Paulo Agi no cenário artístico brasileiro. O evento, que acontece de forma presencial e virtual, apresenta 11 obras – nove pinturas a óleo e duas a carvão – em uma narrativa que mistura realidade e ilusão, evocando reflexões sobre o meio ambiente e o impacto humano nos ecossistemas.

Inspirado pela figura mitológica da quimera, que combina diferentes animais em um só corpo, Paulo Agi transforma a fauna do Cerrado, do Pantanal e dos Campos Rupestres em protagonistas de um universo dramático e surreal. Esses biomas, representativos de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, são revisitados pelo artista em uma pesquisa pictórica que combina o realismo das paisagens naturais com elementos simbólicos e oníricos.

A atmosfera selvagem das obras não se limita a encantar o público, mas busca provocar reflexões profundas sobre o antropoceno – a era geológica marcada pelo impacto humano no planeta. “A exposição é uma conversa entre o ser humano e a natureza, onde os limites entre ambos se tornam ambíguos”, explica Agi.

Com pinceladas que transitam entre o realismo e o abstrato, o artista evidencia a fragilidade e a força da biodiversidade brasileira, enquanto questiona o papel da humanidade nas mudanças climáticas e na degradação ambiental. “Quimera” não é apenas uma exposição de arte, mas um convite à contemplação das relações universais e à responsabilidade coletiva diante dos desafios contemporâneos.

A exposição estará disponível em um



formato híbrido, permitindo a imersão no universo criado por Paulo Agi tanto no espaço físico quanto on-line.

A Casa Fiat de Cultura é consolidada como um dos principais centros culturais do Brasil ao realizar, em Belo Horizonte/MG, a melhor arte produzida no mundo, por meio de relevantes e

prestigiadas exposições, reconhecidas pelo alto valor histórico, artístico e educativo. A instituição conta uma programação plural e relevante, pensada de modo a incentivar o público a interagir com diversos movimentos artísticos e linguagens, do Renascimento ao Barroco, do Futurismo e Modernismo à arte contemporânea.

INFORMAÇÕES

*Praça da Liberdade, nº 10,
Funcionários - Belo Horizonte/MG*

Contato: (31) 3289-8900

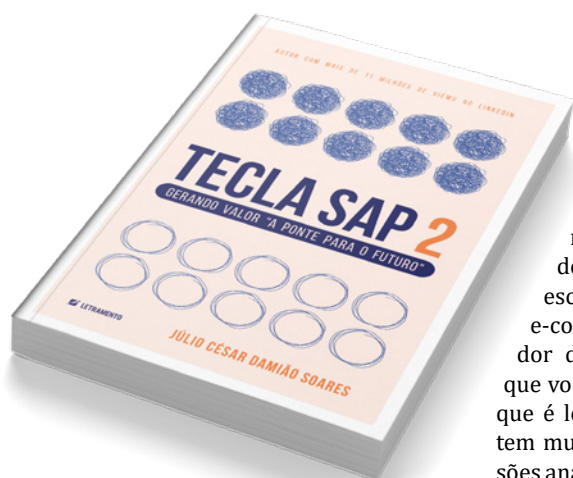
Horário de funcionamento:

*Terça a sexta-feira,
das 10h às 21h.*

*Sábados, domingos e feriados,
das 10h às 18h.*

Tomada de decisão no mundo hiperconectado: como encontrar clareza e foco em meio ao ruído digital

Autor do livro de finanças *Tecla SAP 1*, possui mais de 26 mil seguidores no LinkedIn e é reconhecido como TOP Management Voice na plataforma



Nunca foi tão difícil prever o futuro, e nunca tivemos tantas informações disponíveis para isso. A verdade é que estamos gastando mais tempo entendendo mais o presente do que planejando os nossos próximos passos. A Inteligência Artificial trouxe um novo desafio para profissionais e empresas: o aumento da produtividade sem se tornarem irrelevantes. As ferramentas de IA mudarão e continuarão mudando segmento inteiros, e profissionais que antes eram considerados qualificados, serão considerados “excesso de bagagem”, e este é

o seu maior risco. A competição no mundo tem aumentado, a China e os países Low Cost (Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos e Vietnã) estão mudando o contexto de fabricação mundial, estão desenvolvendo produtos tecnológicos, em escala mundial e acessíveis pelo e-commerce para o seu consumidor da “esquina”, isto quer dizer que você é global, mesmo que pense que é local. A verdade é a seguinte: tem muitas empresas tomando decisões analógicas em um mundo digital, e sabemos o que vai acontecer.

Exatamente pela rapidez das mudanças é que devemos ficar atentos, ser curiosos, ter um momento de aprendizado e buscar conhecimentos de qualidade e, acima de tudo, “limpar o espelho” e tomar as atitudes necessários para pilotar neste novo cenário em que as turbulências são constantes. Fazer as perguntas certas, ter um pensamento independente, tirar os ruídos das informações, analisar apenas por fatos e dados e fazer as conexões corretas com o seu segmento + Brasil + Mundo são fundamentais para uma entrega de valor,

para um resultado diferenciado, para mostrar que é possível ganhar mercados e oferecer produtos de qualidade, com margens e lucros.

Existe uma ironia neste novo mundo, estamos mais conectados, com mais informações, mas criar oportunidades ficou mais difícil, a tecnologia tornou tudo muito fácil, muito acessível, muito barato e muito chato. Seu papel neste novo mundo é sair da área das commodities (empresas e profissionais) e oferecer uma experiência de excelência para o seu cliente. Mas excelência é uma escolha, você deve fazer este movimento e pagar o preço por ele (nunca disse que seria fácil!), mas vale a pena, e é o único caminho para fazer a ponte para o futuro. Você tem apenas duas metas (e as mais difíceis): 1- Resolver problemas cada vez mais complexos e 2- Criar grandes oportunidades, gerando valor. Desafio lançado, porque todo o resto será... consequência!

Tecla SAP - 2: gerando valor “a ponte para o futuro”

Júlio César Damião Soares

Preço: R\$119,90

Editora Letramento

(bit.ly/teclasap2)



Júlio César Damião Soares

O executivo é formado em Administração de Empresas com pós-graduações em finanças (Fundação Dom Cabral). Mestrado com foco em Estratégia e Inovação. Profissional com mais de 15 anos de experiência na área financeira de grandes empresas multinacionais nas áreas de varejo, indústria e serviços.

Certificado como conselheiro independente pela FIEMG – Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais; Presidente do IBEFMG – Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças do estado de Minas Gerais (2020-2027); Prêmio Administrador do ano (2024), conferido pelo CRA – Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; IA – Massachusetts Institute of Technology; Diretor Institucional da Luza Group, empresa de Outsourcing com sede em Portugal, Brasil, Espanha, México, China e Marrocos.

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

35,2 MILHÕES

de visualizações durante
o ano de 2024 – de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 32 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das mídias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- **MC** promove, há 29 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- **MC** realiza, há 28 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu em 2024 o 26º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar - CEP 30.330-040 - Belo Horizonte - MG

Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM

HÁ 32 ANOS FORMANDO OPINIÕES!